

GIOVANNI ANTONIO PINTO ALVES

"MARX, ENGLÉS E OS LIMITES DO SINDICALISMO"

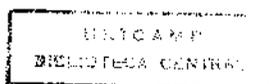
Dissertação de Mestrado
apresentada ao Departamento
de Sociologia do Instituto
de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade
Estadual de Campinas


Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 09/12/92

*Antônio, ...
... 1993*

"MARX, ENGELS E OS LIMITES DO
SINDICALISMO"

novembro de 1992



Marx, Engels e os limites do sindicalismo

Giovanni A. P. Alves

Orientador: Zilma, Almeida

Dissertação de Mestrado em Sociologia

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - ICFH
Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP

À

Valéria

AGRADECIMENTOS

Sou grato ao professor Ricardo Antunes, por ter aceito a responsabilidade de ser meu orientador e pelas críticas e sugestões para os inúmeros impasses com que me defrontei no decorrer da elaboração da dissertação.

Ao professor Octávio Ianni, pelos incentivos que me dispensou e pelo diálogo intelectual sempre muito proveitoso.

Aos professores Armando Boito e Edmundo Fernandes, pelas observações judiciosas sobre o meu trabalho.

Tenho uma dívida particular para com os professores Maurício Coutinho, do IE/UNICAMP, José Benevides Queiroz, da UFSe e Francisco Teixeira, da UECE, pela disposição ao diálogo e indicações decisivas que procurei incorporar.

Introdução

- Capítulo 1** Sindicalismo e Cartismo na Obra do Jovem Engels
– A Gênese da Concepção Marxista Sobre os Sindicatos –
- Capítulo 2** O Movimento do Proletariado nas Obras Juvenis de Marx
- Capítulo 3** A Primeira Formulação de Marx Sobre os Sindicatos
– *A Miséria da Filosofia* (1847) –
- Capítulo 4** Reação Capitalista, Sindicatos e Greves Operárias
– Marx e os artigos do *New York Daily Tribune* (1853) –
- Capítulo 5** Marx, a Associação Internacional dos Trabalhadores e a Crítica do Sindicalismo .
- Capítulo 6** Marx e os Limites do Sindicalismo na Perspectiva da Crítica da Economia Política
– *Sálario, Preço e Lucro* (1865) –
- Capítulo 7** Os Sindicatos como *Centro de Organização da Classe Operária*
– “Os Sindicatos - Seu Passado, Presente e Futuro” - (1867) –
- Capítulo 8** Os Fundamentos Científicos dos Limites do Sindicalismo
– *O Capital - Crítica da Economia Política* - (1867) –
- Capítulo 9** As Últimas Impressões de Marx Sobre o Sindicalismo (1873-1883)
- Capítulo 10** Engels e os artigos para o *The Labour Standard* (1881)

Conclusão

Bibliografia

O sindicalismo dos países capitalistas mais desenvolvidos (Europa Ocidental e EUA) enfrenta uma das maiores crises da sua história.¹ A crise do sindicalismo ocorre no bojo de uma crise maior - a crise econômica do capitalismo contemporâneo, a primeira recessão generalizada da economia capitalista internacional desde a 2ª Guerra Mundial. A crise capitalista deu início a alguns processos de *reestruturação*, a alguns "ajustes" das grandes empresas à "onda longa depressiva", em nível do sistema produtivo, da organização do trabalho e do relacionamento entre empresas e empregados, que se traduzem na flexibilização da produção e da estrutura operacional e administrativa (com a tendência de "flexibilizar" salários, empregos e benefícios dos trabalhadores), novos padrões de produção e de gestão da força de trabalho (CCQ, kanban, etc), e inovações tecnológicas (automação e robótica), que tendem a incrementar a tendência ao *desemprego estrutural*, que atinge quase 40 milhões de pessoas apenas nos países capitalistas centrais.

Diante da crise e reestruturação das economias do capitalismo tardio, os sindicatos e o sindicalismo tornam-se impotentes, incapazes de reagir à ofensiva brutal do capital, que promove transformações sociopolíticas da maior relevância.

Em primeiro lugar, manifesta-se cada vez mais a retração secular da indústria manufatureira, cujos trabalhadores manuais constituíam, no passado, a espinha dorsal do movimento sindical. A estrutura industrial tende a sofrer uma transformação no sentido inverso da que ocorreu nos primórdios do capitalismo industrial: a introdução da microeletrônica nas fábricas e escritórios permite a fragmentação e a dispersão de empresas e favorece a desconcentração das unidades produtivas (que tende a pulverizar a força de trabalho, erigindo enormes obstáculos à organização da classe.) Além disso, a crise do modelo fordista/taylorista, que contribuía, de certa forma, para a homogeneização da classe trabalhadora, em nível da consciência contingente, e fortalecia a solidariedade grupal, implica a adoção, por parte das grandes empresas, de alterações na organização do trabalho que tendem a provocar uma maior heterogeneidade e diversidade, em nível imediato, da força de trabalho assalariada (além de privilegiar o operário altamente qualificado). Por outro lado, ocorre o incremento dos setores de serviços, com menor tradição sindical de seus empregados. A própria natureza material da atividade de serviços, que diversifica e pulveriza os empregados, tende a dificultar a organização de classe (o que não significa o fim da classe trabalhadora como sujeito

1. Segundo um dos seus principais analistas, J. Visser, "nunca, durante esses últimos quatro decênios, o futuro do sindicalismo nos países ocidentais foi tão incerto." (J. VISSER, "Les Syndicats Européens: La Grande Mutation" in *Problèmes Économiques*, julho de 1989, p.17)

histórico, mas exigirá, certamente, novas estratégias de organização sindical e política distintas das passadas).

Em segundo lugar, o acirramento da competição internacional entre as grandes empresas e a desregulamentação do mercado estão limitando a possibilidade de os sindicatos oferecerem maiores ganhos aos seus afiliados. As empresas tornam-se mais refratárias às demandas sindicais. Sob o influxo de políticas neoliberais, levadas a cabo por governos conservadores e liberais, o capital adota uma política agressiva que tenta restringir a força e a influência sindical na política econômica, em nível nacional. As ideologias do *laissez-faire* e a divulgação massiva dos valores do mercado e da produtividade pelos *mass media* tendem, sub-repticiamente, a colocar a culpa da crise nos sindicatos e no *Welfare State* apoiado por eles.

Em terceiro lugar, a ofensiva do capital ocorre no cenário marcante da globalização da economia. O fluxo de capitais entre os países adquire proporções imensas. O capital demonstra possuir cada vez mais uma mobilidade internacional, transcendendo barreiras nacionais, adotando um horizonte global, onde os Estados-nação demonstram ser apenas agências da economia política mundial. O processo de *desterritorialização*, uma característica essencial da sociedade global em formação, tende a tornar cada vez mais precários a eficácia dos sindicatos e do sindicalismo, ainda bastante vinculado, em suas estratégias e demandas, às estruturas políticas, sociais e culturais do território nacional (ou mesmo local)².

É no contexto de crise e reestruturação do capitalismo tardio que ocorre o abandono, por parte dos sindicatos dos países capitalistas mais desenvolvidos, do *sindicalismo de classe*, que marcaram tanto os anos 60 e 70, em particular na França e Itália, onde eles foram muito fortes. O que tende a predominar é o *sindicalismo de participação*, cujo modelo clássico é o caso alemão. O sentido de crítica dos valores capitalistas “desmancha-se” no horizonte das lideranças sindicais e busca-se “participar” com o capital. Enfim, diante da crise geral, os sindicatos e o sindicalismo explicitam a sua natureza defensiva, as suas limitações estruturais diante da barbárie e precariedade produzidas pelo movimento do capital.

Um dos indicadores mais importantes da chamada crise do sindicalismo é, além do decréscimo do volume de greves, a acentuada queda da taxa de sindicalização nos países capitalistas mais desenvolvidos. São dados que indicam que estamos diante não apenas de uma crise de caráter conjuntural, mas de uma crise mais profunda, de caráter estrutural, que põe em questão a própria eficácia dos sindicatos e do sindicalismo enquanto movimento político e social.

2. Octávio IANNI, *A Sociedade Global*, p.93

Taxas de Sindicalização nos países capitalistas centrais

	1955	1970	1980	1989
Estados Unidos	31	30	23	16
Alemanha	44	33	36	33
França	21	22	19	11
Italia	57	36	50	45
Inglaterra	46	45	51	41
Suécia	62	68	80	84
Holanda	41	36	35	28
Dinamarca	59	60	76	75
Suíça	32	30	33	28
Japão	36	35	31	26

C.Chang e C.Sorrentino, "Union Membership Statistic", Monthly Labor Review, dezembro da 1991

Por outro lado, no caso do Brasil, os sindicatos e o sindicalismo demonstraram bastante vigor na última década. Ocorreu o aumento da taxa de greves (o que põe o Brasil entre os países com os maiores índices de paralisação do trabalho). Aumentou o número de sindicatos e associações de trabalhadores, com o aumento proporcional de trabalhadores sindicalizados.³ Ocorreram a sindicalização de categorias à margem da vida sindical (por exemplo, os funcionários públicos) e o renascimento das centrais sindicais (CUT, Força Sindical, CGT)⁴ Enfim, tivemos, no Brasil, uma situação para o movimento sindical diversa da ocorrida nos países capitalistas mais desenvolvidos.

No entanto, sem querermos aprofundar a questão, os sindicatos e o sindicalismo do nosso país, nesse início da década de 90, parecem estar, em certos aspectos decisivos, diante de impasses semelhantes aos enfrentados pelo sindicalismo da Europa Ocidental e EUA. O cenário de transformações na economia capitalista mundial, na qual o Brasil está integrado, coloca o nosso sindicalismo e os sindicatos diante de desafios imensos. Primeiro, constata-se que, apesar do intenso

3. No momento, o IBGE registra a existência, no país, de 9.118 sindicatos de empregados e empregadores, 4.635 nas áreas urbanas e 4.483 nas rurais. Em 1988 havia 16,8 milhões de sindicalizados, 8,3 milhões no campo. Calcula-se em 48,5 milhões a população economicamente ativa com mais de 19 anos, 35% estariam sindicalizados (Lêoncio Martins Rodrigues, "A década dos trabalhadores" in *Jornal do Brasil*, 27.06.92)

4. Para uma análise cuidadosa do sindicalismo na década de 1980 é imprescindível a leitura de Ricardo ANTUNES, *O Novo Sindicalismo*, e Armando BOITO (org.), *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*.

movimento grevista na última década, os índices econômicos e sociais demonstraram que os anos 80 foram uma década perdida - aumentaram a desigualdade social e a concentração de renda⁵. Diante da recessão econômica e das políticas ortodoxas de combate à inflação e à crise, o sindicalismo e os sindicatos nada puderam fazer.

A onda grevista da década passada demonstrou ser, de certa forma, inglória, posto que, na maioria das vezes, eram lutas por reposição salarial. O furor das greves e manifestações sindicais demonstrou, à exaustão, na medida em que não ganharam uma dimensão política, a natureza de *trabalho de Sísifo* do sindicalismo numa conjuntura de processo inflacionário, sob o auspício de políticas macroeconômicas liberais ou conservadoras. O agravamento da crise, com o aprofundamento da recessão e do desemprego, exacerba os impasses, pois reduz a capacidade de pressão dos trabalhadores.

Mas os impasses do nosso sindicalismo e dos sindicatos, seus limites estruturais, manifestam-se não apenas na dimensão econômica da crise, mas na dimensão material da reestruturação que ocorre em nível da estrutura industrial. Nesse caso, os limites - e a natureza defensiva do sindicalismo e da *forma-sindicato* - ganham uma notável expressão. Não é à toa que analistas chegam a prenunciar que, até o final do século, o sindicalismo brasileiro "deverá atuar na defensiva, esforçando-se por manter as vantagens adquiridas".⁶

As tendências de desenvolvimento das *reestruturações no mundo do trabalho* apontam para desafios que transcendem simplesmente a luta meramente econômica, típica do sindicalismo tradicional (ou mesmo as agitações políticas de caráter reformista). A reestruturação das grandes empresas, localizadas no berço do sindicalismo mais combativo no nosso país, o ABC paulista, tende a provocar flexibilização da produção, tentativas de alteração do fordismo e do taylorismo, desconcentração das unidades produtivas (ou a implantação da *terceirização*, que ganha notável difusão entre as indústrias no país e a desregulamentação do trabalho, com ataque a direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores.

A ofensiva do capital, portanto, tende a revelar a natureza essencial do sindicalismo, colocando os sindicatos cada vez mais na *defensiva*, obrigando-os a adotar, sob pena de arruinar-se, uma perspectiva ideológica típica de um *sindicalismo da participação*, que pode ganhar contornos liberais (como é o caso da Força Sindical) ou social-democrata (como começa a explicitar-se na CUT).

Após fazermos essa pequena introdução à crise do sindicalismo contemporâneo, podemos formular a seguinte pergunta: o que teria pensadores do século XIX, tais como Karl Marx e Friedrich Engels, a nos dizer sobre a crise do sindicalismo do final do século XX?

A princípio, podemos dizer que nenhum pensador social conseguiu denunciar, com tanto vigor, a natureza dos limites do sindicalismo e dos sindicatos, tanto quanto Karl Marx e Friedrich Engels. Para Marx, como iremos demonstrar, diante da ofensiva do capital, considerado por ele o "sujeito que domina" a configuração histórica contemporânea, o sindicalismo e os sindicatos mantêm-se

5. José Márcio Camargo e Fabio Giambiagi (org.), *Distribuição de Renda no Brasil*, p.57

6. Lêncio Martins Rodrigues, "A década dos trabalhadores" in *Jornal do Brasil*

impotentes e incapazes, posto que a sua natureza é intrinsecamente *defensiva* (a alternativa para Marx estava na *ação política geral* da classe dos trabalhadores assalariados, de *caráter revolucionário*, que transcendesse a dimensão do salariedade, e da própria forma-Estado).

O nosso intuito é procurar expor, em termos históricos, o desenvolvimento da reflexão de Marx (e Engels) sobre os sindicatos e o sindicalismo. Construímos a nossa dissertação percorrendo os principais trabalhos de Marx, seguindo o movimento de constituição do objeto, tentando demonstrar a constituição da *denúncia marxiana dos limites do sindicalismo e da forma-sindicato*.

Além disso, procuraremos dissecar a tensão interna, que existe nos escritos (e na própria experiência de Marx) sobre os sindicatos e o sindicalismo. Tal *contradição* interna, caracterizada pela denúncia dos limites do sindicalismo (e suas posturas complacentes diante do salariedade) e pelo reconhecimento, simultâneo, do valor da luta dos sindicatos, enquanto *centro de organização da classe operária*, expressava uma postura dialética que negava as posições unilaterais (os escritos de Marx (e Engels) sobre as lutas operárias foram marcados pela tensão típica de um adensamento ontológico (e histórico), onde eles recusaram posições unilaterais tais como a de Proudhon, Bakunin, ou dos owenistas e trade unionistas ingleses, que tendiam, por exemplo, a negar, ou valorizar em demasia, a importância das lutas econômicas do proletariado).

É sobre os limites (e o valor) desses meios originários de luta do movimento operário que iremos tratar, a partir do próprio movimento no pensamento de Marx (e Engels), sempre em consonância com o contexto sociohistórico, de onde emergiram.⁷

Por outro lado, procuraremos demonstrar que as bases essenciais da denúncia marxiana dos *limites do sindicalismo*, tão atual em nossos dias, se constituiu, principalmente, a partir da *crítica da economia política*.

É claro que Marx e Engels fizeram parte de um período histórico, em que o sindicalismo (e os sindicatos) não tinham ainda se tornado um fenômeno típico das sociedades capitalistas. Naquela época, Marx e Engels conheceram o *sindicalismo de ofício*, caracterizado por forte exclusivismo profissional, um sindicalismo que se constituiu em torno de um mesmo *ofício* e não da *empresa*, um sindicalismo de *minorias militantes* (inclusive, os trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações de ofício).⁸

No entanto, podemos dizer que suas reflexões sobre os limites do sindicalismo (e da *forma-sindicato*), conseguiram apreender a *natureza essencial da forma-sindicato e da sua prática de*

7. É interessante que Richard Hyman, no verbete "Sindicalismo", no *Dicionário do Pensamento Marxista*, tenha constatado a existência dessa tensão, entre *valor* e *limites* dos sindicatos e do sindicalismo, no pensamento de Marx. Disse ele: "Há uma tensão importante na experiência e nos escritos de Marx e Engels, a partir da década de 1850, entre a concepção de que os sindicatos eram instituições que se haviam tornado legítimas e complacentes e a perspectiva de que dispunham de um potencial e de uma prática mais radicais. Surpreendentemente, essa tensão nunca foi enfrentada de maneira sistemática ou teórica: em *O Capital* há apenas referências de passagem aos sindicatos, embora as lutas políticas pela limitação do dia de trabalho sejam discutidas com alguma minúcia. (Vv. *Dicionário do Pensamento Marxista*, p.335)

8. Leôncio Martins RODRIGUES, *Trabalhadores, Sindicatos e industrialização*, p.16

luta, tenha ela assumido a forma de *sindicalismo de ofício*, ou de *sindicalismo de indústria* (um tipo de organização sindical que, caracterizado como *sindicalismo de massa*, se manifestaria com mais clareza durante o capitalismo do século XX, onde os sindicatos adquiriram, particularmente no pós-guerra, uma posição de destaque no cenário industrial mais desenvolvido).

Mesmo pleiteando, por meio de agitação política, reformas sociais que pudessem melhorar as condições de vida dos trabalhadores assalariados, o *sindicalismo de massa* manteve uma característica típica da *forma-sindicato*, compartilhado, outrossim, pelo *sindicalismo de ofício* e denunciado por Marx: a *defensividade* diante do movimento do capital. Suas lutas cotidianas mantinham-se como reações dos operários à ação anterior do capital, demonstrando, principalmente durante as *crises cíclicas*, sua incapacidade de transformar, enquanto sindicatos, a condição de *precariedade* e *estranhamento* dada pelo trabalho assalariado.⁹

Marx não nos deixou nenhum escrito específico sobre a natureza do sindicalismo (e dos sindicatos). O que existem são *fragmentos*, (artigos de jornais, extratos de cartas pessoais, resoluções da AIT), que nem por isso deixam de ter um valor heurístico. De notável interesse são as suas obras propriamente econômicas, tais como *Salário, Preço e Lucro* e *O Capital*, em particular sua crítica de categorias da economia política, tais como a categoria de *salário*, objeto de demanda originário das lutas trade unionistas.

De início, podemos dizer que é notável a ausência de estudos na literatura marxista sobre esse tema. Um desses estudos, o mais conhecido, é a coletânea organizada pelo marxista francês, Roger Dangeville, *Karl Marx, Friedrich Engels - Le Syndicalisme*, em dois volumes (escrita em 1964). A obra é mais uma exposição temática sobre Marx, Engels e o sindicalismo do que uma sistematização teórica, de caráter histórico-crítico, sobre o cerne da posição de Marx (e Engels) a respeito dos limites do sindicalismo (Dangeville não destaca que um aspecto importante da reflexão de Marx sobre os sindicatos e o sindicalismo, é justamente o fato de ele enfatizar, antes de tudo, os seus *limites* - inclusive, o valor e o alcance das lutas sindicais, para Marx, ganham referência significativa apenas no interior desses próprios limites). Falta ao estudo clássico de Dangeville essa preocupação de cunho analítico (e histórico-crítico) sobre o movimento do pensamento (e das experiências) de Marx e Engels sobre o tema dos sindicatos e do sindicalismo, uma preocupação mais precisa sobre a dupla dualidade, de caráter ontológico, no interior do pensamento marxiano, entre o *valor* e os *limites* do sindicalismo.

Uma outra obra de cunho marxista que tratou do tema foi *Marx e os Sindicatos* de A. Lozovsky, publicada em 1932. Ela possui um caráter mais hagiográfico que propriamente histórico-crítico. Seu objetivo principal era divulgar a posição de Marx sobre os sindicatos numa época de polêmica no

9. Utilizamos a expressão *estranhamento* (*Entfremdung*) e não *alienação* (*Entäuserung*), porque, enquanto esta última é um aspecto ineliminável de toda objetivação humana, o *estranhamento* refere-se à existência de barreiras sociais criadas pelo próprio capital, que se opõem ao desenvolvimento da personalidade humana. Como disse Lukács: "O desenvolvimento das forças produtivas é igualmente, o desenvolvimento da capacidade humana, mas - e aqui emerge plasticamente o problema do estranhamento - o desenvolvimento da capacidade humana não produz obrigatoriamente o desenvolvimento da personalidade humana. Ao contrário: pode aumentar a capacidade individual, desfigurando, aviltando, etc., a personalidade do homem." (György Lukács, *Per Ontologia Dell'Essere Sociale*, II, p.562)

interior do movimento comunista. Lozovsky tentou resgatar a posição marxiana sobre o *valor* dos sindicatos, para o período do entreguerras, quando a burocratização dos sindicatos levava um grande número de revolucionários a abarcar posições anti-sindicais, típicas do anarquismo.¹⁰

Em língua portuguesa não existe especificamente, nada de original sobre o tema, a não ser extratos e coletâneas traduzidas de passagens de textos de Marx que fazem referência, direta ou indiretamente, ao sindicalismo. (*Sindicalismo - Marx, Engels*, trad. de José Roberto Marinho, Ched Editorial, 1980; *Sobre o Sindicalismo. Marx-Engels*, trad. de João Manuel, Iniciativas Editoriais, s/d).

Finalmente, constatamos a existência de muito excertos e textos de divulgação, das obras de Marx (e Engels). Mesmo em pleno fim de século XX, quando a mídia dominante declara que o marxismo morreu, descobrimos que nunca um autor foi tão conhecido e desconhecido ao mesmo tempo.¹¹ As dificuldades que encontramos não foram só de ordem bibliográfica, mas diríamos existencial. Num período de reação ideológica do capital, em todas as suas frentes, tal como nunca se viu na história do capitalismo mundial, escrever e tecer reflexões sobre pensadores sociais, como Karl Marx e Friedrich Engels, tende a ser considerado puro anacronismo, e surge como um desafio, que corre o sério risco de cair, ou na execração virulenta ou na apologia dogmática. Pensamos que evitamos essas saídas unilaterais.

10. Outras obras sobre esse tema, menos acessíveis, escritas logo após a Revolução Russa foram *Marx und die Gewerkschaften*, de N. Auerbach (1922), e *Karl Marx und die Gewerkschaften* de Herman Muller (1918) (a última obra chegou a ser citada por Lozovski). Outras obras que possuem dados históricos muito interessantes (e também não muito acessíveis) são: *Karl Marx and the British Labour Movement. Years of the First International*, de H. Collins e C. Abramsky (1965) e *Engels, Manchester, and the Working Class* de Steven Markus (1975).

11. As traduções de Marx, em nossa língua, em sua grande maioria, não são boas. Por isso, sempre que possível, procuramos cotejar as citações com as passagens originais, encontradas nas edições MEGA e WERKE, que pudemos encontrar, embora em forma incompleta, nas bibliotecas das grandes universidades.

Sindicalismo e Cartismo na Obra do Jovem Engels – A Gênese da Concepção Marxista Sobre os Sindicatos –

Os fundamentos históricos da concepção de Karl Marx e dos marxistas em geral sobre os limites (e alcances) da luta dos sindicatos foram postos na obra clássica do jovem Friedrich Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, (*Die Lage der arbeitenden Klasse in England*) escrita em Barmen, de setembro de 1844 a março de 1845. Foi no capítulo intitulado *Movimentos Operários* que Engels apresentou os limites (e alcances) da luta dos sindicatos e privilegiou o cartismo enquanto “forma condensada da oposição à burguesia”. Diversos historiadores têm notado recentemente a influência dos escritos de juventude de Engels sobre Marx e os marxistas.¹

A sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* deixou uma forte impressão em Marx. Depois de uma nova leitura do livro de Engels, feita em abril de 1863, Marx fez a seguinte observação numa carta escrita para ele:

Relendo teu livro, como que lamentei ver-me envelhecer. Que força, que paixão, que audácia visionária na forma de captar a questão, e sem as reservas prudentes da ciência e da erudição ! Inclusive a ilusão de que amanhã ou depois o resultado surgirá historicamente à luz do dia, tudo isso confere ao conjunto um calor e um humor vivo, em comparação com o qual o *gris sobre gris* de mais tarde parece diabolicamente desagradável.²

Foi no bojo dessa obra clássica, onde estão descritos os quadros mais verídicos e impressionantes da miséria do proletariado inglês dos anos de 1840, que surgiram as linhas fundamentais da visão marxista sobre os limites (e alcances) do sindicalismo.³

O jovem Engels passou quase dois anos na Inglaterra, em Manchester (novembro de 1842 a agosto de 1843), o que lhe permitiu estudar a fundo e coletar material sobre as condições de vida do proletariado inglês. Além disso, sua estada na Inglaterra permitiu a ele, nesses 21 meses, entrar em contato com vários cartistas, particularmente George Julian Harney, na época, o mais destacado repórter do jornal cartista *The Northern Star*. Nesse período, Engels escreveu uma série de artigos

1. Gareth Stedman JONES, “Retrato de Engels” in Eric J. HOBBSBAWN, *História do Marxismo*, vol.1, e “Engels and the Genesis of Marxism” in *New Left Review* (1977), 102; John M. SHERWOOD, “Engels, Marx, Malthus and the Machine” in *The American Historical Review*, (1985), 90.
2. Extraído de Maximilien RUBEL, *Crônica de Marx*, p.97
3. Franz Mehring, o biógrafo de Karl Marx, considerou *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* de Engels, “uma das pedras fundamentais do socialismo.” (Franz MEHRING, *Carlos Marx*, p.117). Lênin observou: “E, com efeito, nem antes nem depois de 1845 apareceu uma descrição tão brilhante e tão verdadeira dos males sofridos pela classe operária.” (V.I. LÊNIN, “Friedrich Engels” in *Lênin - Obras Escolhidas*, vol.1, p.30)

para jornais e revistas da época, analisando a situação política e social da Inglaterra. Escreveu para *New Moral World* dos owenistas, o *The Northern Star* de Feargus O'Connor, para o *Rheinische Zeitung*, *Vorwärts!* e o *Deutsch-Französische Jahrbücher*, onde chegou a escrever uma crítica da obra *Passado e Presente* de Carlyle, e o ensaio intitulado *Esboço de uma Crítica da Economia Política* (*Umrisse zu einer Kritik der National-ökonomie*), cuja vigorosa e clara predição da iminente ruína do capitalismo fez com que Marx revisse sua opinião sobre ele, com o qual começou a se corresponder.

Nesses artigos, o jovem Engels não fez nenhuma referência à luta das *trade unions*, os sindicatos de ofício que existiam na Inglaterra da época (foi apenas em sua obra clássica *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845, que surgiram os primeiros comentários de Engels sobre o sindicalismo).

Esse silêncio pode ser explicado, primeiro, pelo fato de que Engels estava preocupado apenas em analisar as relações sociais na Inglaterra, a crise do capitalismo inglês, a cisão da sociedade inglesa em três classes fundamentais (a aristocracia fundiária, a burguesia industrial e o proletariado), a luta dos três partidos que atuavam na cena política inglesa (o tory, whigs e os cartistas), o caráter de classe do Estado, das Leis, da Constituição, do Parlamento.

Depois, o movimento operário que o impressionava era o cartismo e não o sindicalismo. Para ele, o cartismo era a forma superior de protesto operário, o movimento político da classe, "expressão da consciência geral da classe operária", o único movimento nacional do proletariado inglês. Por outro lado, o tipo de sindicalismo vigente naquela época era o *sindicalismo de ofício*, caracterizado por um forte exclusivismo profissional, abrangendo grupos de ex-artesãos transformados em assalariados. Era um sindicalismo em torno de um mesmo ofício e não de uma empresa (trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações, uma vez que não tinham o domínio do ofício).

Embora as *trade unions* fossem organizações operárias de prestígio, elas não tinham se generalizado, portanto, entre a massa dos trabalhadores assalariados. A prática do sindicalismo naquela época só era efetiva (e eficaz) entre certas frações das classes trabalhadoras, tais como os trabalhadores mais qualificados, os artífices especializados, os membros mais instruídos e autoconfiantes da classe operária inglesa, que ainda não tinham sucumbido à proletarização causada pelo *factory system*, e resistiam, com vigor, ao avanço impessoal e poderoso da maquinaria.⁴

Os operários mais qualificados - pedreiros, carpinteiros, pintores, sapateiros, mecânicos especializados (e diversos outros ofícios das indústrias da época) - estavam concentrados, em sua grande maioria, na cidade de Londres e possuíam uma tradicional organização em *trade unions*. Por outro lado, os proletários das minas de carvão, e operários das indústrias têxteis, em sua grande maioria, trabalhadores não qualificados, estavam concentrados no norte da Inglaterra e tinham grande

4. O historiador inglês Eric Hobsbawm fez a seguinte observação: "Os artesãos eram os líderes ideológicos e organizacionais naturais entre os trabalhadores pobres, os primeiros do Radicalismo (e, mais tarde, das primeiras versões do socialismo owenista), das discussões e da educação superior para o povo (...), o núcleo de sindicatos e movimentos jacobinos, cartistas e outras associações progressistas." (Eric J. HOBSBAWM, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, p.84).

dificuldades de organização sindical (o que não significava que eles não tentassem se organizar em grandes unions, que abarcassem extensas áreas territoriais - por exemplo, existem tentativas de organização dos operários têxteis, em 1829, com a *General Union of the Spinners*, ou de organização dos mineiros, em 1825, logo após a revogação dos *Combination Acts*, com a *United Association of Northumberland and Durham*).

Juntamente com o proletariado agrícola, e a massa de trabalhadores urbanos não qualificados, os operários das indústrias costumavam recorrer a atos de violência e intimidação em épocas de greve. Baixos salários, falta de instrução e tradição associativa, e a hostilidade contínua dos patrões, impediam uma associação permanente e efetiva desse segmento majoritário do proletariado inglês, produto do primeira revolução industrial.

A experiência histórica tinha ensinado às lideranças operárias inglesas, em sua grande maioria artífices especializados, os limites do sindicalismo enquanto instrumento de transformação social. É interessante uma observação feita pelo líder cartista de Manchester, Peter Murray McDouall, em 1841:

A divisão das classes trabalhadoras [*labouring classes*] em muitos ofícios, vinculados a uma grande quantidade de pequenos patrões tornam sua sujeição fácil e sua submissão certa. É verdade que existem os sindicatos para proteger os salários, mas que poder elas podem possuir quando os negócios estão em crise? Pouco ou nenhum contra o capital e o poder combinado dos patrões... Elas são excelentes instrumentos, mas *se não tiverem o apoio do poder político, elas nunca podem alcançar a raiz dos males.*⁵

McDouall estava polemizando com líderes operários que valorizavam, em demasia, a luta sindical e desprezavam a luta política do cartismo. Ao destacar, mais tarde, os limites do sindicalismo, Engels estava expressando o espírito do cartismo, que tinha nascido da necessidade dos operários de irem além da mera luta econômica, e lutarem pelo poder político, como *meio* de cortar "a raiz dos males" (*the root of the evils*), ou seja, a exploração e a miséria das classes trabalhadoras inglesas, produzida pelo *factory system*.

1.1. Industrialização e crise capitalista

É sobre a obra clássica do jovem Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, que concentraremos a nossa atenção. Ela foi, de fato, um produto típico do contato privilegiado que Engels teve com os resultados do capitalismo industrial em plena constituição. A Inglaterra era, no cenário mundial, a primeira economia industrial de vulto. Utilizava a força de 1 milhão de cavalos em suas máquinas a vapor, produzia 2 milhões de jardas (aproximadamente 1 milhão e 800 mil metros) de tecidos de algodão por ano, e mais de 17 milhões de toneladas de carvão; importava e exportava 170 milhões de libras esterlinas em mercadorias em um só ano. Seu comércio era duas vezes superior ao da França, seu mais próximo competidor. Seu consumo de algodão era duas vezes superior aos dos EUA, quatro vezes superior ao da França. Produzia mais da metade do total de lingotes de ferro do

5. Extraído de Neville KIRK, "In Defence of Class" in *Internacional Review of Social History*, vol. XXXII, 1987-1, p.17

mundo economicamente desenvolvido e consumia duas vezes mais por habitante do que a Bélgica, o segundo país mais industrializado, três vezes mais que os EUA, e quatro vezes mais que a França. Cerca de 200 a 300 milhões de libras de investimento de capital britânico - 1/4 nos EUA, quase 1/5 na América Latina - traziam dividendos e encomendas para os capitalistas ingleses de toda parte do mundo. A Inglaterra era, de fato, a "oficina do mundo".⁶

Foram impressionantes as transformações ocorridas no panorama do capitalismo inglês em pouco mais de meio século de revolução industrial. A produção de tecidos de algodão saltou de 40.000.000 de jardas, em 1785, para mais de 2.000.000.000 em 1850; as exportações dessa mercadoria, que eram pouco superior a 200.000.000 de jardas em 1820, já alcançavam, em 1840, a cifra de 790.000.000 de jardas. A quantidade de teares mecânicos aumentou velozmente: 2.400 em 1813, 55.000 em 1829, 85.000 em 1833, 224.000 em 1850. Entre 1830 e 1850, a produção de carvão foi mais que triplicada, a de ferro foi quase quadruplicada. A taxa de crescimento da produção industrial inglesa comprova essa notável evolução do capitalismo da grande fábrica. O crescimento percentual por década apresentou a seguinte variação: 1800/1810 - 22,9% ; 1810/1820 - 38,6% ; 1820/1830 - 37,2% ; 1830/1840 - 37,4% ; 1840/1850 - 39,3%.⁷

Os resultados sociais desse crescimento econômico acelerado foram marcantes (e perversos). Primeiro, a *urbanização acelerada*. Em 1750 só existiam duas cidades inglesas com mais de 50.000 habitantes - Londres e Edimburgo; em 1801 já havia oito e em 1851, 29, inclusive nove com mais de 100.000 habitantes. As grandes cidades que compunham o panorama da sociedade industrial descrito pelo jovem Engels eram cidades cobertas de fumaça e impregnada de imundície. Seus serviços públicos básicos - abastecimento básico, esgotos sanitários, espaços abertos, etc - não podiam acompanhar a migração maciça de pessoas, produzindo assim, sobretudo depois de 1830, epidemia de cólera e febre tifóide. As novas populações urbanas, às vezes inteiramente desconhecedoras do que fosse a vida nas cidades (como, por exemplo, os irlandeses), apinhavam-se em cortiços superlotados e lúgubres.

As grandes cidades, principalmente as localizadas nos distritos industriais, tais como Lancashire, Manchester ou Yorkshire, eram constituídas, em sua grande maioria, por proletários, a classe social produto da primeira Revolução Industrial. Esse foi, para Engels, o ambiente privilegiado para estudar a situação do proletariado inglês (ele dedicou todo um capítulo de sua obra às grandes cidades). No capítulo intitulado "As Grandes Cidades", ele disse:

Em toda parte, indiferença bárbara, dureza egoísta, de um lado, e miséria indestrutível, por outro lado; em toda parte guerra social, a casa de cada um em estado de sítio; em toda parte pilhagem recíproca com cobertura da lei e tudo com um cinismo e uma franqueza tais que nos assustamos com as consequências do nosso estado social, tais como aqui nos aparecem na sua nudez e que já nada nos espanta, exceto que este mundo louco ainda não tenha se desmembrado.⁸

6. Eric J. HOBBSBAWM, *A Era das Revoluções (1789-1848)*, p.68

7. Eric HOBBSBAWM, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, pp.60-64

8. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.36

É interessante a impressão que De Tocqueville, contemporâneo do jovem Engels, teve de Manchester, em 1835. Disse ele:

Dessa vala imunda, a maior corrente da indústria humana flui para fertilizar o mundo todo. Deste esgoto imundo, jorra ouro puro. Aqui a humanidade atinge o seu mais completo desenvolvimento e sua maior brutalidade, aqui a civilização faz milagres e o homem civilizado torna-se quase um selvagem.⁹

Um outro resultado social marcante desse crescimento econômico propiciado pela primeira Revolução Industrial inglesa foi a impressionante *polarização social*. Um cronista da época fez a seguinte observação com relação a Manchester:

Não existe uma só cidade no mundo em que a distância entre os ricos e os pobres seja tão grande ou onde seja tão difícil transpor a barreira entre eles.

E prosseguiu:

Há muito menos comunicação *pessoal* entre o proprietário da fiação de algodão e seus trabalhadores, entre o estampador de algodão e os seus rapazes de mãos azuis, entre o mestre alfaiate e seus aprendizes, do que entre o Duque de Wellington e o mais ínfimo camponês de sua propriedade.¹⁰

O contexto social e histórico que o jovem Engels encontrou em Manchester de 1842 estava marcado pela *crise*, a primeira grande crise do capitalismo inglês. Engels chegou à Inglaterra durante os momentos finais da pior recessão do período inicial do industrialismo inglês. Era um período de combustão social espontânea, cujo ápice foi alcançado com a não planejada *greve geral*, ocorrida no verão de 1842. Na verdade, durante a década de 1830 e primórdios da década de 1840, rajadas sucessivas de insatisfação social abateram-se sobre a Inglaterra - ludditas e radicais, sindicalistas e socialistas utópicos, democratas e cartistas. Nunca o povo inglês tinha se mostrado tão contínua, profunda e às vezes desesperadamente insatisfeito. No final d'*A Situação da Classe Trabalhadora*, Engels expressou o espírito da época:

Em nenhum lugar é mais fácil fazer profecia do que na Inglaterra, porque nesse país o desenvolvimento da sociedade é muito claro e bem traçado.

E destacou:

A revolução *tem de vir obrigatoriamente*, já é muito tarde para encontrar uma solução pacífica para o conflito.¹¹

Na verdade, o jovem Engels tinha chegado em Manchester plenamente convencido da profecia de Moses Hess, em *A Triarquia Européia* (*Die Europäische Triarchie*), segundo o qual a Inglaterra seria a portadora de uma revolução social, que consumaria e transcenderia a revolução religioso-filosófica da Alemanha, e a revolução política da França¹² Portanto, seria na Inglaterra que ocorreria "uma revolução mais universal", uma *revolução social*.

9. Extraído de Eric HOBSEBAWM, *A Era das Revoluções (1789-1848)*, p. 43

10. Extraído de Eric HOBSEBAWM, *op.cit.*, p.81

11. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.331

12. Gareth Stedman JONES, "Retrato de Engels" in *História do Marxismo*, vol.1, p.398

Toda aquela situação criada pela primeira industrialização, compunha o quadro de uma verdadeira revolução. Num de seus artigos para o *Vorwärts*, escrito em 31 de agosto de 1844, disse Engels:

A revolução inglesa é uma revolução social, o que quer dizer que tem maior amplitude e fala mais profundamente que qualquer outra. Nenhum campo do conhecimento humano e das relações humanas, por distante que se encontre, tem deixado de contribuir com esta revolução.

E destacou:

A revolução social é, certamente, a verdadeira revolução, em que necessariamente haverão de desembocar a revolução política e a filosófica.¹³

Entretanto, esta não foi uma crise "final", como pensou o jovem Engels, mas uma mera crise de crescimento. Apesar disso, não podemos subestimar sua seriedade. Toda a tensão desse período de 1829-1846 deveu-se a essa soma de angústias: as classes trabalhadoras desesperavam-se porque não tinham o suficiente para comer, enquanto os capitalistas desesperavam-se por acreditarem plenamente que os métodos políticos e fiscais vigentes estavam sufocando a economia.

Certamente, o período entre 1780 e 1840 afigura-se para nós como a fase inicial do capitalismo industrial. Entretanto, não poderia ser essa também a fase final? Assim, foi nesse contexto histórico, de crise estrutural do capitalismo em constituição, uma crise em precedentes, que parecia ser a final, que o jovem Engels elaborou, pela primeira vez, os fundamentos da concepção marxista sobre os limites do sindicalismo.

1.2. A concorrência - a categoria central da sociabilidade burguesa

Nesse fecundo contexto de industrialismo e crise, o jovem Engels conseguiu apreender um dos elementos essenciais da sociabilidade burguesa sob o capitalismo liberal: a categoria da *concorrência* (um dos capítulos d'*A Situação da Classe Trabalhadora* foi dedicado a essa categoria).

Para Engels, uma das principais condições para ocorrer uma revolução social estava plenamente posta na sociedade inglesa daquela época: a *exacerbação do egoísmo e da fragmentação entre os homens*. A revolução social ocorreria na Inglaterra, segundo ele, porque na sociedade inglesa teríamos, em sua mais plena manifestação, o que era próprio da sociabilidade burguesa: *a guerra de todos contra todos, o homo homini lupus, o crescente individualismo de tipo hobbesiano, posto pelas relações de mercado, que penetrava todas as esferas da vida humana*.

É muito interessante uma impressão fornecida por Engels sobre a multidão das ruas da cidade de Londres, na época com cerca de 3,5 milhões de habitantes. Londres era a capital da nação mais industrializada do mundo, uma grande cidade onde afluíam pessoas dos mais diversos países e culturas. Eis como Engels descreveu o cotidiano de uma grande cidade de um país capitalista em constituição:

Essas centenas de milhares de pessoas de todos os Estados e todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos seres humanos* possuindo as mesmas qualidades e capacidades e o mesmo interesse na procura da felicidade? E não deverão, enfim, procurar a felicidade com os

13. Friedrich ENGELS, "La Situacion en Inglaterra" in ENGELS-Escritos de Juventud, vol.2, p.209

mesmos métodos e processos? E, contudo, essas pessoas cruzam-se apressadas como se nada tivessem em comum, nada a realizar juntas, e a única convenção que existe entre elas é o acordo tácito pela qual cada um ocupa a sua direita no passeio, a fim de que as duas correntes da multidão que se cruzam não se constituam mutuamente obstáculo; e, contudo, não vem ao espírito de ninguém a idéia de conceder a outro um olhar sequer. Essa indiferença brutal, esse isolamento insensível de cada indivíduo no seio de seus interesses particulares são tanto mais repugnantes e chocantes quanto é maior o número desses indivíduos confinados nestes reduzidos espaços. E mesmo quando sabemos que esse isolamento do indivíduo, esse egoísmo mesquinho, é em toda parte o *princípio fundamental da sociedade atual*, em parte alguma ele se manifesta com uma impudência, uma segurança tão completa como aqui, precisamente na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em células, das quais cada uma tem um princípio de vida próprio e um objetivo particular, essa atomização do mundo, é aqui levada ao extremo.¹⁴

O jovem Engels punha, como " princípio fundamental da sociedade burguesa ", o *egoísmo*, ou seja, aquilo que os teóricos liberais, como Thomas Hobbes, John Locke e Jeremy Bentham, expressaram, em suas obras políticas e econômicas, como o princípio do individualismo possessivo.¹⁵ Tanto o pessimismo hobbesiano, como o utilitarismo benthaniano, expressavam aquilo que estava posto no cotidiano do capitalismo em constituição: a "guerra de todos contra todos", e o fato de as pessoas não se considerarem reciprocamente senão como sujeitos utilizáveis. Nas condições da Inglaterra da primeira metade do século XIX, sob a emergência do capitalismo concorrencial, um período de ascensão das relações sociais capitalistas, esse modo de ser da sociabilidade humana sob o capital, ganhava força marcante, em virtude de os homens e as mulheres estarem plenamente entregues ao *mercado* (a intervenção governamental existia apenas para pôr a vigência do mercado possessivo.)¹⁶

No ensaio intitulado *Esboço de uma Crítica da Economia Política*, publicado em janeiro de 1844, Engels reconheceu que

a concorrência é a grande mola que impulsiona incansavelmente a nossa ordem (ou antes: a nossa desordem) social, que envelhecendo sem vontade a cada novo esforço dispense também uma parcela das suas forças declinantes.¹⁷

No capítulo intitulado " A Concorrência " (n' *A Situação da Classe Trabalhadora*), Engels disse:

A concorrência [die Konkurrenz] é a expressão mais acabada da guerra de todos contra todos [Kriegs Aller gegen Alle] que caracteriza a sociedade burguesa moderna. Essa guerra, guerra pela vida, pela existência, por *tudo*, e que, dadas as circunstâncias, pode ser uma guerra de morte, põe em luta não só as diferentes classes da sociedade, mas também os diferentes membros dessa classe.

14. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.36

15. Tanto Engels quanto Marx, particularmente em seus escritos econômicos iniciais, consideravam que o essencial da sociedade capitalista devia ser encontrado na concorrência, na oferta e demanda, ou seja, no mercado ou sistema de trocas (ver Martin NICOLAUS, " Proletariado e Classe Média em Marx ", p.35) Para uma análise da evolução do pensamento econômica de Marx, ver Ernest Mandel, *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*)

16. C.B. MACPHERSON, *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*, p.74

17. Friedrich ENGELS, " Esboço de Crítica de la Economia Política " in ENGELS - *Escritos de Juventud*, p.182

Cada um impede o caminho do outro, e é por isso que todos procuram eliminar quem quer que lhes atravesse no caminho e lhes tente tomar o lugar.¹⁸

O que nos interessa destacar é que, para o jovem Engels, a concorrência não existe apenas entre os capitalistas, mas também *entre os próprios trabalhadores*. Disse ele:

Ora, essa concorrência dos trabalhadores entre si é o que há de pior nas condições atuais do proletariado, é a arma mais afiada da burguesia na sua luta contra o proletariado.¹⁹

Para Engels, os sindicatos, as coalizões de operários, seriam *os primeiros esforços dos trabalhadores para suprimir a concorrência*:

Daí os esforços dos trabalhadores para suprimir essa concorrência, associando-se [durch Assoziationen aufzuheben]; daí, a fúria da burguesia contra essas associações [Assoziationen] e seus gritos de triunfo a cada derrota que conseguem infringir-lhes.²⁰

É pelo fato de os operários tentarem suprimir um dos princípios fundante da sociedade burguesa - a concorrência entre eles mesmos, que os capitalistas levantam-se furiosos contra essas unions operárias. É por isso que eles mantêm, segundo Engels, uma hostilidade contínua contra a organização permanente do proletariado industrial, daquela grande massa de trabalhadores não qualificados, sem nenhuma tradição associativa, sem nenhum poder de barganha com os patrões, totalmente à merce das forças do mercado. Para o jovem Engels, se as unions operárias se generalizassem, tenderiam a subverter a ordem burguesa. A partir do momento em que os operários se associassem, se organizassem de forma geral, seja nos sindicatos, seja no partido cartista, a lei da "guerra de todos contra todos", começaria a desmoronar.

1.3. A condição operária na Inglaterra de 1842

Em sua obra clássica *A Situação da Classe Trabalhadora*, Engels procurou tratar, nos primeiros capítulos, da condição operária, descrevendo, de forma magistral, o cotidiano do proletariado industrial das grandes cidades, e a concorrência que existia entre eles - uma concorrência provocada pela competição por postos de trabalho entre proletários ingleses e imigrantes irlandeses (Engels dedicou um pequeno capítulo à imigração irlandesa. Segundo ele, "o rápido desenvolvimento da indústria inglesa não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva: a numerosa e miserável população da Irlanda." 21).

Depois, no capítulo intitulado "Os Resultados" [Resultate], ele procurou tratar do impacto do desenvolvimento industrial sobre a "situação física, moral e intelectual" da classe trabalhadora.

Primeiro, Engels destacou que a condição do proletário no interior da grande fábrica era de total submissão aos capitalistas. Nela "o industrial é o legislador absoluto", destacou ele. O *excesso da jornada de trabalho* absorvia todo o tempo disponível dos operários (o alongamento da jornada de

18. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p. 93 (Werke, band 2, p. 306)

19. Friedrich ENGELS, op.cit. p.94

20. Friedrich ENGELS, op.cit., p.94 (Werke, band 2, p.307)

21. Friedrich ENGELS, op.cit. p.109

trabalho era fonte de extração de mais-valia absoluta, forma dominante de acumulação de capital no capitalismo em constituição). O operário era rebaixado, na observação de Engels, à "condição de animal", visto que estava submetido a um trabalho que mal lhe deixava tempo livre para comer e dormir, "nem lhe permitindo fazer exercícios ao ar livre e gozar a natureza, sem falar na atividade intelectual." ²²

As consequências dessa condição do proletário, que tinha, literalmente, o seu *tempo de vida* reduzido a *tempo de trabalho*, eram funestas para o seu desenvolvimento moral, físico e intelectual. Por exemplo, o consumo desenfreado de bebidas alcoólicas (que levava ao agravamento da situação material do operário, além de abalar a sua saúde física e mental e causar a ruína da vida familiar) era comum entre a massa de trabalhadores proletários, explorados, jogados em cortiços, onde se misturavam o frio e a imundície, mergulhados na total desmoralização. Além desse *alcoolismo* em massa, Engels destacou o *desregramento sexual* entre os proletários como consequência dessa condição operária:

Quando se colocam pessoas numa situação que só pode convir ao animal, só lhe resta revoltarem-se ou mergulharem na bestialidade. ²³

De fato, a sociedade inglesa retratada pelo jovem Engels n' *A Situação da Classe Trabalhadora* era uma sociedade degradada e em plena decomposição, onde o afrouxamento de todos os laços sociais levava ao desprezo pela ordem social.

Outrossim, Engels destacou o crescimento dos *crimes contra a propriedade*, segundo ele, uma forma de rebeldia contra a exploração e miséria social produzida pelo *factory system*:

As crônicas dos jornais londrinos ainda são piores: fraudes, roubos, assaltos à mão armada e disputas familiares acumulam-se nelas. ²⁴

Mas o jovem Engels não colocou apenas como causa da degradação moral e intelectual do proletariado o alongamento da jornada de trabalho. No mesmo espírito dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, escritos pelo jovem Marx, em Paris, em 1844, Engels chegou a exercer a crítica da *forma do trabalho*. Segundo ele, com a introdução da máquina,

a atividade do operário encontra-se facilitada, o esforço muscular reduzido e o próprio trabalho é insignificante, mas extremamente monótono [die Arbeit selbst unbedeutend, aber eintönig im höchsten Grade]. Ele não lhe oferece nenhuma possibilidade de trabalho intelectual e, contudo, absorve-lhe a atenção a ponto de o operário, para cumprir a sua tarefa, não poder pensar em mais nada. ²⁵

Mais adiante, ele disse:

Dissimula-nos que todos os aperfeiçoamentos atiram cada vez mais para a máquina, o verdadeiro trabalho, o trabalho fatigante, transformando assim o trabalho de adultos em simples vigilância que também pode ser exercida por uma mulher fraca, e mesmo por uma criança, o que eles

22. Friedrich ENGELS, op.cit., p.139

23. Friedrich ENGELS, op.cit. p.148

24. Friedrich ENGELS, op.cit., p.151

25. Friedrich ENGELS, op.cit., p.139 (Werke, band 2, p.347)

efetivamente fazem pelo terço ou metade do salário de um operário; que por consequência os homens adultos são cada vez mais afastados da indústria e nunca mais são reempregados nesta produção crescente.²⁶

Esse trabalho obrigatório - vigiar máquinas, reatar fios quebrados, etc. - que debilitava tanto o organismo como a mente dos proletários, causando o enfraquecimento intelectual, não são atividades, segundo Engels, que exigissem do operário um esforço de pensamento mas, além disso, impedem-no de ocupar o espírito com outros pensamentos.²⁷

Engels chegou a dizer, numa lamentação muito próxima da crítica romântica do cartismo ao mundo industrial:

o operário perdeu a liberdade de escolher a suas horas de trabalho e tornou-se escravo da sirene.²⁸

Engels enfocou não apenas a condição operária no *espaço da produção*, no interior das fábricas, mas principalmente a condição de homens, mulheres e crianças operárias no seu cotidiano fora das fábricas, o *espaço da reprodução social*, que possuía um papel decisivo na formação da identidade e consciência proletária.

Ao analisar as grandes cidades, Engels estava interessado, portanto, em saber como viviam os operários fora das fábricas. Por exemplo, depois de uma minuciosa descrição dos bairros operários de Manchester, ele disse:

Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza, nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bastante bestial,

26. Friedrich ENGELS, *op.cit.* p.160

27. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.199

28. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.199. Em 1845, o jovem Engels já conhecia Karl Marx e tinha tomado conhecimento dos seus *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. Ao passar por Paris, em agosto de 1844, antes de chegar a Barmen, na Alemanha, Engels teve o seu primeiro encontro com Marx. Numa carta escrita no início de outubro de 1844, Engels disse: "Deves ocupar-te de que os materiais que estais reunindo sejam lançados logo ao mundo." ("Cartas de Engels a Marx" in Engels-Obras de Juventud, p.717). Engels estava se referindo aqui ao trabalho projetado por Marx com o título de "Crítica da Política e da Economia Política". Dos manuscritos de Marx só se conservou uma parte que hoje leva o nome de *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 (ou "Manuscritos de Paris"). É interessante que o jovem Marx, com um espírito mais agudo para as grandes generalizações, tenha desenvolvido nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, uma crítica da *forma do trabalho*, fundamentando, em termos analíticos, as observações empíricas de Engels. Marx fez observações sobre o *trabalho estranhado* [Entfremdte Arbeit] (Engels não chegou a utilizar esse termo). Para Marx, o *estranhamento* não está só na relação do proletário com os *produtos do trabalho*, mas também no próprio *processo de trabalho*, no interior da atividade produtiva. Disse Marx: "No estranhamento do objeto do trabalho [der Entfremdung des Gegenstandes der Arbeit], só se resume o estranhamento, a alienação na atividade mesma do trabalho [nur die Entfremdung, die Entläusserung in der Thätigkeit der Arbeit selbst]" (Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p. 162 (MEGA, I,2 p.367)) E continuou: "O trabalho é *exterior* [äusserlich] ao trabalhador, quer dizer, não pertence à sua natureza [in seinen Wesen gehört]; portanto, ele não se afirma no trabalho, mas nega-se a si mesmo, não se sente bem, mas infeliz, não desenvolve livremente as energias físicas e mentais, mas esgota-se fisicamente e arruína o espírito. Por conseguinte, o trabalhador só se sente em si fora do trabalho, enquanto no trabalho se sente fora de si. (Karl MARX, *op.cit.* p.162 (MEGA, I,2 p.367)) Mais adiante o jovem Marx disse: "Chega-se à conclusão de que o homem (trabalhador) só sente livremente ativo nas funções animais - comer, beber e procriar, quando muito, na habitação, no adorno, etc. - enquanto nas funções humanas se vê reduzido a animal. O elemento animal toma-se humano e o humano, animal." (Karl MARX, *op.cit.* p.162)

tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa.²⁹

Engels enfatizou em várias passagens, o impacto que o *factory system* teve sobre a *vida familiar*. A desagregação da família foi considerada por ele um produto do trabalho industrial, da máquina que elimina o operário adulto, que obrigava as mulheres a irem para a fábrica:

O trabalho da mulher na fábrica desorganiza inevitavelmente a família e essa desorganização tem, no estado atual desta sociedade baseada na família, as consequências mais desmoralizantes, tanto para os pais como para as crianças.³⁰

Engels lamentou que os homens sejam condenados aos trabalhos domésticos, já que as mulheres estão trabalhando nas fábricas:

Esta situação que tira o caráter viril do homem (sic) e a feminilidade da mulher, sem estar em condições de dar uma real feminilidade ao homem e à mulher uma real virilidade, esta situação degrada de maneira mais escandalosa os dois sexos e o que há de humano entre eles.³¹

Essa é a condição operária, descrita com tanto vigor e indignação pelo jovem Engels em 1844, após viver quase dois anos no país capitalista mais desenvolvido da época. Após esse relato empírico, ele afirmou:

É essa a situação do proletariado industrial inglês. Para onde quer que nos voltemos vemos uma miséria, permanente ou temporária, doenças provocadas pelas condições de vida ou de trabalho, a imoralidade, em todo lado o extermínio, a destruição lenta mas segura da natureza humana, tanto do ponto de vista físico como moral. Será esta uma situação duradoura?

E Engels respondeu:

Essa situação não pode durar e não durará. Os operários, a grande maioria do povo, não a querem. Vejamos o que eles dizem da sua situação (o grifo é de Engels).³²

Foi a partir daí que Engels tratou, num dos capítulos, intitulado "*movimentos operários*" [*Arbeiterbewegungen*], das diversas ações operárias, da menos consciente à mais consciente - dos crimes contra a propriedade e a destruição de máquinas, ao sindicalismo e cartismo. Enfim, formas de rebeldia operária contra a situação social criada pelo capitalismo industrial em constituição.

Percebemos que Engels tratou primeiro da *condição operária*, da materialidade objetiva do cotidiano das classes trabalhadoras nos seus mais diversos aspectos, para depois tratar dos *movimentos operários*, como uma resposta que os próprios operários davam a essa situação de degradação física, moral e intelectual produzida pelo *factory system*. Nessa perspectiva, os "*movimentos operários*"

29. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p. 77

30. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.166. Mais tarde, Marx e Engels escreveriam no *Manifesto Comunista*, de 1848: "Sobre que fundamento repousa a família atual, a família burguesa? No capital, no ganho individual. A família, na sua plenitude, só existe para a burguesia, mas encontra seu complemento na supressão forçada da família para o proletário e na prostituição pública." (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto do Partido Comunista*, p.92)

31. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p. 168

32. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.239

nascem, de forma espontânea, da própria condição operária. É um protesto, consciente ou não, contra as condições de vida e trabalho do proletariado sob a sociedade da grande indústria.

1.4. Os sindicatos

Engels iniciou destacando, no capítulo intitulado *movimentos operários*, que a revolta dos operários contra a burguesia começou pouco depois do início do desenvolvimento da indústria capitalista. De fato, a transição para a nova economia industrial criou a miséria e o descontentamento popular desesperado, generalizado e inigualavelmente profundo.

A primeira revolução industrial produziu “um deslocamento catastrófico nas vidas das pessoas comuns.”³³ Esses homens comuns, trabalhadores pobres, reagiam de forma individual ou coletiva. Para Engels, a primeira forma de revolta operária foi o *crime*:

O operário vivia na miséria e na indignação e via outros que gozavam de situação melhor. A sua razão não conseguia compreender por que era precisamente ele que tinha que sofrer nestas condições, ele que fazia bem mais pela sociedade do que um rico ocioso. Por outro lado, a necessidade venceu o respeito inato pela propriedade - começou a roubar.³⁴

De acordo com Engels, o roubo era a forma menos evoluída e menos consciente de protesto dos operários contra a burguesia. Era um método ineficaz, pois os delinquentes protestavam de forma isolada e individualmente, e eram facilmente esmagados pelo aparato policial. Enfim, não tinha o caráter de revolta de *classe*, mas sim de *indivíduos*.

Para Engels, a classe operária só começou a se opor, efetivamente, à burguesia, quando resistiu violentamente à *introdução das máquinas*, logo nos primórdios da Revolução Industrial. Entre 1811 e 1816, grupos de trabalhadores ingleses se rebelaram e destruíram máquinas da indústria têxtil, pois acreditavam que elas eram responsáveis pelo desemprego. O líder ou iniciador desses movimentos de destruidores de máquinas chamava-se, provavelmente, Ned ou King Ludd (daí, supõe-se, deriva o vocábulo inglês *luddite*). Embora o *luddismo* tivesse um certo caráter de classe, para Engels, esse tipo de movimento possuía muitas limitações:

Esta forma de oposição [as revoltas contra as máquinas - G.A] não existia senão isolada, limitada a certas localidades e não visava senão um só aspecto do regime atual [eine einzige Seite der jetzigen Verhältnisse]. Attingido o fim imediato, o poder da sociedade recaía com toda a sua violência sobre os recalcitrantes sem defesa e castigava-os como queria, enquanto continuavam a introduzir as máquinas. Era preciso encontrar uma nova forma de oposição [neue Form für die Opposition].³⁵

Engels forneceu-nos a perspectiva de uma evolução progressiva da consciência do proletariado industrial - do crime e do *luddismo*, os proletários passaram à luta sindical, à agitação política, finalmente, ao cartismo.

33. Karl POLANYI, *Origins of Our Time*, apud Eric J. HOBBSAWM, *Os Trabalhadores*, p.130.

34. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora*, p.242.

35. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.243 (Werke, band 2, p.432)

De fato, os movimentos operários do princípio do século XIX na Inglaterra - sindicatos, sociedades cooperativas ou de ajuda mútua, instituições operárias, jornais, agitação - proporcionaram uma resposta ao grito do proletariado. O que era verdadeiramente novo nesse movimento operário, era a *consciência de classe* e a ambição de classe. Não eram mais os "pobres" que se defrontavam com os "ricos", mas uma *classe* específica, a classe operária, trabalhadora, ou o proletariado, que enfrentava a dos patrões ou capitalistas.

Essa nova forma de oposição à burguesia, utilizada pelo proletariado industrial, uma forma de luta superior, segundo Engels, às revoltas contra as máquinas eram os sindicatos, coalizões operárias, que serviam de baluarte aos proletários em suas lutas contra os capitalistas. A difusão deles ocorreu após as classes trabalhadoras terem obtido, em 1824, o *direito à livre associação*, com a revogação dos *Combinations Acts*.

Na verdade, os trabalhadores assalariados ingleses, principalmente os artífices qualificados, sempre se organizaram em algum tipo de *combinations*, só que, como eram clandestinas, não tinham conseguido grandes resultados - a clandestinidade paralisava o seu desenvolvimento. Com a derrubada dos *Combinations Acts*, deu-se ampla liberdade para a formação de sindicatos entre os operários. Ocorreram, então, a atuação aberta de muitas coalizões operárias que viviam na clandestinidade e o surgimento de grandes *unions*, principalmente entre os operários das grandes indústrias.³⁶ Os *Combinations Acts* eram utilizados principalmente contra o proletariado mais pobre e desqualificado das indústrias do norte da Inglaterra, principalmente os proletários das minas de carvão e da indústria têxtil, que não podiam aspirar a organizar-se com muita eficácia, a não ser que operassem sobre distritos muitos extensos (os operários qualificados, artífices especializados, concentrados em Londres, mesmo sob os *Combinations Acts*, chegaram a se associar abertamente).

Em 1824, muitas uniões operárias saíram da clandestinidade e, aproveitando o período de prosperidade econômica, fizeram uma onda de greves. O Parlamento inglês, alarmado com a violência das greves, criou, em 1825, uma nova lei que reduzia, de forma significativa, o campo de atuação dos sindicatos. Por exemplo, eles não poderiam recorrer a nenhuma forma de violência ou intimidação contra os "fura-greves" ou patrões intransigentes. O governo imaginou que esta nova lei pudesse limitar os sindicatos a atividades inofensivas, inclusive beneficentes, tais como ajudar membros incapacitados, enfermos ou sem trabalho. Mas não foi o que aconteceu; 1825 foi um ano de crise. Ocorreram inúmeras greves operárias contra a redução de salários, prática comum entre os capitalistas durante os períodos de depressão econômica. Os sindicatos sofreram duros golpes dos capitalistas. Apesar disso, durante os anos de depressão, eles voltaram a crescer e os operários trataram de formar

36. A derrubada dos *Combinations Acts* deve-se aos esforços combinados do mestre-artesão Francis Place, um dos líderes do movimento dos trabalhadores de Londres, e uma corrente da opinião pública liberal, entre eles o economista J.R. McCulloch. Eles instigaram o parlamentar radical Joseph Hume a propor à Câmara dos Comuns o fim dessas leis anti-sociais. Os liberais acreditavam que dando direito ilimitado de associação aos trabalhadores, eles chegariam a compreender, por si mesmos, que nada poderiam fazer contra as "leis inextráveis da economia política". Diziam que a proibição das *trade unions* estava fomentando falsas esperanças acerca das reais possibilidades de a luta sindical servir para aumentar salários. Além disso, os *Combinations Acts* estavam criando desavenças entre mestres e jornaleiros (*workmen*), dificultando o desenvolvimento do ofício. (G.D.H. COLE, *A History of Socialist Thought*, vol.1, pp.125-126; Henry PELLING, *A History of British Trade Unionism*, p.20)

uniões cada vez mais amplas para enfrentar, de forma eficaz, os capitalistas (foi nesse período que surgiram, principalmente entre o proletariado industrial, as experiências dos *general union*, os *sindicatos gerais*³⁷).

O jovem Engels enfatizou que, após a revogação dos *Combinations Acts*, os sindicatos puderam desenvolver-se plenamente, conseguindo demonstrar na prática cotidiana que eram uma *nova forma de oposição operária*, que os próprios proletários reconheciam como mais eficaz que as outras formas de revoltas contra os capitalistas:

Quando os operários obtiveram em 1824 o direito de livre associação, essas uniões [*diese Verbindungen*] estenderam-se rapidamente por toda a Inglaterra e tornaram-se poderosas. Em todos os ramos da indústria constituíram-se organizações semelhantes (*trades unions*) com a intenção manifesta de proteger o operário isolado contra a tirania e a incúria da burguesia.³⁸

Logo a seguir, Engels enumerou os *objetivos dos sindicatos*:

Os seus fins eram fixar o salário, negociar em *masse*, enquanto *força*, com os patrões, regulamentar os salários em função do lucro do patrão, aumentá-los no momento propício e mantê-los ao mesmo nível para cada ramo de trabalho.³⁹

Os sindicatos orientavam os operários a não trabalharem para os capitalistas que se recusassem a aceitar a escala de *salários por peça* negociada para aquele ramo de indústria (os *salários por peça*, eram a forma de salário utilizada nas grandes indústrias têxteis). Além disso, eles lutavam contra a redução de salários, estratégia muito utilizada pelos capitalistas em épocas de crise (a crescente contratação de aprendizes - crianças e mulheres, que ganhavam um salário mais baixo e ocupavam o lugar dos operários adultos - e a introdução de *máquinas* eram as formas mais freqüentes que os capitalistas utilizavam para reduzir salários). Outrossim, os sindicatos procuravam ajudar financeiramente os operários desempregados através da caixa da associação.

1.5. Os limites do sindicalismo

Mas, após expor o desenvolvimento (e os objetivos) dos sindicatos, enquanto “nova forma de oposição” à burguesia, Engels começou a enumerar as dificuldades encontradas por eles durante o encaminhamento das lutas dos proletários industriais.

37. Os grandes *sindicatos gerais*, como o *Grand Union of the Operative Spinners of the Great Britain and Ireland*, idealizado pelo operário John Doherty em 1829, o *General Union of the Carpenters and Joiners*, criado em 1827, ou ainda o *Operative Builders Union* com seu *Builders' Parliament*, todos fracassaram, não apenas como meio para conquistar melhores salários para grupos organizados de trabalhadores, mas também, como foi o caso da *Grand National Consolidated Trade Union*, criada em 1834 e influenciada pelo *owenismo*, como meio para derrotar a sociedade existente e estabelecer uma nova sociedade. (Henry PELLING, *A History of British Trade Unionism*, p.28). De certo modo, o fracasso dos *sindicatos gerais*, entre 1829 e 1834, deu consciência aos líderes operários da necessidade de uma agitação política para transformar a condição de vida do proletariado inglês, principalmente durante as épocas de crise, quando os limites do sindicalismo eram postos plenamente. (G.D.H. COLE, *A History of Socialist Thought*, vol.2, p.144)

38. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p. 244 (*Werke*, band 2, p.433)

39. Friedrich ENGELS, op.cit. p.244

Engels colocou que os meios que os sindicatos utilizavam para atingir seus objetivos, caso fracasassem as negociações com os capitalistas (isto, se os capitalistas se dispusessem a negociar), eram as *greves*, a paralisação do trabalho. No entanto, ele reconheceu que esses *meios legais* eram muito ineficazes

visto que há operários que não fazem parte da associação, ou que se afastam dela por vantagens efêmeras oferecidas pela burguesia. Principalmente nesses casos de greves parciais [*partialen Arbeitseinstellungen*], o industrial consegue recrutar homens suficientes entre estas ovelhas negras (chamados *knobsticks*) e deste modo fazer fracassar os esforços dos operários membros da associação.⁴⁰

Ora, as condições adversas de trabalho industrial impunham aos proletários das fábricas a *necessidade de solidariedade e lealdade*. De início, os proletários mantinham-se unidos pelo fato de que, trabalhar junto e em grande número, colaborando uns com os outros em uma mesma tarefa, e apoiando-se mutuamente, constituía sua própria vida. A solidariedade inquebrantável era sua única arma, pois somente desse modo eles poderiam demonstrar seu modesto, mas decisivo ser coletivo. O primeiro mandamento do código moral do proletariado industrial era “não ser furador de greve” (ou palavra de efeito semelhante). Aquele que deixasse de ser solidário, tornava-se o Judas de sua comunidade.

Engels forneceu alguns exemplos de *knobsticks*, ou seja, “fura-greves”, que chegaram a sofrer a justiça dos operários. Os proletários não admitiam a quebra da solidariedade em um momento de luta (particularmente porque, sem uma coesão férrea por parte deles, todo esforço de luta contra os patrões era infrutífero). Foi o caso, por exemplo, de uma greve nas fábricas da indústria têxtil de Oakbank e de Mile End em 1837, descrito por Engels:

houve distúrbios no decorrer dos quais uma dúzia de *knobsticks* foram severamente maltratados; em julho do mesmo ano, os distúrbios continuaram e um tal de Smith, um *knobstick* foi maltratado, morrendo em consequência disso.⁴¹

Os “fura-greves” geralmente eram objeto de ameaças, de injúria, de agressões por parte dos operários-membros dos sindicatos. Os capitalistas não demoravam em denunciar à justiça essas medidas de intimidação feita pela associação. No primeiro ato que infringia a lei, quase sempre a força da associação era quebrada e, como disse Engels, “para o burguês a lei é sagrada, porque é obra sua, votada com o seu acordo, para sua proteção e vantagem.”⁴²

Essa *quebra de solidariedade* entre os operários, promovida pela lógica da concorrência, foi considerada por Engels um dos limites das greves operárias (e da própria eficácia da prática trade unionista). Ele sabia que os proletários das grandes fábricas, essa massa de trabalhadores não qualificados, estavam totalmente submetidos à lei da oferta e da procura no mercado de trabalho, sendo por isso descartáveis com facilidade, podendo ser substituídos por outros proletários

40. Friedrich ENGELS, op.cit. p.245 (Werke, band 2, p.434)

41. Friedrich ENGELS, op. cit. p.250

42. Friedrich ENGELS, op.cit., p.256

desempregados que compunham a população excedente. Sendo assim, o proletariado industrial tinha, portanto, grandes dificuldades para tornar eficaz (e efetiva) a prática sindical e seus meios de luta:

A história dessas associações é uma longa série de derrotas dos trabalhadores, interrompidas por algumas vitórias esporádicas. É natural que todos esses esforços não consigam mudar as leis da economia, que o salário seja regido pela relação da procura e da oferta no mercado de trabalho.

E destacou:

É por isso que as associações nada podem contra as grandes causas que agem sobre esta relação [alle grossen Ursachen, die auf dies Verhältnis wirken, ohnmächtig].⁴³

Mas, se os sindicatos tinham imensas dificuldades de conquistar uma solidariedade inquebrantável entre os proletários para a luta por salários, esse, segundo Engels, não era ainda o seu maior limite.

O verdadeiro limite da prática sindical, para o jovem Engels, estava na impotência das trade unions diante das crises cíclicas da economia capitalista. Esse era o traço essencial das limitações do sindicalismo, da sua ineficácia diante das lutas contra as usurpações dos capitalistas:

Em caso de crise econômica, a própria associação é obrigada a reduzir o salário, ou a dissolver-se completamente; e no caso de uma alta importante da procura no mercado de trabalho, não pode fixar o salário a um nível mais elevado do que aquele que a concorrência entre capitalistas determinaria por si mesmo.⁴⁴

Na perspectiva do jovem Engels, a própria sobrevivência dos sindicatos estava ameaçada pelas crises; seu futuro tornava-se incerto, totalmente à merce das flutuações da economia capitalista, nada podendo fazer para mudar os estigmas da existência proletária, que tendiam a generalizar-se para todas as classes trabalhadoras - falta de segurança, incerteza e o risco da pobreza absoluta (mesmo os operários mais qualificados, os artífices especializados, que já começavam a fazer parte de uma aristocracia operária, tenderiam em converter-se, com a introdução da maquinaria, em proletários. O que significava, poderíamos supor, que, para Engels, os sindicatos de ofício - a forma de sindicalismo predominante naquela época tenderia a definhar, com o predomínio completo da lógica do mercado.)

Nos períodos de depressão econômica, a impotência dos sindicatos, segundo Engels, tornava-se quase total. O que não significava que os operários deixassem de fazer greve. Entretanto, a greve durante os momentos de crise tendia a ter resultados funestos e demonstrava, por si só, os limites da luta sindical num período de crise:

Nesse caso, a fome obriga pouco a pouco os operários a retomarem o trabalho em quaisquer condições; e, desde que alguns o tenham retomado, acaba a força da associação, porque estes knobistics, e também os estoques de mercadorias que ainda restam no mercado, colocam a burguesia em condições de suportar as mais graves conseqüências da perturbação acarretada pela greve.⁴⁵

43. Friedrich ENGELS, op.cit., p.246

44. Friedrich ENGELS, op.cit., p.246

45. Friedrich ENGELS, op.cit., p.247

Além disso, em uma época de crise, os fundos dos sindicatos esgotavam-se rapidamente devido ao grande número de operários que era preciso socorrer. Engels prosseguiu:

Os comerciantes começam a recusar o crédito que antes consentiam a juros elevados e a necessidade força os operários a voltar ao jugo da burguesia.⁴⁶

Essa constatação feita pelo jovem Engels tinha apoio na própria experiência histórica do movimento operário inglês. Durante os períodos de depressão econômica, o proletariado industrial tendia a apoiar, com mais ímpeto, a agitação política (foi o caso dos anos de 1838-42 e 1847-48 - épocas de formação e ascensão do cartismo). Nas épocas de prosperidade industrial e comercial, os operários tendiam a dar novos ímpetos à prática sindical.⁴⁷

A dinâmica histórica entre ciclos da economia capitalista e movimentos operários comprova o que o jovem Engels tinha constatado (e que Marx tornaria explícito mais tarde): a total submissão da prática sindicalista à lógica do movimento do capital, a sua vinculação estrutural às flutuações cíclicas da economia capitalista, causa maior de seus limites intransponíveis denunciados por Marx e Engels.

1.6. O valor dos sindicatos e das greves

Apesar de indicar os limites dos sindicatos, incapazes de mudarem as *grandes causas* que regem o salário, ou seja, a condição de precariedade e exploração dos operários, Engels não deixou de reconhecer o alcance que as *unions* operárias possuíam nos embates contra as *causas de menor importância*, que promoviam a degradação das condições de vida e trabalho dos proletários.

Segundo ele, os sindicatos poderiam servir para conter a ânsia dos capitalistas que, na concorrência entre si, procuravam tornar cada vez mais precária e miserável a condição dos operários, mesmo em períodos de bons negócios:

No que diz respeito às causas de menor importância e cujo efeito não é generalizado, eles podem muito. Se o industrial não contasse com uma oposição concentrada e maciça da parte dos seus operários, baixaria gradualmente, cada vez mais, os salários, para aumentar o seu lucro; a luta que tem de manter contra os seus concorrentes, os outros industriais, obrigá-lo-ia a isso e em breve o salário atingiria o seu nível mínimo.⁴⁸

Desse modo, Engels reconheceu o *caráter fundamental* da luta dos sindicatos - a sua *defensividade* diante dos abusos dos capitalistas. Eles tenderiam a funcionar apenas como um escudo contra a estratégia dos capitalistas individuais, que na concorrência entre si procuravam reduzir salários (ou prolongar e intensificar a jornada de trabalho), como uma forma de aumentar os lucros (essa estratégia era muito utilizada no período de constituição do capitalismo industrial, sob a vigência da mais-valia absoluta).

Enfim, em períodos de prosperidade econômica, os sindicatos poderiam servir como defesa dos operários contra os abusos dos capitalistas. Por exemplo, nenhum capitalista se arriscaria à redução de

46. Friedrich ENGELS, op.cit., p.247

47. Ver Henry PELLING, A History of British Trade Unionism, p.34

48. Friedrich ENGELS, A Situação da Classe Operária na Inglaterra, p.246

salários, não justificado pelas circunstâncias, tendo em vista que a indignação dos operários tenderia a provocar uma greve, que lhe poderia causar sérios prejuízos (durante a greve, seu capital ficaria inativo, colocando-o em desvantagem na concorrência com outros capitalistas).

Mas Engels considerava muito limitado o alcance das lutas defensivas dos sindicatos, das *lutas meramente econômicas*. Em geral, eram lutas locais, de caráter profissional, visando “causas de menor importância”, e “cujo efeito não é generalizado”, ou seja, não tinham um caráter político propriamente dito. Enfim, não mudavam a condição geral da classe proletária, mas apenas de operários de algumas fábricas (ou ofícios), de certas localidades do país, tendencialmente num ciclo favorável da economia capitalista.

As greves, principalmente as ocorridas em épocas de crise, tinham, para Engels, um sentido que transcendia seus resultados imediatos. Nesses períodos de depressão econômica, os sindicatos e as greves operárias demonstravam, na prática, sua ineficácia em reverter a dinâmica capitalista. Mesmo tendo consciência das limitações do sindicalismo, os proletários continuavam fazendo greves, porque, segundo Engels, eles

têm que protestar contra a baixa de salários e mesmo contra a necessidade dessa baixa; porque têm de explicar que eles, como homens [als Menschen], não têm de se moldar às circunstâncias, mas que, bem ao contrário, as circunstâncias se devem moldar a eles [sondern dass die Verhältnisse sich nach ihnen], que são seres humanos, porque o seu silêncio equivaleria a uma aceitação dessas condições de vida e à aceitação do direito da burguesia de explorá-los durante os períodos econômicos favoráveis e de deixá-los morrer de fome nos maus períodos.⁴⁹

Enfim, as greves operárias, principalmente durante os períodos de crise, eram, para o jovem Engels, a plena demonstração da indignação dos proletários que, *enquanto homens*, se negavam, peremptoriamente, a deixar-se moldar pelas circunstâncias e protestavam contra as condições de vida impostas pela burguesia. Portanto, elas tinham um sentido de *protesto* consciente contra a exploração e a precariedade postas pelo movimento do capital.

As greves, é claro, de caráter local, e efetivadas pelos operários mais organizados, segundo Engels, “não decidem nada definitivamente”. Elas nada podiam contra o mecanismo de desenvolvimento capitalista, que tendia a promover, no sentido imediato, a pauperização absoluta do proletariado e, mais a longo prazo, a polarização social e os colapsos econômicos periódicos e desastrosos.

Entretanto, as greves tinham um outro sentido de considerável importância para o jovem Engels. Além de serem a expressão de *protesto* dos operários contra a situação de proletarização e miséria criada pelo domínio da burguesia, elas serviriam como a *escola de guerra dos operários*. Eis o que ele disse:

Estas greves não são, é verdade, senão escaramuças de postos avançados, por vezes também combates mais importantes; elas não decidem nada definitivamente [sie entscheiden nichts], mas são a *prova mais segura* que a batalha decisiva entre o proletariado e a burguesia se aproxima.

49. Friedrich ENGELS, op.cit., p.247 (Werke, band 2, pp.435-436)

E destacou:

São a *escola de guerra dos operários* [die Kriegsschule], onde eles se preparam para o grande combate a partir de agora inevitável; são os pronunciamentos de diferentes ramos do trabalho, que consagram a sua adesão ao grande movimento operário.⁵⁰

1.7. sindicatos: primeiras tentativas para abolir a concorrência

Em certo momento, Engels afirmou o seguinte:

Mas o que dá a estas associações e às greves que elas organizam a sua verdadeira importância é que elas são a *primeira tentativa* dos operários para abolir a concorrência.⁵¹

Como já dissemos, para Engels, é sobre a concorrência dos operários entre si que está fundado o domínio da burguesia. É por meio da possibilidade de opor os diversos tipos de operários uns aos outros que a burguesia perpetua a sua ordem social. A partir do momento em que as unions operárias se constituíam, elas passavam a ser vistas pela burguesia como um perigo para o *statu quo*:

O operário não poderia encontrar melhor ponto fraco onde ferir a burguesia e com ela o conjunto da ordem social existente. Que a concorrência entre os operários seja suprimida, que todos os operários estejam firmemente resolvidos a não mais se deixar explorar pela burguesia, e o reino da propriedade chegará ao seu fim.⁵²

No capítulo intitulado “Os movimentos operários”, Engels fez uma particularização da importante noção de *concorrência*. Ele reconheceu que os operários não poderiam se limitar a abolir a *concorrência entre si*, isto é, a fortalecer a luta dos sindicatos. Para impedir que essa concorrência mútua renasça no seio do proletariado, eles precisariam abolir a *concorrência em geral*, a concorrência dos proprietários entre si, que tende a provocar crises que recaem, de modo trágico, sobre os operários.

Nesse caso, Engels expôs, sob uma outra forma, os limites do sindicalismo, ou seja, a luta dessas associações operárias seria capaz apenas de abolir a concorrência em termos parciais, mas, em si, é incapaz de suprimir a concorrência em geral. Se os operários, principalmente os mais organizados, não procurassem abolir a ordem social instaurada pela burguesia, poderia ocorrer o renascimento da concorrência mútua entre eles, minando os próprios sindicatos.

Para Engels, esta é a própria dinâmica da economia capitalista, cujos mecanismos tenderiam a tornar cada vez mais precária a situação dos trabalhadores assalariados, incrementando a divisão do trabalho, introduzindo máquinas (que transformariam em proletários a fração de artífices especializados pertencente às classes trabalhadoras), expandindo a população proletária excedente, acirrando a concorrência entre os próprios operários. Nessa perspectiva, não haveria muito futuro para os sindicatos sob o capitalismo. As crises periódicas, a proletarização das classes trabalhadoras, a crescente polarização social entre burguesia e proletariado - tendências pressupostas na dinâmica da

50. Friedrich ENGELS, op.cit., p.253 (Werke, band 2, p.441)

51. Friedrich ENGELS, op.cit., p.248

52. Friedrich ENGELS, op.cit., p.248

sociedade burguesa - tenderiam a pôr em questão a própria existência material dos sindicatos. Enfim, o jovem Engels não considerava compatível, a longo prazo, a existência dos sindicatos e a permanência da ordem burguesa, vigente sob a forma do capitalismo concorrencial. Haveria a necessidade de abolir a última, para preservar-se a primeira:

A necessidade obriga-os (os operários) [die Notwendigkeit zwingt sie dazu] a não abolir apenas uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é o que farão.⁵³

1.8. A proletarização das classes trabalhadoras

De certo modo, o jovem Engels procurou considerar os limites do sindicalismo na perspectiva do proletariado industrial, a classe social formada pelos trabalhadores assalariados não qualificados e poucos instruídos, que tinham imensas dificuldades de organização permanente.

Engels foi muito enfático na caracterização desse novo *sujeito social*. O proletariado fabril, o produto notável da primeira revolução industrial, estava totalmente submetido às leis do movimento do capital, expressando, de forma muito clara, a exploração e a precariedade produzidas pela nascente indústria moderna. “O proletariado é desprovido de tudo”, afirmou Engels. E mais adiante disse: “Por isso, o proletariado é, de fato e de direito, escravo da burguesia; esta pode dispor de sua vida e da sua morte.”⁵⁴ Os proletários estavam submetidos totalmente às leis da concorrência, que sustentavam a ordem burguesa. Era essa concorrência dos proletários entre si que fazia com que eles aceitassem trabalhar por um salário mínimo. Engels chegou a dizer:

Se *todos* os proletários afirmassem a sua vontade de antes morrer de fome que trabalhar para a burguesia, esta seria obrigada a abandonar seu monopólio.

Mas concluiu:

Mas não é o que se passa; esta possibilidade é praticamente irrealizável e é por isso que a burguesia continua de bom humor.⁵⁵

As dificuldades de organização permanente dos núcleos proletários eram, de fato, imensas. A desqualificação de sua força de trabalho, produzida pela introdução da maquinaria na produção industrial, e a hostilidade bárbara da burguesia industrial, que não admitia as unions proletárias, tendiam a inviabilizar o sindicalismo entre eles, principalmente em períodos de crise (sem falar na ausência de garantias legais à prática trade unionista, apesar da revogação dos Combinations Acts).

Por outro lado, Engels destacou que “os operários da indústria são os que têm mais consciência dos seus próprios interesses”⁵⁶, por isso são “os mais odiados pela burguesia”⁵⁷. Por serem os mais agitados, mais enérgicos na sua luta contra os “efeitos destrutivos do sistema industrial”, Engels

53. Friedrich ENGELS, op.cit., p.248

54. Friedrich ENGELS, op.cit., p.94

55. Friedrich ENGELS, op.cit., p.94

56. Friedrich ENGELS, op.cit., p.31

57. Friedrich ENGELS, op.cit., p.157

considerou esse proletariado industrial, que habitava, principalmente, as grandes cidades do norte da Inglaterra, como “a cabeça do movimento operário” inglês. Ele afirmou:

O Lancashire, e principalmente Manchester, são a sede das associações operárias mais poderosas [der stärksten Arbeiterverbindungen], o centro do cartismo, a região que conta com mais socialistas.⁵⁸

É sintomático que ele diga que o Lancashire (e Manchester) seja o “centro do cartismo”, e não do sindicalismo, muito mais forte em Londres, a “Atenas dos Artesãos”. O proletariado industrial era, segundo Engels, “a cabeça do movimento operário inglês”, porque eles apoiavam o cartismo, o movimento político que representava, de fato, os interesses da classe trabalhadora (o que não acontecia com o sindicalismo, mais preocupado com interesses meramente econômicos dos artífices especializados).⁵⁹

O jovem Engels não concentrou a sua atenção sob a classe trabalhadora assalariada *latu sensu*, mas, sim, sobre uma fração desta: o proletariado das grandes indústrias, das minas de carvão e das propriedades rurais do norte da Inglaterra, a fração mais pobre das classes trabalhadoras, que vivia sob a mais completa degradação física, moral e intelectual.⁶⁰ No Prefácio d’A *Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, ele disse que o seu interesse era tratar das “condições de vida do proletariado”, que só existem na sua *forma clássica*, segundo ele, na Inglaterra. De certo modo, ele utilizou, como sinônimos, as expressões “trabalhadores” (*working men*), proletários, classe operária, classe não proprietária e proletariado, isto porque, na sua perspectiva, *seria para a situação do proletariado das grandes indústrias, que tenderia toda a classe trabalhadora*. É como se ele, ao

58. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.268 (Werke, band 2, p.455)

59. Muitos historiadores afirmam hoje que o verdadeiro núcleo do movimento operário inglês eram os artífices especializados, e não os proletários das indústrias do norte da Inglaterra, como considerava Engels. É o que afirmou HOBBSAWM: “Os proletários, embora fossem provavelmente mais desenfreados, distinguiam-se, principalmente, por serem menos conscientizados politicamente e por serem menos organizáveis do que os trabalhadores especializados.” (Eric HOBBSAWM, *Mundos do Trabalho*, pp.307-308).

60. Só no último quartel do século XIX, a classe trabalhadora inglesa começou a tomar o caráter homogêneo de um proletariado fabril. No tempo do jovem Engels, a classe trabalhadora na Inglaterra era bem diversificada. Seria mais correto falar de *classes trabalhadoras*. Em torno de um proletariado industrial, composto por trabalhadores assalariados não qualificados, que encontravam-se sob o rígido controle e disciplina da grande fábrica, concentrados em poucas regiões do norte da Inglaterra, existia uma grande massa de artesãos pré-industriais, de certos tipos de trabalhadores qualificados, artífices especializados, de um exército de mão-de-obra doméstica. Na verdade, a maioria dos trabalhadores ainda mantinha as marcas do período anterior do capitalismo, tanto em seus hábitos quanto em seus interesses, na natureza da relação de emprego e nas circunstâncias de sua exploração. De fato, o horizonte de interesse dessa grande massa de trabalhadores tendia a ser o *ofício* e mesmo a localidade, em vez da *classe*. A sobrevivência das tradições individualistas do artesão e mestre com ambição de se tornar pequeno empregador se mostrou, assim, por muito tempo, um obstáculo a qualquer crescimento firme e geral do sindicalismo, quanto mais da consciência de classe. O próprio cartismo tinha uma de suas grandes debilidades no caráter heterogêneo de uma força de trabalho ainda primitiva. E essa sobrevivência de tradições de trabalho de uma época anterior favorecia o domínio do capital. É interessante a seguinte observação feita por Dobb: “As diferenças internas no movimento cartista tinham refletido com muita clareza o contraste entre os operários fabris das cidades setentrionais, com seus tãanecos e ‘barba grande, jaqueta de fustão’, a quem Feargus O’Connor dirigia seus apelos, e os artesãos dos ofícios especializados de Londres, que seguiam Lovett, e os pequenos mestres-artesãos do Black Country.” (Maurice DOBB, *A Evolução do Capitalismo*, p.190)

descrever a situação deprimente dos proletários das indústrias, se sentisse forçado a advertir os trabalhadores assalariados mais qualificados, os artífices especializados, que ainda gozavam de certas vantagens sobre os outros: *De te fabula narratur!* - A história é a teu respeito. O jovem Engels estava utilizando um recurso heurístico próprio do marxismo clássico: o mais desenvolvido não faz mais do que representar a imagem do menos desenvolvido.

Engels chegou a reconhecer que a própria classe trabalhadora das cidades possuía “um leque de modos de vida diferentes”. Chegou a admitir que certas categorias de trabalhadores urbanos viviam bem (certamente, os operários mais qualificados). Mas afirmou:

Se certos setores isolados ainda gozam de certa vantagem sobre os outros, a situação dos operários em cada ramo é tão instável que qualquer trabalhador pode ter de percorrer todos os degraus da escala, do relativo conforto à extrema necessidade, e até correr o perigo de morrer de fome; de resto, quase não há operário inglês que não tenha muito que dizer sobre os grandes revezes da sorte.⁶¹

De fato, apesar de os artífices especializados gozarem de certas vantagens com relação aos operários não qualificados, eles, por serem trabalhadores assalariados, não deixavam de estar submetidos a um dos traços característicos da condição proletária: a *insegurança* total diante das depressões industriais e comerciais, que poderia levá-los ao desamparo total.⁶²

Engels ignorou, de certo modo, os operários da cidade de Londres, um dos maiores centros manufatureiros da Inglaterra, dominado pelo trabalho dos operários especializados, mais qualificados, instruídos, e organizados em *sindicatos de ofício*, que possuíam uma relativa eficácia.⁶³ Ele chegou a fazer algumas referências a Londres, principalmente no capítulo que trata das “grandes cidades” (Engels fez a descrição de alguns “bairros de má reputação”, onde se concentravam os trabalhadores pobres, ex-artesãos empobrecidos pelo avanço do capitalismo industrial⁶⁴). Deu o exemplo dos *tecelões de seda* de Londres, que devido ao sistema industrial e à maquinaria estavam reduzidos à mais negra miséria. Outra categoria operária de Londres, a qual Engels fez referência, foram as *modistas e costureiras*, que eram exploradas, de forma bárbara, pela burguesia. Numa certa passagem, ele comentou:

Mas o contato com os operários de fábricas propriamente ditos, a pressão dos grandes capitalistas que se tornou muito mais sensível que a dos pequenos artesãos com os quais, apesar de tudo, o aprendiz tinha relações pessoais, a influência da vida nas grandes cidades e as baixas de salário, fizeram de quase todos os artesãos membros ativos dos movimentos operários.⁶⁵

61. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.88)

62. “Nada caracteriza melhor a vida da classe trabalhadora vitoriana, e nada é mais difícil para nós conceber hoje em dia que essa ausência quase total de previdência social.” (Eric J. HOBSBAWM, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, p.144)

63. Pelo fato de a indústria em Londres não ter introduzido muitas mudanças tecnológicas no processo fabril, alguns operários especializados tendiam a ter mais controle sobre o processo de trabalho. “Londres permanecia”, segundo o historiador Prothero, “a *Atenas dos Artesãos*” (Iorwerth PROTHERO, *Artisans & Politics*, p.20)

64. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.39

65. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.236

Portanto, ao descrever as condições de vida dos trabalhadores mais mal pagos da capital inglesa, Engels estava apenas querendo demonstrar que, mesmo em um dos maiores centros manufatureiros do país, onde predominava o trabalho de artífices especializados, desenvolvia-se uma das *tendências inelutáveis da sociedade industrial*: a proletarização da classe dos trabalhadores assalariados.

Foi sob Manchester, o “tipo clássico da cidade industrial moderna”, que o jovem Engels se deteve mais demoradamente:

É aí que as conseqüências da indústria moderna se desenvolveram completamente e na sua forma mais pura, e o proletariado industrial manifestou-se de forma mais clássica.

E prosseguiu:

Também aqui devia ser elevada ao máximo a degradação na qual se encontra o proletariado devido à utilização do vapor, das máquinas e da divisão do trabalho e, assim, os esforços do proletariado para libertar-se desta situação indigna fizeram-no adquirir uma consciência clara.⁶⁶

A perspectiva de que o desenvolvimento industrial tenderia a produzir uma *crescente proletarização das classes trabalhadoras* deu a Engels a convicção de que o sindicalismo proletário, dos trabalhadores não qualificados, com suas dificuldades e limites intransponíveis, poderia ser a expressão do sindicalismo do futuro. Enfim, a própria comprovação de que os sindicatos de ofício tenderiam a dissolver-se completamente, perderiam qualquer eficácia na luta contra os capitalistas, tornar-se-ia uma forma de luta obsoleta para os operários.

1.9. A invasão das máquinas

O jovem Engels estava profundamente influenciado pelo trabalho de Peter Gaskell, *The manufacturing population of England*, publicado em Londres, em 1833 (Gaskell previa que num futuro próximo a máquina substituiria todo trabalho humano especializado, transformando todos os artífices especializados em proletários não qualificados). Eis o que Engels disse:

Por quase toda parte o trabalho mecânico tomou o lugar do trabalho manual, quase todas as manipulações se efetuam com o auxílio de energia hidráulica ou da força do vapor, e todos os anos se introduzem novos aperfeiçoamentos.⁶⁷

Mais adiante, ele chegou a destacar a “invasão, lenta mas segura, de todos os setores da indústria pelo sistema manufatureiro”. E disse:

Em toda parte se utilizam máquinas e, deste modo, se destroem os últimos vestígios da independência do operário.

E concluiu:

por todo lado o advento inelutável do maquinismo coloca a indústria e, com ela, o operário, nas mãos do capitalista. A centralização da propriedade progride irresistivelmente e a divisão da sociedade em grandes capitalistas e operários proletários torna-se cada dia mais nítida; o desenvolvimento industrial da nação avança a passos de gigante para uma crise inevitável.⁶⁸

66. Friedrich ENGELS, op.cit., p.53

67. Friedrich ENGELS, op.cit., p.157

68. Friedrich ENGELS, op.cit., p.235

Entretanto, estudos recentes demonstraram que a primeira economia industrial teve uma mecanização bastante incompleta (ela concentrou-se, principalmente, nas indústrias têxteis do norte da Inglaterra). Não ocorreu o que o jovem Engels esperava - a invasão da maquinaria em todos os ramos da indústria inglesa. Inclusive, a organização operária britânica foi, pelo menos até a década de 1880, profundamente marcada pela herança pré-industrial da "aristocracia operária" inglesa.

A elite pré-industrial dos artífices especializados, dos operários de ofício, não sucumbiu, de imediato, com o desenvolvimento do capitalismo industrial inglês. Foram os operários mais qualificados, concentrados, principalmente, na cidade de Londres, que vieram a construir poderosos sindicatos, com um grande poder de barganha perante os patrões.⁶⁹

Desse modo, o ponto de vista do jovem Engels, baseado na perspectiva de que as máquinas poderiam invadir todos os ramos industriais, convertendo todos os trabalhadores assalariados em proletários não qualificados, vivendo uma situação precária diante dos capitalistas, incapazes de poderem barganhar algo mais acima do salário mínimo, impediu que ele levasse em consideração, naquela época, os alcances relativos do sindicalismo dos operários mais qualificados, dos artífices especializados, com grande presença na cidade de Londres (o próprio Engels reconheceu, muitos anos depois, num prefácio à edição de 1892 do seu livro *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, que muitos operários mais qualificados, os trabalhadores das grandes e tradicionais trade unions (mecânicos especializados, pedreiros, carpinteiros e marceneiros), conseguiram "resistir vitoriosamente à utilização das máquinas", alcançar bons salários e obter "uma situação relativamente confortável."⁷⁰) O setor mais organizado e qualificado das classes trabalhadoras veio a constituir uma *aristocracia operária* e tornou-se o líder ideológico e organizador do movimento operário inglês na segunda metade do século XIX (inclusive, foram os líderes proeminentes dos sindicatos de Londres que participaram da fundação da *Associação Internacional dos Trabalhadores*, em 1864).⁷¹

69. Eric HOBBSBAWM, *Mundos do Trabalho*, pp.310-311. Alguns estudos mais detalhados são: John FOSTER, *Class Struggle and the Industrial Revolution*, pp.83, 231 e William LAZONICK, "Industrial Relations and Technical Change: The Case of the Self-acting Mule" in *Cambridge Journal of Economics*, 1979, nº 3, p.231

70. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.373

71. O jovem Engels conseguiu apreender, já em 1842, uma divisão ideológica, no seio do movimento operário inglês, entre frações operárias sob influência proletária e frações operárias sob a influência da burguesia (no caso, certas categorias de operários de ofício, predominantes em Londres, que freqüentavam os Mechanics Institutes). Enfim, ele já prenunciava a existência de uma *aristocracia operária*. (Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.273). O que Engels criticava na *aristocracia operária* era o fato de ela aceitar sua situação relativamente confortável como definitiva. Ele não deixava de alertar que, com o fim do monopólio industrial da Inglaterra no mercado mundial, "a classe trabalhadora inglesa perderá essa posição privilegiada." (Friedrich ENGELS, "Prefácio à edição alemã de 1892" in *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.376) Com a grande crise do capitalismo inglês no final do século XIX, com a passagem para o estágio imperialista, os trabalhadores qualificados, organizados em ofícios tradicionais, encontravam-se ameaçados pelo capitalismo industrial. Estava em jogo sua sobrevivência como camada privilegiada. Embora a produção capitalista na Inglaterra não tenha chegado a um "beco sem saída", como esperava Engels, ainda em 1892, a crise levou esses setores-chaves do movimento operário britânico a se rebelarem contra o capitalismo. Diversos historiadores demonstraram que foram os artífices especializados em dificuldades que vieram a engrossar as fileiras da esquerda socialista inglesa: "Significava fazer o que eles sempre fizeram, defender seus direitos, seus salários e suas condições agora ameaçadas; impedir a administração de dizer-lhes como deviam fazer seu trabalho; e confiar na democracia das bases no local de trabalho e contra o mundo, o que, se necessário, incluía os líderes de seus

1.10. O cartismo, a forma superior de oposição à burguesia

A forma superior de oposição à burguesia, destacada pelo jovem Engels, foi o *cartismo*. No modo de exposição do capítulo intitulado "Os movimentos operários" da obra *A Situação da Classe Trabalhadora*, o cartismo surgiu como a síntese superior das formas de oposição operária à burguesia. O movimento cartista, na perspectiva de Engels, superava as limitações inerentes ao sindicalismo.

Primeiro, o sindicalismo permanecia impotente diante das *crises* cíclicas do sistema industrial capitalista. Depois, nada podiam fazer diante do desemprego e do pauperismo postos pela dinâmica do capital. Particularmente, nada podiam fazer contra uma das causas fundamentais da precariedade da condição operária, ou seja, a *introdução da máquina no processo produtivo*.

Esse foi um ponto essencial da argumentação do jovem Engels sobre os limites do sindicalismo - os sindicatos nada podiam fazer contra a introdução das máquinas no processo produtivo, que desqualificava a força de trabalho, tornando a *insegurança* o próprio estigma da condição proletária.

Como vimos, o jovem Engels considerava como um processo inexorável a introdução das máquinas nos mais diversos ramos da indústria, o que significava a transformação das classes trabalhadoras numa grande massa de proletários, vivendo em situação extremamente precária. Portanto, o futuro dos sindicatos, e da sua eficácia enquanto meio de resistência dos operários empregados contra as usurpações do capitalista, seria posto em questão, pelo próprio movimento do capital, que tenderia a negar o "trabalho vivo", convertendo-o em "trabalho morto". Tal era a lógica do capital e do seu movimento, e não havia como negá-la permanecendo vinculada a ela, isto é, a luta meramente econômica, por salários e jornada de trabalho.

Desse modo, Engels reconheceu uma das vantagens da máquina:

A *única* vantagem que as máquinas trouxeram aos trabalhadores é que elas lhes mostraram a necessidade de uma reforma social que fizesse trabalhar as máquinas não *contra* os operários, mas *a seu favor*.⁷² (os grifos são de Engels).

O cartismo era o movimento político, de car

tista, um fato histórico decisivo para a formação da concepção política de Marx e Engels, nasceu em uma época de *crise*, a grande crise capitalista de 1836. Naquela época, ocorreu, pela primeira vez, uma violenta depressão na economia norte-americana, a maior importadora de produtos têxteis ingleses. A crise industrial e comercial espalhou-se pelos demais ramos da economia. As maiores vítimas da crise foram as massas operárias dos grandes centros industriais da Inglaterra, cujo setor-chave era a indústria têxtil. Os proletários viram-se diante do espectro do desemprego, pauperismo e fome. Diante da estagnação industrial, os sindicatos tornaram-se impotentes. Os

sindicatos." (Eric HOBBSBAWM, *Mundos do Trabalho*, p. 322-323)

72. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p. 61

73. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.328

sindicatos gerais (general unions), por mais combativos que fossem, tinham demonstrado, muito claramente, a sua impotência diante da depressão industrial. Ocorreram diversas manifestações de líderes operários, de Londres a Lancashire, por um movimento político de caráter reformista - por isso, surgiu o movimento pela Carta do Povo (People's Charter), que conseguiu unificar pela primeira vez, homens de tradição radical (e socialista) com o movimento operário, além de aproximar as diversas frações das classes trabalhadoras, em nível nacional.⁷⁴ Nessa perspectiva, escreveu Engels:

O cartismo é a forma condensada [die kompakte Form] da oposição à burguesia. Nas uniões e greves [den Verbindungen und Turnouts], essa oposição mantinha-se isolada e eram os operários que, separadamente, lutavam contra burgueses isolados. Se o combate se generalizava [der Kampf allgemein], isso raramente era por intenção dos operários, e quando havia intenção era o cartismo que estava na base dessa generalização. Mas com o cartismo é toda a classe operária [die ganze Arbeitklasse] que se levanta contra a burguesia - e particularmente contra o seu poder político - e que assalta a muralha legal de que está rodeada.⁷⁵

A People's Charter tinha, de certo modo, uma forma puramente política - reclamava para a Câmara dos Comuns, o Parlamento inglês, uma base democrática, ou seja, o *sufrágio universal* para todos os homens adultos.⁷⁶ Entretanto, Engels destacou o seu conteúdo marcadamente social: ela mexia com o imaginário coletivo das classes trabalhadoras, as maiores vítimas das transformações sociais produzidas pelo capitalismo industrial; de Londres e Birmingham a Lancashire, Yorkshire e Glasgow, a People's Charter transformou-se numa bandeira de toda uma classe.

O cartismo estava saturado pela noção de *classe*, tirando a sua força dessa capacidade de *generalização*, que o sindicalismo não possuía. Ele reuniu todas as tendências de reivindicações e de insatisfação que existiam no seio do povo inglês: as aspirações democráticas dos artesãos e operários mais qualificados; as lutas dos proletários industriais por melhores salários, *direito de organização sindical* e jornada de 10 horas; as aspirações dos tecelões manuais que lutavam pelo direito de existir numa época de expansão voraz das estruturas e práticas tipicamente capitalistas. O cartismo era, de certa forma, um "modo de vida", que se caracterizava por um profundo *senso de direitos perdidos* em face das transformações operadas pelo mundo industrial em constituição, a perda de práticas e valores costumeiros, que se esfacelavam, ou utilizando uma figura expressa por Marx no *Manifesto Comunista*, "se desmanchavam no ar", diante do avanço impessoal e poderoso da máquina e do mercado, do próprio movimento do capital. Embora não possam ser considerados propriamente socialistas, alguns líderes proeminentes do cartismo pré-1850, como Feargus O'Connor, Peter Murray McDouall, James Leach, entre outros, possuíam um discurso anticapitalista, considerando, inclusive,

74. G.D.H. COLE, *A History of Socialist Thought*, p.144

75. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, pp.256-257 (Werke, band 2, p.444)

76. A People's Charter possuía seis pontos: (1) Sufrágio universal para todos os homens adultos são de espírito e não condenados por crimes. (2) Renovação anual do Parlamento. (3) Fixação de uma remuneração parlamentar a fim de que os candidatos sem recursos possam igualmente exercer o mandato. (4) Eleições por escrutínio secreto, a fim de evitar a corrupção e a intimidação pela burguesia. (5) Circunscrições eleitorais iguais a fim de assegurar representações equitativas. (6) Abolição da disposição que reservava a elegibilidade exclusivamente aos proprietários de terras no valor de, pelo menos, 300 libras esterlinas, de modo que cada eleitor seja, a partir de agora, elegível

a exploração dos trabalhadores como algo intrínseco à produção capitalista, ou como costumavam dizer, ao *factory system*, e não apenas ocasionado pela exclusão política.⁷⁷

Os cartistas possuíam uma inflexível fé na habilidade dos trabalhadores em construir seus próprios destinos. Engels disse: “Na Carta os operários reivindicam apenas o poder de se ajudarem a si mesmos.”⁷⁸ Por isso, o princípio básico da *People's Charter* estava em pôr o Estado político sob o controle dos trabalhadores, transformando, desse modo, a ordem social.

Engels tinha uma visão particular do valor do cartismo - ele via a adoção da *People's Charter* não como um fim em si mesmo, mas principalmente como um meio para o proletariado conseguir a emancipação social. Eis o que ele afirmou sobre ela:

Os seis pontos que são aos olhos do burguês o *nec plus ultra* que deve quando muito acarretar algumas modificações da constituição não são para o proletariado senão um meio. “O nosso meio é o poder político; a nossa finalidade é a felicidade social.” Essa é a palavra de ordem dos cartistas claramente formulada.⁷⁹

Podemos encontrar nas concepções políticas do cartismo inglês alguns elementos constitutivos do pensamento marxista clássico. Primeiro, o princípio político, expresso pelo movimento cartista, de que a emancipação da classe trabalhadora é obra dos próprios trabalhadores (a ênfase na organização independente da classe trabalhadora foi feita por vários líderes cartistas, principalmente, pelo maior deles, o irlandês Feargus O'Connor. A ênfase de O'Connor à independência de classe granjeou-lhe hostilidade por parte da classe média radical.⁸⁰) Segundo, a idéia da primazia do movimento político, enquanto movimento geral da classe, sobre o movimento sindical, vinculado naquela época à exclusividade do ofício e às lutas locais. Terceiro, a idéia do movimento político como meio, cuja finalidade é a total emancipação da classe trabalhadora, defendida pela facção revolucionária do cartismo.

Por fim, a idéia de que não se deveria fazer uma divisão rígida entre luta política e luta sindical, ou sendo mais preciso, é necessário vincular, intrinsecamente, a luta dos sindicatos à luta política. Essa idéia estava profundamente arraigada no cartismo (um dos líderes cartistas que mais se empenhou nessa fusão entre luta política e luta sindical foi Peter Murray McDouall (de Manchester). McDouall destacou-se por procurar, principalmente durante o auge da penúltima grande petição cartista, em 1842, o apoio dos sindicatos à luta pela *People's Charters*). Essa fusão entre movimento político e movimento social, que sempre caracterizou o cartismo, originava-se, de certa forma, das idéias do movimento owenista e do radicalismo operário inglês da década de 1820. Pertence, portanto, às mais dignas tradições revolucionárias do proletariado inglês.⁸¹

77. Neville KIRK, “In Defence of Class” in *Internacional Review of Social History*, p.16

78. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.316

79. Friedrich ENGELS, op.cit., p.264

80. Dorothy THOMPSON, *The Chartist*, p.97

81. Entre 1829-1834, os líderes operários consideravam que a chave para a emancipação dos trabalhadores estava na luta dos sindicatos gerais, os *general unions*, a união geral dos ofícios organizados. É curioso o que escreveu, naquela época, um operário-artesão, militante da *Operative Builders Union*: “Os Sindicatos não só farão greve por menos trabalho e mais salário, mas finalmente vão abolir os salários, tornar-se seus próprios patrões e trabalhar uns para os

1.11. Os Sindicatos e o Cartismo

Em Londres, os cartistas tiveram um contato muito próximo com os sindicatos de ofício, apesar de alguns deles terem inscrito em seus regulamentos, desde 1834, a proibição de envolver-se em política. Por exemplo, os cartistas William Lovett e Robert Hartwell tinham sido militantes sindicais (Lovett e Hartwell tinham sido fundadores da *London Working Men's Association*, que lançou em maio de 1838 a *People's Charter*). Alguns ofícios, como o dos sapateiros, deram importante apoio à luta cartista, criando, inclusive, uma liga de apoio à *People's Charter* (em 28 de maio de 1842, a *West London Boot and Shoemakers' Charter Association*, lançou um apelo às demais *trade unions* de Londres para apoiarem o movimento cartista, um movimento político que, segundo eles, tinha como objetivo "dar aos trabalhadores a igualdade em direitos políticos, um direito de fazer as leis que eles próprios eram obrigados a obedecer." Os sapateiros conclamavam os operários especializados a formarem *Charter Associations* em conexão com seus ofícios⁸².

É interessante que a demanda política do cartismo operário em Londres tinha nitidamente um caráter democrático de cunho radical, influenciado pela classe média liberal (mais tarde, Lovett romperia com a *National Charter Association*, fundada em 1840, sob a influência de Feargus O'Connor). Entretanto, a mais importante indicação do contato entre sindicalistas e o movimento cartista em Londres foi a fundação do *The Charter*, um semanário para a classe trabalhadora, apoiado pelos sindicatos.

Se em Londres, pelo menos até 1842, havia evidências de conexão formal entre o cartismo e os sindicatos (como atestou a fundação do *The Charter*), no norte da Inglaterra não acontecia o mesmo. Apesar de não existirem tantas evidências de vínculos formais entre os sindicatos e o cartismo no norte da Inglaterra, as massas que seguiam o proeminente líder cartista Feargus O'Connor eram as mesmas massas proletárias que tinham apoiado o movimento dos *sindicatos gerais*, de 1828 a 1834, e incorporaram, sob o movimento cartista, a luta contra a *Poor Law*, pela jornada de 10 horas e pelo *direito de organização sindical*. Outrossim, o *The Northern Star*, o jornal cartista, dedicou grandes espaços para as atividades dos sindicatos.

outros; o trabalho e o capital não serão mais separados, mas estarão indissoluvelmente unidos nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras." (ANÔNIMO, "Poor Man's Guardian", 13 de outubro de 1833, apud E.P. THOMPSON, *A Formação da Classe Trabalhadora Inglesa*, Vol.III, p.437). Os líderes operários pré-cartistas, muitos deles militantes das idéias de Robert Owen, consideravam que se poderia formar a partir das oficinas e fábricas um "parlamento" das classes trabalhadoras, que, segundo eles "deve ocupar o lugar da atual Câmara dos Comuns e dirigir os assuntos comerciais do país, segundo a vontade dos ofícios que compõem as associações industriais. É esta a escala ascendente pela qual chegamos ao sufrágio universal. Começará em nossas oficinas, se estenderá à nossa união geral, abarcará a administração do comércio, e finalmente engolirá todo o poder político." (ANÔNIMO, "Pioneer", 31 de maio de 1834, apud E.P. THOMPSON, *op.cit.* p. 437). O movimento dos *sindicatos gerais* foi derrotado durante a grande crise de 1834 e 1835. Essa estratégia acabou sendo abandonada pelos operários. Com o cartismo, eles perceberam que o direito de voto era a chave mais prática para o poder político - e o poder político, como *meio* para essa emancipação econômica das classes trabalhadoras, ou seja, a *abolição dos salários*. Apesar de terem abandonado a estratégia dos *sindicatos gerais*, os líderes cartistas mantiveram a preocupação de procurar articular a luta política com a luta sindical, com o movimento social da classe operária.

82. G.D.H. COLE e A.W.Filson, *British Working Class Movements - Select Documents, 1789-1875*, p.394

Uma das exceções, citada por Engels (pelo menos até 1842), foi a *Miner's Union of Great Britain and Ireland*, o sindicato dos mineiros do norte da Inglaterra, que aderiu, "de corpo e alma" , ao cartismo⁸³.

O caso dos mineiros é típico para demonstrarmos o vínculo intrínseco que Engels estabeleceu entre *movimento sindical* (e seus limites) e *movimento político*.

No capítulo intitulado " O proletariado das minas", Engels destacou a combatividade dos mineiros em suas lutas de caráter econômico. Como demonstramos, na perspectiva de Engels, as lutas sindicais não dariam resultados imediatos. Disse ele:

Assim, mais uma vez, os operários sucumbiram, apesar da sua resistência excepcional, perante o poder dos capitalistas, mas a luta não foi em vão.⁸⁴

A combatividade dos mineiros durante a luta por salários tinha, para Engels, apesar de seus limites, um inestimável valor.

Antes de tudo, essa greve de 19 semanas arrancou para sempre os mineiros do norte da Inglaterra à morte intelectual que eles conheciam anteriormente; deixaram de dormir, estão vigilantes na defesa dos seus interesses e juntaram-se ao movimento da civilização, principalmente ao movimento operário.

E destacou:

Deu, para sempre, bases sólidas à oposição operária desse ramo e transformou pelo menos três quartos deles em cartistas; o reforço que 30.000 homens tão enérgicos e tão experimentados representam para os cartistas é verdadeiramente precioso.⁸⁵

Mais adiante, Engels voltou a dizer:

Assim, os trabalhadores compreendem cada vez melhor que unidos constituem uma força respeitável e que são, em caso de extrema necessidade, capazes de fazer frente à força da burguesia. Foi a *Union*, assim como a greve de 1844, que permitiu a todos os mineiros da Inglaterra alcançar essa tomada de consciência, que é fruto de todos os movimentos operários.⁸⁶

Desse modo, o fracasso dos proletários das minas tinha um inestimável valor moral e político, tendo em vista que os vinculava ao movimento operário, à luta cartista, a forma superior do "movimento da civilização".

Após a tentativa de greve geral de 1842, os sindicatos de Londres desvincularam-se, em sua grande maioria, do cartismo, que assumiu, conforme observação do próprio Engels, "uma causa puramente operária, libertada de todos os elementos burgueses"⁸⁷. A *National Charter Association*, sob a direção de O'Connor, tentou conquistar algum apoio dos sindicatos, devotando um considerável espaço para notícias dos sindicatos (em 1844, o *The Northern Star* tornou-se *The Northern Star*

83. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.284

84. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.289

85. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.289

86. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.290

87. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.263

and National Trades' Journal). Entretanto, mais do que nunca, os sindicatos passaram a não encarar a luta política como sua tarefa.⁸⁸

De fato, apesar de o cartismo ter tido apoio, durante certo tempo, em alguns sindicatos de Londres, e em setores importantes do movimento operário no norte da Inglaterra, particularmente nos proletários das minas de carvão e das grandes fábricas têxteis, ele nunca teve sólidas bases no movimento sindical. Essa foi uma das suas grandes debilidades, principalmente quando eles pensavam em chamar uma greve geral.

1.12. A Greve Geral de 1842

Em agosto de 1842 ocorreu, no norte da Inglaterra, uma onda de greves operárias, de caráter espontâneo, motivadas por reduções de salários, promovidas pelos capitalistas. Em 1841 tinha ocorrido uma recuperação momentânea dos negócios, que foi seguida por uma nova e severa depressão, que motivou os capitalistas a tentarem cortar salários. Essa atitude ocasionou uma série de revoltas espontâneas, que, iniciadas em Lancashire, logo propagaram-se pelos distritos industriais do norte da Inglaterra.

O movimento logo tomou a forma de uma greve geral inesperada, que assumiu, sob a influência cartista, uma forma política. O líder cartista Feargus O'Connor, de início, opôs-se ao movimento, considerando-o uma artimanha da Anti-Corn Law League para desacreditar os cartistas. Segundo ele, ao insuflar as insurreições operárias, a burguesia liberal estava criando pretexto para a repressão governamental. Mas, depois, O'Connor mudou de idéia, percebendo o sentimento popular por trás dos 'Plug Plot' (a onda grevista de 1842 recebeu tal denominação porque os operários grevistas saíam em passeatas pelo Lancashire, e partes de Yorkshire, removendo os plugs das caldeiras de vapor, que forneciam força motora para as fábricas têxteis).

Uma conferência cartista em Manchester tentou tomar a liderança do movimento grevista e divulgou uma resolução que declarava que os operários só voltariam a trabalhar quando a *The Charter* se tornasse lei. Entretanto, a falta de organização (e a vacilação da direção cartista) contribuiu para o fracasso da greve geral. O governo reprimiu com violência as tentativas insurrecionais dos operários grevistas. O jovem Engels destacou que a falta de um objetivo preciso por parte dos operários contribuiu para o fracasso do movimento. Segundo ele,

uns queriam impor a *People's Charter*, enquanto os outros simplesmente queriam assegurar as tabelas de salários de 1840. Foi isso o que causou o revés de toda a insurreição.⁸⁹

O fracasso da greve geral de 1842 significou o fim de qualquer tentativa de cooperação entre cartistas e os sindicatos, além de ter significado também a defecção dos elementos burgueses que apoiavam o cartismo (como vimos, os sindicatos de ofício, muitos deles concentradas em Londres, estavam sob a influência ideológica da classe média liberal).

88. ALMORTON e George LUTE, *Histoire du Mouvement Ouvrier Anglais*, p.104).

89. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.261

Além disso, a perspectiva do fim da depressão econômica, principalmente a partir de 1843, tornou os sindicatos mais voltados para as lutas meramente econômicas, deixando completamente de lado a sua vinculação com lutas políticas. A partir daí, como veremos mais adiante, o movimento sindical inglês tenderá a afastar-se completamente de quaisquer compromissos de caráter político.

Na convulsão operária de 1842, o cartismo perdeu a última (e melhor) oportunidade para conseguir a vitória. É certo que, em 1848, ocorreria uma nova tentativa de conquistar a *People's Charter*, mas nessa época o cartismo já estava restrito à massa dos proletários não qualificados, principalmente dos distritos industriais do norte da Inglaterra. Os artífices especializados, dos ofícios mais organizados, estavam mais voltados às atividades sindicais de tipo limitado. Por outro lado, os operários das indústrias têxteis e o proletariado das minas, as principais categorias operárias do norte da Inglaterra, por meio da agitação de massa, tinham conseguido desde 1842 uma série de medidas legais que introduziam melhorias relativas em suas condições de trabalho - uma das principais, conquistada pelos operários das indústrias têxteis (com o apoio do partido tory), foi o *Factory Act* de 1847, que concedia o direito legal à jornada de 10 horas (para mulheres e crianças).

O fracasso da última tentativa de conquistar a *People's Charter* em 1848 foi seguido por uma severa repressão do governo inglês a toda forma de oposição e militância radical. Enquanto isso, no continente europeu, a reação burguesa triunfou, com a derrota dos revolucionários da França e Alemanha em 1848 e 1849. De fato, iniciava-se uma longa era de reação capitalista, marcada pela expansão formidável das relações capitalistas de produção, pela criação do mercado mundial, pelo desenvolvimento das forças produtivas. A longa crise de 1837-1842 foi a última do gênero, e um período de grande expansão do capitalismo industrial teve início, particularmente, a partir de 1850.

Nesse capítulo inicial, procuramos expor a percepção genial que o jovem Engels teve, em contato com o capitalismo inglês em constituição, dos limites do sindicalismo. Como vimos, as idéias postas em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, em 1845, são precursoras das ideais de Marx sobre essa questão. Na verdade, o próprio Marx foi influenciado por elas, desenvolvendo-as, mais tarde, na perspectiva da crítica da economia política.

O contato de Marx com a problemática do sindicalismo foi tardio. Ele só começou a fazer referências sobre os limites do sindicalismo (e do próprio sindicalismo) alguns anos após Engels publicar *A Situação da Classe Trabalhadora* (em 1845). Entretanto, antes de o objeto *Sindicato* entrar no discurso de Marx, ele já tinha desenvolvido toda uma concepção sobre o movimento do proletariado. Enfim, o que nos interessa (e o que procuraremos demonstrar) é o movimento do pensamento de Marx em direção ao objeto *Sindicato*. É a partir daí que vai constituir-se os *pressupostos* particulares de Marx sobre os limites do sindicalismo.

O Movimento do Proletariado nas Obras Juvenis de Marx

Na primeira metade do século XIX, apenas na Inglaterra os sindicatos demonstravam ser uma expressão significativo do movimento operário. O sindicalismo não tinha instaurado-se ainda como um traço característico das demais sociedades capitalistas em constituição. Tanto na França como na Alemanha, onde o desenvolvimento da grande indústria capitalista era ainda bastante débil, qualquer forma de organização de operários era considerada ilegal.

Na França, eram bastante numerosas as *compagnonnages*, uniões de artífices especializados, "companheiros do trabalho", que tinham caráter clandestino. Essas uniões secretas de ofício eram oriundas da época pré-industrial e serviam para unir os operários mais qualificados de pequenas empresas e diversas manufaturas. Conservavam, de forma acentuada, traços corporativos e seu particularismo profissional, penetrado de espírito sectário, alimentava, de certa forma, a hostilidade e a rivalidade competitiva entre os próprios operários. A desunião entre os artífices especializados tendia a surgir em virtude da competição no mercado de trabalho entre representantes de profissões artesanais iguais ou conexas. Depois de 1830, quando o processo de industrialização capitalista avançou, de forma acentuada, na França, as *compagnonnages* perderam gradualmente influência e eficácia prática como fator real de organização operária.

Uma forma importante de organização dos operários franceses, sob a lei Le Chapelier (que proibia associações e greves de operários), eram as *sociedades de ajuda mútua*. Esses tipos de organizações profissionais passaram a ter, cada vez mais, um duplo papel: eram organizações de beneficência, mas serviam também como sociedades de resistência dos operários. Utilizavam seus recursos financeiros não só para ajudar os sócios mais necessitados, mas principalmente para apoiar os operários durante as greves. Na verdade, não havia uma linha muito nítida de demarcação entre as *sociedades de ajuda mútua* e as *sociedades de resistência*. A vantagem era que a lei Le Chapelier não se aplicava às sociedades de ajuda mútua.¹

Depois de 1830, ocorreu um significativo crescimento industrial da Europa continental, particularmente na França, que se tornou o país mais industrializado da Europa, depois da Inglaterra. Era uma industrialização ainda bastante incipiente e pouco avançada em termos tecnológicos (por exemplo, em 1840, somente 41 alto-fornos, de um total de 462, usavam carvão mineral. O restante

1. "Entre 1815 e 1830, a maioria das profissões operárias se organizava em sociedades de ajuda mútua. Em Paris, em 1819 havia 45, em 1823 eram já 132, com mais de 11 mil filiados, em 1826, o número de sociedades de ajuda mútua na capital elevou-se a 184 e os filiados a 17 mil. Tais organizações se criavam também nas províncias. Nas vésperas da revolução de 1848 funcionavam na França mais de 2 mil sociedades de ajuda mútua, debaixo dos mais diversos rótulos: irmandades, uniões filantrópicas, etc."(B.PONOMARIOV, El Movimiento Obrero Internacional, vol.1, p.239).

usava carvão vegetal).² Entretanto, embora a industrialização na França tenha sido mais lenta do que na Inglaterra, as novas cidades industriais, como Mullhouse, Lille ou Rouen, passaram a exibir o mesmo cenário lúgubre que caracterizava as cidades industriais inglesas.

Por volta de 1840, os problemas sociais característicos do industrialismo - o novo *proletariado*, constituído por trabalhadores emigrantes vindo do meio rural e por artesãos proletarizados, e os horrores da incontável *urbanização* - transformaram-se em lugar-comum de sérias discussões entre intelectuais e políticos, principalmente na França (e Alemanha). Havia uma insatisfação geral provocada pelo industrialismo - os serviços urbanos nas grandes cidades não conseguiram acompanhar o ritmo da impetuosa e inesperada expansão, os salários diminuam cada vez mais, além de a produção e o transporte de alimentos terem decrescido em muitas grandes cidades. O crescimento da produção fabril despedaçou o mundo tradicional dos artífices qualificados. Muitas das associações de operários mais qualificados, de origem pré-industrial, faliram. A concorrência entre ex-artesãos e trabalhadores imigrantes, vindo do campo, tornou-se acirrada. As *compagnonnages*, diante do avanço dos princípios da moderna indústria, nada podiam fazer. Havia descontentamento e miséria entre os trabalhadores pobres.

Os operários qualificados de tipo artesanal continuavam a formar um grupo social distinto na sociedade francesa. Eram uma fração das classes trabalhadoras que possuía um nível intelectual mais desenvolvido e a consciência de classe mais avançada. Tais como os artífices especializados ingleses, eles formavam a vanguarda da luta pelo direito de organização corporativa e controle do processo de trabalho. A industrialização estava solapando o bem-estar e status desses ex-artesãos transformados em assalariados, que nada podiam fazer, nem mesmo se organizar, de forma livre, em *sindicatos de ofícios*, contra o avanço impessoal e poderoso do capitalismo industrial. A princípio, foram os operários qualificados de tipo artesanal, em processo de proletarização, que constituíram novas formas de resistência, e muitos deles foram atraídos pela nova ideologia do socialismo. Eles eram os principais leitores dos escritos de Babeuf, Blanqui, Blanc e Proudhon.

A partir de 1830, as sociedades secretas e os clubes políticos tomaram-se bastante ativos. De particular importância foram a *Sociedade de Direitos do Homem* [Société des Droits de l'Homme], de tendência republicana, a *Sociedade da Família* [Société des Familles] (1833-1836) e a *Sociedade das Estações* [Société des Saisons] (1837-1839), organizadas por Blanqui e Barbès. Em 12 de maio de 1839 os "blanquistas" tentaram um *coup de main* em Paris. O fracasso da insurreição da *Sociedade das Estações*, desaprovada pela burguesia, contribuiu para a separação definitiva entre republicanos e comunistas. A partir de 1839-1840, as sociedades secretas passaram por uma transformação ideológica - começaram a levantar, de forma exclusiva, palavras de ordem comunistas. A adesão plena ao movimento comunista significou um processo de "proletarização" da composição social dos quadros de militantes das sociedades secretas.³ De fato, o ano de 1840 foi o ponto de partida de

2. Peter JONES, *The 1848 Revolution*, p.6

3. Os proletários, membros das sociedades secretas de Paris, eram principalmente ex-artesãos proletarizados. Löwy apresentou-nos um quadro da composição socioprofissional das associações comunistas entre 1838 e 1847 - de 67 comunistas, 79 % eram de origem artesanal e 21% pertenciam às classes médias. (Michael LÖWY, *La théorie de la révolution chez le jeune Marx*, p.83).

difusão massiva do comunismo no proletariado parisiense.⁴ (Em nível ideológico, as duas correntes predominantes nas sociedades secretas de Paris eram o neobabouvismo (Buonarroti) e o comunismo "materialista" (Dèzamy)).⁵)

Portanto, o movimento operário da Paris dos anos de 1840 era caracterizado pelas manifestações políticas das sociedades secretas comunistas e pelas brochuras populares e efêmeros jornais clandestinos, que divulgavam fórmulas revolucionárias do igualitarismo proletário, luta de classes e ditadura popular (*L'Egaliteire*, *Le Communaitaire*, *L'Humanitaire*, *La Fraternité*)⁶ O proletariado, ainda primitivo, era do tipo predominantemente artesanal; as uniões operárias eram consideradas ilegais, e as greves tendiam a se tornar momentos de confronto com a polícia e instrumentos de agitação política.

2.1. Flora Tristan

Em setembro de 1843, foi publicado *Union Ouvrière* de Flora Tristan. Nesse livro, a revolucionária francesa havia enunciado com uma simplicidade genial um dos postulados fundamentais do movimento operário, adotado, posteriormente, por Marx e Engels: a emancipação dos operários é obra dos próprios operários. Era esse um dos temas do cartismo inglês. Inclusive, Flora Tristan esteve inúmeras vezes na Inglaterra e conheceu o movimento cartista e seus principais expoentes, em particular, Bronterre O'Brien e Feargus O'Connor.

A influência dos reformadores ingleses é muito evidente no pensamento de Flora Tristan (uma de suas viagens a Inglaterra, em 1839, deu origem ao livro *Promessas dans Londres*, publicado em 1840, onde descreveu o cartismo). Flora ficou impressionada com o caráter social do cartismo, a natureza da organização de massa das classes trabalhadoras inglesas, muito diferente da tradição de organização sectária do movimento proletário francês. Essa experiência "organizacional" do cartismo inglês inspirou o programa político de Flora Tristan, que se baseava, primeiro, na idéia de auto-emancipação do proletariado, e depois no tema da unificação das classes trabalhadoras.

As idéias de Flora Tristan expressavam, de certa forma, uma crítica radical das associações artesanais (*compagnonnage*, mutualidades, etc), versão francesa da crítica do sindicalismo feita pelos cartistas ingleses. Flora Tristan considerava que as associações artesanais, particularmente as *compagnonnages*, eram sociedades particularistas (*sociétés particulières*), cuja única preocupação era aliviar os sofrimentos de operários qualificados de tipo artesanal. Elas não podiam e nem tinham a

4. É o que disse Hobsbawn: "Só a partir da década de 1840 é que o proletariado, rebento da Revolução Industrial, e o comunismo, que se achava agora ligado aos seus movimentos sociais - o espectro do Manifesto Comunista -, abriram caminho pelo continente." (Eric HOBSBAWN, *A Era das Revoluções*, p.44)

5. Michael LÖWY, *La théorie de la révolution chez le jeune Marx*, pp.83-84

6. Na sua estada em Paris, Marx teria tido contato com os redatores do jornal comunista *La Fraternité*, que congregava comunistas materialistas e discípulos de Flora Tristan. (Michael LÖWY, *op.cit.* p.79)

pretensão de mudar o destino, e nem mesmo melhorar a situação material e moral da classe operária. Chegou a fazer uma crítica radical do corporativismo dessas associações artesanais,

essa organização degenerada, mesquinha, egoísta e absurda, que divide a classe operária em uma multidão de pequenas sociedades particularistas.⁷

Contra essa divisão do proletariado, que segundo Flora Tristan, seria a causa verdadeira de seus males, ela propunha a "unidade compacta, indissolúvel, da classe operária", l'Union ouvrière. Conclamava todos os operários a deixarem de lado suas pequenas rivalidades corporativas e formarem uma união compacta, sólida e indissolúvel.

Certamente, o jovem Marx, recém-chegado em Paris, em fins de 1843, não encontraria um sentido tão realista de luta política em nenhum dos representantes célebres do socialismo francês.⁸

Marx não chegou a fazer nenhuma referência à Flora Tristan em seus escritos do período 1843-1844, nem muito menos produzir extratos de leitura de qualquer de seus livros.⁹ Entretanto, é sabido que Arnold Ruge havia aconselhado Marx, numa correspondência de 1º de dezembro de 1843, a conhecer Proudhon e sobretudo as "mulheres", George Sand e Flora Tristan.¹⁰ As únicas menções que Marx e Engels fizeram de Flora Tristan e sua obra se encontram n'A *Sagrada Família*, escrita em 1845. Foi Engels quem escreveu o tópico "A União Operária de Flora Tristan" (o jovem Engels tinha acabado de voltar da Inglaterra, onde, como vimos, estivera em estreito contato com o carismo e sindicalismo inglês). Nesse pequeno tópico de *A Sagrada Família*, Engels, no bojo da crítica aos neo-hegelianos, expôs a "grande tese" de Flora Tristan, ou seja, a importância da organização do trabalho - segundo ela, a causa dos males dos operários está em que, "no sistema atual, os ramos particulares, mas conexos do trabalho estão separados, melhor, opostos, numa palavra, porque o trabalho não está organizado."¹¹

2.2. A Introdução de 1843

A emigração para Paris, em outubro de 1843, pôs Marx em contato com o movimento operário francês e marcou a sua adesão à causa do proletariado. Foi na França que Marx teve as primeiras experiências diretas com a classe operária e seu movimento de auto-emancipação. O contato com o movimento do proletariado francês ocorreu não apenas no nível do conhecimento teórico, mas também, e sobretudo, no plano da experiência vivida (Marx chegou a participar de assembleias de

7. Flora TRISTAN, *Union Ouvrière*, pp.15-17 apud M.LÖWY, op.cit. p.96

8. O historiador Lorenz von Stein, que escreveu em 1842 uma obra clássica sobre o socialismo francês, fez a seguinte observação sobre Flora Tristan: "Se manifesta nela" - disse Stein a respeito de Flora Tristan - "com mais força do que em outros reformadores, a consciência de que a classe operária é um todo, de que deve atuar em forma solidária, com vontade e força comum, em vista de um objetivo comum, se se quer sair da sua condição." (L. VON STEIN, *Geschichte der sozialen Bewegung* apud M. RUBEL, *Karl Marx-Ensayo de Biografia*, pp.77-78) Marx fez, n'A *Ideologia Alemã*, referências simpáticas à obra de Stein)

9. M.RUBEL, "Les Cahiers d'étude de Marx" in *Marx Critique du Marxiste*, pp.304-307

10. MEGA, I, 1/2, p.321 (Sobre a eventualidade de um encontro entre Marx e Flora Tristan, ver M. RUBEL, "Karl Marx et Flora Tristan" in *La Nef*, janeiro de 1946, p.68)

11. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Sagrada Família*, p.28 (MEGA, I/3, pp.188,334,365)

artesãos comunistas, partidários da *Liga dos Justos* [*Ligue des Justes*], uma das sociedades secretas de Paris.¹²).

Na época, Paris tinha uma grande população de trabalhadores emigrantes alemães - quase 100.000. Numa correspondência à Feuerbach, em 11 de agosto de 1844, Marx chegou a expressar suas simpatias com os artesãos comunistas da Liga dos Justos:

Nós não podemos deixar de sublinhar os méritos, em nível teórico, dos artesãos alemães na Suíça, em Londres e em Paris. Somente o artesão alemão é totalmente proletário.¹³

Num parágrafo célebre dos *Manuscritos de 1844*, Marx expressou sua admiração pelas reuniões operárias:

Quando os artesãos comunistas [*communistischen Handwerker*] se unem, a doutrina, a propaganda, etc. constituem as finalidades imediatas. Mas, ao mesmo tempo, criam uma nova necessidade, a necessidade da sociedade, e o que aparece como meio tornou-se fim. É possível contemplar esse movimento prático nos seus mais brilhantes resultados, ao ver os agrupamentos de trabalhadores socialistas franceses. Fumar, beber, comer, etc já não são simples meios para juntar as pessoas. A sociedade, a associação, o entretenimento, que de novo tem a sociedade como seu objetivo, é o bastante para eles; a fraternidade dos homens não é uma frase vazia, mas uma realidade, e a nobreza da humanidade irradia sobre nós a partir das figuras endurecidas pelo trabalho.¹⁴

Em fevereiro de 1844, o *Deutsch-Französische Jahrbücher* publicou o artigo *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Uma Introdução* (*Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie: Einleitung*), de Karl Marx. Nesse ensaio, Marx falou pela primeira vez do proletariado (das *Proletariat*) como classe (*Klasse*), a base real da revolução comunista.¹⁵ O proletariado é posto, pelo

12. A *Liga dos Justos*, sociedade secreta fundada em 1836, era formada por operários emigrantes alemães e bastante influenciada pelos escritos de Wilhem Weitling, a expressão mais fiel das aspirações e das tendências ideológicas dos artesãos proletarizados. A *Liga dos Justos* possuía estreitos laços com a *Sociedade das Estações*, inclusive Engels disse: "A Liga não passava, na realidade, de um ramo alemão das sociedades secretas francesas e, em particular, da *Société des Saisons*, dirigida por Blanqui e Barbès, à qual estava intimamente ligada." (Friedrich ENGELS, "Contribuição à História da Liga dos Comunistas", in *Marx-Engels Obras Escolhidas*, p.153)

13. Ludwig FEUERBACH, "Briefwechsel" apud Michael LÖWY, *Théorie de la révolution chez le jeune Marx*, p.87

14. Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, pp.215-216 (MEGA, I/2, p.425)

15. Anteriormente, numa correspondência de Marx a Ruge (de maio de 1843), publicada no *Deutsch-Französische Jahrbücher*, ele pareceu fazer uma primeira alusão ao que seria o proletariado, parafraseando-o como "humanidade sofredora" (*leidenden Menschheit*). Disse ele: "O sistema de lucro e comércio, de exploração humana e de propriedade produz, muito mais rapidamente do que o aumento da população, uma divisão da sociedade contemporânea que a velha sociedade é incapaz de sanar, porque ela nunca sana ou cria, mas apenas existe e goza. A existência de uma humanidade que pensa e uma humanidade que é oprimida deve necessariamente ser desagradável e inaceitável ao mundo animal dos filisteus [*Thierwelt der Philisterei*] que nunca agem, nem pensam, apenas gozam. Por nosso lado, o velho mundo deve ser trazido à luz do dia e deve ser dada uma forma positiva ao novo. Quanto mais tempo os acontecimentos concederem à humanidade pensante [*denkenden Menschheit*] para se recordar e à humanidade sofredora [*leidenden Menschheit*] para se reunir, mais perfeito será o produto que o tempo atual leva em seu ventre." (Obras de Marx y Engels, vol.5, pp.171-172 (MEGA, I/2, pp.479-480)). Löwy destacou que a tradução de *leidenden Menschheit*, utilizada pelo jovem Marx como parafrase de proletariado, tanto pode ser traduzida por "humanidade sofredora" como por "humanidade passiva".

jovem Marx, como uma categoria filosófica, de caráter abstrato. Na verdade, o conhecimento que ele tinha das lutas operárias na França, ainda era, de certa forma, insuficiente (o contato direto que Marx teve com os comunistas franceses e alemães só ocorreu a partir de abril de 1844, ou seja, cerca de quatro meses após a publicação desse artigo no *Deutsch-Französische Jahrbücher*). Além disso, não havia ocorrido nenhum movimento operário significativo na Alemanha, como viria a ocorrer em junho de 1844, com a rebelião dos tecelões da Silésia.

Nesse artigo, Marx pôs o proletariado como uma classe com “cadeias radicais” (*radikalen Ketten*), incapaz de ser integrado à ordem burguesa em constituição. Disse ele:

Quando o proletariado anuncia a dissolução [*Auflösung*] da ordem existente, apenas declara o mistério da sua própria existência, porquanto é a efetiva [*faktische*] dissolução dessa ordem. Quando o proletariado exige a negação da propriedade privada, apenas estabelece como princípio da sociedade [*Prinzip der Gesellschaft*] o que a sociedade já elevava a princípio do proletariado e o que *este* já involuntariamente [*ohne sein Zuthun*] encarna enquanto resultado negativo da sociedade.¹⁶

A impossibilidade de uma revolução parcial, meramente política, na Alemanha, fez Marx acreditar na possibilidade positiva da revolução radical, a emancipação humana universal. E a “possibilidade positiva” dessa revolução radical era posta pela existência do proletariado,

a formação de uma classe com cadeias radicais, uma classe da sociedade civil burguesa [*bürgerlichen Gesellschaft*], que não é nenhuma classe da sociedade civil burguesa, um estamento [*Stand*] que é a dissolução de todos os estamentos, de uma esfera [*Sphäre*] que possui caráter universal porque os seus sofrimentos são universais e que não exige uma reparação particular [*besondres Recht*] porque o mal que lhe é feito não é um mal particular [*besondres Unrecht*], mas o mal em geral [*Unrecht schlechtein*] (...) por fim, de uma esfera que não pode emancipar-se a si mesma, nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade, sem as emancipar a todas.¹⁷

De fato, o desenvolvimento da industrialização capitalista na Alemanha, a partir da década de 1830, criou uma massa de proletários miseráveis e famintos, ex-artesãos pauperizados pela vigência dos novos princípios, postos pelo capitalismo em constituição. Esse proletariado, que trabalhava nas indústrias a domicílio, a serviço do grande capitalista, habitava, principalmente, as regiões da Renânia-Westfália, Saxônia e Silésia. Disse Marx:

Na Alemanha o proletariado está ainda só a começar a formar-se, como resultado do movimento industrial; pois o que constitui o proletariado não é a pobreza naturalmente existente [*naturwuchstag entstandne*], mas a pobreza produzida artificialmente [*die künstlich producirte Armuth*], não é a massa do povo mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da desintegração aguda [*akuten Auflösung*] da sociedade e, acima de tudo, da desintegração da classe média [*Mittelstandes*]. Desnecessário se torna dizer, contudo, que os números do proletariado foram também engrossados pelas vítimas da pobreza material e da servidão germano-cristã.¹⁸

16. Karl MARX, *Contribuição à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel-Introdução*, pp.92-93 (MEGA, V2, p.182)

17. Karl MARX, *op.cit.* p.92

18. Karl MARX, *op.cit.*, p.92

Entretanto, a industrialização, apesar de significativa, era bastante incipiente, comparada com a da França e da Inglaterra. A Alemanha continuava a ser um país de artesanato e indústria doméstica. A classe trabalhadora alemã era formada por artesãos de ofício e semiproletários, que ainda não haviam se desvinculado da terra, e ex-artesãos da indústria doméstica capitalista (tecelões, fiandeiros, ferreiros, etc.), muitos deles em franco processo de proletarização.¹⁹

A industrialização causou um declínio considerável no padrão de vida de toda a classe trabalhadora alemã, particularmente após 1840. O empobrecimento do povo alemão era um fato demonstrado pelos inúmeros escritos sobre problemas sociais, que surgiram na época, onde eram formuladas as mais variadas propostas de reformas e de definição de objetivos políticos.

Foram os semiproletários famintos e miseráveis, os ex-artesãos das indústrias domésticas da Renânia-Westfália, Saxônia e Silésia, que provocaram uma onda de greves em várias partes da Alemanha em junho-julho de 1844. De particular importância, ocorreu a insurreição dos tecelões da Silésia, que causou forte impressão no jovem Marx.

2.3. As Glossas Críticas de 1844

Nos dias 7 e 10 de agosto de 1844, o *Vorwärts* publicou dois artigos de Karl Marx: eram as *Glossas Críticas ao artigo "O Rei da Prússia e a Reforma Social. Por um Prussiano"* [Kritische Randglossen zu dem Artikel: „Der König von Preussen und die Socialreform. Von einem Preussen.“] (o "Prussiano" era Arnold Ruge). A polêmica entre Marx e Ruge ocorreu em cima da interpretação do significado de um acontecimento histórico preciso: a insurreição dos tecelões da Silésia, em junho de 1844.

Para Marx, essas manifestações operárias tiveram uma grande importância. Eram a demonstração concreta e violenta da tendência potencialmente revolucionária da nova classe em constituição, da "pobreza produzida artificialmente", proveniente da "desintegração da classe média". Era a primeira experiência concreta, para Marx, do movimento espontâneo e autônomo, do proletariado, a própria expressão da *Selbsttätigkeit* histórica do proletariado alemão. De certa forma, tal acontecimento foi ele a comprovação histórica de suas idéias, expressas, meses antes, na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, publicada no *Deutsch-Französische Jahrbücher*.²⁰

19. Num texto escrito em 1888, Engels escreveu sobre os operários alemães que faziam parte da *Liga dos Justos*, em 1845. Disse ele: "Na verdade, os membros da Liga, quando pertenciam à classe operária, eram na realidade quase sempre artesãos." Engels salientou que esses artesãos muitas vezes trabalhavam nas indústrias a domicílio, a serviço de um grande capitalista, ou então eram artesãos de ofício independentes. Mais adiante, Engels fez uma interessante observação: "Além disso, pesava sobre o artesão alemão daquela época a massa enorme de preconceitos gremiais herdados do passado. E é algo que honra bastante esses artesãos, que ainda não eram proletários no pleno sentido da palavra, mas apenas um mero apêndice da pequena burguesia em processo de proletarização, mas não se achava ainda em oposição direta à burguesia, isto é, ao grande capital - o fato de terem sido capazes de se antecipar instintivamente a seu desenvolvimento futuro e de organizar-se como partido do proletariado, embora não tivesse plena consciência disso." (Friedrich ENGELS, *Contribuição à História da Liga dos Comunistas*, in *Marx-Engels, Obras Escolhidas*, vol.3., pp.156-157)

20. Numa correspondência para Marx, em 26.06.1844, George Jung, de Cologne, Alemanha, expressou o que o próprio Marx pensava dos acontecimentos na Silésia: "As convulsões operárias na Silésia não foram surpresa para nós. Elas

O proletariado surgiu como a classe que “anuncia a dissolução da ordem existente” e “exige a negação da propriedade privada”. Nesse caso, o proletariado alemão era o exemplo para os proletários de outros países. Além disso, nas *Glossas Críticas*, Marx chegou a uma nova conclusão: ele descobriu que as “excelentes disposições do proletariado alemão” se manifestaram, de forma concreta, mesmo sem a intervenção dos filósofos. Disse Marx:

A disposição do proletariado alemão, embora prescindindo da teoria alemã, é a disposição social da Alemanha.²¹

Enfim, Marx descobriu que o proletariado não é apenas o “elemento passivo” (pasiven Elements) da revolução, mas, pelo contrário, é o próprio “elemento ativo” (thätige Element) da sua emancipação.

No início de junho de 1844 tinha irrompido na Silésia, distrito industrial da Alemanha, uma sublevação de tecelões, uma massa de ex-artesãos proletarizados, trabalhadores a domicílio, vinculados a um grande capitalista. De imediato, os ex-artesãos, miseráveis e famintos, protestavam contra a exploração e os baixos salários que lhes eram pagos. Uma série de greves e motins operários passou a ocorrer em outras partes da Alemanha, da Baviera à Prússia Oriental e na Áustria.²²

demonstraram a justeza de vossa construção do presente e do futuro do povo alemão na *Introdução à Filosofia do Direito*, publicada no *Deustch-Französische Jahrbücher*.” (citado por Michael LÖWY, *La Théorie de la révolution chez le jeune Marx*, p.107)

21. Karl MARX, “Notas Críticas al artículo: El Rey de Prusia y la Reforma Social. Por un Prusiano” in *Obras de Marx y Engels*, vol.5, p.241.

22. Os tecelões silesianos eram artesãos rurais, trabalhadores a domicílio, que forneciam fiados de algodão aos grandes capitalistas. Em 1844, os salários dos tecelões diminuíram, enquanto o preço dos produtos alimentícios consumidos por eles, particularmente a farinha de trigo, subiu. Os tecelões da Silésia comiam e vestiam-se pior do que os proletários ingleses. A pobreza “normal” não tinha, até então, incitado eles a empreender ações de revolta. Para que isso ocorresse foi preciso que o nível habitual de miséria entre eles subisse drasticamente. Foi o que ocorreu na primeira metade de 1844, com a agudização da depressão industrial e comercial que atingia a indústria têxtil da Silésia. Um periódico oficial de Berlim afirmou: “Para mitigar a fome com um pedaço de pão, os tecelões têm que vender suas camas, vestidos, roupas e móveis.” Um outro jornal burguês disse: “Os tecelões vagam como sombras pelas aldeias”. Os grandes capitalistas, aproveitando o desemprego, reduziram os salários (os mais odiados pelos ex-artesãos eram Zwanziger, pelo povo de Peterswaldau, e os irmãos Dierig, em Langenbielau). Enquanto os proletários passavam fome, Zwanziger construiu um palácio, e os irmãos Dierig se enriqueceram notavelmente. A fama de Zwanziger era bastante conhecida entre os próprios capitalistas silesianos, por sua avareza e crueldade. Era o primeiro a reduzir os salários e aplicava frequentemente multas sobre os operários. Enquanto isso, os tecelões tinham consciência de que, à medida que eles se empobreciam, os patrões se enriqueciam cada vez mais. Crescia a indignação entre os proletários de Peterswaldau. No final de maio, a insatisfação entre os tecelões chegou a seu apogeu. Em 3 de junho, os capatazes de Zwanziger agrediram um tecelão, que cantava uma canção de protesto diante da casa do capitalista. No dia seguinte, um grupo de tecelões indignados foi à fábrica de Zwanziger. Tentou penetrar na oficina, mas foi recebido com pedras. Então os tecelões irromperam no local e começaram a queimar papéis, chegando a destruir os livros contábeis. Diante da sublevação dos tecelões, Zwanziger e seus familiares fugiram. Uma multidão de tecelões de cidades circunvizinhas chegou em Peterswaldau. Destruiu a casa de Zwanziger e o depósito de mercadorias. No dia seguinte, 5 de junho, os insurretos se dirigiram às fábricas de outros capitalistas. Atemorizados, estes tentaram acalmar os ânimos dos tecelões, dando comida e dinheiro para eles. Uma colina de tecelões dirigiu-se ao povoado de Langenblau - puseram a correr um destacamento civil organizado pelos irmãos Dierig, destruíram a oficina e a residência do grande capitalista. Por fim, chegou um destacamento militar para reprimir a insurreição proletária. O choque violento deixou o saldo de 11 tecelões mortos e 20 gravemente feridos (seis faleceram depois).

Num artigo publicado no *Vorwärts*, em 27 de julho de 1844, sob o título *O Rei da Prússia e a Reforma Social*, Arnold Ruge criticou a posição do jornal republicano francês *La Réforme*, que considerava a irrupção da miséria operária na Alemanha, cujo exemplo maior era a insurreição dos tecelões silesianos, o sinal da revolução social exigida pela situação européia.

Para Ruge, o *La Réforme* não conhecia toda a realidade alemã. Segundo ele, não havia nenhuma disposição política para uma reforma social na Alemanha: "Nem o Rei, nem a sociedade alemã têm chegado a pressentir sua reforma, mesmo após a insurreição na Silésia e Boêmia."²³ Para Ruge, a miséria operária ainda era algo parcial e restrito aos distritos fabris - não tinha se tornado na Alemanha, uma coisa geral, pública, e muito menos era considerada como um mal de todo o mundo civilizado. Além disso, Ruge não acreditava, naquele momento, numa iniciativa consciente do proletariado alemão:

Os alemães pobres não são mais sensatos que os pobres alemães, quer dizer: não enxergam nada além do seu lar, da sua fábrica, do seu distrito. Até hoje, o conjunto da questão carece dessa alma política que penetra tudo.

E finalizou:

Todas as insurreições que ocorrem nesse fatal isolamento dos homens diante da comunidade e de seus pensamentos com respeito aos princípios sociais se transformarão em sangue e irracionalidade (...) Uma revolução social sem alma política (quer dizer, sem a compreensão que organiza segundo o ponto de vista do todo) é impossível.²⁴

Ruge considerava o movimento proletário na Silésia apenas como uma aventura de "sangue e irracionalidade", que não tinha causado nenhum "susto" ao Rei e às autoridades, mesmo com suas demolições de fábricas e máquinas. Inclusive, ele chegou a dizer que alguns poucos soldados foram suficientes para acabar com a insurreição dos pobres tecelões. Ele criticou o isolamento político do movimento de sublevação dos proletários silesianos, seu caráter de ação local, não vinculada com nenhuma bandeira política, como a insurreição dos operários franceses em Lyon em 1834, ou o movimento cartista inglês.²⁵

Em 6 de junho e nos dias seguintes, as tropas governamentais se concentram na região dos insurretos e procederam a detenções generalizadas. Os acontecimentos da Silésia impulsionaram ações operárias em outras partes da Alemanha e também na Áustria. (B.PONOMARIOV, *El Movimiento Obrero Internacional*, p.322)

23. Arnold RUGE, "El Rey de Prusia y la Reforma Social" in *Obras de Marx y Engels*, vol.5, p.440

24. Arnold RUGE, *op.cit.*, p.442

25. Uma primeira insurreição operária em Lyon ocorreu em novembro de 1831. Nessa revolta, os ex-artesãos proletarizados protestavam contra os salários miseráveis. Foram construídas barricadas e ocorreram enfrentamento armados entre os tecelões e os soldados da Guarda Nacional. Em abril de 1834 ocorreu uma segunda insurreição operária em Lyon. Desta vez, a motivação causal foi política (foi a essa insurreição operária que Marx se referiu, mais adiante, nas *Glossas Críticas*). A motivação política que produziu a sublevação dos operários em Lyon em 1834 foi dada pela intenção do Governo de Luís Felipe de proibir, por via legislativa, as sociedades de propaganda republicana. Os republicanos difundiram, de imediato, palavras de ordem "Liberdade, Igualdade, Fraternidade ou Morte!", chamando os operários à luta contra a lei de proibição às sociedades políticas (a mais ativa das sociedades republicanas era a *Sociedade dos Direitos do Homem*). No dia 9 de abril, pela manhã, uma multidão de tecelões se reuniu na praça central de Lyon. Os gendarmes abriram fogo contra a multidão inermes. Então, os proletários começaram a levantar barricadas e armar-se, debaixo do lema "República ou Morte!", e levantaram bandeiras vermelhas. Chegaram a ocupar importantes posições na cidade de Lyon, e chamaram cidades vizinhas à insurreição.

Nas *Glossas Críticas* contra Ruge, Marx colocou que a miséria dos operários nos distritos industriais não tinha apenas caráter local - as sublevações dos tecelões da Silésia impulsionaram ações operárias em várias partes da Alemanha e da Áustria. Além disso, a burguesia alemã não desconheceu totalmente a importância geral desses acontecimentos. Disse Marx:

Todos os jornais *liberais*, os órgãos da burguesia liberal estão repletos de organização do trabalho, reforma da sociedade, crítica dos monopólios e da concorrência, etc.

E destacou ele:

Tudo isso em consequência dos movimentos dos trabalhadores.²⁶

Portanto, a difusão de artigos em jornais alemães sobre questões sociais, principalmente após a sublevação silesiana, demonstrou, segundo Marx, que a insurreição dos tecelões não tinha sido apenas um drama de "sangue e irracionalidade", sem importância geral e distante de tornar-se do interesse público, como pensava Ruge.

Nas *Glossas*, Marx procurou destacar, de forma muito clara, a *superioridade do proletariado alemão*, em comparação com o proletariado da França e da Inglaterra. Respondendo à colocação de Ruge sobre a insensatez dos proletários alemães, Marx afirmou que o "prussiano" não viu que

nenhuma sequer das revoltas dos operários franceses e ingleses teve um caráter tão teórico e consciente [einen so theoretischen und bewussten Charakter] como a revolta dos tecelões silesianos.²⁷

A insurreição dos tecelões na Silésia tinha assumido, segundo Marx, o caráter de uma verdadeira *luta de classes*: os pobres tecelões se sublevaram contra a burguesia e não contra o Rei. Era essa a valiosa particularidade (*Eigenthumlichkeit*) do movimento do proletariado alemão, comparado, por exemplo, com o movimento do cartismo inglês ou a insurreição dos operários franceses em Lyon (em 1834). Destacou Marx:

A revolta silesiana começa lá onde terminam as revoltas dos trabalhadores franceses e ingleses, isto é, com a consciência daquilo que é a essência do proletariado [*das Wesen des Proletariats*]. A própria ação traz esse caráter superior [*überlegenen Charakter*]. Não somente são destruídas as máquinas, essas rivais do trabalhador, mas também os *livros comerciais*, os títulos de propriedade, e enquanto todos os outros movimentos se dirigiam contra o *senhor da Indústria*, o inimigo visível, esse movimento se dirige também contra o banqueiro, o inimigo oculto. Enfim, nenhuma revolta de operários ingleses foi conduzida com tanta coragem, reflexão e duração [*Tapferkeit, Überlegung und Ausdauer*].²⁸

É provável terem sido essas, as primeiras observações de Marx sobre o cartismo, o movimento político do proletariado inglês. Ele parecia ter, naquela época, sérias restrições sobre o caráter político

As tropas governamentais puseram em jogo a artilharia e violentos combates ocorreram. De imediato, conflitos operários estouraram em Grenoble, Arbois, Vienne e Paris. Entretanto, o Comitê Central da *Sociedade dos Direitos do Homem* não estava preparado para a insurreição, e a sublevação popular foi sufocada pelas tropas de Luis Filipe. (B. PONOMARIOV, *El Movimento Obrero Internacional*, pp.312-313)

26. Karl MARX, "Notas Críticas..." in *Obras de Marx y Engels*, vol.5, p.239 (MEGA, I/2, p.458)

27. Karl MARX, op.cit. p.240 (MEGA, I/2, p.459)

28. Karl MARX, op.cit., p.240

desse movimento (uma das suas fontes de informação sobre o cartismo inglês parece ter sido os artigos sobre a situação política e social na Inglaterra, publicados pelo jovem Engels, desde dezembro de 1842, no *Rheinische Zeitung*, *Deutsch-Französische Jahrbücher* e *Vorwärts*. Entretanto, Engels nutria grandes esperanças sobre o futuro do cartismo inglês, apesar de ter sérias reservas sobre sua plataforma de “revolução por meios pacíficos”).²⁹

Por outro lado, Ruge tinha dito que os proletários alemães tinham um espírito estreito. “não enxergam nada além do seu lar, da sua fábrica, do seu distrito.” Marx contestou essa afirmação de Ruge. Ele tomou como exemplo a canção dos tecelões,

aquela ousada palavra de luta na qual lar, fábrica, distrito sequer são mencionadas uma vez, pelo contrário, o proletariado proclama o seu antagonismo com a sociedade da propriedade privada de modo claro, cortante e poderoso [Schlagender, scharfer, rücksichtsloser, gewaltsamer Weise herausschreit].³⁰

Ao tratar da capacidade cultural dos proletários alemães, Marx tomou como exemplo maior os “geniais escritos” de Weitling, os quais, segundo ele, “sob o aspecto teórico, muitas vezes ultrapassam o próprio Proudhon.” E disse:

Deve-se admitir que o proletariado alemão é o teórico do proletariado europeu, assim como o proletariado inglês é o economista e o proletariado francês é o político.³¹

Portanto, os pobres tecelões, ex-artesãos proletarizados da Silésia eram, para Marx, a concreção histórica efetiva do proletariado descrito na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, uma classe que tem “cadeias radicais”, “uma esfera que não se oponha parcialmente às consequências, mas que se oponha totalmente a todos os pressupostos do Estado alemão.”³²

O proletariado, deste modo, corporificava o movimento de crítica da política e do Estado. A utilização dos meios sociais em vez de meios políticos, para contestar a sociedade da propriedade privada, é o que caracterizava as “excelentes disposições” do proletariado alemão para o socialismo (em comparação, segundo Marx, com o proletariado da França e da Inglaterra).

2.4. A crítica da forma da política

Nas *Glossas Críticas*, Marx destacou que, o “intelecto político” (der politische Verstand) era algo próprio da burguesia, “rica e ilustrada”. A miséria social que atingia o proletariado não poderia gerar o “intelecto político”, mas apenas o “instinto social” (ou seja, a disposição para o socialismo).

29. Em janeiro de 1844, Engels escreveu que considerava “a democracia, o cartismo, o único partido da Inglaterra que tem um futuro, por mais débeis, relativamente, que possam parecer hoje”. Logo ao chegar em Manchester, em dezembro de 1842, ele tinha afirmado que “uma revolução por meios pacíficos constitui uma impossibilidade, e que só a remoção pela violência das condições antinaturais existentes [unnatürlichen Verhältnisse], a derrubada radical da aristocracia nobiliárquica e industrial, melhoraria a situação material dos operários.” (Friedrich ENGELS, *ENGELS-Escritos de Juventud*, p.207, 123 (MEGA, I/3, p.443))

30. Karl MARX, *op.cit.*, p.240 (MEGA, I/2, p.459)

31. Karl MARX, *op.cit.*, p.241

32. Karl MARX, *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, p.92

Para Marx, o “intelecto político” serviria apenas para *falsear* [verfälschte] a consciência da verdadeira essência do proletariado. Pensar segundo a *forma da política* seria, segundo ele, conceber, por exemplo, a solução para os problemas da miséria social apenas como decorrentes de uma mudança na forma do Estado (por exemplo, *a derrubada da monarquia* na França, ou a instauração do sufrágio universal na Inglaterra). Disse ele:

Quanto mais evoluído e geral é o intelecto político de um povo, tanto mais o *proletariado*, pelo menos no início do movimento, gasta suas forças em insensatas e inúteis manifestações sufocadas em sangue. Uma vez que ele pensa na forma da política [in der Form der Politik denkt], descobre o fundamento de todos os males na *vontade* e todos os meios para remediá-los na *violência* e na *derrubada* de uma *determinada* forma de Estado.

E Marx exemplificou:

Demonstração: as primeiras revoltas do proletariado francês. Os operários de Lyon pensavam perseguir apenas fins políticos, em ser apenas soldados da República, enquanto, de fato, eram soldados do Socialismo. Assim, o seu intelecto político tornou-lhes obscuras as raízes da miséria social, assim ele lhes falseou [verfälschte er] o conhecimento dos seus objetivos reais [wirklichen Zweck], assim o seu intelecto político enganou seu instinto social [so belog ihr politischer Verstand ihren sozialen Instinkt].³³

Portanto, se os proletários seguissem seus “instintos sociais” e almejassem destruir “as raízes da miséria social”, deveriam ir além do “intelecto político” e da forma da política. Para ele, o fundamento dos “males sociais” deveria ser encontrado na própria existência do Estado e da organização da sociedade industrial (a propriedade privada, o trabalho estranhado, o salariato). Não seria por meio de medidas políticas, de caráter administrativo, que seria solucionado o problema da miséria social, do pauperismo que afligiam o proletariado. Apenas a luta contra a propriedade privada, o trabalho estranhado, o salariato - os princípios constituintes da organização da sociedade, da qual o Estado político era a sua expressão, poderia levar o proletariado a eliminar as “raízes da miséria social”.

Portanto, diferentemente do movimento do proletariado que ocorria na França (onde os operários participavam em manifestações pró-República democrática), ou na Inglaterra, (com o movimento pelo sufrágio universal), o movimento social do proletariado alemão se insurgia não contra o Rei, nem contra a forma do Estado, mas, segundo Marx, *contra o capitalista*, o “senhor da indústria”, ou contra o “inimigo oculto”, o banqueiro. Era a própria expressão da luta de classes, das contradições antagônicas que constituíam a sociedade moderna.

A luta *social* do proletariado alemão, expresso pelo movimento dos tecelões pobres, miseráveis e famintos da Silésia, tinha revelado, segundo Marx, a “alma universal” (universelle Seele) do mundo industrial: o *desesperado isolamento do homem da comunidade*.

Mas a comunidade da qual o proletário é isolado, não é, como defendia Ruge, a comunidade *política*, o Estado. Para Marx, a insurreição dos tecelões silesianos *não* ocorreu porque eles não eram

33. Karl MARX, “Notas Críticas...” in Obras de Marx y Engels, vol5, p.242/243 (MEGA, I/2, p.461)

cidadãos, isolados da vida política, mas sim porque, o próprio trabalho daqueles proletários [*seine eigene Arbeit*] os isolava da própria vida:

a vida física e espiritual, a moralidade humana, a atividade humana, o humano prazer, a essência humano [*das menschliche Wesen*].³⁴

O que as revoltas dos proletários revelavam como a “alma universal” do mundo industrial era o isolamento dos proletários da verdadeira comunidade humana, ou seja, um isolamento da *essência humana*. E, segundo Marx, o isolamento da vida verdadeiramente humana, provocada pelo trabalho dos proletários, é muito mais “universal, insuportável, amedrontador e contraditório [*allseitiger, unertraeglicher, furchterlicher, widerspruchsvoller*]” que o isolamento da comunidade política, propiciada pela inexistência do sufrágio universal. Para ele, o *homem* (*der Mensch*) é mais infinito que o *cidadão*, e a *vida humana* mais infinita que a *vida política*:

Por isso, a revolta industrial [*der industrielle Ausstand*] pode ser tão parcial como se queira, ela encerra em si uma alma universal; a revolta *política* pode ser tão universal quanto se queira, ela esconde [*er verbirgt*], sob as mais *colossais* formas, um espírito estreito [*engherzigen Geist*].³⁵

Nas *Glossas Críticas*, o proletariado era a classe, cuja revolta, mesmo sendo parcial, mesmo que acontecesse em *um* distrito industrial, como salientou Marx, não deixaria de ter um caráter *universal* - de ser um protesto do *homem* contra a vida desumanizada, contra a separação do *indivíduo* da verdadeira comunidade do homem, a essência humana. Enfim, um protesto (*eine Protestation*) contra o trabalho estranhado (*Entfremdete Arbeit*), condição do próprio trabalho dos proletários nos distritos industriais.

Marx tinha escrito nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, que a propriedade privada, ela mesma, era um produto, o resultado, a consequência necessária (*die nothwendige Konsequenz*) do trabalho alienado (*der entäusserten Arbeit*).³⁶ Portanto, a revolta dos proletários era um protesto, em si, contra a verdadeira causa da *vida estranhada* (*des entfremdeten Lebens*), ou seja, um protesto contra o trabalho alienado (*des entaussernten Arbeit*), causa e fundamento da propriedade privada e do *salário* (Marx já tinha observado que “o salário [*Arbeitslohn*] e a propriedade privada são idênticos.”³⁷

O que significava que, para Marx, a insurreição dos tecelões silesianos tinha o caráter de protesto contra o *trabalho estranhado* e seus resultados, um protesto contra a propriedade privada e o salaríato. Enfim, um protesto *radical* contra a condição proletária, que não poderia ser transformada por *meios políticos*, mas apenas por *meios sociais* (a crítica da *política* enquanto *finalidade* da ação operária seria um dos traços característicos do pensamento de Marx).

Portanto, para o jovem Marx, seria de ex-artesãos proletarizados, famintos e miseráveis, de um país de capitalismo industrial pouco desenvolvido, como a Alemanha, que poderia vir o protesto

34. Karl MARX, op.cit., p.243 (MEGA, I/2, p.461)

35. Karl MARX, op.cit., p.244 (MEGA, I/2, p.462)

36. Karl Marx, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p.168 (MEGA, I/2, p.372)

37. Karl MARX, op.cit., p.169 (MEGA, I/2, p.373)

radical contra o *estranhamento* [die Entfremdung] produzido pela propriedade privada e pelo salaríado. Para ele, assim como o desesperado isolamento dos cidadãos franceses da *comunidade política* levou à Revolução Francesa de 1789, o desesperado isolamento dos proletários alemães da *comunidade humana* os levaria a suprimir esse isolamento por meio de uma *revolução social* - uma revolução radical (radicale Revolution), e não uma *revolução política*.

Não existia no pensamento de Marx, nessa época, a perspectiva das lutas pelo salário, de caráter sindical, lutas meramente econômicas, que ele, mais adiante, n' *A Miséria da Filosofia*, colocaria como típicas da classe vis-à-vis do capital. Nas *Glossas Críticas*, Marx pensou o movimento do proletariado como tendo virtualmente um caráter insurrecional, que poderia assumir uma *forma falseada*, isto é, submetida à forma da política (como as insurreições dos operários de Lyon, em 1834), ou uma *forma consciente*, compatível com o "instinto social" intrínseco à condição proletária (como a insurreição dos tecelões silesianos).

Mais tarde, quando as *mediações* passaram a ser postas de forma efetiva no pensamento de Marx, a *crítica do sindicalismo* assumiria uma dimensão importante, juntamente com a *crítica da política* enquanto finalidade exclusiva da ação operária (tais formas de ação da classe operária tenderiam a não pôr a abolição do trabalho assalariado como sua meta, o que significaria, em última instância, manter o domínio do capital).

2.5. Engels e a revolta dos tecelões da Silésia

Engels chegou a escrever sobre a insurreição dos tecelões da Silésia para o jornal cartista *The Northern Star*, de Feargus O'Connor, em 26 de junho de 1844. Ele fez um relato descritivo dos distúrbios na Silésia, vinculando-os com o *sistema industrial* (factory system), cuja exploração do trabalho, desqualificação e insegurança dos operários (ocasionado pela maquinaria) tendiam a produzir tais tipos de revolta. Disse Engels:

É evidente que as consequências do sistema fabril [factory system], do progresso da maquinaria, etc., para as classes trabalhadoras [working classes] são totalmente as mesmas, tanto para o continente europeu como para a Inglaterra: opressão e trabalho árduo para muitos, abundância e riqueza para poucos; insegurança sobre o futuro, descontentamento e revolta existem tanto entre os vales da Silésia como nas cidades populosas de Lancashire e Yorkshire.³⁸

A insurreição dos tecelões silesianos foi caracterizada por Engels como decorrente da violenta proletarização produzida pelo *factory system*: os baixos salários e o crescente desemprego deram a motivação causal dessa insurreição nos vales da Silésia. Afirmou Engels:

A causa dessa desordem foi o sofrimento incrível desses pobres tecelões ocasionado pelos baixos salários, introdução de maquinaria, e a avareza e voracidade dos patrões manufatureiros. É difícil acreditar que os salários desta classe oprimida, numa família onde pai, mãe e as crianças trabalham, todos eles no tear, a soma total não daria para comprar mais do que 6 shillings na Inglaterra.³⁹

38. Frederick ENGELS, "Further Particulars of the Silesian Riots" in MEGA, I/3, p.609.

39. Friedrich ENGELS, op.cit., p.612

Mais adiante, o jovem Engels relatou a condição de “escravos assalariados”, vividos pelos tecelões na Silésia, cuja sublevação expressou o máximo de indignação contra os resultados postos pelo sistema fabril:

Além disso, eles [os tecelões] estão todos endividados, o que não é surpresa, quando os salários são tão baixos; e os patrões fazem, pouco a pouco, algum adiantamento, que os homens nunca poderiam pagar, mas que são suficientes para dar a eles, os patrões, uma supremacia absoluta sobre eles, e transformá-los em escravos dos patrões manufatureiros.⁴⁰

Engels explicou que os baixos salários dos tecelões estavam vinculados à crise da indústria têxtil na Silésia, ocasionada pela competição com os artigos ingleses, os quais tinham uma vantagem sobre eles, devido “à maquinaria superior das fábricas inglesas”. Ele finalizou o relato sobre os distúrbios operários na Silésia, dizendo:

Em síntese, foi o sistema fabril, com todas as suas conseqüências, que pressionou os tecelões silesianos [the Silesian weavers] de uma maneira nunca vista antes, e agora pressiona os operários fabris e tecelões ingleses [the English factory-workers and hand-loom weavers], ocasionando mais insatisfação e explosão de distúrbios por todo o país.⁴¹

Engels concluiu dizendo que durante os distúrbios operários na Silésia,

nenhum tipo de roubo foi cometido pelos tecelões famintos. Eles lançaram fora, nas ruas, o dinheiro e não o utilizaram para uso próprio.⁴²

Nesse artigo, o jovem Engels procurou destacar a similaridade entre a revolta dos tecelões na Silésia e os distúrbios operários na Inglaterra, particularmente nos distritos industriais (Lancashire e Yorkshire, onde se encontrava o proletariado fabril inglês). A sua ênfase concentrou-se em demonstrar que esses tipos de distúrbios e insatisfação nos meios proletários eram decorrência apenas do *factory system* - do sistema industrial, que trazia no seu bojo *exploração e insegurança* para os operários, sejam eles ingleses ou alemães. Portanto, o que aconteceu na Silésia poderia ocorrer, segundo Engels, em todos os países onde predominasse o sistema fabril, isto é, o capitalismo industrial.

2.6. A Sagrada Família (1845)

Em fevereiro de 1845, foi publicada *A Sagrada Família*, (*Die Heilige Familie. Oder Kritik der kritischen Kritik, eine Streitschrift gegen Bruno Bauer und Consorten*), primeira obra conjunta de Marx e Engels.⁴³ Nessa obra, as seções de maior interesse são aquelas em que Marx fez réplicas aos ataques do neohegeliano Bruno Bauer contra Proudhon, contra o papel das massas (*die Masse*) na história e contra o materialismo. (Engels escreveu apenas algumas páginas dessa obra).

40. Friedrich ENGELS, *op.cit.* p.612

41. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.612

42. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.612

43. O primeiro encontro entre eles tinha ocorrido em fins de agosto de 1844 em Paris. Mais tarde, Engels relatou: “Quando no verão de 1844 visitei Marx em Paris, ficou patente nosso acordo completo em todos os terrenos teóricos, e data dessa época nossa colaboração. (Friedrich ENGELS, “Contribuição à História da Liga dos Comunistas” in *Marx-Engels, Obras Escolhidas*, vol.3, p.157)

Diferentemente das *Glossas Críticas*, de 1844, Marx em *A Sagrada Família*, passou a privilegiar, de certa forma, o proletariado inglês e francês, um "proletariado plenamente desenvolvido" (*ausgebildeten Proletariat*), que já tinha, segundo ele, "a consciência de sua tarefa histórica", isto é, a necessidade da abolição (*aufheben*) de todas as condições de vida inumanas (*unmenschlichen Lebensbedingungen*) da sociedade burguesa. Entretanto, Marx pôs essa atividade do proletariado ainda em termos abstratos. Não tratou, de forma concreta, por exemplo, do cartismo ou do sindicalismo inglês (o que Engels fez em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, publicada poucos meses depois).

Numa certa passagem d'*A Sagrada Família*, Marx teceu ligeiras considerações sobre as uniões operárias da França e Inglaterra, em termos muito parecidos com os utilizados numa passagem dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, quando falou da reunião dos operários emigrantes alemães em Paris. Marx falou dos "operários comunistas que trabalham nos *ateliers* de Manchester e Lyon":

Ora, os trabalhadores [*Arbeiter*] ingleses e franceses formaram associações, onde não se contentam em informarem-se mutuamente sobre as suas necessidades imediatas enquanto *operários*, mas também sobre as suas necessidades enquanto *homens*, sem contar que manifestam aí, além disso, uma consciência muito profunda [*ein sehr grundliches und fassendes Bewusstsein*] da força "enorme", "imensa" que resulta da sua cooperação [*Zusammenwirken*].⁴⁴

As uniões operárias tendiam a possuir, para Marx, um caráter revolucionário, dado, primeiro, pelas condições inumanas em que viviam os proletários e, depois, pelo fato de que, desde que os operários se associam, tomam consciência da força da sua cooperação e da necessidade de abolir a sociedade atual.⁴⁵

Nessa passagem d'*A Sagrada Família*, Marx pôs os primeiros rudimentos da crítica - e denúncia - dos limites da *forma-sindicato* - e do *sindicalismo*, concentrado, em termos exclusivos, em tratar das necessidades *imediatas* de os operários enquanto operários, isto é, pleitearem tão-somente um melhor preço para a força de trabalho. Não que Marx tenha desprezado a importância de as coalizões operárias tratarem das necessidades imediatas dos *operários enquanto operários* (a luta por salários ou pela redução da jornada de trabalho, por exemplo). Mas o que ele estava destacando era a

44. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Sagrada Família*, p. 78 (*Werke*, Band 2, p. 55)

45. Tanto Marx como Engels, naquela época, consideravam incompatíveis com a ordem burguesa certas reivindicações operárias. Por exemplo, certos tipos de movimentos operários, como a luta pela jornada de 10 horas, segundo eles, possuíam um potencial revolucionário significativo. A seguinte afirmação de Engels comprova o que dissemos: "O operário só tem desvantagem em esperar uma liberalização total da concorrência [Engels refere-se à derrubada da lei dos cereais, proposta pela burguesia liberal - G.A.]. As reivindicações que formulou até o presente: lei das dez horas, proteção do operário contra o capitalista, bom salário, situação garantida, abolição da nova lei sobre os pobres, todas exigências que são elementos do cartismo, pelo menos tão essenciais como os "seis pontos", vão diretamente contra a livre concorrência e a liberdade do comércio." (Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p. 263)

necessidade de elas tratarem também - e principalmente-, das necessidades *mediatas* dos operários enquanto homens. Nesse caso, disse ele, os operários

sabem que a propriedade [Eigentum], o capital, o dinheiro, o trabalho assalariado [Lohnarbeit], etc (...) são resultados muito práticos, muito concretos, do estranhamento do seu ser [Selbstentfremdung] que é preciso, por isso aboli-los [aufgehoben].⁴⁶

As uniões operárias demonstravam que eles só têm força quando cooperam entre si, quando se associam. Sozinhos, os operários nada são, perante o poder da propriedade privada, do capital. Enfim, para o jovem Marx, as coalizões operárias eram a demonstração prática da força "enorme", "imensa", da massa proletária. Para Marx, elas possuíam, em si, um valor revolucionário.

N'A *Sagrada Família*, Marx elogiou Proudhon por ser o primeiro pensador a ter efetuado um exame crítico e categórico da propriedade, "base da economia política". Proudhon, como Weitling, era um operário, e portanto, a manifestação efetiva, para Marx, de que o proletariado poderia conquistar sua emancipação social (e ideológica) por suas próprias forças. Inclusive, o exame "tão impiedoso como científico" da propriedade privada (das Privateigentum) feito por Proudhon, tornaria possível, segundo Marx, "pela primeira vez uma verdadeira ciência da economia política".⁴⁷ Mais adiante, Marx afirmou:

Proudhon não escreve só no interesse dos proletários, ele próprio é proletário [Proletarier], ouvrier. A sua obra é um manifesto científico do proletariado francês.⁴⁸

Entretanto, Marx não deixou de reconhecer que Proudhon não soube ir além da economia política:

Mas a sua crítica da economia política ainda está vinculada aos pressupostos da economia política, a reapropriação do próprio mundo objetivo continua concebida sob a forma que a posse [Besitzes] reveste na economia política.⁴⁹

2.7. A natureza da revolta proletária

A contradição essencial, destacada por Marx n'A *Sagrada Família*, era aquela em que o movimento do capital engendrava a miséria social (Marx disse que o mérito de Proudhon foi demonstrar isso) - isto é,

a propriedade privada enquanto propriedade privada é forçada a perpetuar a sua própria existência e por isso mesmo a do seu contrário, o proletariado.⁵⁰

Foi nessa obra que Marx tratou, então, do proletariado, o lado *contrário* da propriedade, mas produto necessário de sua própria existência. O proletariado era a própria personificação da miséria social, engendrada pelo sistema industrial.

46. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Sagrada Família*, p.79 (Werke, Band 2, p.55)

47. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.47 (Werke, band 2, p.32)

48. Karl Marx, Friedrich ENGELS, op.cit., p.61 (Werke, band 2,p.43)

49. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.63 (Werke, band 2, p.44)

50. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.53 (Werke, band 2, p.37)

Primeiro, Marx destacou que o proletariado, diferentemente da burguesia, sente-se aniquilado, diante do estranhamento produzido pela sua condição de trabalhador assalariado, “vê nela a sua impotência e a realidade de uma existência inumana.”⁵¹ (A burguesia, a “classe possuidora”, sente-se à vontade no estranhamento humano [*menschliche Selbstentfremdung*]). A revolta operária era, portanto, para Marx, revolta (*die Empörung*) contra este aviltamento (*der Verworfenheit*) (Marx utilizou uma expressão de Hegel).

O proletariado revoltava-se empurrado pela contradição entre a sua *natureza humana* e a sua *situação de vida* (*Lebenssituation*). É a “situação de vida” do operário, a totalidade da sua existência inumana, tanto no interior da fábrica como fora dela, que põe o proletariado como a classe que se revolta contra o capital (como vimos, o jovem Engels demonstrou na sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* que a consciência de classe do proletariado nascia dessa *Lebenssituation*, que envolvia não apenas o trabalho, mas habitação, alimentação, lazer, enfim, todos os elementos vitais degradados pelo cotidiano da existência proletária).

Depois, Marx destacou que, era o movimento econômico (*seiner nationallökonomischen Bewegung*) da propriedade privada, que a encaminhava, por si mesma, para a sua própria dissolução (*Auflösung*) (mais tarde, no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx (e Engels) destacariam que a burguesia tenderia a produzir seus próprios coveiros - o proletariado). O que significava que essa evolução (*Entwicklung*) da propriedade privada, um movimento “inconsciente [*bewusstlose*], que se realizava contra a sua vontade”, engendraria o proletariado. O proletariado, portanto, seria o produto necessário, inevitável, do próprio movimento do capital.

Para Marx, o *proletariado* era a massa assalariada, miserável e marginalizada, produto do movimento inevitável (e inconsciente) da propriedade privada,

a miséria consciente da sua miséria moral e física, consciente da sua desumanidade e, portanto, como desumanização que se supera a si mesmo [*sich selbst aufhebende Entmenschung*].⁵²

O proletariado ao abolir a propriedade privada estaria apenas executando a sentença (*das Urteil*) que a propriedade privada pronunciou contra si mesma. Outrossim, ao abolir o seu contrário (a propriedade privada), o proletariado abole a si mesmo. Disse Marx:

Depois o proletariado desaparece [*verschwunden*] tal como a propriedade privada: o seu contrário que o implica.⁵³

Essas passagens d'*A Sagrada Família* são interessantes porque nelas Marx forneceu-nos, de forma muito clara - tal como na *Introdução* de 1843 -, a sua concepção de proletariado. Nelas, Marx demonstrou porque atribuir ao proletariado o papel histórico de emancipação humana. Enfim, para ele, o proletariado é a classe, cujo movimento coletivo anunciava a dissolução da ordem do capital, o

51. Karl MARX, op.cit., p.53 (Werke, band 2, p.37)

52. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.54 (Werke, band 2, p.38)

53. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.54 (Werke, band 2, p.38)

seu contrário. Não existia, para o jovem Marx, outra forma de conceber o proletariado que não fosse o ser *negativo*, que abole a propriedade privada, o trabalho assalariado, o capital:

Nas condições de vida do proletariado encontram-se condensadas todas as condições de vida da sociedade atual no que elas podem ter de mais inumanas.⁵⁴

Ao conceber o proletariado, Marx não concebeu apenas a situação de miséria, mas a consciência crítica dessa miséria (uma miséria social, produto da civilização industrial).⁵⁵ Desse modo, a consciência revolucionária do proletariado estava posta na sua própria condição de miséria:

No proletariado, com efeito, o homem perdeu-se a si mesmo, mas adquiriu ao mesmo tempo a consciência teórica [das *theoretische Bewusstsein*] dessa perda; além disso, a miséria que ele já não pode evitar nem mascarar, a miséria que se lhe impõe inelutavelmente - expressão prática da necessidade [der *Notwendigkeit*] - obriga-o diretamente a revoltar-se contra tal inumanidade; é por isso que o proletariado pode e deve libertar-se a si mesmo.⁵⁶

Mais adiante Marx escreveu a passagem clássica:

Não se trata de saber que objetivo este ou aquele proletário, ou até o proletariado inteiro, tem momentaneamente [vorstellt]. Trata-se de saber o que é o proletariado e o que ele será historicamente obrigado a fazer de acordo com este ser [was es diesen Sein gemäss geschichtlich zu tun gezwungen sein wird]. O seu fim e a sua ação histórica são-lhes traçados de modo tangível e irrevogável [sinnfällig, unwiderruflich] pela sua própria situação e por toda a organização da sociedade burguesa atual.⁵⁷

Tal como nas *Glossas Críticas*, Marx tratou do proletariado apenas enquanto a classe que tenderia a abolir a ordem da propriedade privada e do capital. O movimento do proletariado, enquanto a classe que tenderia a negar a sociedade burguesa, era "tangível e irrevogável", posta pela sua própria situação - *Lebensbedingungen* -, isto é, pela condição da classe que se sente aniquilada pela existência inumana, e por toda a organização da sociedade burguesa atual (cuja concorrência mina qualquer união de proletários contra a exploração dos capitalistas).

Não haveria, portanto, na perspectiva do jovem Marx, nenhum tipo de movimento do proletariado que tivesse um caráter meramente econômico. Aliás, as lutas por salário poderiam ser consideradas - ou tendiam a se transformar, de imediato, tivessem ou não consciência disso os operários - em lutas contra o capital e a propriedade privada. Para ele, o proletariado só poderia superar a sua condição de miséria social; enquanto suprimisse o seu contrário - a propriedade privada. E a propriedade privada não poderia jamais permitir que o proletariado saísse da sua condição de vida inumana. Desse modo, podemos supor que, em suas obras de juventude, sequer, estavam postas, no horizonte de Marx, um estatuto legítimo para a consciência sindicalista (ou se ele fosse posto, seria tal como a *falsa* consciência própria do movimento do proletariado sob a forma da política (como Marx considerou nas *Glossas Críticas*).

54. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.54

55. No extrato de leitura da obra de Eugène Buret, *De la misère...*, Marx chegou a destacar que "a miséria é um fenómeno da civilização [la civilisation]." (MEGA, IV/2, p.552)

56. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.54 (Werke, band 2, p.38)

57. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.55 (WERKE, band 2, p.38)

Engels escreveu apenas algumas passagens de *A Sagrada Família*. Em uma dessas seções, como vimos, ele fez referências à “União Operária” de Flora Tristan. Em outra, ele tratou dos operários ingleses,

esse operariado que, em Abril e Maio, organizou *meeting* sobre *meeting*, redigiu petição sobre petição, tudo em prol da lei das dez horas, num estado febril, que não se lhe via já há dois anos, e de ponta a ponta em todas as zonas industriais.⁵⁸

Engels colocou o cartismo como “a expressão política da opinião pública reinante entre os operários”.⁵⁹ Destacou a consciência de classe dos operários ingleses, que rejeitavam qualquer apoio à *Anti-Corn Law League*, de influência burguesa. Enfim, o proletariado inglês, disse Engels, é

aquele que conseguiu fazer com que, em todas as cidades industriais, a Liga Contra as Leis do Trigo não ousasse sequer promover um *meeting* público; é aquele operariado que, além do mais, tem como seu inimigo número um esta Liga e que, em todos os debates sobre a questão das dez horas, tem sido apoiado pelos *tories*.⁶⁰

O objetivo de Engels era demonstrar a pujança das massas operárias na Inglaterra, no caso, os operários das indústrias têxteis do norte da Inglaterra, despertas desde o fracasso dos *plugs plots* em 1842. Naquela época, em 1845, os proletários das indústrias têxteis inglesas promoviam a agitação política pela jornada de 10 horas, sendo apoiados, inclusive, pelo partido de oposição aos Whigs - os *Tories*.

Marx fez, n' *A Sagrada Família*, poucas referências ao movimento social do proletariado inglês, o mais desenvolvido da época. Numa dessas passagens, ele assinalou que “uma grande parte do proletariado inglês e francês [*englischen und franzosischen Proletariats*]” já tem “consciência de sua tarefa histórica” e trabalham “infatigavelmente [*beständig*]” para levar esta consciência ao mais alto grau de lucidez [*Klarheit*].⁶¹

2.8. A crítica do salaríato no jovem Marx

A correlação entre teoria dos salários e limites - e alcances - do sindicalismo é bastante evidente em vários escritos de Marx, seja na seção sobre “Trabalho Assalariado”, nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, de 1844, quando ele fez, como veremos, indicações sobre a debilidade da união dos trabalhadores; seja nos manuscritos sobre *Salário*, em preparação para a série de artigos postumamente intitulado *Trabalho Assalariado e Capital*, escrito em 1847-1848; seja, mais tarde, na exposição de *Salário, Preço e Lucro*, de 1865, quando ele tratou, na parte final, das tarefas dos sindicatos (mais adiante, iremos tratar de uma seção, n' *A Miséria da Filosofia*, escrita em 1847, onde Marx fez explícitas referências às *trade unions* no interior de um debate contra Proudhon sobre a determinação dos salários).

58. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.20 (Werke, band 2, p.15)

59. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.21 (Werke, band 2, p.15)

60. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.20

61. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.55 (Werke, band 2, p.38)

Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* [Ökonomisch-philosophische Manuskripte] de 1844, Marx já tinha tratado, numa seção do primeiro manuscrito, sobre o “Trabalho Assalariado” (Arbeitslohn). Nesses importantes manuscritos, ele já começava a dominar o universo contraditório das categorias da economia política clássica.

Marx iniciou dizendo que “o salário é determinado pela luta amarga entre capitalista e trabalhador (Arbeiter)”. Entretanto, não havia nenhuma chance para o trabalhador - o capitalista sempre venceria. Afinal, o capitalista poderia viver mais tempo sem o trabalhador, do que o trabalhador sem o capitalista. E destacou:

A união entre capitalistas é hábil e eficiente, ao passo que a união entre trabalhadores é proibida [verboten] e traz as mais penosas consequências [von schlechten Folgen für sie].⁶²

Desse modo, a união dos trabalhadores é minada pela intensa concorrência entre eles. O jovem Marx colocou essa concorrência como o resultado da *divisão do trabalho e da acumulação do capital*, portanto, como uma tendência inexorável do desenvolvimento industrial. Assim, o movimento do capital tenderia a tornar cada vez mais precária a união (Verbindung) dos trabalhadores para pleitear um salário acima do nível de subsistência. Disse Marx:

De igual modo, o crescimento da classe de homens que são inteiramente dependentes do trabalho [der nur arbeitenden Menschenclasse] aumenta a competição [der Konkurrenz] entre os trabalhadores e baixa o seu preço.⁶³

E destacou: “No sistema industrial [Fabrikwesen] essa situação dos trabalhadores atinge seu clímax.” Submetidos ao movimento do capital, a condição dos trabalhadores, cuja organização seria minada pela concorrência entre si, é de receberem

apenas a parte mínima e absolutamente indispensável do produto, precisamente o tanto quanto necessita para existir como trabalhador [als Mensch], e para gerar a classe escravizada dos trabalhadores [die Sklavenklasse der Arbeiter], não a humanidade.⁶⁴

Mais adiante, o jovem Marx disse:

O preço do trabalho deve diminuir; é em parte a concorrência entre o capitalista e o trabalhador, em parte a concorrência entre os próprios trabalhadores que provoca essa descida.⁶⁵

Nessa passagem, Marx parece ter colocado o grau de concorrência entre os próprios trabalhadores como um dos elementos de determinação dos salários. A partir daí, seguindo a lógica do discurso de Marx, podemos dizer que, se a concorrência tendesse a diminuir, possibilitando a formação de uma *união dos trabalhadores*, poderia ocorrer, num primeiro momento, a melhoria dos salários dos trabalhadores (seria o que o jovem Engels denominou de vitória sobre a *concorrência parcial*). No entanto, na perspectiva de Marx, a concorrência tenderia a aumentar, “se tornar maior, mais anormal e mais violenta”, em virtude do movimento de acumulação do capital, da divisão do trabalho e da introdução das máquinas na produção fabril, tornando débil e ineficiente qualquer união dos

62. Karl MARX, *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, p.101 (MEGA, I/2, p.189)

63. Karl MARX, *op.cit.*, p.105 (MEGA, I/2, p.198)

64. Karl MARX, *op.cit.*, p.107 (MEGA, I/2, p.204)

65. Karl MARX, *op.cit.*, p.107 (MEGA, I/2, p.204)

trabalhadores (a lógica da exposição do jovem Engels é a mesma - se os trabalhadores não abolissem, por sua vez, a *concorrência geral*, ela tenderia a repor a *concorrência parcial*, o que provocaria o debilitamento da própria coalizão operária).

N'A *Sagrada Família*, Marx voltou a tratar, muito rapidamente, do tema dos *salários*. Está claro, de imediato, que o jovem Marx não procurou tratar, nessa obra, do problema do sindicalismo (existem apenas referências esparsas à "união dos trabalhadores"). Entretanto, como temos salientado, podemos inferir, a partir do modo como Marx tratou os salários (e a sua determinação), algumas implicações sobre uma possível concepção dos limites (e alcances) da prática de luta dos sindicatos (foi o que vimos nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*).

N'A *Sagrada Família*, Marx demonstrou a contradição imanente à categoria *salário*. No início, disse ele, o salário aparece como a parte proporcional do produto que cabe ao trabalho [der Arbeit]. Salário e Lucro [Gewinn des Kapitals], nesse momento,

mantêm as mais amigáveis e, aparentemente, as mais humanas relações, tirando partido um do outro.

Entretanto, essa dimensão da categoria "salário" é apenas *aparente*:

apercebemo-nos que eles [salário e lucro] são inversamente proporcionais e que mantêm entre si as mais hostis [feinschaftlichsten] relações.

Sobre a determinação dos salários, Marx não acreditava que tal relação entre operários e capitalistas pudesse ser *livre*:

Inicialmente, o montante do salário é determinado pelo livre acordo [die freie Übereinkunft] entre o operário livre e o capitalista livre. Mas vê-se depois que o operário é obrigado a deixar determinar o seu salário como o capitalista é obrigado a fixá-lo tão baixo quanto possível.

E finalizou:

A *liberdade* das partes contratantes dá lugar à *coação*.⁶⁶

Portanto, temos, nessa época, pela primeira vez, um Marx crítico do contrato "livre" de trabalho, pedra angular do sindicalismo nas próximas décadas. É a falta de liberdade, que existe entre as partes contratantes, operários e capitalista, que permitiu a Marx denunciar, mais adiante, os limites intransponíveis do sindicalismo. Enfim, são essas as contradições, em que, "inconscientemente", se debate a economia política (e a prática dos sindicatos).

No período de 1843-1845, não existe nenhuma indicação significativa de Marx sobre os sindicatos ingleses - foi o que constatamos nas breves análises que fizemos da *Introdução*, de 1843, das *Glossas Críticas*, de 1844, d'A *Sagrada Família*, de 1845. Durante essa época, o movimento dos sindicatos não tinha mais nenhuma pretensão de instaurar uma nova sociedade (tal como ocorreu durante o movimento dos *sindicatos gerais*). Muito pelo contrário, as uniões operárias pareciam tender, cada vez mais, para posições moderadas e pacíficas, tendo algumas sérias restrições em continuar apoiando o cartismo, e procurando priorizar apenas lutas meramente econômicas.

66. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Sagrada Família*, op.cit., p.48 (Werke, band 2, p.33)

Naquela época, Marx estava numa posição *exterior* à problemática da economia política. Esse objeto particular - os sindicatos - parecia inexistente no discurso teórico dele. Entretanto, na medida em que Marx penetra o universo teórico da economia política, os sindicatos (e o sindicalismo) passam a constituir, de fato, um objeto de relevância.

2.9. A primeira viagem de Marx à Inglaterra (1845)

Em julho de 1845, Marx e Engels fizeram uma viagem de seis semanas à Inglaterra. Segundo uma carta posterior de Marx, a seu editor, Carl Friedrich Leske, essa viagem foi feita exclusivamente a fim de pesquisar para seu livro (Marx propunha escrever uma obra com o título *Kritik der Politik und Nationalökonomie - Para a Crítica da Economia e Política*).⁶⁷

A maior parte do tempo eles passaram lendo obras econômicas de escritores como William Petty, Thomas Tooke, Thomas Cooper, William Thompson, William Cobbet (de volta a Bruxelas, Marx concentrou-se em ler obras de economistas ingleses pós-ricardianos como W. Atkinson, McCulloch, J.S. Mill e socialistas como Robert Owen, John Bray e Frederic M. Eden. Outras duas importantes leituras do período de Bruxelas foram François Quesnay e G. von Gullich.⁶⁸

Foram extremamente importantes para Marx o conhecimento direto do movimento operário inglês e o estabelecimento de contatos pessoais com os seus representantes. Por exemplo, na volta, Marx e Engels ficaram alguns dias em Londres, onde se encontraram com o líder cartista George Julian Harney, editor-assistente do *The Northern Star*. Engels também apresentou Marx aos líderes das organizações dos operários alemães em Londres e juntos eles participaram de um encontro dos líderes de vários grupos nacionais para discutir a fundação de alguma forma de associação democrática internacional. Após a partida de Marx e Engels da Inglaterra, essa organização seria fundada sob a designação de *Fraternal Democrats (Democratas Fraternalis)*.⁶⁹

O contato direto com o cartismo foi bastante interessante para Marx. No momento em que ele chegou à Inglaterra, o movimento cartista, que dispunha de uma rede de organizações locais, depois de um refluxo devido ao fracasso das ações operárias organizadas em 1842, conhecia novo período de crescimento, caminhando para seu último ascenso, que se verificaria em 1847-1848. Além do cartismo, outros motivos dignos de interesse para Marx eram as atividades dos sindicatos ingleses, que representavam então uma força considerável, principalmente em Londres, e por outro lado, as organizações proletárias e democráticas criadas na Inglaterra por emigrantes revolucionários. Assim, as seis semanas de observação no mais desenvolvido dos países capitalistas permitiram a Marx ter uma idéia mais concreta dos fenômenos característicos da sociedade capitalista, em particular,

67. David McLELLAN, *Karl Marx-Vida e Pensamento*, p.157)

68. Marx recolheu um máximo de informações sobre a Inglaterra e Irlanda na obra de Gullich, em particular sobre as associações operárias. Ele preencheu dois cadernos (200 páginas *in-fólio*) de extratos de leitura da obra de Gullich, *Geschichtliche Darstellung des Handels, der Gewerbe und des Ackerbaues der bedeutendsten handeltreibenden Staaten unserer Zeit* (2 vols., Iena, 1830). (Maximilien RUBEL, "Les Cahiers d'étude de Marx" in *Marx Critique du Marxisme*, pp.309-311)

69. P.N. FEDOSSEIEV, *Karl Marx - Biografia*, p.103)

distinguir as várias formas que o movimento operário poderia assumir, que, noutros países, como França e principalmente Alemanha, só podia observar sob formas menos claras, menos acabadas.

Como dissemos, no período de Manchester e Bruxelas, de 1845-1847, Marx fez uma série de extratos de leituras de obras de economistas e historiadores, que tratavam de problemas monetários, demográficos, bancários, comerciais, fiscais, agrícolas, etc. Enfim, problemas típicos da economia política. Em alguns desses extratos, feitos por Marx, existem referências às *trade unions*. Percebemos que, foi nesse período em que Marx aprofundou seus estudos de economia política que o tema dos sindicatos começou com todo vigor no seu horizonte teórico. Algumas dessas obras lidas por Marx já eram bastante conhecidas pelo jovem Engels, como a obra *History of the Middle and Working Classes* de John Wade (citado por Engels no seu artigo *Esboço de uma Crítica à Economia Política*, publicado no início de 1844). Engels, que publicou sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* em março de 1845, provavelmente deu indicações a Marx sobre importantes obras que tratavam da realidade inglesa (o jovem Engels tinha planos de escrever uma ampla *História da Sociedade Inglesa*).

Nesses extratos de leituras do período de Manchester e Bruxelas, existem algumas anotações dignas de interesse. Por exemplo, no extrato de leitura da obra *Chartism* de Thomas Carlyle, publicada em Londres em 1840, Marx chegou a anotar a seguinte passagem:

Os salários dos "trabalhadores qualificados" [...] devem ser mais elevados do que eles são [...] Mas, a maioria dos trabalhadores não são qualificados.

E fez um interessante comentário:

São os trabalhadores mais bem pagos [*the best-paid workmen*] que fazem greves, organizam sindicatos, cartismo e tudo o mais. Este fato nos conduz à seguinte conclusão: Salários [*Wages*] [...] não são o índice de bem-estar para os trabalhadores.⁷⁰

Mais adiante, Marx observou que o povo inglês tem uma "idéia-fixa" no sufrágio: "É a sua panacéia para tudo que está errado com eles."⁷¹ No final das notas de leitura, Marx fez a seguinte observação:

pense você, 20 milhões de trabalhadores [*working people*] [...] organizados num sindicato geral [*in universal trades union*], com a resolução de não produzir mais nada até o mercado e o trabalho tornarem-se mais satisfatórios?⁷²

Outra obra lida por Marx, que fez referência às *trade unions*, foi *History of the middle and working classes* de John Wade. Na parte final dessa obra existe uma seção que tratava do sindicalismo [*Union of Trades*]. No extrato de leitura, Marx fez o seguinte comentário:

Os primeiros sindicatos originaram-se da dissolução das irmandades operárias [*fraternities*], da dissolução das relações entre capitalistas e trabalhadores, com o propósito expresso de manter o nível dos salários. Deste modo, os operários [*operatives*] formaram uma classe distinta, com interesses opostos ocasionalmente aos seus patrões [*employers*] e contra os quais eles são

70. Karl MARX, "Manchester-Hefte 1845 Aus Thomas Carlyle: Chartism" in MEGA, IV/4, p.264

71. Karl MARX, op.cit., p.267

72. Karl MARX, op.cit p.267

frequentemente compelidos a agir para evitar sua degradação social. Os vários propósitos de uma "união" podem ser reduzidos a um só - manter o preço do trabalho.⁷³

Outrossim, Marx chegou a fazer anotações do extrato de Engels sobre o sindicalismo - "On Combination of Trades", que expunha um pequeno histórico sobre os sindicatos e seus propósitos.⁷⁴

2.10. A Ideologia Alemã (1845-1846)

Depois de voltar da Inglaterra, Marx e Engels decidiram escrever uma obra "polemizando contra a filosofia alemã e o atual socialismo alemão", conforme escreveu Marx a Leske. *A Ideologia Alemã* foi iniciada no final de setembro de 1845 (o livro, iniciado com uma longa crítica de Feuerbach, foi considerado necessário por Marx, "a fim de preparar o público para o ponto de vista de minha economia que é diametralmente oposta à anterior abordagem intelectual alemã."⁷⁵

Nessa obra, cujas "circunstâncias imprevistas" impediram a sua publicação em 1846 (ficando, portanto, o manuscrito, entregue "à crítica roedora dos ratos"⁷⁶), Marx não chegou a fazer nenhuma referência explícita aos sindicatos. Existem indicações, não específicas, que põem as uniões dos proletários como decorrência do próprio desenvolvimento da grande indústria. O surgimento das uniões operárias seria considerado por Marx como um fato revolucionário, a própria evidência de que "antes de mais nada a burguesia produz seus próprios coveiros"⁷⁷

Numa certa passagem de *A Ideologia Alemã*, Marx colocou que o movimento de classe do proletariado [die Klassenbewegung des Proletariats] iria arrastar consigo também os trabalhadores excluídos da grande indústria,

que vêem-se atirados por ela a uma situação ainda pior que a dos trabalhadores na própria grande indústria.⁷⁸

Essa foi a primeira referência de Marx à importância da união entre operários empregados e desempregados (muito mais tarde, em *O Capital*, ele iria colocar essa união, "uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos", como necessária para "destruir ou enfraquecer" as consequências "ruinosas" da lei natural da produção capitalista sobre a classe trabalhadora.⁷⁹)

N'A *Ideologia Alemã*, Marx demonstrou o caráter contraditório da concorrência no interior da sociedade burguesa:

A concorrência isola os indivíduos uns dos outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, apesar de aglutiná-los [trotzdem dass sie sie zusammenbringt].⁸⁰

73. Karl MARX, "Manchester - Hefte 1845 Aus John Wade: History of the middle and working Classes" in MEGA, IV/4, pp.298-299

74. Karl MARX, "Aus: On Combination of Trades (Nach dem Exzerpt von Engels)" in MEGA, IV/4, p.324

75. (citado por David McLELLAN, *Karl Marx - Vida e Pensamento*, p.158)

76. Friedrich ENGELS, "Ludwing Feuerbach e o Fim da Filosofia Clássica Alemã", in *Marx-Engels, Obras Escolhidas*, vol.3, p.169

77. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.88

78. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Ideologia Alemã*, pp.95-96 (Werke, band 3, p.67)

79. Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, vol.II, p.743

Assim, apesar da concorrência entre os operários, eles conseguem, sob duras penas, associar-se. Mais adiante, afirmou:

Por isso, decorre sempre um longo período, antes que os indivíduos possam unir-se [sich vereinigen können], abstração feita do fato de que, para essa união - quando não for puramente local - os meios necessários, as grandes cidades industriais e as comunicações rápidas e acessíveis devem ser primeiro produzidas pela grande indústria.⁸¹

Nessa passagem, percebemos a ênfase de Marx sobre o fato de que, a união dos operários só foi conseguida após um longo período de lutas e dificuldades:

por isso, toda força organizada frente a esses indivíduos isolados, que vivem em condições que reproduzem diariamente o isolamento, só pode ser vencida após longas lutas.⁸²

Marx destacou a importância das grandes *cidades* industriais e do desenvolvimento dos *meios de comunicação*, para que a união dos proletários pudesse efetivar-se. Nessa perspectiva, Marx pareceu considerar muito mais relevantes as coalizões operárias de caráter nacional do que as uniões operárias locais.⁸³ Enfim, Marx, nesse período, tinha consciência das condições necessárias para a efetivação das uniões operárias, consideradas por ele produto do desenvolvimento da grande indústria (o que significava, nessa perspectiva, que o pleno desenvolvimento delas ocorreria num país capitalista mais desenvolvido).

Além disso, ele tem em mente, acima de tudo, a importância das uniões operárias de caráter nacional, uma *universal trades-union*. As coalizões operárias de tipo parcial, os sindicatos, seriam consideradas por Marx apenas como os primeiros ensaios dos trabalhadores. O movimento de classe do proletariado iria muito além desses "primeiros ensaios" (Marx utilizaria esse termo n'*A Miséria da Filosofia*) e promoveria a constituição de uniões gerais, de caráter nacional.

N'*A Ideologia Alemã*, Marx tratou de uma união universal, que realizaria a apropriação da totalidade dos instrumentos de produção pelo proletariado. Essa apropriação, segundo Marx,

só pode ser realizada através de uma união [eine Vereinigung] que, dado o caráter do próprio proletariado, só pode ser uma união universal [eine universelle sein kann].⁸⁴

Nessa obra, Marx põe o proletariado como a classe cujo caráter é tão universal e que

não é mais considerada como uma classe na sociedade, não é mais reconhecida como tal, e que já é em si mesma a expressão da dissolução [der Auflösung aller Klassen] de todas as classes, de todas as nacionalidades, etc, no interior da sociedade atual.⁸⁵

80. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Ideologia Alemã*, p.96 (Werke, band 3, p.67)

81. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.96 (Werke, band 3, p. 67)

82. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.96

83. No *Manifesto Comunista*, escrito anos depois, Marx voltou a enfatizar a importância do crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria, "que permitem o contato entre operários de localidades diferentes." (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.84) Outrossim, o jovem Engels, em sua obra *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, já tinha enfatizado a importância das grandes cidades industriais na constituição das uniões operárias (e da consciência de classe). (Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.142)

84. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *A Ideologia Alemã*, p.106 (Werke, band 3, p.61)

Nessa passagem de *A Ideologia Alemã*, Marx retomou uma caracterização do proletariado feita na *Introdução* de 1843. Desse modo, contra a imposição do princípio da concorrência, que isola os indivíduos uns dos outros, contra a acumulação do capital, divisão do trabalho, maquinaria, dinheiro que tornam aguda a fragmentação dos indivíduos, Marx, n' *A Ideologia Alemã*, pôs o comunismo [der **Kommunismus**] como "o poder dos indivíduos unidos [der Macht der vereinigten Individuen]".⁸⁶ A união dos operários, cujos "primeiros ensaios" ocorrem com os sindicatos e evoluem para as uniões operárias de tipo universal, seria a evidência histórica concreta para Marx de que o comunismo "não é um *ideal*, para o qual a realidade terá que se dirigir", mas sim "o movimento *real* que supera o estado de coisas atual [die *wirkliche* Bewegung ergeben sich aus der jetzt bestehenden Voraussetzung]".⁸⁷

Em *A Ideologia Alemã*, Marx destacou a importância da coletividade dos proletários revolucionários [der Gemeinschaft der revolutionären Proletarier], identificada, provavelmente, com as uniões operárias descritas em *A Sagrada Família*. Ele não estava fazendo referência, com certeza, às uniões operárias de tipo local -os sindicatos-, que lutavam por melhores salários. Seu interesse estava em destacar outro tipo de união operária, de caráter revolucionário, onde os indivíduos participam como indivíduos e não como membros de uma classe.

Nesse momento, Marx forneceu alguns pressupostos para uma crítica futura do sindicalismo (e da *forma-sindicato*). Em *A Ideologia Alemã*, Marx, ao propor a *coletividade dos proletários revolucionários*, pressupõe uma crítica das unions operárias que mantêm os trabalhadores assalariados apenas como membros de uma classe. Disse ele:

De toda a exposição anterior resulta que a relação coletiva em que entraram os indivíduos de uma classe, relação condicionada por seus interesses comuns frente a um terceiro, foi sempre uma coletividade a que pertenciam esses indivíduos apenas como *indivíduos médios* [als Durchschnittsindividuen], apenas enquanto viviam dentro das condições de existência de sua classe, ou seja, uma relação na qual participavam não como indivíduos, mas como membros de uma classe [Klassenmitglieder teilhatten]. Por outro lado, com a coletividade dos proletários revolucionários [der Gemeinschaft der revolutionären Proletarier], que tomam sob seu controle suas condições de existência e as de todos os membros da sociedade acontece exatamente o contrário: nela os indivíduos participam como indivíduos [Individuen].⁸⁸

De certo modo, a própria *coletividade dos proletários revolucionários* já supõe a superação da sociedade burguesa. Nesses termos, a luta pelo comunismo significou para Marx a luta que liberta o indivíduo da sua condição de indivíduo como membro de classe, indivíduo de classe [das Klassenindividuum], enquanto que o movimento que fica nos limites da manutenção do salário (o

85. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.108 (Werke, band 3, p.70)

86. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op. cit. p. 110 (Werke, band 3, p.70)

87. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.52 (Werke, band 3, p.35)

88. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p. 117 (Werke, band 3, p.74-75)

que constitui a principal característica da luta sindical) mantém o indivíduo de classe, cuja existência está marcada pela contingência.

Essa contingência [diese Zufälligkeit] apenas é engendrada e desenvolvida pela concorrência e pela luta dos indivíduos entre si. Assim, na imaginação, os indivíduos parecem ser mais livres sob a dominação da burguesia do que antes, porque suas condições de vida parecem acidentais: mas na realidade não são livres, pois estão mais submetidos ao poder das coisas [unter sachliche Gewalt subsumiert].⁸⁹

Certamente, não podemos dizer que Marx expôs em suas obras de juventude uma crítica do sindicalismo propriamente dito. Como vimos, sequer o objeto *sindicato* estava plenamente posto no interior do seu discurso teórico. Entretanto, poderíamos dizer que, nesse período da vida intelectual de Marx, ocorreu a gestação dos pressupostos básicos de uma possível crítica do sindicalismo, desenvolvida mais tarde por ele (no interior da sua crítica da economia política). Os pressupostos marxianos de crítica do sindicalismo, entendida como modo de ação operária circunscrita à dimensão da categoria *salário*, estão delineados de forma mais clara, por exemplo, em sua crítica do indivíduo enquanto membro de classe feita n'A *Ideologia Alemã* de 1845-1846, e que se tornaria num dos pressupostos básicos da crítica da *forma-sindicato* (um modo de organização operária que incorporava as categorias próprias da *política* e do *Estado*, criticadas por Marx nas *Glossas Críticas* de 1844).

89. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, pp.119-120 (Werke, band 3, p.76)

A primeira formulação de Marx sobre os sindicatos – A Miséria da Filosofia (1847) –

Foi n' *A Miséria da Filosofia* (*Misère de la philosophie: réponse à la philosophie de la misère de M. Proudhon*), publicada em 1847, que Marx fez as primeiras considerações sobre os sindicatos. A última seção desta obra intitulou-se "Greves e Coalizões Operárias". Ela foi uma resposta polêmica à *A Filosofia da Miséria* de Proudhon.

As referências aos sindicatos surgiram no interior de um debate sobre a questão dos salários, ou seja, nasceram da problemática da economia política inglesa (nessa obra, Marx descobriu o valor da economia política inglesa, considerando-a um "sistema científico" que expõe, em toda a sua crueza, as relações econômicas da sociedade burguesa).¹

Marx procurou demonstrar a falsidade do ponto de vista de Proudhon, que dizia serem inúteis os sindicatos e as greves por melhores salários, posto que seu êxito acarretava um correspondente aumento de preços. Disse Proudhon:

É impossível que as greves seguidas de uma elevação de salários não conduzam a um encarecimento geral [*renchérissement général*]: isto é tão certo como dois e dois são quatro.²

Marx discordou, com vigor, das assertivas de Proudhon ("exceto que dois e dois são quatro", disse ele).

Proudhon tinha expressado em suas obras *Filosofia da Miséria* (1846) e *Da Capacidade Política das Classes Operárias* (1865), posições contrárias às greves e às coalizões operárias (Proudhon pregava uma revolução proletária por meio de uma ação direta das massas operárias; uma república social que, segundo ele, "só os trabalhadores são capazes de criar".) Numa passagem da *Filosofia da Miséria* (ou "O sistema das contradições econômicas"), publicada em dois volumes, em Paris, ele disse:

A greve dos trabalhadores é ilegal. Afirmaram-no, não só o Código Penal, como também o sistema econômico, e a necessidade da ordem estabelecida [...] Tolera-se que cada proletário individualmente disponha com liberdade de sua pessoa e de seus braços; mas que, por meio de coalizões, procure violentar o monopólio, a sociedade não pode permitir.³

O desprezo pela luta por melhores salários por parte dos trabalhadores, permaneceu a marca do proudhonismo. Em seu último livro, *Da Capacidade Política das Classes Operárias*, Proudhon

1. Karl MARX, *A Miséria da Filosofia*, p.54 (utilizamos, para cotejar, uma edição francesa, *Misère de la Philosophie*)

2. Extraído de Karl MARX, *op.cit.*, p. 153 (na edição francesa, p.130)

3. Extraído de A.Losovski, *Marx e os Sindicatos*, p.23

expressou suas posições contrárias ao direito de coalizão dos operários (em 1864, o governo de Napoleão III tinha apresentado uma nova lei - a Lei Ollivier, que concedia o direito de associação aos operários, embora em termos precários):

A lei que autoriza as coalizões é fundamentalmente anti-jurídica, antieconômica, contrária a todo regime social e a toda ordem. Qualquer concessão adquirida por meio dessa lei é um abuso, e é nula, de per si, capaz de motivar a formação de um processo e condenação penal [...] Repilo particularmente a nova lei, porque a coalizão, com o intuito de aumentar ou diminuir os salários, é absolutamente idêntica à coalizão com o propósito de aumentar ou diminuir os preços dos viveres e das mercadorias.⁴

O ponto de vista de Proudhon expressava apenas o ponto de vista da economia política liberal.

Marx ao criticar o ponto de vista de Proudhon, n'*A Miséria da Filosofia*, expõe-nos, pela primeira vez, o seu ponto de vista sobre a importância da luta por melhores salários e das coalizões operárias. Nessa obra, tal como em *A Sagrada Família*, de 1845, ele adotou uma perspectiva simpática ao movimento operário do país capitalista mais desenvolvido da época, a Inglaterra, o país das *trade unions* e do cartismo.⁵)

3.1. Greves e inovações tecnológicas

Marx disse que a elevação dos salários dos operários não conduziria a um encarecimento geral, como afirmava Proudhon. Muito pelo contrário, ocasionaria a baixa dos preços das mercadorias. A elevação dos salários incentivaria os capitalistas a aplicar em novas máquinas na produção, e o aumento da produtividade do trabalho tenderia a ocasionar uma baixa dos preços das mercadorias fabricadas com a ajuda das máquinas.

Por outro lado, Marx destacou uma interessante correlação entre *greves e inovação tecnológica*. As novas máquinas, introduzidas na produção, tenderiam a substituir os operários rebeldes:

Na Inglaterra, as greves regularmente deram lugar à invenção e à aplicação de algumas máquinas novas.⁶

Ele forneceu nos o exemplo da *self-acting mule*, uma nova máquina de fiar, que os capitalistas empregaram para colocar fora de combate os fiandeiros revoltosos:

Ainda que as coalizões e as greves tivessem como efeito voltar contra elas os esforços do gênio mecânico, sempre exerceram uma enorme influência sobre o desenvolvimento da indústria.⁷

4. (citado em A. Losovski, *op.cit.*, p.28)

5. Durante toda a sua trajetória política, Marx e Engels iriam polemizar com a posição anti-sindical de Proudhon - no início da década seguinte, Engels efetuou uma sucinta crítica do livro *Idéia Geral da Revolução no Século XIX* de Proudhon, onde rebateu a crítica de Proudhon ao direito de associação dos operários (K.MARX, F.ENGELS, *Opere*, XI, 1851-1853, p.566). Muito mais tarde, em 1874, num artigo publicado contra o apoliticismo, Marx criticaria, mais uma vez, a posição de Proudhon (e Bakunin) "contra todo movimento econômico (greves, coalizões, etc)" (K.MARX, "El Apoliticismo" in Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.332

6. Karl MARX, *A Miséria da Filosofia*, p.154

7. Karl MARX, *op.cit.*, p.154

Nesse caso, Marx demonstrou o caráter contraditório das greves e das coalizões operárias, que, embora sejam a "escola de guerra dos operários" contra a burguesia, como afirmou Engels n'*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, "contribuem" para o desenvolvimento da indústria. Fazem com que os capitalistas aumentem a massa de capital fixo, inventando novas máquinas, que substituem os assalariados rebeldes. Esse procedimento lógico dos capitalistas tenderia a expor, no limite, as contradições do sistema social capitalista, posto que produziria um *licenciamento do exército operário* (expressão utilizada por Marx em *Trabalho Assalariado e Capital*).

Por outro lado, o crescente aumento da superpopulação relativa de operários ampliaria a concorrência entre eles, e os salários tenderiam a diminuir cada vez mais. As próprias greves e os sindicatos demonstrariam, na prática, a sua ineficácia diante da dinâmica inexorável de acumulação do capital. A partir daí, segundo Marx, a massa dos proletários alcançaria a consciência da necessidade de uma revolução social.

Mas, o crescente *licenciamento do exército operário* poderia significar um sério entrave à própria reprodução do capital. Disse Marx:

Se toda a classe dos trabalhadores assalariados fosse destruída pela maquinaria, que mirabolante coisa seria para o capital, pois sem o trabalho assalariado deixaria de ser capital.⁸

Assim, Marx reconheceu o valor das greves e das coalizões operárias no contexto das contradições intrínsecas ao próprio sistema capitalista, o que Proudhon não percebeu.

3.2. Sindicatos e relações de produção capitalistas

Outro ponto interessante desta seção de *A Miséria da Filosofia* é a crítica que Marx fez a Proudhon, pelo fato de ele concordar com a idéia de que os operários ingleses estão perdendo o hábito das coalizões:

Se, em 1844 e 1845, as greves saltavam menos à vista que antes é porque esses foram os dois primeiros anos de prosperidade para a indústria inglesa desde 1837. Contudo, nenhuma *trade-union* foi dissolvida.⁹

Noutra passagem, Marx procurou mostrar que os sindicatos eram um fenômeno típico de um país capitalista industrial mais desenvolvido. Foi o sistema econômico capitalista, segundo ele, que forçou (a forcé) o Parlamento inglês a dar autorização para a existência legal das coalizões operárias. A existência delas era plenamente compatível com as relações de produção burguesas, fazia parte da própria dinâmica contraditória de desenvolvimento do capital:

Em 1825, quando, sob o ministro Huskinson, o Parlamento foi levado a modificar a legislação, para melhor adequá-la a um estado de coisas resultante da livre concorrência, ele teve, necessariamente, que abolir todas as leis que interdavam as coalizões dos operários. Mais a indústria moderna e a concorrência se desenvolvem, mais existem elementos que provocam e favorecem as coalizões e tão logo elas se tornam um fato econômico [un fait économique],

8. Karl MARX, *Trabalho Assalariado e Capital*, p.47

9. Karl MARX, *A Miséria da Filosofia*, p.156 (na edição francesa, p.132)

assumindo dia a dia mais consistência, não podem tardar em se tornarem um fato legal [un fait légal].¹⁰

É curioso que Marx tenha considerado a abolição dos Combinations Acts em 1824 tão-somente como uma melhor adequação, promovida pelo Parlamento inglês (na época dominado pelos *tories*), “a um estado de coisas resultante da livre concorrência” (nessa perspectiva, caberia aos *tories*, o partido da aristocracia fundiária, e não aos *whigs*, o partido da burguesia industrial, promover, a adequação entre a legislação vigente sobre as coalizões operárias e o estado de coisas resultante da indústria moderna).

Depois, a correlação que Marx estabeleceu entre “fato econômico” e “fato legal” demonstrou, de certo modo, a vinculação estrutural dos sindicatos com a esfera do Estado político, que “legaliza” as coalizões operárias enquanto “fato econômico”. As leis vigentes na França, a chamada “Lei Le Chapelier”, adotada pela Assembléia Constituinte de 1791, e o Código Penal, redigido no período imperial de Napoleão, proibiam aos operários associações e greves. Ora, para Marx, se o Código Penal francês considerava as greves e as coalizões ilegais, isso era tão somente a prova cabal do atraso do capitalismo francês:

Portanto, o artigo do Código Penal prova, quando muito, que a indústria moderna e a concorrência ainda não estavam bem desenvolvidas sob a Assembléia Constituinte e sob o Império.¹¹

Essa legislação, vale ressaltar, só foi abolida totalmente em 1884.

3.3. A crítica dos economistas liberais e dos socialistas utópicos

Outrossim, Marx criticou o ponto de vista dos economistas liberais e dos socialistas utópicos (particularmente, os seguidores de Robert Owen), que condenavam, tal como Proudhon, as coalizões operárias.

Os *economistas liberais* consideravam que os sindicatos entravavam a marcha regular da indústria, impediam os industriais de atender às encomendas, perturbavam o comércio e precipitavam a introdução de máquinas, o que forçaria, diziam eles, os operários a aceitarem um salário ainda mais baixo. Enfim, a revolta dos operários contra as “leis eternas” da economia política seria um esforço tão ridículo quanto perigoso.

Por outro lado, os *socialistas utópicos* condenavam as coalizões porque, segundo eles, o que os operários poderiam conquistar numa greve - em termos de salários, tenderia a ser subtraído mais adiante, quando os capitalistas decidissem promover uma baixa dos custos do trabalho (os socialistas utópicos permaneciam, deste modo, no horizonte da economia política liberal). Além disso, para eles, os operários precisariam de muito tempo para recuperar só o que gastaram para organizar e manter os sindicatos, e mesmo depois de uma greve, mesmo tendo aumento de salários, os operários não seriam menos operários e os patrões menos patrões. Enfim, os socialistas utópicos queriam que os operários deixassem de lado o sindicalismo e a política (no caso, o movimento pela *People's Charter*).

10. Karl MARX, op.cit., p.156

11. Karl MARX, op.cit., p.157

Marx criticou não só o ponto de vista de Proudhon, mas o dos economistas liberais e socialistas utópicos, cujo representante, Robert Owen, tinha muitos seguidores no movimento operário inglês, principalmente nas décadas de 1820 e 1830 (muito mais tarde, na época da Internacional, em 1865, Marx polemizaria com o owenista John Weston, expondo, no livro postumamente intitulado *Salário, Preço e Lucro*, uma defesa da luta dos sindicatos (e uma denúncia precisa dos limites do sindicalismo)). Afirmou Marx:

Apesar de uns e outros, apesar dos manuais e das utopias, as coalizões não deixaram nunca progredir e crescer com o desenvolvimento e crescimento da indústria moderna. E isto a tal ponto que, hoje, o grau alcançado pela coalizão em um país assinala nitidamente o grau em que ele ocupa na hierarquia do mercado universal.¹²

Marx utilizou o exemplo do país capitalista mais desenvolvido na época, para demonstrar a validade dessa "lei histórica":

A Inglaterra, onde a indústria atingiu o mais alto grau de desenvolvimento possui coalizões mais amplas e melhor organizadas.¹³

Como vimos, a análise da realidade do capitalismo inglês (e o contato com a tradição e experiência do cartismo e do sindicalismo inglês) demonstrou a Marx que as coalizões operárias eram, acima de tudo, um fato objetivo e necessário (para não dizer *irresistível*) da sociedade capitalista mais desenvolvida, não algo arbitrário ou transitório, que não tivesse duração e pudesse deixar simplesmente de existir, como pensava Proudhon, tal como os economistas liberais e owenistas. Enfim, para Marx, os sindicatos faziam parte da própria natureza do capitalismo industrial e da condição do trabalho assalariado.

3.4. Movimento social e movimento político do proletariado

Marx constatou que o *movimento social* do proletariado, suas lutas contra os patrões, por melhores salários, caminhavam, *pari passu*, com o *movimento político* da classe operária, contra o poder político da burguesia:

A formação dessas greves, coalizões e *trade-unions*, caminha simultaneamente às lutas políticas dos trabalhadores, que hoje constituem um grande partido político, sob a denominação de cartistas.¹⁴

Marx tomou como modelo de desenvolvimento da consciência e luta do proletariado o movimento operário na Inglaterra:

Na Inglaterra não se ficou nas coalizões parciais, que só objetivavam uma greve passageira e desapareciam com ela. Formaram-se coalizões permanentes, *trade-unions* que servem de baluarte aos operários em suas lutas contra os patrões. E, atualmente, todas esses sindicatos locais encontram um ponto de união [*point d'union*] na *National Association of United Trades*, cujo comitê central está em Londres e que já conta com 80 000 membros.¹⁵

12. Karl MARX, op.cit., p.158

13. Karl MARX, op.cit., p.158

14. Karl MARX, op.cit., p.158

Essa National Association of United Trades foi criada em 1845, e desenvolveu grande mobilização, de caráter sindicalista, isto é, defender melhorias na legislação fabril e nas condições de venda da força de trabalho. Existiu, até inícios da década de 1860, mas desde 1851 não desempenhou mais qualquer papel importante no movimento sindical.¹⁶

Ao iniciar sua breve exposição sobre o desenvolvimento das formas de ser do movimento operário, Marx pôs algo que o jovem Engels tinha demonstrado n'*A Situação da Classe Trabalhadora*:

Os primeiros ensaios dos trabalhadores para se associarem entre si [s'*associer entre eux*] sempre se verificaram sob a forma de coalizões.¹⁷

Está claro que Marx reconheceu, nessa passagem d'*A Miséria da Filosofia*, o valor dos sindicatos enquanto "primeiros ensaios" [*premiers essais*] da associação dos trabalhadores entre si. O importante para Marx, nesse caso, era o próprio fato da associação dos trabalhadores, a coalizão operária *em si*. Inclusive, Marx chegou a sublinhar a palavra *s'associer*, para destacar a importância que ele conferia à associação dos trabalhadores, mesmo que fosse, num primeiro momento, para a defesa dos salários.

A seguir, ele expôs o desenvolvimento das formas de ser do movimento associativo dos operários, onde o movimento social, que possui como teleologia primeira a luta por melhores salários (e por uma legislação fabril), se *inverte* em movimento político, expresso na luta pelo direito de associação. Esse desdobramento das formas de ser das associações operárias é, de início, espontâneo, dado pelo próprio desenvolvimento das séries causais que constituem a lógica do capitalismo. Afirmou Marx:

A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas [*une foule de gens*] que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o patrão, os reúne num pensamento de resistência - *coalizão*.¹⁸

Desse modo, o primeiro elemento que põe a necessidade da associação dos operários era a *manutenção dos salários*, um elemento antípoda à concorrência que dividia os próprios operários. Nesse momento, Marx apresentou-nos o caráter contraditório da categoria *salário* na constituição da sociabilidade operária: por um lado, ela divide os operários, instituindo a concorrência entre eles. Por outro lado, reúne os operários contra o patrão, pondo a coalizão enquanto instrumento de resistência:

A coalizão, pois, tem um duplo objetivo: fazer cessar entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo pensamento de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, em face do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para elas mais importante que a manutenção do salário.¹⁹

15. Karl MARX, *op.cit.*, p.158 (Na edição francesa, p.134)

16. Sidney e Beatrice WEBB, *History of Trade Unionism*, p.187

17. Karl MARX, *Miséria da Filosofia*, p.158 (Na edição francesa, p.134)

18. Karl MARX, *op.cit.*, p.158 (Na edição francesa, p.138)

19. Karl MARX, *op.cit.*, p.159

Nessa exposição de Marx, o movimento contraditório e antagônico entre capital e trabalho promove o desdobramento de novos conteúdos para as formas de ser do movimento operário. Ao *pensamento de resistência* (*pensée de résistance*), posto pelo surgimento das coalizões operárias, contrapõe-se o *pensamento de repressão* (*pensée de répression*) dos capitalistas. O que foi posto, no início, como luta pela *manutenção do salário* (*le maintien du salaire*) se interverte em luta pela *manutenção da associação* [*le maintien de l'association*]. É nesse momento que emerge o caráter político do movimento operário: os interesses dos trabalhadores são postos para além da luta pelo salário e passam, de forma essencial, pela luta pelo *direito* de associação (o que põe a luta contra a forma do Estado vigente):

Nessa luta, verdadeira guerra civil, reúnem-se e desenvolvem-se todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político.²⁰

Está claro que Marx tem em mente a trajetória histórica do movimento operário inglês, onde a luta pelo direito de associação dos operários, principalmente dos proletários não qualificados da grande indústria, marcou todo um período.

Enfim, foi essa articulação entre *movimento social* e *movimento político* da classe operária que Marx procurou destacar:

As condições econômicas, inicialmente, transformaram a massa do país em trabalhadores [*travailleurs*]. A dominação do capital criou para essa massa uma situação comum, interesses comuns. Essa massa, pois, é já, ante o capital, uma classe [*une classe vis-à-vis du capital*], mas ainda não o é para si mesma [*pas encore pour elle-même*]. Na luta que assinalamos algumas fases, essa massa se reúne, se constitui em classe para si mesma [*en classe pour elle-même*]. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política.²¹

Portanto, é a partir da luta pela *manutenção do salário* (que no seu desenvolvimento torna-se uma luta que vai além da dimensão do salário, isto é, põem-se como luta pela *manutenção da associação*) que a massa operária se reúne, se associa, se agrupam, deixando de ser apenas *une classe vis-à-vis du capital* para se constituir em *classe pour elle-même*. A partir desse momento, o movimento social do proletariado é posto como um movimento político de caráter potencialmente revolucionário. Destacou Marx:

Não se diga que o movimento social exclui o movimento político. Não há, jamais, movimento político que não seja ao mesmo tempo social.²²

Em *A Miséria da Filosofia*, o exemplo histórico dessa massa operária, que se reúne e se constituiu em *classe para si mesma*, foi a National Association of United Trades, enfim, a união das coalizões operárias que realizava, de forma conjunta, a defesa dos interesses da *classe* (o que para Marx tinha o

20. Karl MARX, op.cit., p.159

21. Karl MARX, op.cit., p.159 (Na edição francesa, p.134)

22. Karl MARX, op.cit., p.160 (na edição francesa, p.136)

significado de luta política). Mais adiante, entretanto, veremos que a *National Association of United Trades* adotou posturas demasiadamente moderadas, vinculando-se apenas às lutas sindicais.

Para Marx (e Engels), as lutas operárias, na medida em que se organizam em associações de caráter geral (o que Marx qualificou de *universal trades-union*), ganham, de imediato, um significado político. Por exemplo, no *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, o caráter político do movimento social do proletariado é posto pela *centralização* das numerosas lutas locais, “que têm o mesmo caráter em toda parte”. Desse modo, destacou Marx, as lutas dos operários transformam-se “em uma *luta nacional*, em uma luta de classes”, portanto, em uma *luta política*. A forma de organização do proletariado, numa união de caráter geral, tinha importância fundamental, tanto quanto o *conteúdo* das reivindicações operárias.

Além disso, Marx e Engels consideravam que as reivindicações dos operários, tais como a luta por uma legislação fabril e por melhores salários para os operários, tenderiam a subverter o sistema capitalista em constituição. Essa projeção, que esboçava a iminência de uma revolução social, que não vislumbrava nenhuma possibilidade de reforma no interior do capitalismo e - o mais importante - nenhuma possibilidade de uma degradação reformista do movimento operário, é muito comum nas obras de Marx (e Engels) desse período.

Não deixa de ser sintomático que Marx tenha finalizado *A Miséria da Filosofia* com uma apoteótica citação da escritora francesa George Sand:

O combate ou a morte: a luta sanguinária ou o nada. É assim que a questão está irresistivelmente posta.

Essa frase foi extraída do romance histórico *Jean Ziska. Épisode de la Guerre des Hussites*, publicado pela primeira vez em 1843.

3.5. Sindicatos e revolução social

As coalizões operárias parciais, greves, uniões operárias, de caráter nacional, e o partido político (no caso inglês, o cartismo) eram as formas particulares pelas quais os operários realizavam a sua organização enquanto *classe*. Faziam parte da própria evolução social do capitalismo, do sistema baseado no antagonismo de classes. Era algo que estava “irresistivelmente posto” e que levaria, segundo Marx, à “revolução política”, ou mais precisamente, à luta política e à revolução social:

Somente uma ordem de coisas em que não existam mais classes e antagonismos de classes, as evoluções sociais deixarão de ser revoluções políticas.²³

Está presente, na exposição de Marx, a idéia de que a história da *burguesia* e sua constituição como classe é o modelo concreto que podemos utilizar para compreendermos o modo como o *proletariado* vai se constituir como classe revolucionária que abole todas as classes (essa idéia é muito forte no pensamento de Marx e vai estar presente, por exemplo, nas suas primeiras intervenções na

23. Karl MARX, op.cit., p.160

AIT em 1866). Portanto, para Marx, o proletariado, tal como a burguesia, em seu período revolucionário, devia percorrer fases históricas em que se constituirá como classe:

Na história da burguesia devemos distinguir duas fases: aquela durante a qual a burguesia se constitui em classe, sob o regime da feudalidade e da monarquia absoluta, e aquela em que, já constituída em classe, derrubou a feudalidade e a monarquia para fazer da sociedade uma sociedade burguesa.

E Marx destacou, tendo em mente a trajetória seguida pelo proletariado:

A primeira dessas fases foi a mais longa e exigiu os maiores esforços. Ela também se iniciou com coalizões parciais [*coalitions partielles*] contra os senhores feudais.²⁴

Portanto, eis a importância das coalizões operárias (no caso, os sindicatos) e as greves, para Marx: elas serviriam para constituir os operários em classe, para, num segundo momento, derrubar a burguesia.

Essa fase durante a qual o proletariado se constitui em classe, onde o papel dos sindicatos e das greves é de suma importância, será longa e exigirá os maiores esforços. Enfim, segundo Marx, cobrirá todo um período histórico.

Entretanto, no decorrer de todo o período de história da sociedade burguesa, permeado de crescentes antagonismos de classe, e no seio do qual o proletariado se constitui em classe, ocorre o desenvolvimento das forças produtivas. É nesse momento da exposição que podemos destacar a correlação estabelecida por Marx entre greves e inovação tecnológica no interior do capitalismo.

Como assinalamos anteriormente, Marx demonstrou que as greves operárias, organizadas pelos sindicatos, "contribuem" para a invenção e a aplicação de algumas máquinas novas na produção fabril, isto é, promoviam, de forma indireta, o desenvolvimento dos poderes produtivos. Mas, de forma simultânea, as coalizões operárias e as greves contribuíam para a constituição do proletariado em classe (e para Marx, "de todos os instrumentos de produção, o mais produtivo é a classe revolucionária mesma."²⁵) É no seio dessa contradição, posta pelo desenvolvimento da história da sociedade burguesa, que ocorreria a gestação das condições para a criação de uma sociedade nova [*société nouvelle*]. Marx chegou a dizer:

A organização dos elementos revolucionários como classe, supõe a existência de todas as forças produtivas que poderiam se engendrar no seio da sociedade antiga.²⁶

Portanto, estava explicado por que a Inglaterra possuía as coalizões operárias "mais amplas e melhor organizadas", conforme disse Marx: ela era o país capitalista mais desenvolvido da época, onde os poderes produtivos tinham alcançado o mais alto grau de desenvolvimento. Nessas condições, na perspectiva de Marx, o proletariado, ou seja, os "elementos revolucionários" (*éléments révolutionnaires*) poderiam se constituir como classe e libertar-se da antiga sociedade (*société ancienne*).

24. Karl MARX, op.cit., p.159 (na edição francesa, p.135)

25. Karl MARX, op.cit., p.159

26. Karl MARX, op.cit., p.159

3.6. A constituição do proletariado em classe no *Manifesto Comunista* (1848)

Estava posto no pensamento de Marx n'*A Miséria da Filosofia*, uma correlação entre desenvolvimento das coalizões operárias e desenvolvimento das forças produtivas no interior do capitalismo. Entretanto, o desenvolvimento dos sindicatos, cada vez mais amplos e melhor organizados, ocorreria no bojo de uma evolução social intrinsecamente contraditória. Enfim, para Marx, o desenvolvimento das coalizões operários dar-se-ia no sentido revolucionário. Elas preparariam os operários para derrubarem a burguesia do poder político.

No *Manifesto Comunista* [*Manifest der Kommunistischen Partei*], escrito em fins de 1847 e início de 1848, Marx (e Engels), na seção I, "burgueses e proletários", apresentam-nos as fases de desenvolvimento das lutas do proletariado:

O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia.²⁷

O que temos é, na verdade, uma síntese da exposição do jovem Engels n'*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, onde, no capítulo "os movimentos operários", ele apresentou as fases evolutivas das lutas operárias.

A primeira fase de desenvolvimento do proletariado posto no *Manifesto Comunista* foi o *ludismo* (na sua obra clássica, o jovem Engels já tinha colocado que a primeira forma de oposição de classe, dos operários à burguesia, logo no início do "movimento industrial", foi a resistência violenta à introdução das máquinas). Eles dizem:

A princípio, a luta é assumida por operários isolados; mais tarde, por operários de uma mesma fábrica; finalmente, por operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente.

E destacam:

Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas e esforçam-se para reconquistar a desaparecida posição do artesão da Idade Média.²⁸

De início, Marx (e Engels) colocou que os operários constituem uma massa dispersa pela concorrência. Não possuem sua própria *união*, e seus movimentos de massa não visam atingir "seus próprios fins políticos", mas os fins políticos da burguesia em luta contra os restos do feudalismo.

Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa.²⁹

No entanto, segundo Marx (e Engels), o desenvolvimento da indústria (e suas crises) tende a provocar uma transformação na consciência dos operários. Os proletários adquirem consciência de sua força devido à grande indústria, que os concentra em massas cada vez mais consideráveis. A

27. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.83

28. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.84

29. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.84

introdução das máquinas, que nivela seus interesses e condições de vida e reduz seus salários a níveis igualmente baixos, e as *crises*, que tomam cada vez mais instáveis a condição operária, promovem “choques individuais entre o operário e o burguês”, choques individuais que, segundo Marx (e Engels), “tomam cada vez mais o caráter de choques entre duas classes.” Nessa perspectiva, dizem eles:

Os operários começam a formar uniões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários; chegam a fundar associações permanentes a fim de se prepararem para esses choques eventuais. Aqui e ali a luta se transforma em motim.³⁰

Enfim, surgem os sindicatos, uniões operárias permanentes, que servem para a luta de defesa dos salários. A luta pelos salários, que ocasiona “choques eventuais” entre operários e capitalistas, tende a transformar-se em motim. Além disso, na perspectiva de Marx (e Engels) as lutas meramente econômicas, de caráter trade unionista, não obteriam muito sucesso:

Às vezes, os operários triunfam; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores.³¹

Essa união cada vez mais ampla dos trabalhadores seria facilitada pelo próprio desenvolvimento industrial - o crescimento dos meios de comunicação criados pela grande indústria tenderia a favorecê-las, permitindo o contato entre operários de diferentes localidades. Nesse caso, surgiriam todas as condições materiais para o desenvolvimento das lutas operárias, que tenderiam a superar seu caráter trade unionista:

Ora, basta esse contato para centralizar as numerosas lutas locais, que têm o mesmo caráter em toda parte, em uma luta nacional, em uma luta de classes. Mas toda luta de classes é uma luta política.³²

E comparando o desenvolvimento histórico da consciência de classe do proletariado com o da consciência de classe da burguesia (cujo paralelo ele já tinha feito n’*A Miséria da Filosofia*), eles dizem:

E a união que os habitantes das cidades da Idade Média levavam séculos para realizar, com seus caminhos vicinais, os proletários modernos realizam em alguns anos por meio das estradas de ferro.³³

Em *A Miséria da Filosofia*, Marx afirmou que a fase de constituição da burguesia em classe “foi a mais longa e exigiu os maiores esforços”. Por outro, no caso dos *proletários modernos*, o próprio desenvolvimento industrial (e seus resultados) contribuiria para que a fase de constituição do proletariado em classe fosse menos longa e não exigisse tantos esforços (mais adiante, eles diriam: “A burguesia fornece aos proletários os elementos de sua própria educação política, isto é, armas contra ela mesma.”³⁴).

30. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.84

31. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.84

32. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.84

33. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.85

34. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.85

Não foi apenas criando as condições *materiais* para o desenvolvimento da consciência de classe que a burguesia contribuiu para a educação política do proletariado. Ela criou, outrossim, segundo Marx e Engels, as condições *políticas* para esse desenvolvimento. Pelo fato de a burguesia viver em "guerra perpétua", seja com os remanescentes do feudalismo, seja com frações da própria burguesia, "cujos interesses se encontram em conflito com os progressos da indústria", ou seja ainda com a burguesia de países estrangeiros, ela viu-se *forçada* a apelar para o proletariado, exigir sua ajuda e arrastá-lo para o movimento político. Enfim, "a burguesia produz seus próprios coveiros".

3.7. A pauperização absoluta do proletariado

Certamente, havia uma lógica subjacente à idéia de que o desenvolvimento dos poderes produtivos na sociedade burguesa punha, concomitantemente, a constituição do proletariado enquanto elemento revolucionário, enquanto classe *pour elle-même* (o que para Marx e Engels equivalia à constituição do *partido político* do proletariado). Segundo Marx, o próprio mecanismo da dinâmica capitalista contribuiria para isso: o desenvolvimento dos poderes produtivos tenderia a tornar cada vez mais precária e miserável a situação social dos operários.

Nos primeiros momentos de crescimento do capital produtivo, na perspectiva de Marx, poderia ocorrer um aumento sensível (e fugaz) dos salários reais (Marx admitiu essa possibilidade em *Trabalho Assalariado e Capital*). Entretanto, o *salário relativo* tenderia a baixar cada vez mais, o que significava que a distância que separava o operário do capitalista tenderia a aumentar. Assim, "o abismo social que separa (o operário) do capitalista torna-se mais profundo".³⁵ (Em *Salário, Preço e Lucro*, escrito em 1865, Marx conservou a idéia de *salário relativo*, importante conceito de origem ricardiana. A análise do *salário relativo* coloca os limites reais da luta dos sindicatos, ou seja, mesmo conseguindo aumentos de salários reais, elas não poderiam deter a queda dos salários relativos. O que exigiria, segundo Marx, uma prática política que transcendesse o sindicalismo, rumo a uma transformação socialista da sociedade³⁶).

A perspectiva de Marx (e Engels), nas obras do período revolucionário de 1848-1849 - *Miséria da Filosofia*, *Manifesto Comunista* e *Trabalho Assalariado e Capital* -, é que a situação social dos operários tenderia a piorar cada vez mais, não apenas em termos relativos, mas absolutos (a idéia de uma queda absoluta dos salários foi ilustrada n'*A Miséria da Filosofia*, pelo exemplo do algodão (substituindo o linho), das batatas (substituindo o pão) e da aguardente (substituindo o vinho). Logo a seguir, Marx disse: "Numa sociedade fundada na *miséria*, os produtos mais *miseráveis* têm a

35. Karl MARX, *Trabalho Assalariado e Capital*, p.41

36. Segundo Rosdolsky coube a Rosa Luxemburg o mérito de haver situado numa perspectiva correta esse aspecto da teoria salarial de Marx. Rosa utilizou a expressão "lei da queda tendencial do salário relativo", em virtude da qual se agrava cada vez mais, necessariamente, a "distância recíproca" entre a classe operária e a classe capitalista - que é o que importa - e cujas conseqüências só podem ser superadas, por fim, mediante uma transformação socialista da sociedade. (Roman ROSDOLSKY, *Genesis y Estructura de El Capital*, p.330)

prerrogativa fatal de servir ao uso da grande maioria."³⁷ Noutra obra do mesmo período, *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx disse:

O servo, em plena servidão, conseguia tornar-se membro da comuna, da mesma forma que o pequeno burguês, sob o jugo do absolutismo feudal, elevava-se à categoria de burguês. O operário moderno, pelo contrário, longe de elevar-se com o progresso da indústria, desce cada vez mais abaixo das condições de sua própria classe. O operário cai na indigência, e esta cresce mais rapidamente que a população e a riqueza.³⁸

Em *Trabalho Assalariado e Capital*, ele é mais claro ainda:

Quanto mais aumenta o capital produtivo tanto mais se estendem a divisão do trabalho e o emprego da máquina, quanto mais a divisão do trabalho e o emprego do maquinismo aumentam mais a concorrência entre os operários cresce e mais se contrai seu salário.³⁹

Noutra passagem, disse:

Não devemos mesmo acreditar quando dizem que quanto mais gordo o capital mais cevado seu escravo. A burguesia é muito prudente, muito calculista para partilhar dos preconceitos do senhor feudal que se envaidece com o brilho de seus domésticos.⁴⁰

Enfim, nas obras desse período, Marx tendeu a admitir a pauperização *absoluta* - e não apenas relativa - do proletariado sob o capitalismo.

Se as leis do desenvolvimento do capital tendessem a puxar para baixo, de forma inexorável, os níveis dos salários dos operários, devido à intensificação da divisão do trabalho, emprego da máquina (com a conseqüente expulsão dos operários da produção industrial) e concorrência entre operários, a prática sindical *não teria muita eficácia*.

Nesse momento, Marx tendeu a considerar, tal como o jovem Engels, que a *introdução de novas máquinas*, descartando o trabalho operário, seria a tendência inexorável da produção capitalista e que, esse desenvolvimento do capital tenderia a pôr, portanto, limites radicais à eficácia das lutas dos sindicatos (e à própria existência delas no interior do sistema).

Num texto da mesma época, intitulado *Discurso Sobre a Questão do Livre-Câmbio*, Marx desenvolveu a idéia de que sob o capitalismo não haveria saída para o proletariado: se o desenvolvimento industrial diminui, os operários serão expulsos de seus empregos e os salários baixarão; se a indústria cresce, os salários dos operários desfrutam de uma alta momentânea (o que pressupõe uma ação eficaz dos sindicatos), mas só para serem descartadas e trocadas por máquinas.⁴¹

Desse modo, os sindicatos (e as greves) tenderiam a ter tão-somente uma positividade para Marx (e Engels): *servir para constituir o proletariado como classe*, ou como disse Engels, n' *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, servir de "escola de guerra" dos operários contra a burguesia.

37. Karl MARX, *A Miséria da Filosofia*, p.65)

38. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.87

39. Karl MARX, *Trabalho Assalariado e Capital*, p.48

40. Karl MARX. op.cit., p.76

41. Karl MARX, "Discurso sobre la cuestión del libre cambio" in *Obras de Marx y Engels*, vol.9, p.117)

Além disso, os próprios limites dos sindicatos, considerado por Marx como "coalizões parciais", colocariam para os operários a necessidade de coalizões cada vez mais amplas e melhor organizadas. Não apenas coalizões parciais, postas no início das lutas operárias, mas coalizões gerais, de caráter nacional, cujo exemplo maior, na época em que Marx em 1847 era a *National Association of United Trades*. O partido político (no caso inglês, o cartismo) seria a "forma condensada da oposição à burguesia", como afirmou o jovem Engels. Enfim, seria a fase superior da evolução social do proletariado enquanto classe.

3.8. O manuscrito *O Salário*

No manuscrito *O Salário*, escrito em Bruxelas, em dezembro de 1847, como um esboço preliminar de conferências que Marx daria aos operários alemães (e que serviu de subsídios à série de artigos escritos por Marx, em 1849, para a *Neue Rheinische Zeitung*, e compilados, mais tarde, sob o título *Trabalho Assalariado e Capital*), Marx apresentou as posições dos economistas liberais contra as coalizões operárias. É preciso salientar que os economistas liberais consideravam que a única função dos sindicatos seria lutar pela manutenção dos salários. Diferentemente de Marx, eles não percebiam o importante papel das coalizões operárias para a formação de uma consciência de classe do proletariado.

Nessa seção intitulada "As Associações Operárias", Marx reconheceu que as objeções dos "economistas burgueses" contra as coalizões operárias tinham, de certo modo, alguma razão. Quais eram essas observações dos economistas liberais contra as associações operárias, segundo Marx?

Primeiro, para eles, os sindicatos iriam provocar o aparecimento de novas máquinas e de uma nova divisão do trabalho, o que traria, como consequência, uma redução dos salários. Depois, se em um país, as coalizões operárias conseguissem manter o preço do trabalho num nível tão elevado, que o lucro se reduzisse consideravelmente em relação ao lucro médio dos outros países, haveria entraves ao desenvolvimento do capital, cujas consequências seriam a estagnação e o retrocesso da indústria. Desse modo, os operários se arruinariam junto com seus patrões.

Portanto, seguindo a lógica da economia política clássica, poderíamos dizer que a situação dos operários tenderia a piorar cada vez mais quando aumentar o capital produtivo e, por outro lado, estariam de antemão arruinados quando esse capital produtivo diminuísse ou permanecesse estacionário. Afirmou Marx:

Todas as objeções dos economistas liberais são corretas, mas a partir dos seus pontos de vistas. Se no caso das associações, só se tratasse do que parece ser, quer dizer, da determinação do salário, e se a relação entre capital e trabalho fosse eterna, estas coalizões fracassariam sem cumprir seus objetivos diante das necessidades dos fatos. Mas - as associações operárias G.A. - são o meio de união da classe operária, a preparação para a derrubada de toda antiga sociedade com seus antagonismos de classe. E desse ponto de vista os operários riem, e com razão, dos sábios mestres burgueses, que ficam fazendo contas de quanto custa, para eles, operários, esta guerra civil, em matéria de mortos, feridos e sacrifício em dinheiro. Quem quer derrotar o inimigo não fica discutindo com ele os custos da guerra.⁴²

No *Manifesto Comunista*, publicado em 1848, Marx expos essa mesma idéia sobre o valor dos sindicatos (é claro que, na perspectiva de uma conjuntura pré-revolucionária, como demonstraram ser

1848 e 1849). Segundo ele, a importância das coalizões operárias não estaria no êxito imediato, isto é, conquistar melhores salários para os proletários:

Às vezes, os operários triunfam; mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores (o grifo é nosso).⁴³

Em *A Miséria da Filosofia* (1847), nos manuscritos *O Salário* (1847), e no *Manifesto Comunista* (1848), a denúncia dos limites dos sindicatos (e do sindicalismo) continua apenas pressuposta nos escritos de Marx - para eles os mecanismos da economia capitalista tenderiam a *proletarizar as classes trabalhadoras*, ou seja, haveria, cada vez mais, a introdução de máquinas no processo produtivo, provocando o incremento da divisão do trabalho e da concorrência entre os operários. Os proletários das indústrias têxteis inglesas, modelo clássico do proletariado moderno para Marx e Engels, seriam a expressão do que os artífices especializados, os trabalhadores mais qualificados, seriam amanhã.

O resultado desse processo levaria a crescentes dificuldades para a formação (e permanência) das uniões operárias parciais - os sindicatos. Na medida em que as coalizões operárias parciais fracassassem e as lutas meramente econômicas não dessem nenhum resultado imediato, o próprio movimento do capital tenderia a criar as condições para a *transformação*, a passagem, das lutas operárias parciais, sem sucesso, para lutas operárias de caráter nacionais, lutas de classe, que visariam o poder político.

Desse modo, na perspectiva clássica de Marx (e Engels), a transformação do caráter das lutas do proletariado, de lutas meramente econômicas para lutas políticas, seria dada pela *generalização* dos conflitos entre operários e capitalistas. O próprio surgimento de uma organização geral da classe, tal como a *National Association United Trades*, demonstrava para Marx que o movimento operário estava desenvolvendo-se para uma consciência de classe, de caráter político.

A evolução da consciência operária seria facilitado pelo desenvolvimento da grande indústria. Diferentemente das obras juvenis de Marx, tal como a *Introdução* de 1843, *Glossas Críticas* de 1844, *A Sagrada Família* de 1845 (ou mesmo a *A Ideologia Alemã*, de 1845-1846), nessas obras do período revolucionário, Marx já faz uma distinção entre uma consciência operária de tipo parcial, vinculada às lutas meramente econômicas, ou seja, uma consciência sindicalista (o que n'*A Miséria da Filosofia* ele denominaria como sendo própria da classe vis-à-vis do capital), e uma consciência operária de classe, de caráter político, própria da classe pour elle-même.

Mais ainda, ele já põe a possibilidade da transformação da consciência operária, da passagem da consciência contingente, da classe vis-à-vis do capital para a classe pour elle-même. Seria uma passagem necessária, *irrevogável*, posta pelo próprio desenvolvimento catastrófico do capitalismo industrial. Nesse caso, diferentemente das obras propriamente juvenis, que analisamos no capítulo anterior, a consciência sindicalista começa a possuir uma legalidade específica. Entretanto, essa posição do sindicalismo é tênue (e precária). Na verdade, ela seria apenas um breve momento do

42. Karl MARX, "Salário" in Obras de Marx y Engels, vol9, pp.114-115

43. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.84

desenvolvimento da consciência operária (tanto a consciência *sindicalista* quanto a consciência *política* seriam apenas mediações de um processo social que conduziria à auto-emancipação do proletariado (o que implicava conceber, outrossim, a *política*, apenas como um *meio* para a abolição das classes e não um *fim* em si).

Enfim, os proletários podem exercer uma prática sindicalista, parcial, limitada às lutas locais, por salários e contra a extensão da jornada de trabalho. Entretanto, esse tipo de consciência operária é ainda apenas um momento passageiro, *fugaz*, não significativo, da ação operária. Expressava algo como uma *falsa consciência* (Marx não chegou a utilizar essa expressão), cujo valor seria extrínseco a ela mesma. A prática de luta dos sindicatos é posta para ser negada, enquanto movimento operário parcial, limitado, de forma radical, pelas próprias condições criadas pelos mecanismos da economia capitalista. Enfim, é um tipo de luta operária condenada ao fracasso. “O verdadeiro resultado dessas lutas não é o êxito imediato”, disse Marx no *Manifesto*.

Enfim, a luta dos sindicatos só tem um valor moral, enquanto *momento* de formação da consciência de classe necessária, da classe para si, que luta pelo poder político, como meio de abolição do regime capitalista. Portanto, nessa época, Marx passou a demonstrar o arcabouço teórico da sua concepção de denúncia dos limites do sindicalismo (e do valor das lutas operárias parciais, enquanto *momento* de formação da consciência de classe).



Reação Capitalista, Sindicatos e Greves Operárias – Marx e os artigos para o *New York Daily Tribune* (1853) –

A década de 1840 foi marcada por crises, insurreições operárias e populares, e movimentos políticos no continente europeu. Esse foi o clímax de um período histórico iniciado após as guerras napoleônicas, por volta de 1815, cujas características foram a fermentação política, a formação de organizações operárias dos mais diversos tipos (*sociedades comunistas secretas*, na França e *sindicatos gerais*, na Inglaterra), e as amplas mobilizações de massa do período cartista, ocorridas principalmente no período de 1838-1848. Enfim, uma época da história européia marcada pela miséria e descontentamento social, provocados pela proletarização das classes trabalhadoras (e de segmentos da pequena-burguesia), em virtude do avanço impessoal dos valores e estruturas capitalistas.

Foi durante esse período revolucionário que Marx e Engels iniciaram suas trajetórias política e intelectual. O modelo clássico de ação política para eles foi dado pelo *cartismo* inglês, um movimento de massas, marcado pela consciência de classe, que procurava centralizar as inúmeras lutas e anseios dos trabalhadores ingleses, unificando-os numa luta nacional pela *People's Charter*.

De fato, o cartismo nasceu de uma crise estrutural do capitalismo em constituição. O período de 1838-1842 pode ser considerado um dos períodos mais críticos do capitalismo inglês, que causou insatisfação e descontentamento entre as mais diversas categorias da classe trabalhadora. Entretanto, após a tentativa de greve geral de 1842, o movimento cartista entrou em declínio. O fracasso dos *plug plots* e o início de uma conjuntura econômica, marcada por uma crescente animação industrial e comercial, contribuíram para o refluxo do movimento de amplas massas operárias e populares. É claro que houve uma terceira (e última) tentativa de movimento pela *People's Charter* em 1847-1848, que coincidiu com um ligeiro período de crise econômica (e agitação política no continente europeu). No entanto, esse movimento não teria o mesmo ímpeto dos anos de 1838-1842. O cartismo de 1847 só conseguiu atrair, na sua grande maioria, operários não qualificados, de pouca (ou nenhuma) organização sindical.

Os grandes líderes cartistas, Feargus O'Connor e Bronterre O'Brien, não conseguiram impedir que a opinião pública operária, principalmente de Londres, fosse hegemonizada por idéias da classe média liberal inglesa ("Londres está podre" [London is rotten] -, exclamou O'Connor em 1843). Uma parcela importante das classes trabalhadoras, a mais organizada e intelectualmente ativa, ficou sob a influência dos ideólogos da classe média radical, Cobden e Bright, da chamada Escola de Manchester, que apoiavam o movimento *Anti-Corn Law*. Desse modo, após 1842, a tendência política que se delineava entre os sindicatos se afirmou definitivamente. Elas passaram a procurar objetivos mais limitados, deixando de lado os projetos de revolução social. A próxima geração de

líderes sindicais, sob o influxo da desilusão com as magníficas esperanças revolucionárias de 1829-1842 (os *sindicatos gerais* e o *cartismo*), iriam adotar uma postura mais prudente e moderada, principalmente após o fracasso das greves operárias em 1853.

O exemplo desse novo período pode ser dado pela *National Association of United Trades of Protection of Labour* (NAUT), citada por Marx n' *A Miséria da Filosofia*, em 1847, e cuja fundação ocorreu em 1845. Ela distinguiu-se pela moderação de suas pretensões e prudência da sua administração, muito diferente da sua predecessora - *The Grand National Consolidated Trades Union*, do período 1833-1834, de orientação owenista.

4.1. O "novo espírito" do movimento operário

A *National Association of United Trades for Protection of Labour* (N.A.U.T.) foi a primeira associação operária, após o colapso de 1834, a tentar reviver a idéia de um *sindicato geral* em escala nacional (a N.A.U.T. pode ser considerada como um ponto de *transição* entre o velho e o novo sindicalismo). Foi fundada em 1845, sob a iniciativa do *Organised Trades* de Sheffield, de John Drury, numa conferência de delegados de *trade unions*, o qual compareceram delegados das *United Trades* de Manchester, Sheffield, Norwich, Hull, Bristol, Rochdale e Yarmouth. Para seu presidente, foi indicado Thomas Slingsby Duncombe, um conhecido parlamentar radical, simpatizante do cartismo.

O objetivo da N.A.U.T não era ser propriamente um "sindicato geral", mas uma federação de *unions* operárias independentes, que através da ajuda mútua procuravam assegurar melhores salários e condições de trabalho e lutar por uma legislação industrial e pelo reconhecimento dos direitos de negociação coletiva entre operários e capitalistas. Seus propósitos eram "proteger os interesses e promover o bem-estar dos sindicatos locais associadas", através da mediação, arbitragem e procedimentos legais, e promover "todas as medidas, de caráter político, social e educacional, que visassem melhorar a condição das classes trabalhadoras."¹ Nas considerações finais do manifesto inaugural da N.A.U.T, após enumerar os seus objetivos em reivindicar os "direitos do trabalho", foi destacado que nenhuma "proposição de natureza política" deveria ocupar a nova organização nacional dos sindicatos. Por fim, destacou-se a importância de "manter questões sindicais [*trade matters*] e questões políticas [*politics*] tão separadas e distintas quanto as circunstâncias justificarem".²

No manifesto inaugural da N.A.U.T. já estava presente o "novo espírito" que marcaria o movimento sindical nas próximas décadas. Por exemplo, segundo eles, era preciso "cultivar um bom entendimento com os patrões e, através disso, remover aqueles preconceitos que existem contra os sindicatos."³ (Uma das idéias da N.A.U.T. era favorecer a formação dos *Boards of Trade*, um tipo de câmara de negociação entre capitalistas e operários, visando a regulação dos salários, além da conciliação e arbitragem em caso de greves).

1. Sidney e Beatrice WEBB, *History of Trade Unionism*, p.187

2. Sidney e Beatrice WEBB, *op.cit.*, p.190

3. Sidney e Beatrice WEBB, *op.cit.*, p.189

O "novo espírito", que marcou a formação da N.A.U.T., refletiu as mudanças ideológicas ocorridas no movimento sindical, que tendiam a romper, cada vez mais, com a influência do owenismo e a sua visão de uma transferência geral dos instrumentos de produção dos capitalistas para os sindicatos. O instrumento da greve tendeu a ser depreciado, e a idéia de uma cessação geral do trabalho foi inteiramente abandonada. Os métodos e as pretensões da Grand National Consolidated Trade Union de 1834, de inspiração owenista, e mesmo qualquer vinculação com o movimento cartista, foram formalmente abandonados, e declarou-se a necessidade de um novo método de ação dos sindicatos, baseado na política de conciliação e arbitragem (um outro órgão, vinculado à N.A.U.T., foi fundado, sob a influência das idéias do Chartist National Land Company, dirigido por Feargus O'Connors: a National Association of United Trades for the Employment of Labour, que procurava angariar capital para fundar cooperativas de produção sob o controle dos sindicatos). Essa tendência moderada, cautelosa e prudente, que marcou a luta dos sindicatos, seria a linha predominante do movimento dos sindicatos pós-1850.

O "novo espírito" estava mais forte ainda entre os grandes sindicatos, que não demonstraram interesse em fazer parte da N.A.U.T. (que, mantinha, na sua forma de organização, identidade com um *sindicato geral*, a National Association for the Protection of Labour, fundado por John Doherty em 1830). Foi o caso dos pedreiros de Manchester e sua associação, que expressaram seu protesto contra a adesão a uma organização nacional de sindicatos (considerada por eles uma *trade union universal*). Eles eram mais favoráveis em vincular-se a uma união geral de seus ofícios do que a essa associação nacional de caráter heterogêneo, que congregava vários ofícios. Não apenas os pedreiros de Manchester, mas os mineiros (e sua Miner's Association of Great Britain and Ireland), os tipógrafos e os operários têxteis de Lancashire, entre outros, nunca aderiram à N.A.U.T. Ela representou, na verdade, os pequenos sindicatos (ou os ofícios menos organizados), e após 1851 perdeu influência.⁴

A depressão comercial de 1846-1849, que sacudiu a Inglaterra (e provocou, inclusive, o último movimento cartista), ao acabar, deu lugar a um período de prosperidade industrial e comercial sem precedentes (ocorreram períodos de crise e estagnação, de curta duração, nenhum comparável à crise estrutural de 1838-1842).⁵ A década de 1850 foi uma década de notável reação das relações capitalistas de produção, de expansão da indústria e do comércio mundial. Se os anos de 1837-1842 tiveram a predominância do cartismo, a partir de 1843 - e de forma marcante no pós-1850 - ocorreu o renascimento do sindicalismo, sob uma nova forma, mais cautelosa e moderada, totalmente hegemonizado pela ideologia liberal-burguesa. É sintomático que, no início da década de 1850, tenha sido criado um *novo modelo* de organização dos sindicatos, compatível com o *novo espírito* pós-revolucionário.

4. Sidney e Beatrice WEBB, *op.cit.*, pp.191, 195

5. No decorrer da década de 1850, Marx e Engels fizeram várias predições sobre a explosão de uma nova crise geral, principalmente em 1852, e em 1853 e em 1855. Entretanto, foi somente em 1857 que essa crise explodiu, mas sem os mesmos alcances revolucionários ocorridos na década de 1840. Em 1855 chegou a ocorrer uma crise, no entanto não se tratava de uma crise geral, mas sim de uma crise parcial. (Ernest MANDEL, *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, p.78)

4.2. O "novo modelo" do sindicalismo

O "novo modelo" de sindicalismo teve duas significativas manifestações no pós-1850. A primeira era representada pelos *operários têxteis do norte da Inglaterra*, cujo maior centro industrial era Lancashire. Por meio de seus sindicatos - a Cotton-Spinners' Union e a Cotton-Weavers' Association - eles conquistaram, em 1852, a denominada Blackburn List, a primeira das tabelas de *salários por peça*, adotada na indústria têxtil inglesa. Não deixou de ser um avanço para o sindicalismo dos operários têxteis, que conseguiram instaurar as bases para um sistema de negociação coletiva com os capitalistas. Apesar do fracasso da greve dos operários têxteis, em Preston, em 1853, um dos maiores conflitos operários da indústria têxtil inglesa desde 1842, o sindicalismo entre eles prosseguiu desenvolvendo-se no decorrer da década (Marx escreveu alguns pequenos artigos para o *New York Daily Tribune*, sobre as greves de 1853, como iremos ver mais adiante).

Uma das características do sindicalismo dos operários têxteis era a centralização das negociações coletivas, ou seja, em vez de negociar os salários separadamente em cada cidade, como faziam os demais ofícios, os têxteis procuravam tirar uma tabela de *salários por peça* uniforme, aplicável sobre amplas áreas. As negociações de salários eram simplificadas, e como a barganha de índices de aumentos salariais era centralizada, crescia o poder das *amalgamations*. Um detalhe importante: os *salários por peça* eram a forma de salário utilizada na grande maioria das fábricas inglesas. Citando um *Reports of Insp. of Factory*, Marx escreveu: "Os assalariados por peça constituem provavelmente 4/5 de todos os trabalhadores das fábricas."⁶

Além disso, os operários têxteis tendiam a direcionar suas lutas para a conquista de uma legislação industrial, por meio da agitação política, de caráter geral, visando pressionar parlamentares. Por meio dessa agitação, os têxteis conseguiram leis que regulamentavam as condições de trabalho das fábricas, tais como o *Factory Act*, em 1833, o *Peel Act*, de 1844, e a *Ten Hours Act*, de 1847).⁷

Além do desenvolvimento das *Amalgamations* do tipo representado pelos operários têxteis, com sua barganha coletiva baseada numa tabela de *salários por peça* unificada e, acima de tudo, com uma permanente pressão por uma regulamentação legislativa das horas e condições de trabalho das fábricas, havia uma segunda vertente do novo sindicalismo, representada pela *Amalgamated Societies* do tipo representada pela A.S.E, a *Amalgamated Societies of Enginners*, fundada em janeiro de 1851. A principal característica desse sindicalismo, muito comum entre os artífices especializados da cidade de Londres, era a prática não-política de regulamentação restritiva da oferta e das condições de trabalho. Eles procuravam manter o valor das suas habilidades, buscando controlar a oferta de trabalho qualificado. Procuravam limitar as horas extras e a aprendizagem de novos artífices, além de utilizar fundos de emigração, como forma de restringir a oferta de mão-de-obra especializada.

A política da A.S.E opunha-se aos *salários por peça*, tão comum entre os operários têxteis, tendo em vista que essa forma de salário tendia a minar a solidariedade entre os operários (em *O Capital*,

6. Karl MARX, *O Capital*, livro 1, vol.II, p.644)

7. G.D.H. COLE, *A Short History of the British Working Class Movement, 1789-1947*, p.173

Marx dedicou um capítulo ao *salário por peça*, e observou que ele procurava desenvolver, “de um lado, a individualidade dos trabalhadores e com ela o sentimento de liberdade, a independência e o autocontrole, e, de outro, a concorrência e a emulação entre eles.” Mais adiante destacou: “O salário por peça é a forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção.”⁸).

De um certo modo, a crítica de Marx (e Engels) concentrou-se, particularmente, sobre a segunda vertente do novo sindicalismo, surgido após 1850, cujo tipo clássico foi o *novo modelo* dado pela A.S.E, a Amalgamated Society of Enginners. Era o sindicalismo dos artífices especializados, da *aristocracia operária*.

A Amalgamated Society of Engineers, o *novo modelo*, combinava, de forma notável, as atividades típicas dos sindicatos e das *friendly societies*. A A.S.E tornou-se o maior e mais poderoso sindicato de ofício da época. Excedia em membros e em renda anual qualquer outra organização de ofício de seu tempo (possuía cerca de 11.000 membros associados e contabilizava cerca de 500 libras por semana).⁹ De 1852 a 1889, os estatutos da A.S.E serviram de modelo para uma série de Amalgamated Societies, que surgiriam nos próximos 20 anos. O *novo modelo* procurou reproduzir a política exclusivista das organizações dos artesãos especializados do início do século XIX. Com esse *novo modelo*, o espírito exclusivista tornou-se bastante acentuado. Ao contrário dos *sindicatos gerais* (General Trade-Unions), que surgiram de 1830-1834, a A.S.E restringiu seus membros aos artífices especializados, legalmente instruídos nas normas do ofício, que já tinham passado por um processo de aprendizagem. Portanto, em vez da idéia de uma união geral das “classes produtivas”, própria da tradição owenista (e cartista), o *novo modelo* procurou incorporar a idéia da separação de ofícios, e a proteção exclusiva dos operários membros do ofício (as idéias de exclusivismo corporativo, típicas das organizações de artesãos especializados, de primórdios do século XIX, sempre tiveram uma presença muito forte entre os sindicatos mais tradicionais. Entretanto, somente no pós-1850, elas ganhariam, com as Amalgamated Societies, um estatuto organizacional com grande suporte financeiro, que passariam a caracterizar o *novo modelo* de organização dos sindicatos).

A A.S.E não era apenas uma *trade unions*, mas também uma *Friendly Society*, ou seja, uma sociedade de previdência e auxílio mútuo, que prestava ajuda aos membros associados em caso de morte, desemprego e acidentes. A administração dos *Friendly Benefits*, era feita com as consideráveis reservas financeiras a cargo da Executiva da Amalgamated Society. A alta contribuição de 1 shilling por semana, paga com exemplar regularidade, por um crescente corpo de membros, fornecia um fundo financeiro que permitia socorrer, sem muito esforço, qualquer necessidade dos operários

8. Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, vol.II, p.642)

9. É preciso lembrar que as maiores e mais poderosas organizações de ofício em 1851 possuíam cerca de 400 a 500 membros (eram, por exemplo, a tradicional *Stonemasons' Society*). No passado, chegaram a existir *sindicatos gerais* que possuíam cerca de 10.000 membros, como a *General Union of the Spinners* (1829), ou a *Miners' Association of Great Britain and Ireland* (1841). Entretanto, eram organizações operárias de caráter efêmero, voltadas exclusivamente para a organização de greves, com contribuições de apenas 1 ou 2 shillings por semana (é preciso salientar também que os *sindicatos gerais* de 1830-1834 não tinham usualmente nenhuma subscrição regular e dependiam de níveis irregulares de pagamento)

associados. Na verdade, uma grande parte da renda da Amalgamated Society era gasta com os **Friendly Benefits**.

Os capitalistas não deixavam de ficar indignados, por exemplo, com o poder financeiro da A.S.E e chegaram, inclusive, a acusar os operários de estarem utilizando esses recursos para subsidiar greves (mesmo durante esse período, marcado pela moderação e cautela das lideranças operárias, a burguesia industrial mantinha uma atitude hostil, ou de desconfiança, para com os sindicatos).

Por quase dez anos, o *novo modelo* manteve-se restrito ao ofício dos artífices dos mecânicos especializados. Mais tarde, um outro ofício organizado o adotaria: o ofício dos carpinteiros que fundaram, em 1861, a Amalgamated Society of Carpenters. A partir daí, o *novo modelo* se difundiria entre os grandes ofícios da Inglaterra.¹⁰ Um detalhe: pareciam não estar no horizonte de percepção de Marx (e Engels) as mudanças moleculares que ocorriam na prática organizacional (e política) de importantes categorias operárias do sindicalismo inglês. Eles pareciam não ter percebido, de imediato, nos primórdios da década de 1850, a transformação qualitativa, não apenas de caráter temporário, da espontaneidade operária, principalmente dos setores mais organizados. Na verdade, as tendências de “integração” de setores organizados da classe operária inglesa à sociedade capitalista só ganhariam contornos mais nítidos, e profundos, a partir da década de 1860. Foi a partir dessa época que Marx (e Engels) tornou-se, de fato, crítico incisivo do sindicalismo, e da política de colaboração de classes da “aristocracia operária”.

4.3. O formidável avanço capitalista durante a década de 1850

Foi o “formidável avanço industrial de 1848-1880” - utilizando uma expressão do velho Engels - que propiciou uma transformação decisiva da *espontaneidade operária*, principalmente dos núcleos operários organizados. A década de 1850 abriu novas formas de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, que criaram possibilidades de “integração” de setores do proletariado à civilização burguesa. O desenvolvimento do capitalismo inglês, propiciado pela dominância da mais-valia relativa e pelo papel de centro imperialista - “Inglaterra, a fábrica do mundo” -, permitiu importantes concessões materiais a um setor do proletariado inglês, o mais especializado e organizado em poderosos sindicatos. Ocorreu a sedimentação de uma *aristocracia operária*.

A partir de 1850, a Inglaterra impôs-se como o centro mundial mais importante do comércio. Parecia que o país mais industrializado do mundo havia dado as costas para os ideais do socialismo e da revolução social e havia decidido permanecer firme no capitalismo.¹¹ O crescimento da indústria ocorreu não apenas na Inglaterra, mas na Europa continental - particularmente, França e Alemanha. A revolução dos transportes difundiu as relações capitalistas a toda sociedade ocidental e eliminou os obstáculos naturais ao movimento dos fatores produtivos e ao intercâmbio de mercadorias. A difusão das ferrovias, da navegação a vapor e a introdução do telégrafo facilitaram sobremaneira o comércio internacional.

10. Georges HOWELL, *Le Passé et l'avenir dos sindicatos*, p.57

11. Lélío BASSO, *Socialismo y Revolución*, p.217 (citando G.D.H Cole)

associados. Na verdade, uma grande parte da renda da Amalgamated Society era gasta com os **Friendly Benefits**.

Os capitalistas não deixavam de ficar indignados, por exemplo, com o poder financeiro da A.S.E e chegaram, inclusive, a acusar os operários de estarem utilizando esses recursos para subsidiar greves (mesmo durante esse período, marcado pela moderação e cautela das lideranças operárias, a burguesia industrial mantinha uma atitude hostil, ou de desconfiança, para com os sindicatos).

Por quase dez anos, o *novo modelo* manteve-se restrito ao ofício dos artífices dos mecânicos especializados. Mais tarde, um outro ofício organizado o adotaria: o ofício dos carpinteiros que fundaram, em 1861, a Amalgamated Society of Carpenters. A partir daí, o *novo modelo* se difundiria entre os grandes ofícios da Inglaterra.¹⁰ Um detalhe: pareciam não estar no horizonte de percepção de Marx (e Engels) as mudanças moleculares que ocorriam na prática organizacional (e política) de importantes categorias operárias do sindicalismo inglês. Eles pareciam não ter percebido, de imediato, nos primórdios da década de 1850, a transformação qualitativa, não apenas de caráter temporário, da espontaneidade operária, principalmente dos setores mais organizados. Na verdade, as tendências de “integração” de setores organizados da classe operária inglesa à sociedade capitalista só ganhariam contornos mais nítidos, e profundos, a partir da década de 1860. Foi a partir dessa época que Marx (e Engels) tornou-se, de fato, crítico incisivo do sindicalismo, e da política de colaboração de classes da “aristocracia operária”.

4.3. O formidável avanço capitalista durante a década de 1850

Foi o “formidável avanço industrial de 1848-1880” - utilizando uma expressão do velho Engels - que propiciou uma transformação decisiva da *espontaneidade operária*, principalmente dos núcleos operários organizados. A década de 1850 abriu novas formas de desenvolvimento e consolidação do capitalismo, que criaram possibilidades de “integração” de setores do proletariado à civilização burguesa. O desenvolvimento do capitalismo inglês, propiciado pela dominância da mais-valia relativa e pelo papel de centro imperialista - “Inglaterra, a fábrica do mundo” -, permitiu importantes concessões materiais a um setor do proletariado inglês, o mais especializado e organizado em poderosos sindicatos. Ocorreu a sedimentação de uma *aristocracia operária*.

A partir de 1850, a Inglaterra impôs-se como o centro mundial mais importante do comércio. Parecia que o país mais industrializado do mundo havia dado as costas para os ideais do socialismo e da revolução social e havia decidido permanecer firme no capitalismo.¹¹ O crescimento da indústria ocorreu não apenas na Inglaterra, mas na Europa continental - particularmente, França e Alemanha. A revolução dos transportes difundiu as relações capitalistas a toda sociedade ocidental e eliminou os obstáculos naturais ao movimento dos fatores produtivos e ao intercâmbio de mercadorias. A difusão das ferrovias, da navegação a vapor e a introdução do telégrafo facilitaram sobremaneira o comércio internacional.

10. Georges HOWELL, *Le Passé et l'avenir dos sindicatos*, p.57

11. Lélío BASSO, *Socialismo y Revolución*, p.217 (citando G.D.H Cole)

em termos relativos, as condições de vida dos operários organizados, tendeu a criar, com as devidas sedimentações ideológicas, a expectativa de que um desenvolvimento posterior estenderia esses benefícios a estratos cada vez mais amplos da classe trabalhadora. Foi essa perspectiva que contribuiu, de certa forma, para impulsionar setores crescentes do movimento operário inglês, durante as décadas posteriores a 1850, em prol da luta por reformas sociais e econômicas no interior do capitalismo, afastando-os das perspectivas revolucionárias.

4.4. 1850-1870: As décadas intermediárias

Seria interessante destacar que a década de 1850, juntamente com as décadas seguintes - 1860 e 1870 - constituiu *décadas intermediárias*, um período histórico bem peculiar, diferente tanto do que acontecera antes, como do que viria depois. Por exemplo, nessas décadas, nós não temos mais a fermentação política do owenismo e do cartismo, que marcaram as décadas de 1830-1840. Entretanto, não temos ainda o que veio a ser, a partir da década de 1880, o movimento operário propriamente dito, com um sindicalismo de massa e o Partido Trabalhista. Apesar disso, as *décadas intermediárias* foram cruciais, tendo em vista que nela se formou a futura cultura operária.

Primeiro, elas ensinaram aos operários que o capitalismo era um modo de produção de abrangência nacional e - pelo menos até onde podia ser previsto - permanente. Não era, nem uma catástrofe histórica temporária, como uma invasão ou ocupação estrangeira (como alguns líderes operários do período de 1837-1842 poderiam ter sentido), nem um conjunto de tempestades econômicas locais, das quais se podia fugir para regiões mais calmas (os sindicatos aprenderam, nas décadas de 1840 e 1850, que durante a depressão industrial era inútil enviar seus membros desempregados pelas estradas - os chamados *the trampers* - à procura de trabalho em algumas cidades onde reinasse a prosperidade). Enfim, as flutuações e movimentos da economia eram nacionais.

contradições iminentes à forma de ser do capitalismo. Por exemplo, num artigo escrito em 2 de fevereiro de 1853, para o *New York Daily Tribune*, intitulado "Perspectivas políticas, prosperidade comercial, um caso de morte por fome", Marx destacou, no final, uma notícia veiculada por um jornal inglês, *The Northampton Mercury*, sobre a morte por fome de um operário que tinha partido de Londres para Birmingham, à procura de trabalho. "O destino dos pobres" era inseparável, segundo Marx, da "prosperidade industrial e comercial". Apesar de uma parcela da classe operária inglesa, a mais organizada e qualificada, partilhar do progresso industrial, um segmento significativo do proletariado estava sob o jugo bárbaro do capital, considerado por Marx, "um déspota, intangível e silencioso, que condena os seres humanos, em casos extremos, à mais cruel das mortes - a morte por fome." (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XI, 1851-1853, p.546). De fato, uma grande parte do proletariado inglês vivia, naquela época, abaixo da linha de pobreza (mesmo após meio século, ou seja, final do século XIX, levantamentos sociais revelaram que, em torno de 40% da classe operária vivia abaixo da chamada "linha de pobreza" (Eric HOBBSAWM, *Mundo do Trabalho*, pp.258-259). Os melhoramentos das condições materiais de vida ocorreram, de certo modo, para a fração da classe operária organizada em sindicatos (uma pequena minoria naquela época). É preciso lembrar que, até o início do século XX, a porcentagem real de trabalhadores sindicalizados era não mais de 10% a 15% dos trabalhadores homens (1901), com exceção de ocupações técnicas, de regiões e indústrias específicas. O restante abrangia desde aqueles vagamente classificados como "trabalhadores não especializados" até a grande população marginal e o subproletariado das grandes cidades, e ainda aqueles forçados a se privar de todo o auto-respeito ao aceitar a única forma de previdência social existente, a *Poor Law*, de caráter penal. (ver Eric HOBBSAWM, *Mundos do Trabalho*, pp.258-259)

Segundo, durante as *décadas intermediárias* tornou-se dominante o padrão de uma Inglaterra industrial, com suas fábricas mecanizadas (embora ainda bastante pequenas), minas, estaleiros navais e ferrovias. Até 1850, algumas das principais áreas industriais mal tinham se desenvolvido (a exceção era a região industrial de Lancashire), embora a Revolução Industrial começasse a transformar centros manufatureiros dominados anteriormente por artesãos. A partir de 1850, a grande indústria difundiu-se: a grande fábrica chegou a Birminghã; as grandes usinas siderúrgicas a Sheffield.

Terceiro, nas *décadas intermediárias*, surgiu a estratificação social característica da classe operária. No alto da hierarquia da classe operária, havia uma "aristocracia operária" que se reconhecia e era reconhecida pelos outros como uma camada superior e até certo ponto separada das demais frações da classe trabalhadora. Seus membros consideravam-se diferentes dos outros "operários" por sua "especialidade" - idealmente adquirida através de estágio como aprendiz - e, conseqüentemente, por sua habilidade. Identificavam-se com o estereótipo do "artesão". Na verdade, tanto o operário qualificado quanto o artesão podiam agir assim porque ambos tinham associações fortes e exclusivistas (o *novo modelo* adotado pelos grandes sindicatos a partir de 1850, consolidou essa tendência). Na verdade, operário "qualificado" era sinônimo de operário "organizado" - uma pequena parcela da classe trabalhadora estava organizada em sindicatos, e a grande massa operária era de trabalhadores não qualificados e desorganizados.¹⁷ Desse modo, a "aristocracia operária" destacava-se dos demais. Ela era "respeitável", um termo-chave no vocabulário social da Inglaterra do século XIX. Era elogiada pela classe governante como os "artífices inteligentes". Poderiam ser considerados, às vezes, como pertencendo à "baixa classe média". Apesar disso, eles se consideravam uma *classe operária*, em alguns aspectos, os porta-vozes e líderes do restante dos trabalhadores manuais (foi com os líderes da "aristocracia operária" que Marx entrou em contato durante a experiência da AIT).

Assim, apesar de sentirem mais identidade social e política com os estratos intermediários da sociedade inglesa (a pequena burguesia tradicional), do que com os proletários não qualificados, a "aristocracia operária" permanecia uma aristocracia *no interior da* classe trabalhadora. Não adotavam o espírito do *self made man*, típico do individualismo pequeno-burguês, mas sim do *self-help*, condizente da sua condição de trabalhadores assalariados.¹⁸ E isso era necessário, porque suas vantagens econômicas e seu status dependiam de sua capacidade de organização - em sindicatos, em associações cooperativas de consumo, em sociedades de auxílio mútuo e de previdência. Por esses meios, e *somente* por eles, puderam manter a exclusividade relativa que os separava dos "operários", e que os salvaguardava até certo ponto da insegurança própria da condição proletária (essa ética da solidariedade e do mutualismo entre os operários-artesãos é que deu a verdadeira força às *trade unions*).

17. James HINTON, *Labour And Socialism*, p.2-3

18. James HINTON, *op.cit.*, p.9

4.5. As impressões de Marx e Engels sobre a conjuntura pós-1850

Marx e Engels emitiram algumas impressões sobre a conjuntura iniciada após 1850. Embora eles não tenham feito observações sobre as mudanças da política de organização (e de luta) dos sindicatos ingleses pós-1850, não deixaram de tecer considerações, em alguns jornais e correspondências, sobre o impacto da prosperidade industrial e comercial sobre a classe operária.¹⁹ Por exemplo, numa carta de 24 de setembro de 1852, Engels, fazendo observações sobre os operários franceses, disse:

Os operários se tornam aburguesados pela momentânea prosperidade e pela perspectiva de glória do Império.

E destacou logo a seguir:

Será necessário que a crise dê uma dura lição aos operários para que eles possam se tornar capazes de alguma coisa.²⁰

Marx, num artigo publicado em 19 de outubro de 1852, no *New York Daily Tribune*, intitulado "Consequências políticas do paroxismo comercial" [Political Consequences of the Commercial Excitement], afirmou:

A massa da população está empregada [fully employed] e goza mais ou menos de um relativo bem-estar, sempre fazendo abstração do destino dos pobres, que são inseparáveis da prosperidade inglesa [always deducting the paupers inseparable from British prosperity]; por esse motivo hoje não estão muito inclinados à agitação política.²¹

Em outro artigo intitulado "As perspectivas dos partidos políticos" [Political Parties and Prospects], publicado no *New York Daily Tribune*, em 2 de novembro de 1852, ele caracterizou esse época de "universal atividade industrial, de fervoroso tráfico comercial, de indiferença política [universal industrial activity, accelerated commercial interchange, of political indifference]". Procurou salientar que "a atual prosperidade é favorável à reação *Tory* (o partido conservador inglês)" e que "a apatia política é consequência da prosperidade".²²

Apesar dessas ligeiras constatações sobre a disposição do proletariado, não existem, por parte de Marx (e Engels), análises mais consistentes sobre a natureza da "apatia política" da classe operária inglesa. Em geral, a prosperidade industrial e comercial era considerada por ele, como as responsáveis mais imediatas pela transformação da espontaneidade operária. A indisposição política (e social) do proletariado organizado seria algo passageiro, que uma crise geral poderia reverter.

19. Marx, durante essa década, vivendo em Londres, chegou a escrever sobre atualidades políticas e econômicas para diversos jornais: *The New York Tribune*, *Neue Oder-Zeitung*, *People's Paper*, *The Free Press*, *Das Volk*, *Allgemeine Ausgburger Zeitung*, *Die Reform*. Foi nesse período que surgiram *As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850*, publicados na *Neue Rheinische Zeitung-Review*, em março-abril de 1850 e *18 Brumário de Luís Bonaparte*, escrito em 1852, trabalho destinado ao semanário *Die Revolution*, fundado em Nova York, por seu amigo J. Weydemeyer

20. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XXXIX, 1852-1855, p.151

21. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XI, 1851-1853, p.376 (MEGA, I, 11, p.350-351)

22. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XI, 1851-1853, p.382 (MEGA, I, 11, p.354)

As observações de Engels, no final da década de 1850, são bastante interessantes, pois demonstram a sua percepção de que havia algo mais do que uma simples indiferença política, ocasionada por uma momentânea prosperidade. Havia, na perspectiva de Engels, a formação de uma estratificação social no interior do proletariado. De início, o diagnóstico da apatia política da classe operária estaria ligado à prosperidade industrial e comercial da década de 1850. Numa carta a Marx, em 15 de novembro de 1857, ele disse:

Devido à longa prosperidade, as massas têm caído em profunda letargia.²³

Em outra carta, com data de 17 de dezembro de 1857, Engels chegou a afirmar:

Até o proletariado começa a tornar-se indolente. Não se nota ainda nenhum sintoma de revolução: a longa prosperidade tem produzido um efeito muito desmoralizado.²⁴

Entretanto, numa carta escrita em 7 de outubro de 1858, ele já denunciava a existência de uma "aristocracia operária":

O proletariado inglês, de fato, se aburguesa mais e mais, pois esta nação, que é a mais burguesa de todas, quer pelo visto ter por fim uma aristocracia burguesa e um proletariado burguês ao lado da burguesia.²⁵

É interessante que Engels tenha utilizado a expressão *proletariado burguês*, para indicar que o proletariado, tal como a aristocracia, tinha sucumbido à influência hegemônica da burguesia inglesa. A seguir, Engels observou que, para uma nação que explora o mundo (a Inglaterra era a "oficina do mundo"), isso parecia ser justificável.

Essa observação de Engels, nos finais da década de 1850, refletiu a tendência que começara a se manifestar desde a falência da greve geral em 1842, e se consolidara no decorrer da década de 1850, com a guinada moderada do sindicalismo inglês, já sob a influência da ideologia liberal-burguesa. No entanto, ela só passou a ser percebida, de fato, para Engels (e Marx) com a falência total do cartismo em fins da década de 1850, quando Ernest Jones, líder cartista, concluiu com uma nova aliança com a burguesia radical.²⁶

23. Karl MARX, Friedrich ENGELS, Opere, XL, Lettere, 1856-1859, p. 243 .

24. Karl MARX, Friedrich ENGELS, Opere, XL, Lettere, 1856-1859, p.244

25. Karl MARX, Friedrich ENGELS, Opere, XL, Lettere, 1856-1859, p.373 .

26. Jones acreditava que os operários necessitavam aliar-se com a classe média radical para conseguir o direito de voto. Esse fato significou o golpe de misericórdia no cartismo revolucionário. (G.D.H. COLE, *A History of Socialist Thought*, p.155.) A trajetória política de Ernest Jones é curiosa - durante toda a década de 1850, Jones, através do jornal *The People's Paper*, em viagens de palestras (ele era um orador muito eficiente), procurou atrair a ajuda dos sindicatos para as bandeiras políticas do cartismo revolucionário, mas a maior parte delas não aceitou suas propostas. Na verdade, os sindicatos não acolheram bem a idéia da luta de classes e estavam mais preocupados em defender seus interesses próprios dentro do sistema capitalista. A observação feita por Engels sobre a existência de um "proletariado burguês" na Inglaterra tinha, de fato, procedência nos dados reais. Jones, ao fazer aliança com a burguesia radical, estava expressando tão-somente essa tendência da época.

4.6. "Febriil industrialismo, marasmo moral e reação política"

Mais tarde, no *Manifesto Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores*, publicado em 23 de dezembro de 1864, Marx fez uma breve avaliação da década de 1850, um período pós-revolucionário de refluxo político do proletariado e reação burguesa em todas as esferas da vida social. Marx destacou a repressão violenta que ocorreu no continente europeu após as revoluções de 1848:

uma mão de ferro esmagou no continente todas as organizações e os jornais do partido da classe operária. Os trabalhadores mais avançados tiveram que refugiar-se na república de além-atlântico e o sonho fugaz de emancipação desvaneceu-se diante de uma época de febril industrialismo, marasmo moral e reação política.

Esse, de fato, foi o trinômio característico desse período contra-revolucionário, segundo Marx: *febril industrialismo, marasmo moral e reação política*. A derrota das classes operárias na Europa continental, particularmente França e Alemanha, teve sérias repercussões na Inglaterra.

Marx pareceu dar ênfase a esse aspecto da análise de conjuntura - a derrota das classes operárias no continente europeu "projetou seu contágio do outro lado do Canal [da Mancha]" e "levou ao abatimento a classe operária inglesa e destruiu-lhe a fé em sua própria causa". Por outro lado, o "colapso do movimento operário do continente", veio restabelecer, segundo ele, a confiança, um tanto abalada, das classes dominantes inglesas ("os senhores da terra e do dinheiro"). Assim, o marasmo moral (e apatia política) das massas operárias inglesas foi explicado por Marx, como decorrência da derrota do movimento operário europeu em 1848 e da reação política que ocorreu logo a seguir.

Marx indicou outra causa, além do "febril industrialismo", para explicar o período de "nulidade política" (e, portanto, de fracasso do cartismo revolucionário): a descoberta das minas de ouro na Califórnia, que provocaram uma grande emigração de operários ingleses para os Estados Unidos.²⁷ A descoberta de novas minas de ouro provocou um enorme êxodo, que abriu imensos vazios nas fileiras do proletariado inglês. Alguns operários, que em outros tempos figuravam como os membros mais ativos do proletariado, na militância cartista ou no sindicalismo combativo, atraídos pelo sonho de melhores empregos e salários momentaneamente mais elevados, "adaptaram-se às circunstâncias". E Marx explicou, deste modo, o fracasso do cartismo revolucionário:

Fracassaram totalmente todas as tentativas feitas para manter em pé ou reestruturar o movimento cartista, todos os órgãos da imprensa operária, um atrás do outro, desapareceram, pela apatia das massas, e, na realidade, nunca a classe operária inglesa esteve tão bem acostumada com sua situação de nulidade política.²⁸

27. No início da década de 1850, Marx não deixou de destacar esse fato, considerado por ele de grande relevância, da emigração em massa de operários para os Estados Unidos. Disse ele, num artigo de 24 de agosto de 1853, para o *New York Daily Tribune*, intitulado "Estatística populacional e o comércio britânico": "O declínio da população, consequência da emigração, coincide com um aumento sem precedentes da força produtiva e do capital." (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.256)

28. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.5

De fato, Marx reconheceu a particularidade desse período histórico, ou seja, ele constatou a inexistência daquela fermentação política e social do proletariado inglês, que tanto caracterizou as décadas de 1830-1840.

Entretanto, como temos ressaltado, a situação de “nulidade política” da classe operária inglesa tendeu a ser entendida por eles, como uma situação passageira (na expressão de Engels, apenas uma nova crise geral do capitalismo poderia “dar uma lição” aos operários, fazê-los sair dessa indiferença política). As próprias causas determinantes tinham um caráter conjuntural (Marx e Engels nunca chegaram a utilizar tal expressão): foi a derrota operária em 1848 (com todas as suas repercussões negativas na moral do proletariado), a reação política das classes dominantes (com confiança renovada em virtude desse fracasso do movimento operário em 1848), a descoberta das minas de ouro na Califórnia (e o êxodo imenso de operários ingleses, em busca de melhores empregos e melhores salários), até mesmo o “febril industrialismo”, esta “*embriagadora época de progresso econômico*”, que contribuíram, e fundamentaram a situação de apatia política das massas operárias, a “situação de nulidade política” do proletariado inglês.

A seguir, Marx afirmou que o período de 1848 a 1864 “teve também um lado luminoso”: a conquista, pelos operários ingleses, da *jornada de 10 horas*,

uma luta mantida com admirável perseverança pela classe operária inglesa, que se aproveitou da discordância momentânea entre os senhores da terra e do dinheiro.

A lei sobre a jornada de 10 horas foi votada pelo Parlamento inglês em 10 de junho de 1847. Na verdade, muitos industriais burlavam, na prática, essa lei.

Um outro aspecto positivo, percebido por Marx no pós-1848, foram os *movimentos cooperativistas*, em particular, as cooperativas de produção, incentivadas por alguns sindicatos. Elas demonstravam, na prática, que

a produção em grande escala, posta em consonância com a ciência moderna, pode organizar-se sem necessidade de uma classe de patrões [masters] que empregue uma classe de *brazos*.²⁹

Marx, certamente, estava lembrando para os operários ingleses a grande lição dada pelas idéias de Robert Owen, negligenciadas pelos trade unionistas inglês, que não mais colocavam em questão a expropriação dos capitalistas, tal como o movimento dos “sindicatos gerais” em 1833-1834. A idéia de cooperativas de produção, posta em prática pelos operários ingleses nessa época, não estava vinculada a nenhum programa revolucionário. Por isso, Marx observou:

Não seria possível exagerar o valor desses grandes experimentos.

E destacou:

Para poder libertar as massas trabalhadoras, o cooperativismo precisa desenvolver-se em escala nacional e contar com meios nacionais. Os senhores da terra e os senhores do capital empregarão sempre seus privilégios políticos para defender e perpetuar seus monopólios econômicos.

Na concepção de Marx, o grande dever das classes trabalhadoras, no caso, seria conquistar o poder político.³⁰

29. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.6

Finalmente, podemos constatar que, nas avaliações de Marx (e Engels), sobre o período pós-1850, não existe nenhuma referência específica aos sindicatos e seu movimento. Esse *silêncio* de Marx pode parecer estranho, justamente porque durante esse período ocorreu o renascimento (e organização) da prática sindicalista, tanto dos operários organizados do norte da Inglaterra, os operários têxteis, das grandes indústrias, como dos operários organizados da cidade de Londres, dos artífices especializados.

O horizonte de luta dessas categorias operárias permanecia vinculado aos valores do capitalismo industrial. Mesmo o sindicalismo dos operários têxteis, que tendiam a praticar agitação política em prol de uma legislação industrial, permanecia vinculado à reprodução do sistema do salarizado. Na medida em que as lutas operárias desvincularam-se do movimento de massa, de caráter político, como foi o cartismo, elas deixaram de ter algum sentido significativo para Marx (embora ele tenha reconhecido, como veremos adiante, o *valor* das greves). Por isso, a prática dos sindicatos, demasiadamente moderada e cautelosa, vinculada à luta por salários e jornada de trabalho, não deixava de ser apenas um componente dessa apatia política das massas operárias, destacada por Marx, como um sintoma do pós-1850.

4.7. As greves operárias de 1852-1853

Apesar de Marx não ter feito, em seus escritos da década de 1850, nenhuma referência específica (e direta) às *trade unions*, existe uma série de pequenos artigos, sobre as greves dos operários da indústria têxtil, em 1853, que trazem elementos interessantes para pensarmos a sua concepção dos limites da prática *trade unionista*. São artigos que foram escritos por ele, para o *New York Daily Tribune*, entre junho e setembro de 1853, um dos últimos períodos de agitação operária na década de 1850.

É interessante salientar que uma outra greve importante tinha ocorrido, em Londres e Lancashire, em 1852, entre os mecânicos especializados. Foram eles que fundaram, em 1851, a *Amalgamated Society of Engineers (A.S.E)*. Essa greve não teve a mesma difusão (e generalização) que a greve dos operários têxteis, em 1853. A sua reivindicação consistia em proibir as horas extras e a introdução de salários por peça no ofício dos engenheiros. Eram demandas típicas do sindicalismo dos artífices especializados, que procuravam intervir sobre o controle e administração do processo de trabalho, para garantir o valor de suas habilidades de ofício. A greve fracassou, pois os capitalistas utilizaram o temido *document*, que impunha como condição de emprego a não adesão aos sindicatos. Apesar da derrota, a A.S.E desenvolveu-se, como vimos, como uma das mais poderosas *Amalgamated Societies* da Inglaterra.

Em 1853, ocorreu uma onda de greves entre os operários das grandes indústrias têxteis, no norte da Inglaterra (e, em menor proporção, entre os mineiros da Escócia). Havia uma grande insatisfação entre eles, que queriam ter uma "participação" no notável progresso industrial dos últimos anos. A demanda dos operários têxteis vinculava-se, principalmente, a aumentos reais de salários. Nos seus pequenos artigos, Marx reconheceu o *valor* das greves (e das coalizões operárias) e demonstrou seus

30. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.7

limites, enquanto permanecerem vinculadas ao horizonte do salariato. São artigos que expressam, mais uma vez, de forma brilhante, a posição típica de Marx (e Engels) sobre as lutas trade unionistas.

O artigo intitulado "Cartismo" (Chartism), de 14 de julho de 1853, é deveras interessante (a intenção de Marx era demonstrar que, a onda de greves operárias dos distritos industriais do norte de Inglaterra, deveria pôr na rua (*must turn out*), outra vez, o movimento cartista). Nesse pequeno artigo, Marx destacou que "greves e coalizões operárias [*strikes and combinations of workmen*]" desenvolveram-se com rapidez, e numa amplitude sem precedentes. A seguir, ele fez a enumeração de uma série de categorias operárias, que estavam em greve - a grande maioria delas vinculava-se à indústria têxtil, embora os mineiros da Escócia tenham aderido também à onda grevista. Salientou Marx: "A extensão das greves adquire as proporções de uma epidemia [*the turn-out grows epidemic*]." Segundo ele, as greves maiores davam início a greves menores. Como exemplo da solidariedade operária, Marx destacou o fato de que os operários que faziam resistência aos capitalistas não procuravam fechar acordos desfavoráveis que pudessem prejudicar greves, da mesma categoria, em outras localidades. Por fim, ele fez referência à grande greve dos operários têxteis de Preston, que reivindicavam 10% de aumento salarial, procurando recuperar os cortes de salários ocorridos durante a depressão de 1847 (mais tarde, em *Salários, Preço e Lucro*, Marx iria fazer referência a essa greve):

Na maioria dos casos, os operários [*the factory-workmen*] afirmam explicitamente o seu *direito de ter a sua parte* na prosperidade do país e em particular, na prosperidade dos seus patrões [*their right to share in the prosperity of the country, and especially in the prosperity of their employers*].³¹

Marx procurou tornar clara a principal característica dessa greve, ou seja, ela teve início entre as categorias mais baixas dos operários não qualificados (*the lower ranks of unskilled labor*), os vários extratos de artesãos semiproletários, que aproveitavam uma situação favorável do mercado de trabalho para exigir melhores salários. Por último, a onda de insatisfação atingiu os operários das grandes indústrias têxteis (*the factory people of the great industrial centers of Great Britain*). Disse Marx:

Em períodos anteriores, ocorria o contrário: as greves iniciavam-se sob a liderança dos operários das grandes fábricas [*from the heads of the factory-workers, mechanics, spinners, etc.*], difundindo-se, a seguir, entre as classes inferiores dos centros industriais, e apanhando, apenas em última instância, os artesãos mais pobres.

E finalizou:

Esse fenômeno deve-se exclusivamente à emigração.³²

De fato, a emigração provocou um declínio populacional dos trabalhadores pobres não qualificados, artesãos proletarizados pelo avanço da grande indústria (a crescente emigração de trabalhadores pobres e a prosperidade industrial e comercial, permitiram que a oferta de trabalho não qualificado caísse abaixo da procura, o que favorecia a demanda por melhores salários para os

31. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.172 (MEGA, I, 12, p.205)

32. Karl MARX, MEGA, I, 12, p.205)

trabalhadores pobres). Portanto, diminuindo a oferta de trabalho não qualificado, haveria a tendência de os salários dessas categorias mais baixas das classes trabalhadoras aumentarem. Só que, como destacou Marx, apenas fazendo greves, os trabalhadores teriam condições de tirar a prova cabal dessa lei da oferta e procura, tão propalada pelos economistas burgueses.

A insatisfação entre a grande massa de trabalhadores pobres e suas greves por melhores salários contribuíram para a eclosão de movimentos entre os operários têxteis, que queriam, desse modo, cobrar dos capitalistas a sua parcela da prosperidade industrial e comercial vivida pelo país, desde 1849.

Na época, pairava no ar, entre os sindicatos, a proposta de instaurar um mecanismo entre capitalistas e operários, que pudesse assegurar um salário médio permanente, evitando, desse modo, as greves, que, "segundo uma classe de filantropos [a class of philanthropists] e até de socialistas [socialists]", seriam pretensamente prejudiciais aos interesses dos trabalhadores (the interests of the "workingman himself") (por exemplo, a N.A.U.T. defendia a criação das Board of Trades, câmaras de negociação e conciliação entre operários e capitalistas e chegou a encaminhar centenas de petições ao Parlamento inglês, solicitando a instauração desse mecanismo de arbitragem entre patrões e operários.³³). Essa proposta ganhou mais força ainda após o fracasso da greve dos engenheiros de ofício, filiados à poderosa A.S.E., em 1852.

Marx criticou veementemente tal método de assegurar um salário médio permanente e evitar as greves. Segundo ele,

o ciclo industrial, com suas fases, põe fora de questão um mecanismo desse tipo, que assegure a estabilidade do salário médio.³⁴

Logo a seguir, ele colocou um dos valores fundamentais das greves (e coalizões operárias):

Estou, pelo contrário, convencido de que a alternância de subida e queda dos salários e os contínuos conflitos entre patrões e operários, que dela derivam, são, sob a atual organização da indústria, o meio indispensável para manter viva a combatividade da classe trabalhadora [the indispensable means of holding up the spirit of the laboring classes], para tê-la unida numa só grande organização [into one great association] contra os abusos das classes dirigentes, e para impedir que ela se transforme num instrumento de produção patético, irreflexivo, mais ou menos bem nutrido [of preventing them from becoming pathetic, thoughtless, more or less well-fed instruments of production].³⁵

Nesses artigos, Marx expressou, sob outra forma, algumas idéias básicas sobre o valor das greves e das coalizões operárias. Tais idéias tinham sido expostas, anteriormente, em suas obras da década passada - *A Miséria da Filosofia* (1847), e o manuscrito *O Salário* (1847-1848).

Para Marx, as greves e as coalizões operárias - enquanto instrumentos de organização das greves - serviriam para "manter viva a combatividade operária", para não deixá-la cair na apatia e indiferentismo político, tão comum na conjuntura da época. Esse foi, portanto, para Marx, o precioso

33. Sidney e Beatrice WEBB, *History of Trade Unionism*, p.227

34. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.173

35. *Ibidem*, p.172 (MEGA, I, 12, p.205)

sentido dos movimentos operários, mesmo que eles visassem, num sentido imediato, a luta por salários. Prosseguiu ele, numa das passagens mais interessantes do artigo, que transcrevemos na íntegra:

Num tipo de sociedade, fundada sobre o antagonismo de classe, se se quer impedir a escravidão, de fato, e não apenas em palavras, deve-se aceitar a luta [we must accept war]. A fim de avaliar corretamente o valor das greves e das coalizões [strikes and combinations], não se deve deixar-se cegar pela aparente insuficiência de seus resultados econômicos, mas se devem considerar, acima de tudo, as suas consequências políticas e morais [moral and political consequences]. Sem esta alternância das fases de estagnação, prosperidade, expansão convulsa, crises e recessão que atravessa a indústria moderna em ciclos periodicamente recorrentes, com as altas e baixas de salários que daí derivam, e com a incessante luta [warfare] entre patrões e operários que acompanham muito proximamente aquela variação entre salários e lucros, a classe trabalhadora da Grã-Bretanha e de toda a Europa se reduziria a ser uma massa desencorajada, irremediável, desgastada e submissa [a heart-broken, a weak-minded, a worn-out, unresisting mass], a qual a auto-emancipação seria impossível, não menos do que foi aquela dos escravos da antiga Grécia e Roma.³⁶

Percebemos que Marx voltou a enfatizar o valor político e moral das greves e coalizões operárias, do movimento espontâneo (e autônomo) do proletariado industrial. Tal movimento acompanhava, com uma recorrência quase natural, as alternâncias de fases da economia capitalista. A luta incessante entre capitalistas e operários, em torno do movimento de lucros e salários, mesmo sendo considerados por Marx "insuficientes", em termos de resultados econômicos imediatos, serviriam para impedir a indolência, a submissão, a indiferença, o acomodamento da classe operária à condição de trabalhadores assalariados.

Na perspectiva de Marx, as greves e seus verdadeiros resultados, as coalizões operárias, eram tão-somente um sinal de alerta, que estava, de tempos em tempos, mantendo viva a combatividade do proletariado, e quase como que "impondo a compreensão" (expressão utilizada por Marx em *Salário, Preço e Lucro*) da necessidade de superar a ordem burguesa. Dentro do mesmo espírito, expresso n'*A Miséria da Filosofia*, Marx considerou as greves e coalizões operárias apenas como os "primeiros ensaios" dos trabalhadores... necessários para o seu amadurecimento político. Enfim, é a partir dessas lutas sempre recorrentes que os trabalhadores assalariados começariam a tomar consciência da sua condição proletária e da necessidade de superação do capitalismo.

Para finalizar, Marx voltou a fazer o paralelo entre a história da burguesia (e sua constituição como classe) e a história do proletariado (tal paralelo tinha sido feito, pela primeira vez, n'*A Miséria da Filosofia*, e parece ser uma idéia própria de Marx, pois ela não se encontra presente, por exemplo, na obra clássica do jovem Engels, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*). Disse Marx:

Não devemos esquecer que greves e coalizões [strikes and combinations] entre os servos foram o terreno [the hot-beds] onde amadureceram as comunas medievais, e por seu turno tais comunas foram a fonte de vida da atual classe dirigente burguesa [those communes have been in their turn, the source of life of the now ruling bourgeoisie].³⁷

36. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.173 (MEGA, I, 12, p.206)

É interessante o fato de Marx ter destacado que a função das “greves e coalizões” dos operários, tal como ocorreu entre os servos, durante o período medieval, seria “dar vida à nova classe dirigente”. No final, Marx não deixou de destacar a importância da crise do mundo do trabalho [the present labor-crisis] (a de 1853), para o movimento cartista na Inglaterra (ele chegou a reproduzir um discurso do líder cartista Ernest Jones).

Esse pequeno artigo de Marx, escrito num período histórico marcado pelo “febril industrialismo, marasmo moral e reação política”, não deixou de transmitir algumas idéias bastante interessantes (e apropriadas), para uma época cuja característica era a moderação e a conciliação das grandes *trade unions* (após a greve dos mecânicos especializados, em 1852, e os conflitos industriais dos operários têxteis, em 1853, o sindicalismo assumiu, nos próximos anos, uma atitude pacífica - com exceção dos operários do ofício da construção, que mantiveram, durante alguns anos, greves isoladas por melhores salários e pela jornada de trabalho de 9 horas.³⁸).

Nesse pequeno artigo, de 1853, é como se Marx quisesse dizer que, se os sindicatos *não* servissem para “manter viva a combatividade operária”, se elas adotassem uma política voltada para o repúdio das greves, e propagassem métodos de colaboração de classe, elas não estariam servindo para realizar um dos seus valores fundamentais, isto é, impedir que a classe operária se tornasse uma “masse desencorajada, irresoluta, desgastada e submissa”, ou ainda impedir que os operários se transformassem em meros “instrumentos de produção, patéticos, irreflexivos, mais ou menos bem nutridos.” Diante das tendências vigentes do movimento sindical, com a predominância de um “novo espírito” (e de um “novo modelo”), as observações de Marx devem ter soado como um alerta, ainda tímido, contra as práticas sindicalistas, que tendiam, cada vez mais, a cooperar com os capitalistas, visando o reconhecimento institucional dos sindicatos.

Num outro artigo intitulado “Greves” (Strikes), de 17 de outubro de 1853, para o *New York Daily Tribune*, Marx tratou ainda da onda de greves operárias, que mantinha-se constante nos distritos industriais ingleses. Disse ele:

As greves constituirão por algum tempo um importante elemento da nossa situação industrial: só que elas começarão a mudar de caráter [to change their character], simultaneamente às alterações verificadas nas condições gerais do país [contemporary with the change that is now going on in the general condition of the country]³⁹.

Desse modo, Marx constatou que “o sol radiante da prosperidade comercial e industrial” estava sendo ofuscado por “previsões nebulosas”. Segundo ele, o período de prosperidade logo daria lugar a uma depressão comercial e industrial. Nesse caso, as greves “mudarão de caráter”.

O que significava isso para Marx? Primeiramente, após enumerar as greves que atingiam várias categorias operárias, em diversas localidades da Inglaterra (o mesmo que fizera no artigo anterior), Marx colocou como motivação causal delas, a pretensão dos operários em “participarem” da riqueza

37. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.173 (MEGA, I, 12, p.206)

38. Sidney e Beatrice WEBB, *The History of Trade Unionism*, p.226

39. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.344 (MEGA, I, 12, p.348)

geral do país. Eram greves por melhores salários, tinham um sentido claramente *defensivo*. Apesar disso, a intransigência e o reacionarismo da burguesia industrial era flagrantes:

Quando os operários pedem qualquer coisa além dos "gêneros de primeira necessidade", quando pretendem "participar" nos lucros criados pelo seu próprio trabalho ["to share" in the profits resulting from their own industry], então são logo acusados de tendências *comunistas*.⁴⁰

No período de prosperidade econômica pós-1850, Marx ressaltou que havia aumentado a procura pela força de trabalho dos operários. Diante do otimismo da burguesia e da sua imprensa, que fazia louvores ao livre-comércio, os operários queriam recuperar o valor dos salários. Disse Marx:

Os operários, naturalmente, exigirão a sua parte [demanded their share] daquela tão decantada prosperidade, mas os patrões se oporão a isso com força.⁴¹

Então, Marx destacou a importância da iniciativa operária: os operários, segundo ele, não deviam ficar esperando que a "lei eterna da oferta e procura" recompusesse o valor dos seus salários durante os períodos de prosperidade econômica. Sem a iniciativa dos operários, expressa por meio de *greves*, os industriais não concederiam, de livre e espontânea vontade, a parte relativa aos operários nas épocas de grandes lucros:

Então, não têm as greves demonstrado que os operários têm preferido *verificar a seu modo* [the workmen preferred applying a mode of their own of testing], a relação entre demanda e oferta, em vez de confiar nas garantias interessadas das entidades patronais?

E destacou:

Em algumas circunstâncias, não existe outro modo para os operários verificarem [no other means of ascertaining] se ele [o salário] é pago mais ou menos segundo o valor real de mercado, a não ser fazendo greve ou ameaçar fazê-la (o grifo é nosso).⁴²

A experiência histórica dos movimentos de greve, das iniciativas operárias por aumentos (ou contra a redução) dos salários, ocorridas na Inglaterra, principalmente durante o período de 1852-1853, servira para demonstrar a Marx que a mercadoria-força de trabalho, não é apenas uma mercadoria como outra qualquer. Desse modo, Marx não deixou de reconhecer, mais do que nunca, a importância fundamental das greves (e coalizões operárias), para a determinação dos salários, isto é, para a expansão do *componente histórico-moral* dos salários (expressão utilizada por Marx em *Salário, Preço e Lucro*, de 1865).

Para finalizar, Marx fez algumas considerações sobre os *limites estruturais* das greves de operários, durante uma época de virtual depressão econômica. Na verdade, ele estava pondo os limites das lutas operárias, que se circunscreviam apenas à obtenção de melhores salários, ou seja, às lutas puramente econômicas, prática comum (e geral) dos sindicatos. Afirmou Marx:

Sem dúvida, a onda grevista continuará, não obstante a depressão e continuará reivindicando aumento de salários, pois que, ao argumento dos industriais que dizem não poder conceber

40. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.345 (MEGA, I, 12, p.349)

41. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.345

42. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.346 (MEGA, I, 12, p.350)

aumento de salários, os operários responderão que os gêneros alimentícios estão mais caros; os dois argumentos têm o mesmo peso [both arguments being equally powerful].⁴³

Eis, portanto, os limites da luta por salários durante os períodos de depressão industrial - a lógica do capital seria posta em toda a sua efetividade. Os operários sentiriam, de forma plena, a sua condição de "escravos assalariados", submissos, enquanto permanecerem no interior do discurso por melhores salários, às leis de acumulação do capital.

Marx não acreditava que, em épocas de depressão, as greves tivessem alguma eficácia em obter resultados econômicos imediatos. Durante esse período, era muito comum os capitalistas utilizarem o recurso da *redução de salários*. Entretanto, as greves contra as reduções salariais não teriam, segundo Marx, "nenhuma possibilidade de êxito" (the work-people will soon get the worst of it, and have to struggle - very unsuccessfully - against *reduction*).⁴⁴ Portanto, o ponto de vista do *Manifesto Comunista*, de 1848, foi mantido por ele - naquela época, como já destacamos, Marx concebia que, durante os períodos de crise, "o verdadeiro resultado dessas lutas [dos sindicatos], não é o êxito imediato"⁴⁵).

Desse modo, para Marx, as greves (e coalizões operárias) de nada serviriam, nos momentos de depressão industrial, enquanto permanecessem nos estreitos limites das lutas meramente econômicas. Inclusive, durante as épocas de crise, os sindicatos poderiam ser obrigados, como afirmaria Marx, mais tarde, em *Salário, Preço e Lucro*, a negociar com os capitalistas a própria diminuição dos salários dos operários, para impedir o pior: a demissão em massa.⁴⁶ Ficando no interior da lógica do capital, a posição dos operários e a de suas organizações sindicais, só poderiam ser, portanto, defensivas.

Nesse caso, o valor das greves (e dos sindicatos), durante os períodos de depressão industrial, estaria nos seus *resultados políticos (e morais)*. As greves (e seus fracassos econômicos imediatos) serviriam como uma "dura lição" aos operários. A partir daí, as organizações sindicais dos trabalhadores adquiririam, segundo Marx, um *novo caráter*: elas passariam a ser úteis enquanto instrumentos políticos. Disse ele:

Mas, neste ponto, a sua ação se transferirá, de imediato, para o terreno político, e as novas organizações sindicais, nascidas no curso das greves [the new organization of trades, gained in the strikes], serão de uma imensa utilidade para os operários.⁴⁷

Marx estava se referindo às coalizões operárias, oriundas das lutas de categorias proletárias, que não tinham ainda seus sindicatos permanentes. Era muito comum, naquela época, a formação de organizações operárias temporárias, como comitê de greves. No entanto, logo que passasse o conflito, elas tendiam a se dissolver (apenas as categorias de operários mais qualificados, os artífices

43. Ibidem, p.347 (MEGA, I, 12, p.351)

44. Karl MARX, MEGA, I, 12, p.351)

45. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*

46. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, p.76

47. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XII, 1853-1854, p.347 (MEGA, I, 12, p.351)

especializados, e a partir de 1852 algumas categorias de operários têxteis, possuíam, com a criação das *Amalgamated*, uma organização permanente e financeiramente estruturada).

Num outro artigo, intitulado "Miséria industrial" (*Industrial Distress*), de 16 de dezembro de 1853, publicado no mesmo jornal, Marx voltou novamente a ressaltar os limites do sindicalismo durante os períodos de crise econômica. Embora ele sempre destacasse que durante os períodos de depressão industrial as lutas dos sindicatos não teriam nenhuma possibilidade de êxito econômico imediato, isso não significava, para ele, que os operários devessem se submeter, inexoravelmente, ao curso das coisas, à própria lógica do capital. Marx tinha consciência de que as greves tenderiam a surgir, naturalmente. No entanto, essas greves não deveriam ser julgadas pelas "aparentes insuficiências de seus resultados econômicos". Disse ele:

Tenho repetidamente afirmado que as greves dos operários [*the turn-outs of the men*], iniciadas demasiado tarde, quando as possibilidades favoráveis suscitadas por uma prosperidade excepcional já estão desaparecendo, não poderiam ter sucesso, do ponto de vista econômico, pelo menos para aqueles que consideram os seus fins imediatos [*could not prove successful in an economical point of view, or as far as their immediate end was concerned*].⁴⁸

Logo a seguir, como que voltando a repetir, destacou o *valor político e moral* das greves e coalizões operárias em épocas de crise:

Mas [as greves] cumprirão sua função. Terão transformado [*revolutionized*] o proletariado industrial, e a consequência política disso, estimulado pelo alto custo dos gêneros alimentícios e pelo baixo custo do trabalho, será evidente no devido tempo.

E finalizou, destacando qual seria a consequência política dessas greves operárias:

Já a idéia de um Parlamento do Trabalho [*a Parliament of Labor*], que, de fato, não é senão um chamado aos operários para se agruparem, de novo, sob a bandeira do cartismo, desperta e atemoriza a imprensa burguesa.⁴⁹

Notemos a importância dada por Marx à agitação operária em época de crise, particularmente, pelas suas consequências políticas. A lembrança da experiência do cartismo é crucial e a idéia de um Parlamento do Trabalho acalentou em Marx a esperança do ressurgimento cartista, em 1853.

Assim, em períodos de estagnação industrial e comercial, as greves (e coalizões operárias) só teriam, de fato, uma função para Marx: "transformar" o proletariado industrial, ou seja, conduzi-lo para a agitação política (e revolucionária). Ele tinha em mente um padrão vigente no movimento operário inglês pré-1848 - como vimos, é como se houvesse uma alternância entre prática trade unionista seguida, durante os momentos de crise, por agitação política (o fracasso do movimento político dos "sindicatos gerais" de 1830-1834 levou, nos anos seguintes, a um período de forte atividade trade unionista que, diante da profunda depressão industrial, foi abandonada pelos operários nos anos seguintes. Os operários se concentraram na agitação política do cartismo, de 1837-1842). Entretanto, esse padrão do movimento operário pré-1848 não se repetiria tão facilmente, nas mesmas proporções, na virada da última metade do século XIX.

48. Karl MARX, Friedrich ENGELS, Opere, XII, 1853-1854, p.358 (MEGA, I, 12, p.547)

49. Ibidem, p.542 (MEGA, I, 12, p.547)

Nesses artigos, Marx expressou, pela primeira vez, os elementos fundamentais para uma crítica do sindicalismo, procurando efetuar uma mediação entre o *valor* dessas organizações operárias e seus *limites* enquanto instrumento de luta meramente econômica. Nos próximos anos, nas décadas de 1860 e 1870, a degradação da prática dos sindicatos fará com que Marx seja mais incisivo na sua crítica do sindicalismo, denunciando seus limites e o fetichismo de sua forma de organização (a *forma-sindicato*).

4.8. O Parlamento do Trabalho

Em 1853, Marx pôs esperanças na idéia cartista de um *Parlamento do Trabalho*. Ela foi uma tentativa de reeditar a agitação política operária num período de crise. No entanto, frustrando as expectativas de Marx e Engels, a crise que ocorreu por volta de 1855 não foi uma crise geral, mas apenas uma crise parcial.

No ano de 1853, como vimos, as greves de massa do proletariado industrial inglês tomaram um forte impulso. Um grupo de cartistas, liderados por Ernest Jones, propôs a criação de um amplo “movimento de massa” da classe operária, da qual fizessem parte tanto os operários dos sindicatos quanto os operários não organizados, que eram a grande maioria. O objetivo principal desse movimento devia ser *coordenar as greves nas várias regiões do país*. A direção desse “movimento de massa” deveria ser tirada de um Parlamento do Trabalho, que se reuniria periodicamente e seria composto por delegados eleitos no curso das assembléias de operários dos sindicatos e de operários não-organizados.

De 6 de março a 18 de março de 1854, o Parlamento do Trabalho (The Labour Parliament) reuniu-se em Manchester. Foi discutido e aprovado um programa do “movimento de massa” e se tirou uma executiva de cinco membros. Marx foi convidado como delegado de honra (tal como seria convidado, mais tarde, em 1864, para participar da Associação Internacional dos Trabalhadores). Marx não pôde comparecer, mas enviou uma carta, que foi publicada no jornal cartista *People's Paper*, de 18 de março de 1854. Nessa carta, Marx destacou que

a simples reunião deste Parlamento marca uma nova época na história do mundo. A notícia deste grande fato suscitará as esperanças das classes trabalhadoras da Europa e da América.

Mais adiante, ele salientou que a classe operária da Grã-Bretanha era, antes de quaisquer outras, competente (*competent*), e seria chamada (*called for*) para liderar o grande movimento que resultaria, finalmente, na emancipação absoluta do trabalho (*the absolute emancipation of Labour*):

Para isso, ela tem consciência muito clara de sua posição [*the conscious clearness of their position*], a vasta superioridade de seu número, as lutas desastrosas de seu passado [*the disastrous struggles of their past*], e a força moral de seu presente [*the moral strength of their present*].⁵⁰

Finalizando, Marx declarou que

a classe operária [*labouring classes*] tem conquistado a natureza e deverá logo mais conquistar os homens [*they have now to conquer men*].⁵¹

50. Karl MARX, MEGA, I, 13, p.107

Destacou que, tal intento somente ocorreria se a classe operária procurasse organizar a sua força comum (*their common strenght*), o que significava a criação de uma organização das classes trabalhadoras em nível nacional (*organization of the labouring classes on a national scale*). Tal seria o objetivo da criação do Parlamento do Trabalho. (Marx devia ter em mente algo similar ao movimento cartista do período de 1837-1842).

De certo modo, Marx atribuiu uma grande importância à convocação do Parlamento do Trabalho, porque via nesse fato uma tentativa de tirar o movimento operário inglês das lutas isoladas, tão-somente de caráter econômico, dando-lhes uma centralização, em âmbito nacional, transformando, desse modo, seu conteúdo, ou seja, dando-lhes um caráter de luta política (com um programa político), tal como ocorreu nas tentativas do cartismo revolucionário. O Parlamento do Trabalho poderia ser, portanto, o “ponto de apoio”, onde se poderia pôr a “alavanca” para transformar o mundo capitalista.

Para Marx, o Parlamento do Trabalho unificava as classes trabalhadoras da Inglaterra, dando-lhes aquilo que foi a própria alma do cartismo: a identidade de *classe*, isto é, unificava a luta dos trabalhadores mais qualificados das fábricas, organizados em sindicatos, com a luta dos trabalhadores não organizados, e de baixa qualificação, dos centros industriais (envolvendo, inclusive, os artesãos pobres semi proletarizados). Seria, de fato, um parlamento do mundo do trabalho.

Entretanto, a tentativa de criar um “ movimento de massa ” fracassou, porque a maior parte dos dirigentes dos sindicatos, já imbuídos do “ novo espírito ”, avessos à agitação política, era hostil em aceitar o confronto com os capitalistas, e muito menos apoiava a idéia de fundação de uma organização unitária de massa da classe operária (o que veio a constituir-se em “ aristocracia operária ” tinha, de fato, uma série de preconceitos com os segmentos de baixa qualificação da classe operária, considerados “ menos respeitáveis ”.⁵²).

O refluxo das greves no verão de 1854 exerceu um efeito negativo sobre a participação de amplas massas no movimento. A partir de 1854, o Parlamento do Trabalho não se reuniu mais.⁵³

51. MEGA, I, 13, p.108

52. Eric HOBSEBAWM, *Mundos do Trabalho*, p.360

53. No final de sua carta para o *The People's Paper*, Marx disse: “ Se o Parlamento do Trabalho tomar verdadeira a idéia pela qual ele está sendo criado, no futuro, os historiadores terão que recordar que, em 1854, existiram dois Parlamentos na Inglaterra, um Parlamento em Londres, e um Parlamento em Manchester - um Parlamento dos ricos e um Parlamento dos pobres. Mas terão que dizer, outrossim, que os trabalhadores tiveram assento apenas no Parlamento dos trabalhadores, e não no Parlamento dos capitalistas.” (MEGA, I, 13, p.108) Ironia da história ou não, é bastante curioso o silêncio de historiadores do movimento operário inglês sobre a tentativa de experiência do Parlamento do Trabalho, em Manchester em 1854. Mesmo nos *Select Documents -1789-1875*, organizados por G.D.H. Cole e A.W. Filson, sobre o movimento operário britânico, não existe nenhuma fonte documental sobre essa tentativa de organização política da classe operária inglesa na década de 1850 (na MEGA, podemos encontrar o texto do Programa do Parlamento do Trabalho, publicado no *The People's Paper*, em 1 de abril de 1854).

Marx, a Associação Internacional dos Trabalhadores e a Crítica do Sindicalismo

Após o fracasso das greves operárias de massa, em 1853, o pacifismo e a moderação caracterizaram a política dos grandes sindicatos. O período de 1854-1861 foi marcado pela consolidação de alguns deles. Foi o caso da A.S.E - Amalgamated Society of Engineers - que, após uma fracassada greve em 1851, conseguiu, dez anos depois, dobrar o número de associados e acumular recursos financeiros sem precedentes no mundo dos sindicatos (cerca de 73.398 libras). A National Society of Ironfounders and Stonemasons cresceu na mesma proporção.

Além disso, durante esse período (1854-1861), ocorreu a consolidação do sindicalismo entre os operários têxteis, do norte da Inglaterra. Como destacamos, eles conseguiram estabelecer um acordo coletivo de tabela de preços de *salários por peça*, que preservou a “paz industrial”.¹

Outrossim, ocorreu a aproximação entre setores da burguesia radical e camadas “aristocráticas” da classe operária, implodindo o cartismo revolucionário (foi nessas circunstâncias, que Engels escreveu para Marx sobre a existência de um “proletariado burguês” na Inglaterra).

Em 1858, ocorreu uma depressão industrial e comercial (que duraria até 1861), que propiciou a ocorrência de inúmeros conflitos entre capitalistas e operários, em alguns ramos da indústria inglesa. O mais importante conflito operário que ocorreu durante essa crise foi a *greve dos operários da construção*, em Londres, de 1859-1860 (em *O Capital*, Marx fez referência à “grande greve dos trabalhadores em construção, em Londres, em 1860-1861, para reduzir o dia de trabalho a 9 horas.”).

A greve dos operários da construção originou-se do movimento pela redução da jornada de trabalho - *The Nine Hours Day* (a jornada de 9 horas). O ofício dos trabalhadores em construção foi um dos poucos que mantiveram, no período pós-1853, uma prática de greves em várias indústrias separadas, conseguindo arrancar aumentos de salários. A sua luta pela jornada de 9 horas vinha desde 1846, com os pedreiros de Liverpool. Em 1853, ela tinha sido novamente posta em evidência, pelos pedreiros de Londres.

O clamor pelas *Nine Hours Day* persistiu mais tarde em 1857, quando os carpinteiros da capital inglesa levantaram, de novo, a reivindicação. No outono de 1858 formou-se em Londres, o *Joint Comitee of Carpenters, Masons and Bricklayers*, que deu orientação para os operários da indústria de construção só acertarem os próximos contratos de trabalho com os capitalistas se neles constassem a jornada de 9 horas. Os capitalistas, mantendo uma postura de intransigência, decidiram destruir e

1. Sidney e Beatrice WEBB, *The History of Trade Union*, p.226

poder das combinations operárias. Passaram a adotar o temido *document*, muito utilizado pelo patronato inglês para esvaziar movimentos trade unionistas.

A *Central Association of Master Builders*, a organização patronal de Londres, resolveu orientar cada membro associado a não aceitar operários que tivessem vínculos ou contribuíssem para os fundos de qualquer trade union. O que eles realmente fizeram foi uma declaração de guerra ao mundo dos sindicatos.

Esse fato teve um grande impacto entre os sindicatos ingleses de outros ofícios. Muitas chegaram a contribuir para o fundo de greve dos operários da construção, em Londres. A mais poderosa trade union da época, a A.S.E, chegou a doar cerca de 3.000 libras para o fundo de greve. Com notável apoio financeiro de outros sindicatos, os operários da construção conseguiram, depois de uma prolongada greve, chegar a um acordo favorável, embora não tenham obtido a redução da jornada de trabalho².

Mas o resultado mais importante surgido da greve dos operários da construção, em Londres, foi fazer reviver o sentimento de solidariedade entre as diferentes trade unions e contribuir para o nascimento de duas importantes organizações operárias: a *Amalgamated Society of Carpenters*, a mais notável adoção, por outro ofício, do "novo modelo", introduzido pelos fundadores da A.S.E. (em 1851), e o *London Trade Council*, um conselho sindical da capital inglesa, que coordenava o movimento dos sindicatos em Londres (os trade council já existiam desde 1860 em Glasgow, Sheffield, Liverpool e Edimburgh - o de Londres foi fundado em 1861).³

No início da década de 1860, um pequeno grupo de líderes sindicais, em Londres, passou a dominar o cenário do movimento operário. O grupo (denominado posteriormente como sendo a Junta) era composto pelos secretários-gerais dos mais influentes sindicatos da capital inglesa: William Allan, da A.S.E; Robert Applegarth, da A.S.C; Daniel Guile, da tradicional e importante *National Society of Ironfounders*; Edwin Coulson, da *London Order of Bricklayers*, e George Odger, sapateiro, presidente do *London Trades Council*, o conselho sindical de Londres, e um líder influente do radicalismo operário em Londres.⁴ A partir de 1864, o conselho sindical de Londres foi hegemonizado pela Junta.⁵

2. Um dos líderes destacados da greve dos trabalhadores em construção, de Londres, foi George Potter, membro de uma pequena *carpenters' society* da capital inglesa. Potter tornar-se-ia um dos principais adversários políticos da denominada Junta, um grupo de influentes líderes operários que controlariam o *London Trade Council*, o conselho sindical de Londres, na década de 1860. Potter denunciou a política moderada de conciliação dos líderes da *Amalgamated Societies* e incitou greves que a Junta considerou inoportuna ou provocativas. O *London Trade Council* denunciou Potter como um "mercador de greves" (*strike-monger*). Potter, tinha grande popularidade e foi editor de um dos mais conhecidos jornais da classe operária da época, *The Beehive*, fundado em 1861 como um órgão do sindicalismo militante. Em 1866, Potter juntou-se com Robert Hartwell, um velho cartista, para fundar, juntamente com outros líderes sindicais de Londres, a *London Working Men's Association*, um órgão político, rival da *London Trades Council*. Foi Potter que, em 1867, convocou a famosa *Trades Union Conference*, precursor imediato do *Trade Union Congress (T.U.C)*. (G.D.H. COLE, *A Short History of the British Working Class Movement, 1789-1947*, pp.187-188)

3. Sidney e Beatrice WEBB, *op.cit.*, p.242

4. A respeito da tradição radical dos operários sapateiros, ver Eric HOBBSAWM, "Sapateiros Politizados" in *Mundos do*

5.1. O nascimento da AIT

Nos primórdios da década de 1860, uma série de fatores contribuiu para a participação dos líderes sindicais em atividades políticas. O início da década foi de grandes perspectivas para o movimento sindical: primeiro, como vimos, ocorreu a importante greve dos operários da construção, em Londres, que demonstrou não apenas a *solidariedade* entre os sindicatos, mas a existência de aliados de reputação entre a classe média radical inglesa. Em particular, os sindicatos tiveram o apoio dos socialistas cristãos, cujas maiores expressões eram os advogados J.M. Ludlow e Thomas Hughes, e os positivistas, como o professor da University College de Londres, E.S. Beesley, e outro advogado chamado Frederic Harrison. Eram personalidades simpatizantes da causa dos sindicatos, que mostraram, aos líderes operários, principalmente Applegarth e Odger, membros do London Trade Council, a importância das articulações políticas dos operários organizados.⁶

A política de grande parte dos líderes operários, principalmente os que estavam sob a influência do London Trade Council, caracterizou-se, durante esses anos, pela combinação de extrema cautela (e moderação) com respeito a questões industriais, e enérgica agitação por reformas políticas, visando obter, além de direitos políticos para os operários organizados, um status legal para os sindicatos, e superar a impressão deixada pelos acontecimentos conhecidos como Sheffield Outrages, um fato constrangedor para os sindicalistas, que temiam ser vistos pela opinião pública inglesa como baderneiros e vândalos (em outubro de 1866, a fábrica de um capitalista, que não tinha bom relacionamento com os sindicatos locais, foi destruída por explosões, em Sheffield. Os jornais logo atribuíram o crime aos sindicalistas.⁷)

Além disso, nessa época, os líderes sindicais, cuja expressão mais politizada era George Odger, dirigente da London Trade Council, suscitaram o interesse dos operários de Londres por causas internacionalistas, tais como, o Risorgimento italiano (vários líderes sindicais fizeram parte do comitê de recepção de Garibaldi, quando ele visitou Londres em 1864), e a causa nortista durante a Guerra Civil Americana (Marx ficou impressionado com o "comício-monstro", organizado pelos sindicalistas ingleses em março de 1863, do qual ele, excepcionalmente, participou.⁸).

A década de 1860 foi caracterizada não apenas pelo renascimento do movimento operário inglês. No continente europeu ocorreu um ressurgir de iniciativas operárias. Na França, Napoleão III começou a relaxar as leis anti-sindicais. Nessa época, em 1864, ocorreu a votação da Lei Ollivier, que embora limitada reconhecia o direito de coalizão dos operários (Napoleão III esperava usar os operários como contrapeso contra a crescente oposição liberal). Na Europa Central, Lassale tinha,

Trabalho.

5. O casal WEBB observou que, pela primeira vez, o movimento operário estava sob a direção não de simpatizantes das classes altas e médias, como Place, Owen, Roberts, O'Connors ou Duncombe, mas de genuínos operários especialmente treinados para exercer essa posição (Sidney e Beatrice WEBB, *op.cit.*, p.239). Entretanto, o curioso é que esses "genuínos operários", a que se referiu o casal de historiadores ingleses, nunca se preocuparam em desenvolver uma prática voltada para a consciência de classe, mas ficaram sob a influência da política liberal.

6. Henry PELLING, *A History of British Trade Unionism*, p.55

7. Henry PELLING, *op.cit.*, p.58

8. D. Riazanov, *Marx, Engels e a História do Movimento Operário*, p.124

segundo Marx, numa carta a Schweitzer, “despertado o movimento operário na Alemanha depois de um sono de quinze anos.”⁹

Além disso, os laços entre operários franceses e ingleses tinham se estreitado. Cada um esperava contribuir para o fundo de greve do outro. Uma delegação de operários franceses já tinha visitado Londres, durante a Exposição Mundial de 1862 (os delegados franceses estudaram e discutiram o exemplo dos sindicatos ingleses, eficazes e poderosos, em impor garantias mínimas de controle do trabalho e obter os salários mais elevados da Europa.¹⁰). Outrossim, operários franceses tinham participado, em julho de 1863, do comício sobre a insurreição polonesa, uma das causas internacionalistas, defendida pelos líderes dos sindicatos.

Foi no comício sobre a Polónia que George Odger, secretário do London Trade Council, foi incumbido, pelos demais líderes dos sindicatos de Londres, de redigir uma mensagem “aos operários da França e aos trabalhadores da Inglaterra.” A mensagem propunha a fundação de uma Associação Internacional para promover a paz e fomentar os interesses comuns das classes operárias de todos os países. Os franceses redigiram uma resposta. Enfim, foi marcado um encontro, no St. Martin’s Hall, para o dia 28 de setembro de 1864, para serem trocadas mensagens. Foi durante esse encontro que foi fundada a Internacional Working-Men’s Association - Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT).

A Internacional, como veio a ser conhecida, iniciou-se com a participação dos sindicatos ingleses, as trade unions, e sindicatos operários franceses, e de alguns exilados de outras partes da Europa, como Marx, que viviam em Londres. Foi um momento de confluência das mais ativas forças do movimento operário europeu que se encontravam em Londres. De fato, ela começou como um movimento de sindicatos operários, como expressão da solidariedade dos operários organizados da França e Inglaterra.¹¹

Apesar de ter sido iniciada como um movimento de sindicatos operários, desde o início, Marx defendeu o caráter *político* da AIT, negando que ela tivesse, mesmo em seus primórdios, um caráter trade unionista. Por exemplo, em 1872, Marx criticou uma observação feita pelo político conservador B. Cochrane, de que a AIT tinha sido fundada sobre princípios sindicais, ou seja, não tinha nenhum caráter político. Disse ele:

Pois bem, o Preâmbulo e os Estatutos Gerais originários não só têm um caráter marcadamente político, além de que as tendências políticas da Associação se expõem detalhadamente no Manifesto Inaugural publicado em 1864 juntamente com os Estatutos.¹²

No Preâmbulo e nos Estatutos gerais originários da Internacional, como salientou Marx, estavam expressos, de forma muito clara, que sua meta era a *emancipação econômica das classes trabalhadoras*, “a qual deve subordinar-se como meio, todo movimento político”.

9. Extraído de David McLELLAN, *Karl Marx - Vida e Pensamento*, p.385

10. Lucien RIOUX, *O Sindicalismo - Ontem e Hoje*, p.41

11. G.D.H COLE, *História del Pensamiento Socialista*, p.90

12. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.260

A Internacional sempre procurou apoiar as lutas econômicas dos sindicatos e incentivou-os a filiare-se a ela, como uma forma de superarem seus limites, diante do poder dos capitalistas (e fazê-los participar do movimento pela emancipação econômica da classe trabalhadora).

Uma rápida análise da importância da Internacional para Marx seria interessante, tendo em vista que, a partir dela poderemos inferir alguns elementos pressupostos na posição marxiana sobre os limites radicais do sindicalismo. De certa forma, ao ressaltar o valor da AIT, Marx estava denunciando os limites dos sindicalismo (e da *forma-sindicato*).

5.2. O valor da AIT

Qual o valor da Internacional para Marx? De início, ele considerava a AIT um *produto do movimento espontâneo da sociedade moderna*. Ela não tinha sido a mera criação de “pensadores individuais isolados”, mas sim obra dos próprios operários (o próprio fato de ser uma criação dos próprios operários tinha muita relevância para Marx). Disse ele:

O novo na Internacional era que havia sido fundada pelos próprios operários e para os operários. As demais organizações diferentes da Internacional haviam sido fundadas por elementos radicais das classes dominantes para as classes trabalhadoras; a Internacional, pelo contrário, havia sido fundada pelos trabalhadores e para eles mesmos.¹³

Essas observações foram feitas por Marx durante as comemorações do 7º aniversário da AIT.

Marx destacou que a Internacional era diferente do cartismo, que “havia nascido com o assentimento e a ajuda dos radicais burgueses”. Nesse aspecto, ela tinha algo em comum, de certa forma, com os sindicatos: eram organizações nascidas da *espontaneidade da luta da classe operária* (Marx tinha já observado que os sindicatos tinham nascido das tentativas espontâneas dos operários de eliminarem a concorrência entre si, para lutarem contra as usurpações do capital).

Além disso, Marx considerava a AIT como a antítese das *seitas*, que caracterizavam, segundo ele, as primeiras fases da luta do proletariado contra a burguesia. As *seitas* eram vistas, por ele, como o produto de “pensadores isolados”, que ofereciam “uma solução fantástica” às contradições sociais, “que a massa trabalhadora tem apenas de adotar, difundir e levar à prática”.

Outra característica das *seitas*, dada por Marx, era a sua indiferença “a toda atividade real da classe operária”, ou seja, “à política, às greves, à ação sindical, em suma, a todo movimento coletivo”. Entre as *seitas*, Marx colocou os sansimonianos, foueristas, icarianos na França, os owenistas na Inglaterra, os lassalianos na Alemanha (é curioso que, no texto intitulado “As supostas cisões da Internacional”, de janeiro-março de 1872, Marx não tenha posto os proudhonianos como uma *seita*). Disse ele:

Em uma palavra, as *seitas* representam a infância do movimento proletário, como a astrologia e a alquimia correspondiam à infância da ciência. Para que a fundação da Internacional chegasse a ser uma possibilidade, o proletariado necessitava superar essa fase de desenvolvimento.¹⁴

13. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.137

14. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.239

Numa carta a Schweitzer, de 13 de outubro de 1868, Marx chegou a caracterizar, de forma muito clara, o que considerava como uma *seita*, nesse caso, fazendo referência não apenas a Lassale, mas a Proudhon:

E toda *seita* é, com efeito, religiosa. Ele [Lassale] negou, precisamente por ser um fundador de *seita*, todo nexó natural com o movimento passado da Alemanha e do exterior. Caiu no erro de Proudhon, de não buscar a base real de sua própria agitação em *elementos concretos do movimento das classes*, mas sim em prescrever a esse movimento seu curso baseado em certa receita doutrinária.

Mais adiante destacou:

A *seita* busca a sua razão de ser e seu ponto de honra não no que tem em comum com o movimento da classe, mas sim com o sinal de reconhecimento especial que a distingue desse movimento.¹⁵ (os grifos são nossos).

Assim, em contraposição às *seitas*, Marx pôs o “verdadeiro movimento operário”, o “movimento real”, o “movimento histórico independente”, representado, no caso da Inglaterra, pelo cartismo e pelos sindicatos, ou seja, movimentos coletivos do proletariado, que expressavam a atividade real da classe operária - “a política, as greves, a ação sindical”.

No entanto, não podemos deixar de reconhecer que as *seitas* não foram superadas, de fato, quando surgiu a AIT. O próprio Marx comprovaria isso, quando afirmou, numa carta a Bolte, que

a história da Internacional tem sido uma luta contínua do Conselho Geral contra as *seitas* e os experimentos diletantistas, que tratavam de prevalecer sobre o movimento real da classe operária no interior da mesma Internacional. Essa luta ocorreu nos Congressos [da AIT], entretanto mais ainda nas negociações privadas do Conselho Geral com as distintas seções.¹⁶

Nessa contraposição entre *seitas* e *verdadeiro movimento operário*, estava implícito, de certa forma, a primazia da iniciativa histórica independente da classe operária, a *Selbsttätigkeit* presente, como um dos elementos fundamentais do pensamento de Marx (e Engels).

O “movimento real” da classe operária é seu movimento coletivo, autônomo (e espontâneo), no interior da sociedade capitalista, cindida pelo antagonismo de classes. A própria AIT foi *não* a criação de uma *seita* ou teoria, mas

o produto natural do movimento proletário, que tem por sua vez origem nas *tendências normais e irresistíveis* da sociedade moderna.¹⁷

Mais tarde, em 1872, Engels diria:

Para acabar com a Internacional, teríamos que destruir o terreno no qual ela brotou, *livre e espontaneamente*, quer dizer, a sociedade moderna.¹⁸

15. Karl MARX, Friedrich ENGELS, Opere, XLIII, p.618

16. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional, p.614

17. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.35

18. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.258

Assim, Marx e Engels concebiam que a AIT nasceu das “tendências normais e irresistíveis”, de “forma livre e espontânea”, da sociedade capitalista, com seus antagonismos de classes. Numa entrevista dada em 1878, Marx afirmou:

As classes operárias tem se movido espontaneamente, sem saber aonde lhes levaria o movimento. Os socialistas não inventaram nenhum movimento, mas sim explicam aos trabalhadores suas características e seus fins.¹⁹

Era essa a função dos socialistas - não inventar movimentos, mas explicar aos operários os “fins” de seu próprio movimento, nascido dos processos objetivos (e irresistíveis) da sociedade capitalista. Os fins do “movimento real da classe operária” eram, segundo Marx, a “ditadura do proletariado”, a “emancipação dos trabalhadores”.²⁰

A perspectiva revolucionária, portanto, segundo Marx, estava pressuposta no próprio movimento independente do proletariado, no seu “movimento real”. Quanto à AIT, ela era, segundo Marx,

a organização real e militante do proletariado em todos os países, unida em sua luta contra os capitalistas, os latifundiários e seu poder de classe organizado como Estado.²¹

Portanto, para Marx, o mérito da Internacional estava em ser, diferentemente das *seitas*, uma organização que segue a marcha do movimento operário e “admite toda classe de convicções socialistas sem distinções”, posto que o que interessa são as “características” e os “fins” do movimento real do proletariado.

Desse modo, tanto a AIT, como os sindicatos eram considerados por Marx *produtos naturais* do movimento real da classe operária; nasceram das “tendências normais e irresistíveis da sociedade moderna”, dos antagonismos de classe. Por isso, para ele, os sindicatos e a AIT, tinham algo em comum: estavam em contraposição às *seitas* (uma identificação, portanto, de caráter meramente *negativo*).

Mas, se esse era um ponto comum, posto por Marx, entre a Internacional e os sindicatos, existia, de fato, uma *diferença específica* (e essencial) entre eles : a Internacional era considerada por Marx como a *organização superior do proletariado*, tendo em vista que tinha um caráter *político*. Ela era o *meio* adequado para a consecução da meta final que a classe trabalhadora deveria atingir - a sua *emancipação econômica*. Apenas a sua forma política, de caráter revolucionário, lhe possibilitava enfrentar, com eficácia, os processos objetivos da sociedade capitalista, que debilitavam a condição operária. Desse modo, ao destacar a superioridade (e importância) da AIT, Marx pressupunha os limites estruturais da *forma-sindicato*, tanto no *conteúdo programático* como na *forma organizacional*.

19. Extraído de Lelio BASSO, *Socialismo y Revolucion*, p.255 (a entrevista foi dada ao *The Chicago Tribune*)

20. Numa carta a Engels, Marx observou que o seu mérito não foi descobrir a luta de classes, mas sim assinalar que ela levava à ditadura do proletariado (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Opere*, XXXIX, 1852-1853, p.537)

21. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.239

5.3. A política como *meio* de emancipação social

Para Marx, a ação política era tomada apenas como *meio*, instrumento de emancipação do proletariado, não como um fim em si mesmo (no início, percebemos a sua crítica dos movimentos operários que se mantinham na *forma da política*, tomada como fim em si). Para ele, o sufrágio universal, a participação dos operários no parlamento eram *apenas meios políticos* indispensáveis para a efetivação da *total emancipação* do trabalhadores assalariados, principalmente nas sociedades capitalistas mais avançadas. Embora fossem apenas um *meio*, não significava que não tivessem um valor efetivo.

O sentido político da AIT, que a distinguiu fundamentalmente dos sindicatos, estava não apenas em seu *conteúdo programático* (o fato de ela colocar como sua meta final a *emancipação econômica das classes trabalhadoras*), mas em *forma organizacional*, adequada para os seus próprios fins. Era a *forma de atuação* (e organização) que dava um caráter político à Internacional.

Segundo Marx, a *atividade política* (muito diferentemente da atividade sindical), é a atividade que unifica, generaliza, centraliza, concentra, articula os esforços da classe operária, em nível nacional (e internacional), visando submeter o poder dos capitalistas, e tendo como pressuposto um conteúdo programático de transformação revolucionária da produção social. Esse era o sentido instrumental de política dado por Marx.

Toda atividade da classe operária que não possuísse essa dimensão política estava irremediavelmente limitada, sem eficácia para transformar as próprias condições do trabalho assalariado, em alcançar a grande meta: a emancipação econômica da classe operária. Na medida em que os sindicatos não possuíam essa dimensão política, elas permaneciam vinculadas ao horizonte capitalista, tornavam-se presas da própria lógica do movimento do capital.

A tese de Marx, da política como unificação, generalização, concentração e articulação dos esforços mais diversos da classe operária, vinculado a um programa de transformação social, pressupunha a idéia de que, na medida em que o proletariado se unificasse, o sistema capitalista tenderia a ser subvertido (um dos pilares da forma social do capitalismo, vigente na época de Marx, era a exclusão do proletariado da sociedade e do Estado). A participação do proletariado na vida política tenderia, segundo ele, a implodir a ordem burguesa. Era essa a grande verdade da AIT : ser o instrumento de participação política do proletariado, no sentido mais amplo.

São inúmeras as passagens de documentos da Internacional, escritos por Marx, onde ele pôs a ênfase na tarefa política, isto é, unificar o proletariado em torno de um programa revolucionário (no *Manifesto Comunista* de 1848, Marx expressou a mesma idéia quando declarou: "Proletários de todo o mundo, uni-vos"). Entretanto, a experiência da AIT demonstrou ser a forma mais avançada da idéia política de Marx: a Internacional foi superior a todas as outras formas históricas de organização da classe operária, inclusive do cartismo, seu paralelo histórico mais próximo, vinculado à experiência do movimento operário inglês.

No artigo 1º dos Estatutos Gerais da AIT, escritos por Marx, foi expresso o objetivo da Internacional:

A presente Associação se cria com o fim de servir como *centro de relações e cooperação* entre as sociedades operárias existentes nos diversos países que perseguem o mesmo fim, a saber: a proteção, o progresso e a total emancipação da classe operária.²²

Mais adiante, afirmou:

Os membros da AIT se esforçam por todos os meios a seu alcance em *agrupar* as sociedades operárias dispersas de seus respectivos países, formando com eles corpos nacionais, representados por órgãos centrais de caráter nacional.²³

Numa instrução aos delegados do Conselho Geral Provisório sobre Algumas Questões, Marx tornou explícito o sentido político da AIT:

A meta [da Internacional] é *unificar e generalizar* com vistas a emancipação todos os esforços da classe operária dos diferentes países.

E logo adiante ressaltou:

É missão da AIT unificar e generalizar os *movimentos espontâneos* da classe operária, mas não ditar-lhes ou impor-lhes qualquer sistema doutrinário.²⁴ (os grifos são nossos)

Portanto, a idéia fundamental de Marx (e Engels), implícita nas passagens de documentos da Internacional, é a da *unificação e generalização* dos esforços da classe operária, princípios estratégicos fundamentais para Marx, forma adequada de um conteúdo programático revolucionário.

Num Chamamento do Conselho Geral da AIT às seções, sociedades afiliadas e a todos os operários, Marx voltou a destacar a importância da *ação unificada e generalizada de todos os operários* no interior de cada país (e entre todos os países). Ao falar da liberdade de organização que a classe operária francesa estava começando a usufruir, em fins da década de 1860, Marx disse que

talvez cheguem os operários a compreender logo que, é preciso dispor de uma poderosa organização, que *unifique* a todos os membros da comunidade operária.

Voltou a destacar, mais adiante, que, nos países capitalistas industriais mais avançados, como a Inglaterra e os EUA, é onde "é mais firme e coerente a organização da classe operária e a luta contra a burguesia."²⁵ (novamente está presente a idéia de que a organização, unificação e generalização das lutas das classes operárias, está mais presente nos países capitalistas mais avançados).

5.4. Ação política e ação sindical

Numa carta a Friedrich Bolte, em 23 de novembro de 1871, Marx fez interessantes observações sobre a *particularidade da ação política* (e da sua diferença, com relação à ação sindical). Marx ressaltou que o movimento político da classe operária se propõe, como meta final, naturalmente, a

22. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.140

23. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.141

24. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.19

25. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.521

conquista do poder político para a classe operária. O que implicaria, para ele, a formação de uma *organização prévia* (e desenvolvida) da classe trabalhadora, "*que surge de suas lutas econômicas*" (um *partido político*, por exemplo).

Marx passou, então, a caracterizar a natureza do movimento político da classe operária. Primeiramente, é um movimento em que a classe operária enfrenta as classes dominantes como *classe*, e que exerce um poder de coação exterior, desde fora, sobre as classes dominantes. Na correspondência a Bolte, Marx exemplificou a natureza do movimento político, diverso de um movimento propriamente econômico:

Por exemplo, o empenho de conseguir de capitalistas isolados uma limitação da jornada de trabalho mediante greves, etc, em uma determinada fábrica ou inclusive num ramo de indústria, é um movimento puramente econômico; por outro lado, um movimento empenhado em impor uma *lei* sobre as oito horas, constitui um movimento político, isto é, um movimento de *classe* para fazer valer seus interesses debaixo de uma forma dotada de vigência geral, socialmente obrigatória.²⁶ (os grifos são de Marx).

O objeto primeiro da crítica de Marx era a prática dos sindicatos, exclusivistas e corporativas, cujos interesses não estavam debaixo de uma forma dotada de vigência geral, socialmente obrigatória, mas sim com um caráter puramente econômico, discriminando outros trabalhadores não qualificados, pouco organizados e malpagos.

Para Marx, o movimento das *trade unions* não era um movimento de *classe*, tendo em vista que não tinha a forma *política*, ou seja, tentar pôr na forma da lei, instrumento do poder estatal, algumas reivindicações operárias que satisfizessem à *totalidade* da classe dos trabalhadores assalariados, principalmente os menos organizados e malpagos.

5.5. Movimento social e ação política

Nos Acordos da Conferência de Delegados da AIT, celebrado em Londres, de 17 a 23 de setembro de 1871, quando a tensão entre as posições de Marx e de seus adversários políticos - não apenas bakuninistas, mas também sindicalistas ingleses - tinha chegado ao máximo, Marx conseguiu passar uma proposta sobre a *ação política da classe operária*.

Marx fez lembrar que, desde o Manifesto Inaugural da AIT, em 1864, havia o compromisso de que o grande dever da classe operária era conquistar o poder político. Por isso, destacou que a Internacional tinha, mais do que nunca, a tarefa de apoiar, em seus respectivos países, todos os movimentos políticos que conduziam à meta de emancipação econômica da classe operária.

Ele destacou a importância da constituição da classe operária em *partido político* (é importante salientar que, naquela época, os líderes operários dos sindicatos estavam a reboque do partido liberal e se recusavam a criar um partido operário independente). E fez uma interessante observação, que

26. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional, p.617

repõe, de certo modo, o valor das lutas econômicas (realizadas pelos sindicatos) ao mesmo tempo que pressupõe os seus limites ao pôr a necessidade da luta política contra os capitalistas:

A unificação das forças individuais, que até certo ponto tem sido criadas pela classe operária através de suas lutas econômicas, deve servir também de *plataforma* para sua luta contra o poder político de seus exploradores.

E mais adiante, finalizou, com destaque:

Na situação de luta da classe operária, seu *movimento econômico* e sua *ação política* se fazem inseparavelmente unidos.²⁷

Nas Resoluções do Congresso da AIT em Haya, de 2 a 7 de setembro de 1872, Marx e Engels conseguiram passar, com destaque, a mesma idéia:

A conjunção das forças da classe operária, já lograda mediante a luta econômica, deverá servir também, nas mãos da classe operária, como plataforma em sua luta contra o poder político de seus exploradores.²⁸

A intervenção de Marx não atingiu apenas os bakuninistas, principais adversários de Marx nos últimos dias da Internacional, mas envolvia, outrossim, os sindicalistas ingleses que negavam a correlação indissolúvel entre “luta econômica” e “ação política”, que não procuravam utilizar o movimento social da classe operária, expresso em diversas formas de luta e organização dos operários, como meio para desenvolver uma consciência de classe, como “plataforma” para a luta política *contra* o poder dos capitalistas, para a conquista do poder político - *meio* necessário para a emancipação econômica da classe trabalhadora.

Os principais líderes dos sindicatos de Londres (e do norte da Inglaterra) não desprezavam a luta política propriamente dita - tanto George Odger quanto Richard Applegarth, por exemplo, personalidades de destaque do London Trade Council, consideravam importante o envolvimento político da classe operária. Por exemplo, em 1862, Applegarth e seus amigos da Junta e do London Trades Council criaram a Trade Union Political Union, com programa de luta pelo sufrágio universal. No ano seguinte, esse órgão político seria denominado Manhood Suffrage and Vote by Ballot Association. Ele seria a base do que, em 1865, se tornaria a National Reform League. Eram órgãos políticos, apesar de terem apoio da classe média radical, tinham principalmente afiliações de membros dos sindicatos de todo o país. Não apenas em Londres surgiram órgãos políticos criados pelos líderes dos sindicatos, tendo como objetivo a luta pelo sufrágio universal. Por exemplo, no norte da Inglaterra, foi fundada, em 1861, a Leeds Working Men's Parliamentary Reform Association, que mais tarde, fundindo-se com outras Reform societies, deu origem, em 1864, à National Reform Union

Além disso, como destacamos, os líderes dos sindicatos de Londres tiveram um importante papel em apoiar causas internacionalistas. Eles motivaram os operários organizados a participarem de comícios públicos de apoio aos nortistas na Guerra Civil Americana, o Risorgimento Italiano, a Insurreição Polonesa. Por fim, foram eles que ajudaram a fundar, em 1864, a AIT.

27. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.129

28. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.312

Entretanto, a concepção de *política* dos líderes dos sindicatos não era a mesma concepção de Marx (e Engels). Diferentemente de Marx, eles não viam a política como *meio* de superar a ordem capitalista vigente. A participação política, o próprio sufrágio universal, tendia a significar para os líderes das *trade unions*, apenas um meio para obter um melhor status social e, no limite, poder para barganhar os interesses econômico-corporativos dos ofícios organizados. A luta política dos sindicais estava muito longe de pôr em questão o poder político das classes dominantes e seus partidos tradicionais - o Tory e o Whig. Ela visava apenas promover uma reforma parlamentar (e política), que propiciasse uma legalidade jurídica para os sindicatos no interior da ordem burguesa, além da obtenção de avanços da legislação trabalhista para os operários organizados. Odger e Applegarth, por exemplo, não tinham, a envergadura política de líderes operários da geração de 1830-1840, como John Doherty (ou mesmo Robert Owen), que procuravam propor, à sua maneira, uma alternativa à ordem capitalista.

Para Marx, a *política* tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição *moral* para a criação de um *partido político* da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a *total emancipação*. Esse era o sentido profundo das lutas econômicas, para Marx e Engels - elas serviriam para organizar os operários, dá-lhes a consciência de sua força, capaz de abolir o sistema de opressão capitalista.

Havia um vínculo intrínseco (e profundo) entre *lutas econômicas* e *lutas políticas*, sendo que a política seria o meio de criar as condições para a efetiva negação do salariedade (que enquanto existisse colocava como necessidade irremediável as próprias lutas econômicas dos operários). Os líderes das *trade unions* não tinham essa perspectiva - não lhes interessava constituir uma consciência de classe independente para os operários (o que significava a criação de um partido dos trabalhadores, distinto dos partidos políticos tradicionais). A luta econômica não tinha esse valor *político e moral*, destacado por Marx, mas era apenas um meio de administrar o cotidiano do salariedade, tomado como único horizonte para as classes trabalhadoras. E a luta política tendia a ser capturada pela perspectiva liberal.

5.6. Na perspectiva da grande massa da classe trabalhadora

A prática política de Marx (e Engels) sempre adotou a perspectiva da *classe*. A política como meio para a emancipação econômica da classe trabalhadora deveria ser uma *política de classe*. Uma das críticas de Marx às *trade unions* consistia em denunciar que elas não se preocupavam em organizar os trabalhadores não qualificados, malpagos e submetidos à total usurpação dos capitalistas (que constituíam a maioria da *classe*). Além disso, os sindicatos não organizavam os operários desempregados, que compunham o *exército industrial de reserva*, nem se interessavam em organizar o proletariado agrícola. Enfim, pelo seu caráter exclusivista, eles recusavam-se a adotar uma perspectiva de classe, de caráter político, no sentido revolucionário.

Em suas intervenções políticas, Marx procurou destacar (e desvelar) o outro lado do *mundo do trabalho*, representado pela grande massa de trabalhadores não-qualificados, que não possuíam nenhuma organização e estavam submetidos de modo completo à usurpação do capital. Diante de uma minoria de operários organizados em poderosos sindicatos, que logravam, nessas últimas décadas,

alcançar melhores condições de trabalho e salário, havia uma massa de despossuídos, sem direitos sociais e econômicos, à merce do despotismo do mundo industrial.

A sociedade inglesa daquela época, portanto, era um tipo de *sociedade dual*, cindida não apenas entre capitalistas e trabalhadores assalariados. Mas, entre os próprios trabalhadores assalariados, havia uma cisão profunda, entre os operários organizados e os não-organizados. Para que a ação operária pudesse ser eficaz contra o domínio do capital, era preciso construir a própria *unidade da classe operária*, dar ao movimento político dos trabalhadores assalariados uma perspectiva de classe (essa preocupação de Marx seria demonstrada numa passagem de *O Capital*, quando ele afirmou que apenas uma ação conjunta levada a cabo pelos sindicatos, de operários empregados e desempregados, poderia impor obstáculos (ou destruir) as leis naturais da produção capitalista).

No Manifesto Inaugural da AIT, em 23 de dezembro de 1864 Marx adotou uma perspectiva de classe, quando, por exemplo, ele procurou destacar que, durante o período de 1848 a 1864, a situação da *classe* trabalhadora piorou, apesar do longo período de prosperidade industrial e comercial (e dos sucessos obtidos por algumas categorias de operários organizados). Disse ele:

É um fato que a miséria das massas trabalhadoras não tem decrescido durante o período de 1848 a 1864, apesar de ter sido este, pelos progressos da indústria e do comércio, um período sem precedentes nos anais da história.²⁹

Deu exemplos da miséria da parte mais pobre da classe operária, os operários da indústria têxtil, os tecelões em seda, os proletários agrícolas, demonstrando que o “embriagador aumento de riqueza e poder”, proclamado pelo Chanceler inglês Gladstone, tem produzido e segue produzindo a “saúde destrocada, a moral envilecida e a ruína espiritual” das classes trabalhadoras (muitas das categorias operárias indicadas por Marx como a “parte mais pobre da classe operária”, foram relacionadas pelo jovem Engels n’*A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*).

Marx reconheceu, em breves linhas, que um segmento minoritário da classe operária conseguiu melhorar suas condições de vida. Ele fazia referências à *aristocracia operária*, aqueles operários mais qualificados e organizados:

Em todos os países, como na Inglaterra, aumenta o salário real, quer dizer, a quantidade de víveres que podem comprar-se com o salário em dinheiro, para a *minoría da classe operária*, enquanto que, na maioria dos casos, o crescimento do salário nominal não acusa nenhum incremento real de bem-estar.

E logo depois, ressaltou:

Por todo o lado, se viu a massa das classes trabalhadoras descerem mais baixo, na mesma proporção, pelo menos, em que as classes acima delas subiram na escala social.³⁰

Nesse momento, Marx fez referência à queda do *salário relativo*. A categoria de salário relativo foi considerada por ele uma das mais importantes categorias da economia política, tendo em vista que ela demonstrava os limites estruturais dos sindicatos, que poderiam conquistar aumentos de salários

29. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.1

30. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.4

nominais, e até mesmo de salários reais, entretanto, elas não poderiam impedir a queda do salário relativo.

5.7. A solidariedade

A *aristocracia operária*, organizada em poderosos sindicatos, possui uma tradicional *ética de solidariedade* - a solidariedade entre os membros do ofício. Ela era a própria garantia de seu poder de luta pela manutenção das suas habilidades profissionais (a luta dos artífices especializados contra o *salário por peça* era porque esse tipo de pagamento de salário tendia a desenvolver a concorrência e a emulação entre os operários do ofício, quebrando, desse modo, a solidariedade entre eles). Na verdade, suas vantagens econômicas e seu *status* - e portanto, sua capacidade de organização em sindicatos, cooperativas de consumo, sociedade de auxílio mútuo e previdência, dependiam dessa ética da solidariedade e do mutualismo (o *self-help*). Ela, de certo modo, é que mantinha a exclusividade relativa que os separava dos demais operários não qualificados.

Entretanto, a ética da solidariedade, adotada pela "aristocracia do trabalho" não tinha a força moral necessária para o desenvolvimento de uma consciência de classe, que rompesse com os exclusivismos do ofício. Não era o tipo de solidariedade propugnada pela Internacional, como condição necessária para a luta da classe trabalhadora contra o poder do capital, uma solidariedade capaz de romper com a barreira de preconceitos que existiam entre os trabalhadores qualificados e não qualificados, empregados e desempregados, da cidade e do campo.

Por meio da leitura dos inúmeros documentos da Internacional, redigidos por Marx, podemos perceber que a noção de *solidariedade* (e a crença no *poder da união e da comunicação* entre os operários) era um dos princípios fundamentais do conteúdo *político* da AIT. A política operária, capaz de destruir o poder do capital, deveria ser baseada na ética da solidariedade - não a solidariedade do exclusivismo de ofício da "aristocracia do trabalho", mas a solidariedade universal entre os operários de todo os países, que a Internacional tinha a tarefa de desenvolver (por meio do poder da união e da comunicação).

Nos Estatutos Gerais da AIT foi posto que, um dos objetivos centrais do Conselho Geral da AIT, seria manter os operários de cada país

constantemente informados acerca dos movimentos mantidos por sua classe em todos os demais países.³¹

Marx acreditava no poder revolucionário da comunicação entre os operários de cada país, capaz de fazê-los compreender que as suas numerosas lutas locais tinham o mesmo sentido: a luta contra a dominação do capital (Marx, de certo modo, subestimava os preconceitos nacionais que poderiam existir entre os operários de diferentes nações).³²

31. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.141

32. No *Manifesto Comunista* de 1848, está posto a crença no poder revolucionário dos *meios de comunicação*. (Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Manifesto Comunista*, p.84)

O artigo 7º do Estatuto Geral da AIT expressou essa idéia, de forma muito clara:

o êxito do movimento operário em cada país só pode assegurar-se mediante a *força da união e de comunicação*.³³

O crescimento dos meios de comunicação, na perspectiva de Marx, seria posto pelo desenvolvimento do próprio capital. Ele mesmo criava as condições materiais para que os operários acelerassem a consciência revolucionária (um detalhe interessante - e importante - na visão de Marx é que, para ele, a tarefa da AIT seria "acelerar a revolução social". Note-se bem que a palavra utilizada por ele foi "acelerar" e não propriamente "fazer".³⁴).

A noção de *solidariedade* era muito forte no discurso de Marx no interior da AIT. A própria noção de classe pressupunha a força moral da solidariedade. Num discurso feito por ele em 6 de setembro de 1872, sobre os plenos poderes do Conselho geral, Marx afirmou:

O Conselho Geral não dispõe de exército, nem conta com um pressuposto: é somente uma *força moral* e resultará impotente se não conta com a adesão de todos os associados.³⁵

Em outro discurso sobre o Congresso da AIT em Haya, em 15 de setembro de 1872, Marx disse:

Cidadãos, não perdamos de vista aquele princípio fundamental da Internacional: a solidariedade. Somente quando tenhamos sabido colocar sobre uma base segura este princípio vitalizador entre os trabalhadores de todos os países, estaremos em condições e alcançar a grandiosa meta que nós temos traçado.³⁶

E destacou: "A revolução deve ser solidária". (Marx chegou a dar o exemplo da Comuna de Paris, que caiu, segundo ele, por não haver produzido em outros centros, Berlim, Madri, etc, nenhum movimento revolucionário que pudesse juntar-se com o levantamento do proletariado em Paris.³⁷).

Desse modo, o grande papel da Internacional seria "fundar entre os trabalhadores essa solidariedade", o que significava dizer que a solidariedade entre os operários *não* nasceria espontaneamente. Seria preciso "fundá-la" sobre uma base segura, no caso, uma organização internacional, a AIT.

Ainda mais, a idéia da solidariedade entre os operários tenderia a ganhar uma importância política fundamental, na medida em que, para Marx, a emancipação do proletariado só poderia realizar-se por meio de uma *revolução mundial*. Uma revolução mundial que pressupõe, não apenas a existência de um mercado mundial, mas a existência de um *princípio vitalizador* entre os operários de todos os países: a força moral objetiva da *solidariedade*.³⁸

33. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.141

34. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p. 129

35. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.574

36. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.321

37. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit., p.321

38. Na *Ideologia Alemã*, de 1846, Marx já punha, de forma muito clara, a necessidade de uma *revolução mundial*. (Karl MARX, *A Ideologia Alemã*, p.50)

Numa entrevista concedida ao jornal *The World*, em 12 de agosto de 1871, Marx chegou a colocar todas as organizações operárias conhecidas (*Liga da Terra e do Trabalho*, *trade unions*, as sociedades de socorro mútuo, as cooperativas de consumo e de produção) apenas como “meios para a consecução deste fim”, isto é, “mudar as relações que existem entre os operários e os capitalistas e os latifundiários”, enfim, “mudar a sociedade”. E finalizou:

implantar uma *solidariedade autêntica* entre estas organizações é a missão da Associação Internacional.³⁹

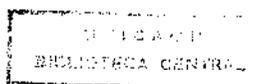
O princípio fundamental da solidariedade entre os trabalhadores, em nível nacional (e internacional) expressava, sob outra forma, uma idéia muito forte no discurso de Marx (e Engels), a de que a importância das associações operárias residia no fato de elas superarem, num primeiro momento, a *concorrência* que existia entre os próprios operários, concorrência posta pela própria lógica do trabalho assalariado e do capital. Portanto, a solidariedade entre todos os operários, de vários ofícios, proposta pela AIT (que visava unificar, generalizar, os esforços da classe operária entre os mais diversos países), servia para *romper com a concorrência* entre os próprios operários, principalmente em nível internacional, e não mais apenas em nível nacional. Além disso, a Internacional seria a organização política da classe trabalhadora cujo objetivo final seria, não apenas a abolição da *concorrência parcial*, mas da própria *concorrência geral entre os operários*, dos próprios fundamentos da sociedade capitalista.

Toda a caracterização da AIT, na perspectiva de Marx, serviu para demonstrar que essa forma de conceber a Internacional era uma maneira, muito particular, de demonstrar (e denunciar) os limites do sindicalismo. A caracterização que fizemos do sentido do conteúdo político da AIT, para Marx, com suas idéias de unificar, generalizar os esforços da classe operária, assegurar o poder da união e de comunicação entre os operários de várias localidades nacionais e estrangeiras, fundar a solidariedade entre as lutas de todas as organizações de trabalhadores existentes, são elementos importantes que contêm uma crítica mordaz à política exclusivista (e corporativa) dos velhos sindicatos ingleses.

Demonstrava, muito claramente, que as atividades isoladas dos sindicatos, de caráter meramente econômico, possuíam limites intransponíveis contra a estratégia dos capitalistas em contratar operários estrangeiros para quebrar o movimento dos operários organizados. Contra a estratégia do capital, os sindicatos, enquanto não se vinculassem à AIT, nada poderiam fazer e permaneciam impotentes.

A intervenção de Marx na AIT procurou recuperar a experiência revolucionária perdida do movimento operário inglês das décadas de 1830-1840. A idéia da Internacional como uma organização centralizada, que visava unificar e generalizar os esforços da classe operária (e de todas as organizações operárias existentes), não era estranha ao espírito do proletariado inglês. Marx não tentou impor, portanto, nenhum modelo doutrinário de organização para a classe operária. Muito pelo contrário, reconheceu que a Internacional era a herdeira da tradição perdida do proletariado inglês, nascida, de forma espontânea, das contradições da sociedade capitalista em constituição. Por isso, é plenamente compreensível o valor dado por Marx à experiência do cartismo (e, de certo modo, dos

39. Karl MARX, Friedrich ENGELS, p. 559



sindicatos gerais de 1834), experiências históricas que tinham na solidariedade entre *todos* os trabalhadores assalariados o seu ponto forte.

No entanto, como já destacamos, a experiência da AIT foi considerada por ele, superior, tendo em vista que não procurava apenas unificar, generalizar e promover laços de solidariedade entre todos os trabalhadores, em nível nacional e internacional, mas visava, principalmente, articular o *movimento social* da classe operária com a *ação política* - meio de superação revolucionária da ordem burguesa, visando a *total emancipação* da classe trabalhadora.

5.8. A Internacional como superação dos limites dos sindicatos locais

Finalmente, podemos dizer que a proposta organizativa (e programática) da AIT expressava a necessidade de superação dos limites dos sindicatos locais. No Chamamento do Conselho Geral da Internacional, Marx teceu interessantes considerações sobre a evolução social das "agrupações operárias". Disse ele:

Diante da força do capital, a força individual do homem desaparece e o trabalhador, na manufatura, não é mais do que uma engrenagem do maquinário. Para recobrar sua individualidade, os trabalhadores devem agrupar-se e formar cooperativas em defesa de sua vida e de seu salário.⁴⁰

Eis, novamente, o valor da associação dos operários, colocado por Marx: a *recuperação da individualidade perdida*, em virtude do poder avassalador do capital, que tendia a transformar os homens em simples peças de uma engrenagem. As uniões operárias teriam, portanto - e a Internacional era a união operária, de nível superior -, a função de *restaurar a individualidade dos operários*, efetuar a "defesa de sua vida e de seu salário" (o sentido é, de imediato, tão somente defensivo, o que não deixa de ter importância para Marx).

Nesse Chamamento, Marx enfatizou a necessidade de as uniões operárias superarem suas limitações locais, ou seja, a importância de elas participarem do *movimento político* (o que significa para elas, a filiação à AIT):

Até agora, essas associações têm tido mais um caráter local; somente o capital, graças aos novos inventos industriais, vê crescer sua força cotidianamente, o que faz com que grande número de cooperativas nacionais tenha caído em impotência. Estudando as lutas da classe operária inglesa, temos visto como os donos de fábrica, para fazer frente a seus operários, recorrem aos operários estrangeiros e às mercadorias por eles elaboradas, onde os salários são mais baixos.

E finalizou dizendo:

Diante dessa situação, deve a classe operária, se se quer prosseguir sua luta com perspectivas de êxito, transformar suas associações nacionais em agrupamentos internacionais.⁴¹

Marx enfatizou, desse modo, os limites estruturais das coalizões operárias de caráter local, incapazes de enfrentarem a estratégia dos capitalistas, que tendiam a recorrer a operários estrangeiros para quebrarem o poder de barganha dos operários mais qualificados. Assim, haveria o debilitamento da própria função defensiva dos sindicatos locais, incapacitados, nessas circunstâncias, de exercerem

40. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.521

41. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.521

a plena "defesa da vida e do salário" dos operários. Se a estratégia dos capitalistas (e o poder do capital) tendia a assumir uma dimensão internacional, cabia aos operários, se quisessem ter êxito nas suas lutas contra os capitalistas, também organizarem-se enquanto força internacional.

Esse foi o grande segredo da Internacional, que Marx procurou demonstrar para os líderes operários de seu tempo. A unificação e a generalização dos esforços da classe operária eram, portanto, uma exigência posta pelo desenvolvimento do capital.

Se a classe operária quisesse manter a eficácia de suas lutas de resistência contra as usurpações dos capitalistas, deveriam, portanto, unificar, generalizar e dar uma dimensão internacional à sua organização (e às suas lutas). Deveriam seguir a própria tendência de desenvolvimento do capital, no sentido da formação do mercado mundial. A Internacional tinha, precisamente, essa importante função (reconhecida por inúmeros sindicatos): apoiar as greves (e lutas operárias) dos diversos países, impedindo que a estratégia dos capitalistas, de importar operários estrangeiros, lograsse êxito. A partir do momento em que os sindicatos locais se vinculassem à AIT, eles poderiam cumprir, de forma efetiva, a sua função decisiva de resistência às usurpações do capital, de "defesa da vida e dos salários" dos operários, e fortaleceriam o movimento político da classe trabalhadora, cuja meta final seria a própria emancipação econômica da classe operária.

Nessa perspectiva, haveria uma relação íntima (e enriquecedora) entre movimento sindical e movimento político dos trabalhadores, mas não apenas isso - para Marx, não havia uma *separação* efetiva entre os dois momentos da ação operária. Tanto o momento da luta defensiva pelo salário e pela vida dos operários quanto o seu momento superior, o movimento político, de unificação e generalização das lutas operárias, visando a conquista do poder político, compunham o movimento do proletariado pela abolição do sistema do salaríato, pela sua *total emancipação*.



Marx e os limites do sindicalismo na perspectiva da crítica da economia política – Salário, Preço e Lucro (1865) –

Durante o período de atividade política da AIT, o objeto *trade union*, alcançou a mais plena determinação no discurso de Marx (não poderia ser diferente - os sindicatos contribuíram decisivamente para a fundação da Internacional e eram organizações operárias de destaque no movimento operário inglês). Nesse período, de 1864 a 1870, caracterizado pela institucionalização política dos sindicatos, encontramos os textos mais interessantes (e prolíficos) sobre a denúncia dos limites da prática sindical. Temos, dessa época, por exemplo, dois escritos de Marx: o primeiro, *Salário, Preço e Lucro*, foi produto de uma conferência pronunciada por Marx, em junho de 1865 e, o segundo, que trataremos no próximo capítulo, é o item 6, intitulado “Sindicatos de ofício - seu passado, presente e futuro”, das *Instruções aos Delegados do Conselho Central Provisório sobre algumas Questões*, escrito em março de 1867.

Foram textos elaborados num período muito significativo para o movimento operário inglês, como veremos adiante. Eles demonstram que Marx estava querendo aproveitar a oportunidade para deixar muito clara a sua posição sobre os limites da prática sindicalista (ou de todas as intervenções operárias circunscritas à lógica do trabalho assalariado e do capital - inclusive a prática política que mantinha vinculada de modo exclusivo à *forma da política*), e a necessidade da intervenção política da classe operária, no sentido revolucionário.

A posição de Marx sobre os sindicatos, nessa época, não possui diferenças significativas com relação à sua posição nas décadas de 1840 e 1850. Ele mantém, mais do que nunca, o reconhecimento do valor dos sindicatos, para logo em seguida denunciar seus limites, como pressuposto da necessidade de ação política do proletariado, no sentido revolucionário. Só que, a sua denúncia dos limites do sindicalismo ganha uma maior concretude, quando ele toma em perspectiva a *crítica da economia política*, ou seja, a análise do movimento do capital.

Em *Salário, Preço e Lucro*, de 1865, temos o grande momento onde, de forma explícita, os limites do sindicalismo são postos na perspectiva do movimento do capital. O texto é, antes de tudo, uma obra de intervenção política, num debate que se travava no seio da AIT naquele momento. Na perspectiva de contribuir para que os sindicatos tivessem uma maior participação na agitação política que ocorria na Inglaterra de 1866, Marx pôs a necessidade delas irem além da luta meramente econômica. Por outro lado, se prestarmos atenção, notaremos que ele também afirmou, nas entrelinhas, que é preciso ir além da luta meramente política, no sentido reformista - uma luta política que, em seu conteúdo, mantinha-se enquanto luta meramente econômica, vinculada à dimensão do trabalho assalariado, à reprodução do capital).

Desse modo, não podemos deixar de reconhecer que a pequena obra, *Salário, Preço e Lucro* é um dos textos mais interessantes sobre a concepção marxiana dos limites (e alcances) do sindicalismo. Ele foi o texto de um relatório, apresentado por Marx, nas reuniões do Conselho Geral da AIT em junho de 1865. Nele, Marx expôs, pela primeira vez, as bases da sua teoria da mais-valia, desenvolvida em *O Capital*, publicado poucos anos depois (o texto da conferência de Marx, conservado em manuscrito, só foi publicado, pela primeira vez, em Londres, no ano de 1898, pela filha de Marx, Eleanor, com o título *Value, Price and Profit*).

A conferência de Marx era dirigida, de imediato, contra os pontos de vista do owenista John Weston, membro da Internacional, que afirmava que o aumento de salários não poderia melhorar a condição dos operários e que se devia condenar como perniciosa a ação dos sindicatos (uma polêmica muito semelhante foi travada por Marx contra Proudhon na *Miséria da Filosofia*, em 1847). Mas a fala de Marx atingiu, ao mesmo tempo, os proudhonianos e lassalianos, hostis à luta econômica dos operários levada a cabo pelos sindicatos. Entretanto, se Marx pôs, de forma bastante clara, o valor dos sindicatos para owenistas, proudhonianos e lassalianos, por outro lado, e isso é pouco enfatizado, ele demonstrou, principalmente, os limites do sindicalismo (Marx estava se dirigindo a um dos mais destacados protagonistas do movimento operário da época - os sindicalistas ingleses, vinculados à luta meramente econômica, inclusive de caráter político.).

Nessa pequena obra, Marx condensou, de certa forma, toda a sua concepção clássica, exposta desde a *Miséria da Filosofia* (1847), passando pelos artigos sobre "Greves" no *New York Daily Tribune* (1853), sobre os limites - e valor - da lutas sindicais. Pela primeira vez, essa exposição sobre os sindicatos está no bojo de uma compreensão sobre as leis de desenvolvimento do capital. A própria exposição sobre as leis que regem o modo de produção capitalista serviu de base teórica para os argumentos de Marx sobre os limites (e alcances) dos sindicatos.

Primeiro, Marx fez uma série de considerações teóricas sobre salário, produção, lucro, valor, trabalho, força de trabalho, produção da mais-valia, as diversas partes em que se decompõem a mais-valia, a relação geral entre salários, lucros e preços. Entretanto, o que nos interessa, de fato, é quando ele vai tratar da *luta pela elevação dos salários* (ou contra a sua redução). Esse era o tipo de luta operária, conduzida comumente, pelos sindicatos. Nesse momento, Marx procurou demonstrar a sua tese básica: *os limites do sindicalismo estão postos pela sua natureza essencialmente defensiva, isto é, a luta pela elevação dos salários (ou contra a sua redução) ocorre apenas como decorrência de modificações anteriores postas pelo movimento do capital*. A luta pela elevação dos salários - ou seja, a luta meramente econômica, portanto, é função (e resultado necessário) das flutuações prévias operadas no movimento do capital.

Desse modo, na visão de Marx, a luta dos sindicatos tendia a permanecer presa à lógica do capital e às circunstâncias de seu movimento. Enfim, o operário age simplesmente como um vendedor da mercadoria (força de trabalho), que procura obter um preço compatível com as leis de mercado. Marx forneceu-nos uma série de exemplos desses típicos movimentos do capital, que provocam uma reação quase natural dos operários.

6.1. Os movimentos do capital

O primeiro exemplo é o caso da subida do preço dos gêneros de primeira necessidade. Disse Marx:

Ao reclamar um aumento de salário, o operário exigirá somente o valor acrescentado de seu trabalho, como um vendedor de qualquer mercadoria que, devido ao aumento das despesas de produção desta, tenta conseguir que lhe paguem esse valor acrescentado.¹

De fato, a reação dos operários permanece no interior da lógica do mercado:

Se os salários não subirem, ou não subirem o suficiente para compensar o valor acrescentado dos artigos indispensáveis, o *preço* do trabalho descerá abaixo do *valor* do trabalho e o padrão de vida do trabalhador piorará.

Num *segundo* exemplo, uma situação inversa da anterior, Marx considerou que ocorresse um queda do valor dos gêneros de primeira necessidade, dos meios de subsistência dos operários, em virtude da *produtividade crescente do trabalho*:

Na realidade, o *valor* do trabalho teria baixado, mas esse valor diminuído representaria a mesma quantidade de mercadoria como dantes.²

Assim, no caso de uma produtividade crescente do trabalho, o valor do trabalho tenderia a cair, a taxa de lucro tenderia a aumentar, o *salário real* poderia até subir (os operários poderiam comprar uma maior quantidade de meios de subsistência), entretanto, o *salário relativo* tenderia a cair, no caso de o aumento do salário real não ser proporcional ao acréscimo de produtividade do trabalho. Afirmou Marx:

Se o operário opusesse resistência a semelhante diminuição do salário relativo, não faria senão esforçar-se por obter uma parte do acréscimo de produtividade do seu próprio trabalho, e conservar a sua antiga situação social relativa.³

O segundo exemplo é bastante interessante - nele, Marx reconheceu a possibilidade de aumento de salário real dos operários. O que significa que os operários poderiam, sob certas circunstâncias, ter uma melhoria nas suas condições de vida, adquirir uma maior quantidade de bens de consumo, usufruir das benesses da civilização burguesa, mesmo sob o capitalismo.

Nos Grundrisse (1857-1858), Marx chegou a reconhecer isso quando destacou que, em épocas de bons negócios, os operários poderiam participar em desfrutes superiores,

inclusive espirituais - a agitação em favor de seus próprios interesses, ler jornais, assistir conferências, educar filhos, formar seus gostos, etc.⁴

É interessante a correlação entre crescente bem-estar material de frações do proletariado e desenvolvimento do sindicalismo, insinuada por Marx nessa passagem dos Grundrisse, quando põe "a agitação em favor de seus próprios interesses" como típica da fração da classe operária que auferiu

1. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, p.70

2. Karl MARX, *op.cit.*, p.71

3. Karl MARX, *op.cit.*, p.71

4. Karl MARX, *Grundrisse*, vol.1, p.230

aumentos reais de salários (era o caso dos operários ingleses organizados em *trade unions*). Os sindicatos poderiam permitir, através de suas lutas, que os operários "participassem" dos ganhos propiciados pelo progresso na produtividade do trabalho.

Na obra *Teorias da Mais-Valia*, Marx disse:

Embora os próprios operários não possam impedir que ocorra a queda de seus salários quanto ao seu valor (em virtude do incremento da produtividade do trabalho), em troca eles não permitem que eles caiam absolutamente até o mínimo, mas sim forcem quantitativamente uma participação nos progressos da riqueza geral.⁵

Naturalmente, a "participação" dos operários nos progressos da civilização burguesa não se estenderia, se deixarmos ao livre jogo das forças de mercado, a toda classe trabalhadora. Só seria usufruída pelos trabalhadores organizados em sindicatos.⁶

Em *O Capital* (1867), Marx explicitou a possibilidade de um aumento de salários reais, inscrita na própria lógica do desenvolvimento do capital (sob a vigência de uma classe operária organizada em poderosos sindicatos), de a taxa de exploração aumentar quase *ad infinitum* e ao mesmo tempo, permitir que a classe operária viva com mais comodidade que nunca.⁷ Nesse caso, Marx demonstrou que, muitas vezes, ao elevar-se a produtividade do trabalho, o valor da força de trabalho poderia até cair. Entretanto, poderia haver o crescimento da *quantidade* de meios de subsistência consumidos pelo trabalhador:

O valor da força de trabalho é determinado pelo valor de cada quantidade de meios de subsistência. O que muda com a produtividade do trabalho é o valor desses meios de subsistência e não sua quantidade. A própria quantidade pode, ao elevar-se a produtividade do trabalho, aumentar simultaneamente e na mesma proporção para o trabalhador e o capitalista, sem qualquer variação de magnitude entre o preço da força de trabalho e mais-valia.

Marx passou então a exemplificar:

Se o valor primitivo da força de trabalho é 3 xelins e o tempo necessário de trabalho, de 6 horas, a mais-valia também de 3 shillings ou o trabalho excedente, de 6 horas, uma duplicação da produtividade sem modificar a divisão da jornada de trabalho deixaria inalterados o preço da força de trabalho e da mais-valia. Cada um dos dois, o preço da força de trabalho e a mais valia, passa apenas a objetivar-se em quantidade duplicada de valores-de-uso que se tornam proporcionalmente mais baratos.

Nesse caso, o que ocorreu foi que, com o aumento da produtividade do trabalho, sem a redução da jornada de trabalho, o *valor* da força de trabalho caiu. Mesmo que o *preço* da força de trabalho não tenha se alterado, ele - o preço - teria se elevado acima do valor dela. Assim, o valor da força de

5. citado por Roman ROSDOLSKY, *Genese y Estructura de El Capital*, p.326

6. Desse modo, Marx abandonou uma concepção de pauperização absoluta do proletariado e uma teoria dos salários baseado no mínimo fisiológico, vigente no *Manifesto Comunista* (de 1848), desenvolvendo, assim, as implicações teóricas da luta dos sindicatos. Uma maior elaboração de sua crítica da economia política, a própria formulação da mais-relativa, permitiu a Marx, dar um *salto qualitativo* em sua teoria crítica. (Ernest MANDEL, *A Formação do Pensamento Económico de Karl Marx*, p.68)

7. Martin NICOLAUS, *Proletariado e Classe Média*, p.83

trabalho teria ficado em 1 1/2 shelling, e mesmo que o preço da força de trabalho caísse para 2 shellings e 10 pence, 2 shellings e 6 pence, etc., (sendo que antes ele estava em 3 shellings), esse preço menor significaria para o operário uma maior quantidade de meios de subsistência. Continuou Marx:

O preço da força de trabalho poderia assim, ao elevar-se a produtividade do trabalho, cair continuamente com o crescimento simultâneo e constante da quantidade de meios de subsistência do trabalhador.⁸

Apesar disso, embora o operário sinta uma maior satisfação material com esse aumento da quantidade de meios de subsistência, ele teria ficado mais pobre, comparando a sua situação com a do capitalista:

Relativamente, porém, isto é, comparado com a mais valia, cairia continuamente o valor da força de trabalho e ampliar-se-ia em conseqüência o abismo que separa as condições de vida do trabalhador das do capitalista.⁹

Os sindicatos, na medida em que podem interferir apenas no preço da força de trabalho, são impotentes diante da pauperização relativa dos operários. Segundo Marx, a dinâmica da luta dos sindicatos seria incapaz de modificar a *posição relativa* do operário diante do capitalista, que tenderia a degradar-se cada vez mais, uma degradação identificada, não necessariamente com uma pauperização absoluta da força de trabalho, mas com uma precariedade crescente de seu emprego, dado o incremento da composição orgânica do capital, posto pela elevação da produtividade do trabalho.

Marx indicou que uma das formas de manter a posição relativa dos operários, diante do crescimento da produtividade do trabalho, seria a redução da jornada de trabalho. Entretanto, como veremos adiante, as lutas de caráter sindical, segundo ele, são incapazes de impor, por si, uma regulamentação do dia de trabalho. Seria necessário uma *intervenção legislativa*, produto de uma *ação política geral* da classe operária.

Em *Salário, Preço e Lucro*, dando continuidade a seu *segundo* exemplo, Marx fez referência à conjuntura econômica inglesa pós-abolição das leis cerealistas, em 1846, quando o preço dos gêneros de primeira necessidade tendeu a cair, em virtude de estar sendo permitida a importação de cereais. O valor do trabalho diminuiu, o que propiciou aos industriais rebaixar os salários. Disse ele:

Assim, após a abolição das leis cerealistas e violando flagrantemente as promessas mais solenes proferidas na campanha de propaganda contra aquelas leis, os proprietários das fábricas inglesas baixaram os salários, de modo geral, em 10 por cento.¹⁰

Nesse caso, as condições de existência absolutas dos operários ficaram inalteradas. Entretanto, a sua "situação social relativa", comparada com a do capitalista, piorou (afinal a taxa de lucro aumentou 100%).

8. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol. II, p.599

9. Karl MARX, *op.cit.*, p.600

10. Karl MARX, *op.cit.*, p.71

Um dos motivos da onda de greves operárias ocorridas na indústria têxtil inglesa, em 1853, que destacamos anteriormente, foi a tentativa de recuperar os 10% extorquidos pelos capitalistas. Afirmou Marx:

A princípio, a oposição dos operários foi frustrada, mas mais tarde [em 1853 - G.A] em resultado de circunstâncias sobre os quais não posso me deter neste momento, os dez por cento perdidos foram reconquistados.¹¹

Mas a luta dos operários, organizados em unions, visavam apenas, tal como destacou Marx naquela época, "querer participar nos lucros criados pelo seu próprio trabalho". Enfim, não eram pretensões nem um pouco revolucionárias.

O terceiro exemplo dado por Marx, diz respeito ao caso de o valor dos gêneros de primeira necessidade e, por conseguinte, de o valor do trabalho continuarem os mesmos, mas, em virtude de uma modificação anterior do valor da moeda o seu preço em dinheiro sofre uma modificação.

Marx apresentou o exemplo das descobertas de minas mais ricas, etc. É curioso que ele tenha procurado utilizar como exemplo acontecimentos históricos recentes - e bastante significativos (como a descoberta de ouro na Califórnia e Austrália, as greves dos operários da indústria têxtil, de 1853, etc):

Graças à descoberta de minas mais ricas, etc., a produção de duas onças de ouro exigiria, por exemplo, mais trabalho que a de uma onça de ouro anteriormente. O valor do ouro desceria à metade, ou seja, 50 por cento. E como, em consequência disso, os valores de todas as mercadorias restantes se exprimiriam no dobro do seu preço em dinheiro anterior, isso tornar-se-ia extensivo igualmente ao valor do trabalho. As 12 horas de trabalho que anteriormente se exprimiriam em 6 shillings, exprimir-se-iam agora em 12.¹²

Assim, se o salário dos operários permanecessem em 3 shillings, para que as suas condições de vida permanecessem as mesmas de antes, eles teriam que lutar por um aumento de salário proporcional à queda do valor do ouro (ou numa proporção à subida dos preços das mercadorias). Estaríamos diante do cúmulo da luta defensiva: os operários lutariam tão-somente para manter o salário real. Disse Marx:

Pretender, em tal caso, que o operário não deve exigir com insistência um aumento proporcional dos salários equivale a dizer-lhes que se deve contentar com palavras em vez de coisas. Toda a história do passado prova que cada vez que se produz uma dessas desvalorizações de moeda, os capitalistas apressam-se a aproveitar a ocasião para enganar os operários.¹³

A atualidade do terceiro exemplo, dado por Marx, é flagrante, principalmente em países capitalistas de inflação crônica. Marx falou que nessa situação os capitalistas "aproveitam a ocasião para enganar os operários". Certamente, a tática mais utilizada seria o "mascaramento" do índice de desvalorização da moeda. No entanto, os operários, segundo Marx, não se contentam com palavras, mas com coisas. Eles têm perfeita noção do preço dos gêneros de primeira necessidade e sabem que o preço de sua força de trabalho está bastante defasado com relação à quantidade de meios de

11. Karl MARX, op.cit., p.71

12. Karl MARX, op.cit., p.72

13. Karl MARX, op.cit., p.72

subsistência consumidos anteriormente. Assim, ocorre a necessidade de uma luta operária insistindo em aumento proporcional de salários: é a típica luta de caráter sindical.

No quarto exemplo, Marx demonstrou que os operários poderiam reivindicar aumentos de salários em virtude da *extensão ou intensificação do trabalho*. Tanto num caso como noutro, o operário apenas reage a uma imposição prévia do capital, mantendo a sua luta apenas por aumento de salário, não tratando nem da redução do dia de trabalho, nem do controle sobre a intensidade do trabalho.

É claro que os capitalistas possuem meios de contornar esse tipo de reivindicação operária:

Prolongando o dia de trabalho, o capitalista pode pagar salários mais elevados e, apesar disso, reduzir o valor do trabalho, se o aumento dos salários não corresponder à maior quantidade de trabalho obtido e ao mais rápido esgotamento da força de trabalho resultante.¹⁴

Assim, a luta operária por aumentos de salários, visando compensar a extensão da jornada de trabalho (algo equivalente seria um tipo adicional de horas extras), não seria favorável aos operários, se a elevação dos salários não correspondesse ao trabalho excedente total arrancado do operário. Além disso, mesmo nesse caso, para Marx, não valeria a pena o aumento de salário (ou o fato de o operário fazer horas extras remuneradas).

Marx foi um defensor incondicional da *redução do dia de trabalho*. Disse ele:

O tempo é o campo de desenvolvimento do homem. Um homem que não dispõe de qualquer passatempo, cuja vida inteira, à parte as meras interrupções puramente físicas para o sono, alimentação, etc, se acha totalmente absorvido pelo seu trabalho para o capitalista, ainda é menos que uma besta de carga. Constitui uma simples máquina de produzir riqueza para outrem, esmagado fisicamente e embrutecido intelectualmente.¹⁵

Desse modo, na perspectiva de Marx, o *tempo livre* é posto como o campo de o operário desenvolver-se enquanto homem, expandir as suas capacidades físicas, espirituais e intelectuais. Seria, diferentemente do tempo gasto em produzir riquezas para outrem, no interior da fábrica, um tempo não manipulado por interesses estranhos ao desenvolvimento do indivíduo humano.

Marx falava de um tempo em que a manipulação do capital tinha predominância no interior da fábrica, onde o tempo livre era, de fato, "o campo do desenvolvimento humano."¹⁶ Esse é o princípio básico da importância da luta operária pela redução da jornada de trabalho: dar condições para que os operários se desenvolvam enquanto indivíduos humanos, homens pensantes, não brutalizados física e espiritualmente, capazes de almejar a própria superação da condição de trabalho assalariado (é interessante que, para Marx, diferentemente de Bakunin, os homens construtores de uma nova sociedade não poderiam ser aquele proletariado pobre, "esmagado fisicamente e embrutecido espiritualmente."¹⁷ A luta pela redução da jornada de trabalho, levada a cabo por uma *ação política*

14. Karl MARX, op.cit., p.75

15. Karl MARX, op.cit., p.74-75

16. É claro que no capitalismo tardio a *manipulação* é exercida não apenas na esfera da produção, mas perpassa toda a esfera do consumo. Essa nova realidade posta pelo capitalismo avançado está bem explicitada numa entrevista dada por Lukács, em 1966 (ver Hans Heinz HOLZ (org), *Conversando com Lukács*, p.81

geral da classe operária, teria portanto, um significativo valor *moral* para Marx - não que ela, por si, significasse a superação do trabalho assalariado, mas poderia criar condições *morais e intelectuais* para que os operários pudessem participar em "movimentos de maior envergadura", no caso, movimentos pela abolição do salariato.

Entretanto, mesmo que exista uma fixação legal da jornada de trabalho, o capitalista pode muito bem aumentar a *intensidade* do trabalho do operário. Disse Marx:

Aumentando a intensidade do trabalho, um homem pode despende tanta força vital numa hora como antes em duas.

O capitalista poderia acelerar o funcionamento de uma máquina, ou aumentar o número de máquinas a cargo de um único operário, intensificando, portanto, o trabalho dos operários, extraíndo mais "força vital", isto é, degradando mais ainda a capacidade física e intelectual do operário, simples "apêndice" da maquinaria. Mesmo tendo alguma compensação salarial, isso não seria vantagem para o operário, que veria diminuída, não extensivamente, mas intensivamente, a sua "força vital". Marx colocou que o operário sairia ganhando, se essa intensificação do trabalho (ou da quantidade de trabalho despendida pelo operário em uma hora) fosse compensada com a diminuição do dia de trabalho. Entretanto, haveria um limite para essa intensificação do trabalho. Se ele fosse ultrapassado, afirmou Marx,

perderá por um lado e ganhará por outro, e 10 horas de trabalho poderão exercer um efeito tão nocivo como anteriormente 12.¹⁸

Apesar das limitações das lutas sindicais por aumento de salários, Marx reconheceu que, através delas,

o operário não faz mais do que opor-se à depreciação do seu trabalho e à degradação da sua raça.¹⁹

Finalmente, Marx expos um quinto exemplo de alteração no desenvolvimento do capital que põe, quase que de forma necessária, uma reação dos operários. Nessa série de exemplos, Marx está seguindo a lógica contida n'*O Capital*, onde o verdadeiro *sujeito*, "sujeito de um processo", é o capital, enquanto os operários (e capitalistas) são *predicados* (ou, noutros termos, "suportes"), que reagem, de forma antagônica, às exigências desse sujeito (mesmo os capitalistas são "suportes" desse processo, porque, muitas vezes, as modificações postas são exigências do próprio desenvolvimento do capital, mesmo que sejam contra a vontade de capitalistas individuais). Assim, a luta dos sindicatos mantém-se no interior do processo ontológico de movimento do capital (que foi apreendido por Marx, em nível lógico, na exposição de *O Capital*). Enquanto se movimentarem no *interior* da "estrutura" de relações postas pelo trabalho assalariado e pelo capital, seus limites são bastante definidos, como demonstrou Marx.

17. É interessante uma carta que Bakunin escreveu a Armenkov, em dezembro de 1847, citada por Lozovski. Escreveu o líder anarquista: "Marx ocupa-se do mesmo trabalho inútil do passado e põe a perder produtores, transformando-os em raciocinadores." (A. Lozovski, *Marx e os sindicatos*, p.31)

18. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, pp.75-76

19. Karl MARX, *op.cit.*, p.76

O quinto exemplo, dado por ele, referiu-se aos *ciclos periódicos da produção capitalista*. É um dos exemplos mais importantes, tendo em vista que colocou, de forma clássica, os verdadeiros limites da luta sindical, incapaz de sair desse "círculo" do capital.

Marx colocou que a economia capitalista passa, de forma sucessiva, por ciclos: "Uma fase de calma, animação crescente, prosperidade, superprodução, crise e estagnação".²⁰ Essa constatação não é original dele. Os economistas clássicos já tinham dito isso antes. O que Marx tornou explícito foi que, a reação dos operários, no nível das lutas sindicais, tem que seguir as diversas fases do ciclo da produção capitalista. Existiria uma sazonalidade quase natural do movimento operário no interior do capitalismo:

Os preços correntes de uma mercadoria e a taxa corrente do lucro adaptam-se a essas fases, descendo por vezes abaixo das suas médias e voltando a excedê-las noutros períodos.²¹

Como o salário é o preço de uma mercadoria (a força de trabalho), ele tem que adaptar-se aos ciclos periódicos da economia capitalista, tal como as demais mercadorias. Na fase de baixa dos preços de mercado, de crise e estagnação, o operário que não fosse demitido veria seu salário diminuir. É a lógica do capital impondo-se, tal como uma força da natureza, sobre os trabalhadores assalariados. É a própria condição de operários assalariados que exige que os homens se dobrem diante desse fato, inclusive chegando ao ponto de negociar com os capitalistas a própria diminuição dos salários para preservar os seus empregos:

para não ser prejudicado, necessitará, mesmo em caso de semelhante queda dos preços de mercado, de discutir com o capitalista para saber em que proporção uma diminuição dos salários se tornou conveniente.

Nessa fase do ciclo capitalista, Marx supõe que as lutas sindicais, voltadas para aumentos de salários, tenderiam a ser infrutíferas. Exigir aumentos de salários em períodos de crise seria querer não enxergar, segundo Marx, a *condição de mercadoria* da força de trabalho, uma condição que é posta, na sua forma mais explícita, em épocas de depressão e estagnação industrial. É durante a fase de prosperidade, em que se registram altos lucros, que os operários, segundo Marx, serão levados a obter um aumento de salário, ainda que apenas para compensar a queda real do salário na fase do ciclo anterior:

Representaria o cúmulo da loucura exigir que o operário cujo salário se vê forçosamente afetado pelas fases adversas do ciclo, renunciasse a ser compensado durante as fases prósperas. De um modo geral, os valores de todas as mercadorias realizam-se exclusivamente por intermédio da compensação operada entre os preços constantemente variáveis do mercado, sujeito às flutuações permanentes da oferta e da procura.

20. Karl MARX, op.cit., p.76

21. Karl MARX, op.cit., p.76

Seria algo perfeitamente natural os operários exigirem aumentos de salários nos períodos de bons negócios. É próprio da lógica que rege o desenvolvimento da produção capitalista - tal como se fosse uma exigência da forma de ser da mercadoria-força de trabalho:

Dentro do sistema atual, o trabalho não passa de uma mercadoria como outra qualquer. Impõem-se, por conseguinte, que atravesse as mesmas flutuações para atingir um preço médio correspondente ao seu valor. Constituiria um absurdo tratá-lo, por um lado, como uma mercadoria e, por outro, pretender subtrai-lo às leis que determinam os preços das mercadorias.²²

É como se Marx estivesse falando com capitalistas individuais, que se negariam, por capricho da vontade, a cumprir uma determinação posta pela lógica do próprio capital como *sujeito*. Seria um "cúmulo da loucura", um verdadeiro "absurdo", querer tirar dos operários o "direito" dado pela própria natureza da sua condição. Por outro lado, na mesma medida, os capitalistas individuais têm o "direito" de elevar seus lucros ao máximo: a mesma lógica do capital legítima os dois "direitos" antagônicos e irreconciliáveis (é intrínseco à natureza do próprio capital esta contradição entre "direitos"). Como veremos adiante, o pleito será decidido pela "relação de forças entre os combatentes" (em *O Capital*, Marx disse: "Entre direitos iguais e opostos, decide a força"²³). É claro que os operários teriam mais vantagem em realizar esse "direito", durante as épocas de bons negócios, tendo em vista que teriam a seu favor uma maior procura de mão de obra operária.

Todos os exemplos, dados por Marx em *Salário, Preço e Lucro*, serviram para demonstrar que a luta dos sindicatos, por aumentos de salários (ou contra a redução destes), constitui apenas "uma reação dos operários contra a ação anterior do capital" (inclusive, a própria luta pela legislação fabril - p.ex. a redução da jornada de trabalho - teria uma caráter meramente *defensivo*, com uma única diferença - a de que só seria alcançada por meio de *intervenção política*). Enfim, tais tipos de luta, e luta por salários e a agitação política visando instituir uma legislação fabril, enquanto não colocassem como meta a *abolição do salaríato*, tenderiam a ocorrer no interior de circunstâncias ditadas pelo próprio capital.

Podemos tirar a seguinte lição: para Marx, sob o capitalismo, a classe operária está submetida, *de antemão*, ao poderio econômico do capital, e sua "participação" sempre guia-se, obviamente, pela "participação" do capital. Outrossim, Marx demonstrou uma de suas teses básicas: a resistência oposta, periodicamente, pelos operários, contra a redução dos salários, e suas tentativas periódicas para conseguir uma elevação dos salários

são fenômenos inseparáveis do sistema do salaríato e correspondem precisamente ao fato de o trabalho estar assimilado às mercadorias e, portanto, sujeito às leis que regulam o movimento geral dos preços.²⁴

Desse modo, para Marx, seria inconcebível sistema de salaríato sem lutas por aumentos de salários, ou ainda seria inconcebível sistema capitalista sem greves e sindicatos (ou sem agitação

22. Karl MARX, op.cit., p.77

23. Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, vol.I, p.265

24. Karl MARX, op.cit., p.78

política de caráter defensivo). Assim, seria um puro absurdo, senão uma insensatez, condenar as greves e os sindicatos, tal como faziam owenistas e lassalianos.

6.2. A determinação dos salários

Um pouco mais adiante, no próprio texto de *Salário, Preço e Lucro*, Marx chegou à seguinte conclusão: somos capazes de fixar *salários mínimos*, mas não os *salários máximos*. Essa observação de Marx supõe uma concepção "elástica" de determinação dos salários. Ao afirmar que não podemos fixar os salários, ele abriu um amplo leque de possibilidades para a luta dos sindicatos. Sua afirmação põe, enfim, novas determinações à natureza do valor dos salários, destacando *a importância da luta dos operários como um componente importante na fixação do nível máximo dos salários*.

Para Marx, os operários não poderiam simplesmente "cruzar os braços" e, deixando de lado a luta econômica, esperar que o preço da mercadoria que eles vendem, a força de trabalho, se adeque, de acordo com as flutuações permanentes de oferta e procura, às leis econômicas capitalistas. Embora a força de trabalho esteja assimilada às mercadorias, e portanto sujeita às leis que regulam o movimento geral dos preços, existem algumas características particulares que distinguem o valor da força de trabalho do valor de todas as outras mercadorias. É essa distinção específica, dada pela existência de um *componente histórico ou social* na determinação do valor da força de trabalho, que garante não apenas a "elasticidade" da determinação dos salários, como a legitimidade da luta dos sindicatos. Enfim, Marx admitiu, em *Salário, Preço e Lucro*, que as lutas dos sindicatos poderiam intervir na formação do valor da força de trabalho, incorporando nele "hábitos e exigências peculiares" dados no nível de vida normal do trabalhador (além, é claro, de pressionarem os capitalistas pela "participação" no progresso da produtividade do trabalho).

Para Marx (e isso está desenvolvido nas suas obras propriamente econômicas da maturidade - *Grundrisse* e *O Capital*), as leis de formação dos salários são *elásticas*, o valor da força de trabalho deve mover-se, oscilar, dentro de determinados limites. Podemos fixar os salários mínimos, dado pelo elemento *físico*, que garante os meios de subsistência indispensáveis para o operário viver e multiplicar-se. Disse Marx:

O valor dos seus meios de subsistência de necessidade absoluta representa, por conseguinte, o limite do valor do trabalho.²⁵

Entretanto, não podemos fixar os salários *máximos*, justamente porque o outro componente da determinação dos salários é o *elemento histórico ou social* dado pelo padrão de vida tradicional.

Esse padrão de vida tradicional não é estático, mas acompanharia o próprio desenvolvimento histórico, social e cultural daquela classe operária naquele país. Através da luta dos sindicatos, novos bens de consumo poderiam ser incluídos nesse padrão normal de vida da classe operária, incorporando-se como componente do valor da força de trabalho. Haveria, inclusive, uma tendência à expansão do componente histórico-moral do valor da força de trabalho (Marx supõe essa idéia ao falar no constante "reco da barreiras naturais", onde o peso desse componente histórico e social seria

25. Karl MARX, op.cit., p.79

cada vez maior em comparação com o componente físico-natural). Desse modo, Marx não poderia deixar de reconhecer o valor dos sindicatos enquanto organização operária que luta para manter o valor da força de trabalho.

No entanto, se só podemos determinar o mínimo dos salários, isso significa que podemos, desse modo, determinar o máximo dos lucros, que corresponderia ao

limite fisiológico mais baixo dos salários e que, dado os salários, o máximo dos lucros corresponde ao prolongamento do dia de trabalho ainda compatível com as forças físicas do operário.²⁶

Por outro lado, se não podemos determinar o máximo dos salários, isso implica, segundo Marx, que não podemos fixar, em lei, o *mínimo dos lucros*. Na verdade, o objetivo essencial do capitalista é atingir o lucro máximo, isto é, o mínimo fisiológico do salário e o máximo fisiológico da jornada de trabalho. Essa é a luta constante (e recorrente) entre o capital e o trabalho. Afirmou Marx:

O capitalista tenta constantemente reduzir os salários ao seu mínimo fisiológico, enquanto o operário exerce pressão no sentido contrário.²⁷

Em passagens anteriores, Marx tinha posto como o grande sonho do capitalista transformar o operário "menos que uma besta de carga", ou seja, torná-lo numa simples máquina de produzir riquezas para outrem, "esmagado fisicamente e embrutecido intelectualmente". E afirmou:

E não obstante, toda a história da indústria moderna revela que o capital, *se não lhe erguem obstáculos*, procura sempre, implacavelmente e sem piedade, reduzir toda a classe operária a esse nível da mais baixa degradação.²⁸

Marx fez essa observação, ao tratar da luta pela fixação legal da jornada de trabalho. Certamente, os sindicatos seriam um dos *obstáculos* levantados contra a voracidade do capital em degradar os operários à condição mais baixa. É claro que, para ele, seria um *obstáculo* com limites virtuais, posto pelo próprio desenvolvimento do capital. Outro tipo de *obstáculo*, mais eficaz, seria a "intervenção legislativa", produto de uma "ação política geral" da classe operária.

Desse modo, o grau de exploração dos operários, a "gama imensa de variações possíveis" em torno do máximo de lucros, é determinado, segundo Marx, pela luta incessante entre o capital e o trabalho:

Tudo se reduz à questão da relação de forças entre os combatentes.²⁹

Assim, o grau de força organizada dos operários seria de suma importância: os operários mais organizados teriam melhores salários. A realidade histórica da existência de uma *aristocracia operária*, formada pelos operários organizados em sindicatos, no tempo de Marx, comprovou essa idéia.

26. Karl MARX, op.cit., p.80-81

27. Karl MARX, op.cit., p.81

28. Karl MARX, op.cit., p.75

29. Karl MARX, op.cit., p.81

6.3. A necessidade de uma *ação política geral da classe*

Na própria exposição do texto *Salário, Preço e Lucro*, Marx operou um *tertium datur* entre valor e limites dos sindicatos. No início, ele pôs, de forma sutil, seus limites estruturais. Eles estavam quase que explicitados quando Marx demonstrou que as lutas meramente econômicas pela elevação dos salários (ou contra a sua redução) eram tão-somente "reações dos operários contra a ação anterior do capital." De certo modo, Marx estava demonstrando que os sindicatos só poderiam garantir a sua efetividade relativa no âmbito do movimento dos salários - contra a sua redução ou pela sua elevação. Num certo momento, ele declarou:

No que se refere à limitação do dia de trabalho, na Inglaterra como em todos os outros países, nunca foi regulamentada senão por intervenção legislativa.³⁰

A mensagem de Marx estava muito clara: a classe operária, se queria lutar pela redução da jornada de trabalho, tinha que ir além da ação meramente econômica, de caráter sindical. A caracterização da prática sindicalista não ficaria somente apenas em seu *conteúdo*, vinculada a luta por salários, mas envolveria também uma *forma* de ação, isolada, de caráter profissional-corporativo, utilizando meios diretos contra capitalistas individuais.

Enfim, o tipo de ação sindical, seria ineficaz para alcançar a limitação da jornada de trabalho. A luta pela regulamentação da jornada de trabalho teria que ser feita, segundo Marx, *não* por uma ação tipicamente sindical, mas sim por uma *ação política geral da classe operária*:

Sem a pressão constante dos operários, *agindo de fora*, semelhante intervenção nunca seria obtido através de acordos *privados* entre operários e capitalistas. A própria necessidade de uma *ação política geral* constitui prova de que, na luta puramente econômica, o capital é o mais forte.³¹

Essa seria a *primeira* grande conclusão de Marx, que expôs, dessa forma, os limites estruturais do sindicalismo. O fato de *agir de dentro* da relação assalariada e vincular-se a acordos *privados* entre operários e capitalistas, seriam os grandes limites de ação dos sindicatos (Marx tinha diante de si uma outra experiência histórica para fundamentar a sua tese: o fracasso da greve dos operários da construção, em Londres, em 1862. Ela demonstrou, para ele, a incapacidade de a luta sindical mudar a limitação do dia de trabalho (a reivindicação dos grevistas era pela jornada de 9 horas)).

A *ação política geral* seria, desse modo, para Marx, o *obstáculo* efetivo que a classe trabalhadora deveria erguer à sanha implacável do capital (mas não deixaria de ser apenas um *obstáculo* enquanto não colocasse como meta a superação do salarizado). Marx caracterizou a *ação política geral*, como sendo uma "pressão constante dos operários, agindo de fora" - de fora do âmbito da relação meramente salarial, à qual a luta puramente econômica estaria submetida, já que a sua ação é apenas uma reação a modificações anteriores promovidas pelo próprio capital.

Mas, se a luta meramente econômica dos sindicatos é incapaz, pela sua própria natureza, de interferir na limitação do dia de trabalho, ela tenderia a possuir outros limites, postos pela ação voraz do desenvolvimento do capital. A luta dos sindicatos (e, porque não dizer, a luta política *defensiva*)

30. Karl MARX, op.cit., p.81

31. Karl MARX, op.cit., p.81

tenderia a defrontar-se com verdadeiros obstáculos, que, segundo Marx, seriam postos pelas tendências do desenvolvimento da economia capitalista.

6.4. A introdução das máquinas

Marx destacou que os operários organizados poderiam alcançar níveis de salários elevados, manter um padrão de vida muito distante do mínimo fisiológico, mesmo em épocas de crise e estagnação - isso se não forem demitidos. Enfim, poderiam se contrapor às usurpações cotidianas do capital, colocando *obstáculos* à tentativa dos capitalistas de obterem o lucro máximo descendo os salários abaixo do valor do trabalho. Esta seria a positividade prática dos sindicatos: evitar que os operários enquanto operários caiam à mais baixa degradação.

No entanto, para Marx, a força de trabalho dos operários, mesmo organizados, não deixaria de ser uma mercadoria como qualquer outra. Enfim, tenderia a haver limites estruturais às pretensões operárias por melhores salários:

Quanto aos limites do valor do trabalho, a sua fixação depende sempre da oferta e da procura.³²

O que poderia ocorrer, se os salários desses operários mais qualificados, os mais organizados em poderosos sindicatos, aumentassem bastante? Para Marx, a força dos operários organizados poderia ser quebrada, se os capitalistas diminuíssem a procura do trabalho pela *introdução de máquinas* de todas as espécies.

Esta seria a *segunda* grande conclusão de Marx: o emprego da máquina, posta pelo desenvolvimento do capital, tenderia a negar, definitivamente, a eficácia dos sindicatos.

A negação da eficácia dos sindicatos, na *primeira conclusão* de Marx, ocorria pelo fato de eles efetuarem um tipo de ação caracterizado pelo *agir de dentro da dimensão do salário* e concentrar-se em *acordos privados* com capitalistas individuais, o que os tornariam incapazes de conquistar, por exemplo, a redução da jornada de trabalho. Apesar disso, eles não deixariam de ter uma eficácia relativa em questões salariais. Por outro lado, o que ocorre com a *segunda conclusão* de Marx é que a negação da eficácia dos sindicatos é posta no interior de seu único (e típico) âmbito de ação: a esfera da *luta pelo salário*, isto é, pela determinação do valor do trabalho.

Marx utilizou como exemplo o caso dos trabalhadores agrícolas ingleses, para demonstrar qual seria a iniciativa típica dos capitalistas, diante de uma categoria de operários com salários em elevação acentuada (os trabalhadores agrícolas não tinham nenhuma organização sindical, e seus salários possuíam uma forte determinação pelas leis da oferta e da procura).

No período, de 1849 a 1859, os salários agrícolas ingleses se elevaram bastante. Os agricultores não puderam elevar o valor (nem o preço) do trigo no mercado. Ao contrário, devido à abolição das leis do trigo, tiveram que vê-lo baixar. No entanto, o que ocorreu? Marx respondeu:

Mas, durante esses onze anos, introduziram máquinas de todas as espécies, aplicaram novos métodos científicos, converteram uma parte das terras aráveis em pastagens, aumentaram a extensão das herdades e, ao mesmo tempo, o volume da produção; por esses meios e ainda outros,

32. Karl MARX, op.cit., p.81

tendo diminuído a procura do trabalho pelo aumento da sua força produtiva, criaram de novo um excedente relativo da população dos trabalhadores agrícolas.³³

É como se o caso dos trabalhadores agrícolas servisse de alerta para os trabalhadores urbanos, que, embora organizados, tinham ainda, na lei da oferta e da procura, um decisivo componente da determinação de seus salários. De te fabula narratur, diria Marx aos operários organizados em trade unions.

Marx fez uma diferenciação, naquela época, entre os *países coloniais*, no caso dos Estados Unidos, ainda em fase de colonização, onde o nível dos salários era relativamente elevado, porque a lei da oferta e da procura favorecia o operário, e os *velhos países civilizados*, onde o capital domina todo o processo de produção. Nesses países, a lei da oferta e da procura tenderia a não favorecer os operários, em virtude de o capital ter criado um *excedente relativo da população operária*, que pressionaria os salários para baixo. No caso dos Estados Unidos, Marx disse:

Nesses países, faça o que fizer, o capital não pode evitar que o mercado de trabalho esteja constantemente desabastecido, pela transformação permanentemente dos operários assalariados em lavradores independentes, com fontes próprias de subsistência.³⁴

No caso da Inglaterra, exemplo típico dos "velhos países civilizados", o resultado era outro. O caso da agricultura inglesa, no período de 1849-1859, foi paradigmático para Marx: o emprego da máquina (e outros métodos empregados para aumentar as forças produtivas) demonstrou ser o *método geral*, verificado "mais ou menos rapidamente", como disse Marx, de reação do capital contra os aumentos de salários (Marx chegou a fazer referência ao economista inglês David Ricardo, que tinha observado, "muito apropriadamente", que a máquina está em competição contínua com o trabalho e, muitas vezes, só pode ser introduzida quando o preço do trabalho, isto é, os salários, atingiu um certo nível).

A introdução da máquina, entre outros *métodos de incremento da produtividade do trabalho*, seria produto de uma tendência histórica da produção sob a dominância do capital: a tendência do crescente desenvolvimento das forças produtivas, do *recuo das barreiras naturais*, que sob o capitalismo tenderia a criar um excedente relativo da população operária, que faz com que a lei da oferta e da procura favoreça os capitalistas. O desenvolvimento das forças produtivas, que está na própria essência do movimento do capital, tenderia a "simplificar" o trabalho qualificado, desvalorizando-o.

Além disso, há um outro aspecto: mesmo havendo uma taxa de salários relativamente alta, a acumulação do capital, sob o efeito do incremento das forças produtivas, tenderia a acelerar-se bastante. Entretanto, nada poderia garantir que a taxa de salários relativamente alta se manteria (ou até cresceria ainda mais, se supormos que a acumulação acelerada de capital fizesse crescer, de forma permanente, a procura pelo trabalho operário).

33. Karl MARX, op.cit., p.82

34. Karl MARX, op.cit., pp.81-82

Marx demonstrou que, embora se acelere a acumulação de capital, diminui, em termos relativos, a procura pelo trabalho operário, ou seja,

paralelamente à acumulação contínua do capital, opera-se uma *mudança progressiva na sua composição*.³⁵

Essa lei, segundo Marx, já tinha sido estabelecida por outros economistas, "de forma mais ou menos exata": Barton, Ricardo, Sismondi, etc. Essa é a *lei da crescente composição orgânica do capital*, desenvolvida por Marx em *O Capital*.

A lei da crescente composição orgânica do capital diz que existe uma tendência, própria à acumulação do capital (e ao desenvolvimento das forças produtivas), de a porção do capital total que consiste em capital constante (no texto de *Salário, Preço e Lucro*, Marx falou em "capital fixo") - máquinas, matérias-primas e meios de produção de todas as naturezas possíveis - aumentar muito mais rapidamente em comparação com a outra porção que consiste em capital variável, a porção do capital empregada em salários, ou seja, na compra de trabalho. Disse Marx:

No desenvolvimento da indústria, a procura do trabalho não segue, portanto, a par da acumulação do capital. Aumenta, sem dúvida, mas numa proporção constantemente decrescente em relação ao aumento do capital.³⁶

Nessas breves indicações, mais desenvolvidas em *O Capital*, Marx procurou demonstrar que, no interior do âmbito de ação dos sindicatos, o da fixação do valor (e preço) da força de trabalho, haveria a forte tendência de surgirem, "mais ou menos rapidamente", obstáculos intransponíveis à luta meramente econômica:

O próprio desenvolvimento da indústria moderna deve necessariamente fazer pender sempre a balança a favor do capitalista em prejuízo do operário e, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista não reside em elevar o nível médio dos salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir, mais ou menos, o *valor do trabalho* para o seu limite mínimo.³⁷

- Não devemos pensar que Marx está defendendo, nesse momento, uma teoria da pauperização absoluta da classe operária. O limite mínimo do *valor* da força de trabalho não é necessariamente o mínimo fisiológico, dado pelos meios de subsistência indispensáveis para a vida e reprodução biológica dos operários. No valor mínimo, já pode estar incorporada uma série de bens de consumo que satisfazem necessidades criadas pelo próprio desenvolvimento histórico e cultural dos operários. A "tendência das coisas dentro deste sistema", na expressão de Marx, impediria que os sindicatos, na medida em que se circunscrevessem à luta meramente econômica, tivessem eficácia em elevar, mais ou menos, de forma contínua, o *valor* da força de trabalho. Já que a tendência geral da produção capitalista consiste em reduzir o valor da força de trabalho para o seu limite mínimo, Marx está afirmando que a tendência do sindicalismo seria tornar-se, cada vez mais, impotente diante do movimento do capital.

35. Karl MARX, op.cit., p.83

36. Karl MARX, op.cit., p.84

37. Karl MARX, op.cit., p.84

O incremento do excedente relativo da população operária, denominado por ele, n' *O Capital*, de *exército industrial de reserva*, tornaria bastante débil o poder de barganha dos sindicatos. A própria lei da oferta e da procura, que tem um peso decisivo, segundo Marx, na determinação dos salários, favoreceria cada vez mais o capitalista em detrimento dos operários. Enquanto permanecessem no âmbito da luta sindical, de caráter meramente econômico, visando tão-somente aumentos de salários (ou contra a sua redução), buscando acordos privados com capitalistas, as lutas operárias tenderiam a possuir limites estruturais, postos pelo próprio desenvolvimento do capital. Enfim, agindo "no interior" da dimensão posta pela categoria salário, *o operário pode muito pouco*, segundo Marx.

Na perspectiva dele, é preciso ir além da dimensão do salário, isso significa, *num primeiro momento*, organizar ações políticas gerais da classe operária, do tipo de intervenções legislativas, cuja maior vantagem seria exercer uma pressão operária "de fora" contra os capitalistas, de fora dessa dimensão econômica propriamente dito, que está sob a dominância do salário e suas mistificações. Seria nesse âmbito, segundo Marx, que se tornaria efetiva a luta pela legislação fabril (por exemplo, a limitação da jornada de trabalho).

No entanto, para Marx, a *ação política*, de caráter geral, deveria, *num segundo momento*, ir além da mera reforma do sistema industrial. Ela teria que possuir, como meta final, a abolição do próprio sistema de trabalho assalariado, sob pena de deparar-se, tal como a luta sindical, com obstáculos intransponíveis postos pelo movimento do capital. Enquanto se mantiver sob a *forma da política*, a ação operária não teria abandonado ainda o caráter de *defensividade*, típica da luta sindical.

Embora Marx tenha reconhecido a eficácia superior da política em erguer efetivos *obstáculos* à sanha implacável do capital, ele não deixou de colocar a possibilidade de o próprio capital tender a ultrapassar tais *obstáculos*, na medida em que a política se mantivesse apenas como fim (em uma interessante passagem de *O Capital*, Marx afirmou: "O mecanismo da produção capitalista remove [beseitigt] os obstáculos [die Hindernisse] que ele mesmo cria temporariamente."³⁸).

6.5. A necessidade das lutas econômicas

Marx não deixou de ressaltar que a classe operária *não* devia renunciar a defender-se das "usurpações do capital" e

abandonar os seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe oferecerem para melhorar a sua situação temporariamente.³⁹

Enfim, é preciso, apesar de tudo, manter as lutas por "salários normais", afinal, destacou Marx, essas lutas

representam incidentes inseparáveis do sistema do salariato no seu conjunto, que, em 99% dos casos, os seus esforços para elevar o salário não passam de tentativas para manter o valor atribuído ao trabalho e que a necessidade de discutir o seu preço com o capitalista está ligado à condição que obriga a vender-se como uma mercadoria.⁴⁰

38. Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, Volume II, p.720 (MEGA, II, 6, p.567)

39. Karl MARX, *op.cit.*, p.84

É a própria condição de trabalhadores assalariados, proprietários da mercadoria-força de trabalho, que *obrigava* os operários a discutirem o seu preço com o capitalista. Eles não poderiam fugir, ou renunciar, à lógica das coisas. Na proposição de Marx, persiste um forte sentimento, não de desprezo, mas de descrença na eficácia das lutas sindicais em mudarem a condição real da classe operária. Por isso, o que parece dar um verdadeiro sentido a essas lutas operárias, no fundo, são os seus resultados *políticos e morais* para a classe operária.

A classe operária, se renunciasse às lutas contra as usurpações do capital, se não fizesse nenhuma reação contra os movimentos prévios do capital,

ver-se-ia degradada numa massa informe, esmagada, de seres famintos para os quais não haveria salvação.

Na perspectiva de Marx, a revolução social não poderia ser feita por homens lúmpen-proletarizados, sem nenhuma confiança em si mesmos, na sua capacidade coletiva de reagir a essa degradação, cuja única salvação não estivesse neles mesmos, mas em entidades ou pessoas acima deles (o Estado, o Imperador, Deus). A luta sindical teria, para Marx, a capacidade de dar uma lição *moral* aos operários, ensiná-los a agir coletivamente, de forma organizada, conscientes de seu poder enquanto classe que produz a riqueza social:

Se a classe operária cedesse covardemente no seu conflito diário com o capital, privar-se-ia sem dúvida da possibilidade de empreender movimentos de maior envergadura.⁴¹

Eis o valor da luta dos sindicatos para Marx. A sua posição, originária na década de 1840, presente nas obras *A Miséria da Filosofia*, manuscrito *Salário* e no *Manifesto Comunista*, persistiu nos escritos da maturidade. Dela, Marx tirou a resposta para a pergunta sobre a origem da consciência de classe necessária, da *consciência revolucionária* de novo tipo.

Seria através das lutas cotidianas das organizações operárias, nascidas da resistência contra as usurpações do capital, que poderia vir a *força moral*, que constituiria a verdadeira consciência revolucionária. Dos movimentos corajosos, que os operários levariam diariamente contra o capital, poderia vir a iniciativa de "movimentos de maior envergadura".

Ao final da exposição de *Salário, Preço e Lucro*, após destacar o valor das lutas cotidianas dos sindicatos, seu valor moral (e material), Marx alertou:

Os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam paliativos, e não a cura da doença.⁴²

Enfim, ele destacou que o perigo está em deixar-se absorver "exclusivamente" pelas

escaramuças inevitáveis provocadas pelas usurpações ininterruptas do capital ou pelas variações do mercado.⁴³

40. Karl MARX, op.cit., p.84

41. Karl MARX, op.cit., p.84

42. Karl MARX, op.cit., p.85

É como se houvesse uma tendência irresistível de os operários se deixarem absorver "exclusivamente" pelas lutas sindicais; como se o cotidiano dos trabalhadores assalariados, tendesse a reforçar, ou fazê-los envolver-se, tão somente, com a luta contra as usurpações do capital, achando que poderiam, desse modo, alterar a *lógica das coisas* (inclusive, a luta defensiva contra as usurpações do capital poderia assumir a forma da política).

6.6. A consciência revolucionária

O objetivo imediato de Marx, em *Salário, Preço e Lucro*, foi denunciar os limites do sindicalismo (sem deixar de reconhecer, como vimos, seu valor). Por outro lado, ele apresentou-nos, a necessidade da "ação política geral" da classe operária como a única capaz de, por meio de uma intervenção legislativa, fixar a limitação da jornada de trabalho, o que os sindicatos e suas lutas isoladas, corporativas, de caráter privado, não poderiam fazer.

Entretanto, como destacamos; o caráter de *ação política* da classe operária não é suficiente, por si só, para tomá-la uma ação contra a lógica do capital. Ela ainda seria uma ação *defensiva*, embora de eficácia superior, contra os abusos dos capitalistas. Enfim, palavras de ordem como "um salário justo" ou "um dia de trabalho justo" não deixam de ser "conservadoras". Elas mantêm a "servidão geral que o regime de salariedade implica aos operários."⁴⁴ Mesmo uma "ação política geral", via intervenção legislativa, que fixe uma limitação para o dia de trabalho e crie uma legislação fabril, conquista efetuada, por exemplo, pelos operários das indústrias têxteis (ou pelos proletários das minas), mantém, é claro, o *factory system*, a condição de mercadoria da força de trabalho.

Desse modo, o que interessa, de fato, para Marx, é a natureza real dos objetivos: se mantém (e reforça) ou não o *regime de trabalho assalariado*. O que Marx enfatizou, no decorrer de sua intervenção política na AIT, foi a palavra de ordem *abolição do salariedade*, que, segundo ele, deveria ser inscrita nas bandeiras dos sindicatos.

De certo modo, a *ação sindical*, que trata apenas das "escaramuças inevitáveis provocadas pelas usurpações ininterruptas do capital ou pelas variações do mercado", e as *lutas políticas*, que visam apenas criar uma legislação fabril, favorável ao trabalho, por mais importantes que sejam, pertencem ao universo da *consciência contingente* dos operários. São formas de ação coletivas dos operários, que têm a sua importância, como destacamos anteriormente, mas que, segundo Marx, "lutam apenas contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos". A causa desses efeitos (isto é, o estranhamento, exploração e precariedade da condição operária) estaria no próprio *regime do salariedade*.

Se a *luta política* e a prática sindicalista são *necessidades estruturais* do ser operário, ligadas à condição que o obriga a vender-se como uma mercadoria, a *luta revolucionária* ("a que deve subordinar-se como *meio* todo movimento político", como destacou Marx) teria que ser, de certo modo, uma exigência *moral* para os operários, tendo em vista que a tarefa de abolição do salariedade, não estaria posta, de forma espontânea, diante do movimento operário. Enfim, ela pressupõe uma

43. Karl MARX, op.cit., p.85

44. Karl MARX, op.cit., p.86

escolha do trabalhador assalariado, que o coloque acima da estrutura do cotidiano capitalista (marcado pelo *fetichismo da mercadoria*).

Essa exigência moral, para Marx, não seria de caráter subjetivo (ou utópico), mas sim substancialmente *objetiva*, ou seja, as condições de sua realização plena estariam inscritas no próprio real:

Impõem-se que compreendam que o regime atual, com todas as misérias que o oprimem, origina ao mesmo tempo *as condições materiais e as formas sociais* necessárias para a reconstrução econômica da sociedade.⁴⁵

Percebemos que Marx iniciou afirmando que *impõem-se que compreendam*, o que demonstra a necessidade de condições *exteriores* para a emergência da *consciência revolucionária*. Tal como a consciência política, a consciência revolucionária "age de fora", no entanto, ela não pertence à lógica da mercadoria. A *consciência política*, que toma a si mesmo como fim, que não põe em questão o regime do capital, continua, na verdade, no interior da lógica do trabalho assalariado (ela apenas "age de fora" da esfera econômico-corporativa imediata).

Uma das *condições exteriores* necessárias para a emergência da consciência revolucionária seria a própria luta de classe. Um exemplo dado pelo próprio processo histórico foi a Comuna de Paris, em 1871. Disse Marx:

A Comuna era, essencialmente, um governo da classe operária, fruto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política afinal descoberta para levar a cabo a emancipação econômica do trabalho.⁴⁶

Mais adiante, ele afirmou:

A classe operária não esperava da comuna nenhum milagre. Os operários não têm nenhuma utopia já pronta para introduzir *par décret du peuple*. Sabem que para conseguir sua própria emancipação, e com ela essa forma superior de vida para a qual tende irresistivelmente a sociedade atual, por seu próprio desenvolvimento econômico, terão que enfrentar longas lutas, toda uma série de processos históricos que transformarão as circunstâncias e os homens.

E finalizou, destacando:

Eles [os operários] não têm que realizar nenhum ideal, mas simplesmente libertar os elementos da nova sociedade que a velha sociedade burguesa agonizante traz em seu seio.⁴⁷

Para Marx, essa "imposição" de uma consciência revolucionária, seria dada pelo processo histórico da luta de classes (e menos pelo *partido*), uma "imposição" que faria com que os operários compreendessem que, apenas libertando-se do regime do salariedade, eles poderiam emancipar-se da servidão geral posta pelo capital.

45. Karl MARX, op.cit., p.86

46. Karl MARX, *Guerra Civil em França*, Obras Escolhidas, vol.2, p.83

47. Karl MARX, op.cit., p.84

O texto de *Salário, Preço e Lucro*, finalizou com uma proposta de resolução de Marx, nos seguintes termos (destacamos o item 3, que nos interessa):

Os "Sindicatos" atuam com utilidade como *centros de resistência* às usurpações do capital. Deixam em parte de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, *ao mesmo tempo*, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como de uma *alavanca* para a emancipação definitiva da classe trabalhadora, isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado.⁴⁸

48. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, pp.85-86



Os sindicatos como *centro de organização da classe operária* - "Os sindicatos - seu passado, presente e futuro" (1867) -

No início de 1866, pouco mais de um ano após ter pronunciado a sua palestra intitulada *Salários, Preço e Lucro*, Marx escreveu, para os delegados do I Congresso da Associação Internacional dos Trabalhadores, celebrado em Genebra, de 3 a 8 de setembro de 1867, algumas "Instruções". Foram onze pontos: sobre a organização da Associação Internacional; sobre a união internacional dos esforços pela luta entre o capital e o trabalho, com a ajuda da AIT; sobre a limitação da jornada de trabalho; sobre o trabalho dos jovens e das crianças (de um e outro sexo); sobre o trabalho cooperativo; sobre *os sindicatos - seu passado, presente e futuro*; sobre os impostos diretos e indiretos; sobre o crédito internacional; sobre a questão polaca; sobre os exércitos e sobre a questão religiosa (o Congresso aprovou seis dos onze pontos, entre eles o dos sindicatos).

Interessa-nos tratar do item 6 - o que se refere aos *sindicatos - seu passado, presente e futuro*. Nessas instruções, Marx apresentou o seu ponto de vista clássico sobre os *limites (e o valor)* do sindicalismo, inclusive destacando que os sindicatos poderiam se tornar verdadeiros *centros de organização* da classe operária (em *Salário, Preço e Lucro*, ele disse que eles poderiam servir como "alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora").

De início, Marx tratou do *passado* das *trade unions*, destacando seu valor enquanto meio de defesa contra as usurpações do capital. Disse ele:

O capital é poder social concentrado, enquanto o operário apenas dispõe de sua força de trabalho individual. O contrato entre o capital e o trabalho nunca pode portanto ser feito em bases equitativas e justas, numa sociedade em que a propriedade sobre os meios materiais de vida e trabalho se contrapõem à força produtiva viva. O único poder social dos operários é a força de seu número. Mas a força do número é anulada pela falta de unidade. A desunião dos operários é criada e mantida pela *inevitável concorrência entre eles mesmos*.¹

Nesse momento, Marx demonstrou a falácia do *contrato individual de trabalho*, a forma de contrato entre o capital e o trabalho, difundido nos primórdios do capitalismo industrial. Na perspectiva dele, esse preceito liberal não é, de forma nenhuma, "justo e equitativo", como poderiam propagar os ideólogos da burguesia. O operário que negocia com o capitalista, de forma individual, não vale nada - sequer chega a ser um indivíduo, no sentido pleno da palavra. O capitalista só o reconhece como "força de trabalho" à merce da exploração do capital. Ao se associarem, os operários

1. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.19

podem exigir, por exemplo, um *contrato coletivo de trabalho*, obtendo, deste modo, um melhor poder de barganha com o capitalista (como muitos sindicatos conquistaram).

No entanto, Marx põe em questão não apenas o contrato individual, mas também o *contrato coletivo de trabalho*. Enfim, qualquer "contrato entre o capital e o trabalho nunca pode ser feito em bases justas", numa sociedade em que "a propriedade sobre os meios materiais de vida e trabalho se contrapõem à força produtiva viva."

Por outro lado, o valor das coalizões operárias foi destacado por Marx, noutra perspectiva - primeiro, a idéia de que o operário individualmente nada pode contra o poder social do capital. Depois, a idéia de que o único poder social dos operários é a força de seu número, dada pela sua associação, que vence, desse modo, a *concorrência* que existe entre eles. É interessante que, como Marx assinalou noutro lugar, é só através dessa associação que os operários podem recuperar a sua individualidade, perdida diante do poder social do capital. A própria condição de operários, trabalhadores assalariados, alienados de seus meios materiais de vida e trabalho, exige que, para tornarem-se *indivíduos*, no sentido pleno da palavra, devem vencer a concorrência que existe entre eles. devem se associar, deixando de ser uma massa de "indivíduos" impotentes e degradada diante do poder social concentrado do capital.

Marx destacou: "O único poder social dos operários é a força de seu número". É uma tese clássica de Marx (e Engels). Na medida em que os operários se unem, se associam, eles adquirem um poder social, capaz inclusive de transformar a sociedade em que vivem. A consciência da "força de seu número", de sua unidade, nasceu das primeiras coalizões, nascidas da luta contra as usurpações cotidianas do capital. Este, portanto, é o valor originário dos sindicatos: eles dão a consciência elementar da força da unidade operária contra o poder social do capital.

Marx prosseguiu:

Os sindicatos nasceram, originariamente, dos esforços *espontâneos* dos operários interessados em eliminar esta concorrência ou, ao menos, limitá-la, para poder impor condições contratuais que, pelo menos, elevem a situação dos operários acima de meros escravos. Os objetivos imediatos dos sindicatos de ofício se limitavam, portanto, a exigências cotidianas, aos meios para defender-se dos constantes abusos do capital, em uma palavra, às questões de salário e do tempo de trabalho [o grifo é de Marx].²

Nesse momento, Marx tratou da atuação originária das *trade unions*, associações operárias que buscavam, de início, "impor condições contratuais" mais razoáveis para os operários organizados. Seus interesses eram, portanto, vinculados, de forma exclusiva, às questões econômicas propriamente ditas - salário e jornada de trabalho. Foram esses os objetivos originários das primeiras coalizões operárias.

No entanto, Marx considerou que o apego exclusivo às exigências cotidianas, à luta pelo salário e pela jornada de trabalho, por parte dos sindicatos, pertencia, como ele disse, a "seu passado". Naquela época, os sindicatos ingleses começavam a ter, de forma efetiva, uma maior atuação política, principalmente apoiando a luta pelo sufrágio universal (como destacamos, ocorreu a formação de

2. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional, p.19

diversos órgãos políticos, tais como a National Reform League e a National Reform Union, apoiados pelos líderes sindicais). Enfim, para Marx, a mera atuação economicista dos sindicatos, poderia ser coisa do passado.

É claro que Marx fez uma necessária mediação entre a atuação originária (e necessária) dos sindicatos, suas lutas por salários e jornada de trabalho, e sua iniciativa política:

Esta atividade dos sindicatos [as suas lutas por salário e tempo de trabalho - G.A.] não é apenas legítima, mas também necessária. Não é possível renunciar a ela enquanto existir o modo de produção capitalista.³

Essa última observação de Marx é muito interessante, isto é, ele afirmou não apenas a *legitimidade*, mas a *necessidade* da luta econômica dos operários contra as usurpações do capital (impedir que os operários se tornem "meros escravos", com todas as suas implicações sobre a saúde moral e espiritual deles).

Logo a seguir, Marx tentou demonstrar a importância da generalização (e coordenação centralizada) dos sindicatos. Punha a necessidade de eles saírem do isolamento local, generalizando (e unificando) suas atuações, em nível nacional e internacional:

É necessário, pelo contrário, generalizá-la mediante a fundação dos sindicatos e sua coordenação em todos os países.

Mais tarde, seria apresentado na AIT um projeto para organizar uma coordenação internacional para os sindicatos. Além disso, naquela época, os sindicatos tinham uma maior difusão apenas na Inglaterra, e mesmo assim apenas uma minoria da classe operária inglesa estava organizada em trade unions. Marx propôs, portanto, que a AIT incentivasse a fundação de sindicatos e depois, que criasse uma coordenação entre os sindicatos de todos os países. A idéia era generalizar (e desenvolver), ao máximo, a consciência de classe originária, vinculada àquilo que os operários sentem quando tomam consciência da "força de seu número", oriunda da associação e luta contra as usurpações do capital.

Este seria o valor moral dos sindicatos: dar confiança aos operários, demonstrar-lhes que eles seriam plenamente capazes de transformar as condições sociais adversas nas quais viviam. A força organizada dos sindicatos demonstrava, por meio da prática de luta, que o poder social dos operários é a "força de seu número", de sua unidade. A esperança de Marx era de que o desenvolvimento do movimento operário, a criação de sindicatos, a sua difusão entre a grande massa de trabalhadores assalariados, a generalização das lutas operárias, em nível nacional, tenderia a dar origem a uma *consciência de classe*, uma consciência social de novo tipo, não identificada com a mera consciência corporativista comum à prática sindicalista.

Marx destacou que, mesmo que os sindicatos não tivessem consciência de serem *centros de organização da classe operária*, eles eram mais do que aparentavam ser - meras coalizões operárias de resistência às usurpações do capital. Disse Marx:

De outra parte, os sindicatos, *sem que se dêem conta disso*, se convertem em *centros de organização da classe operária*, como foram para a burguesia as comunas e as municipalidades medievais. E se os sindicatos são necessários para a guerra de guerrilha entre o capital e o trabalho,

3. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional

são ainda muito mais importante como *força organizada para acabar com o sistema de trabalho assalariado e com a dominação do capital*. (os grifos são nossos)⁴

Na medida em que se generalizassem e se difundissem entre os operários os sindicatos se converteriam em "centros de organização" da classe operária. É curioso que Marx tenha dito que, isso poderia ocorrer sem que os sindicatos se dessem conta (tal como disse em *O Capital* - "eles fazem, mas não o sabem"). Na medida em que se generalizassem, se difundissem, os sindicatos começariam a dissolver a ordem burguesa por dentro, tal como as "comunas e municipalidades medievais" fizeram com a ordem feudal.

Esse é sentido profundo do paralelo histórico, percebido por Marx, entre os sindicatos e as comunas medievais: os sindicatos funcionariam enquanto "centros de organização" da classe operária, tal como as comunas medievais funcionaram enquanto centros de organização da burguesia. Portanto, esses *locus* de organização da classe operária teriam superado a *forma-sindicato* propriamente dita e teriam o potencial de transformarem-se em "força organizada para acabar com o sistema de trabalho assalariado e com a dominação do capital". Enfim, transformarem-se em organização de massa do proletariado inglês, baseado num programa, cujo lema fosse "abolição do salariado".

De fato, as esperanças de Marx não se cumpriram. Desde os primórdios da década de 1850, havia uma forte tendência de "integração" dos sindicatos à ordem burguesa e, durante a década de 1860, a atuação política dos líderes operários visava apenas a plena legalização dos sindicatos, a revogação de leis anti-operárias, como a *Master and Servants Act*, e a conquista de direitos políticos para os operários organizados. Não estava posto no horizonte ideológico deles, a idéia de "acabar com o sistema de trabalho assalariado e a dominação do capital".

No subtópico seguinte, sobre o *presente* dos sindicatos, Marx constatou que eles permaneciam ainda muito vinculadas à lutas meramente econômicas, não tendo tomado consciência do seu potencial político, capaz de pôr em questão o próprio sistema de trabalho assalariado. Disse ele:

Até agora os sindicatos têm-se ocupado exclusivamente das lutas locais e diretas contra o capital e ainda não têm compreendido plenamente que força representam na luta contra o sistema de escravidão assalariado. Por isso têm-se mantido distantes dos movimentos gerais, sociais e políticos.⁵

Pode ser que o apelo de Marx tenha se dirigido à parcela de sindicatos que não tinham aderido ainda às entidades políticas de luta pelo sufrágio universal, criadas desde os primórdios da década de 1860. É provável que uma parcela significativa de *trade unions* ainda permanecesse distante desses movimentos sociais, de caráter político, tendo em vista que havia, entre elas, uma longa tradição de não se envolver com *política*, ou separar a luta política das questões sindicais.

Alguns proeminentes líderes dos sindicatos, tais como George Odger e Richard Applegarth, do *London Trade Council*, por exemplo, defendiam, desde os primórdios da década de 1860, que os sindicatos deveriam apoiar movimentos políticos, tais como a luta pelo sufrágio universal. A posição dos líderes dos principais sindicatos de Londres tornou-se algo promissor para Marx, tendo em vista

4. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.252

5. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.20

que as trade unions tinham uma longa tradição de manter-se afastadas dos *movimentos gerais*, sociais e políticos, concentrando-se apenas nos assuntos corporativos. Por isso, as agitações políticas que ocorreram durante a década de 1860, os comícios públicos promovidos pelos líderes sindicais, de apoio aos nortistas na Guerra Civil Americana, à insurreição polonesa, etc., e a própria fundação da AIT, significavam que algo estava mudando no cenário do movimento operário inglês. Marx mantinha a esperança de que os exemplos dados pelos principais sindicatos de Londres (e do norte da Inglaterra) pudessem ser seguidos por outros. Por isso, nesse subtópico, tratando ainda do *presente* dos sindicatos, afirmou:

Nos últimos tempos, os sindicatos parecem ter despertado, sem dúvida, a consciência de sua grande missão histórica, como o indica, sua participação no recente movimento político da Inglaterra, a concepção mais elevada de sua função nos Estados Unidos e o seguinte acordo da grande Conferência de delegados dos sindicatos celebrado há pouco em Sheffield.⁶

A seguir, Marx citou, literalmente, uma passagem do acordo da Conferência dos Sindicalistas em Sheffield, onde uma parcela significativa dos operários organizados, davam seu apoio à Internacional.

Mas, o que significava, de fato, para o movimento operário (e para o desenvolvimento presente dos sindicatos) cada um desses fatos citados por Marx?

7.1. A agitação política da década de 1860

Ao escrever essas "Instruções", que foram publicadas em março de 1867, Marx estava presenciando um fervilhar político de grandes proporções por toda a Inglaterra. A luta pelo sufrágio universal, levada a cabo pelos órgãos políticos, apoiados pelos líderes das trade unions, tanto em Londres como em outras partes do país, tinha chegado em seu momento decisivo durante os anos de 1866 e 1867 (em fevereiro de 1866, Russel e Gladstone, os líderes dos liberais no parlamento, apresentaram um projeto de lei que concedia uma modesta extensão do direito de voto para os operários. A rejeição dessa lei e a queda do gabinete liberal, através da combinação dos *Tories* com *Whig* dissidentes, precipitaram a agitação em massa pela Reforma).

Nessas "Instruções", Marx destacou a participação dos sindicatos durante o "recente movimento político na Inglaterra". Ele estava fazendo referência à campanha democrática pela new Reform Bill (e os diversos comícios políticos de apoio aos nortistas na Guerra Civil Americana, em 1862, de apoio à insurreição polonesa, em 1863, de recepção a Garibaldi, líder nacionalista italiano, que visitou Londres em 1864). Desde fins da década de 1858 e primórdios da década de 1860, como temos destacado, a demanda pelo *manhood suffrage* cresceu entre os líderes operários. Presenciamos, nesse período, a criação de órgãos políticos, apoiados pelos líderes dos sindicatos, alguns em aliança com lideranças das classes médias radicais.

A primeira iniciativa política dos líderes das trade unions ocorreu, em outubro de 1862, com a criação do *Manhood Suffrage and Vote by Ballot Association*, com a participação exclusiva de operários (apesar de terem sido convidados, os grupos políticos da classe média radical não aceitaram participar, pois não concordaram com o programa político apresentado pelos sindicalistas). Foi uma

6. Karl MARX, Friedrich ENGELS, p.20

iniciativa dos líderes dos sindicatos de Londres, associados com o London Trade Council. Em 1865, esse órgão político se transformaria na National Reform League (apesar de a N.R.L. ter incluído alguns membros da classe média radical, ela permaneceu como uma organização tipicamente operária). A N.R.L. só tinha expressão organizativa em Londres e algumas regiões do sul da Inglaterra (no norte da Inglaterra, um órgão político de apoio à luta pelo sufrágio universal, surgiu em 1864 - a National Reform Unions, sob a hegemonia da classe média radical). De certo modo, a criação da N.R.L., em Londres, procurou contrabalançar a fundação da N.R.U., em Manchester.

Por outro lado, em 1865, em Londres, seria criada a London Working Men's Association, iniciativa de George Potter e Robert Hartwell. (George Potter, líder operário, era editor do Beehive, prestigiado jornal de sindicalistas em Londres, e rival da Junta, que dominava o London Trade Council). Potter estava na liderança política dessas manifestações de trabalhadores (muitas vezes, a National Reform League e o London Trade Council eram obrigados a acompanhá-lo). Foi Potter que organizou em 1867 uma Conferência Nacional de Trade Unions (com a presença dos líderes dos sindicatos do norte da Inglaterra), precursora do Trade Union Congress (T.U.C). Sua iniciativa visava envolver ainda mais os operários organizados na luta pelo direitos políticos. De fato, havia uma crescente - e inesperada - onda de militância pela causa democrática, que assustava as próprias lideranças políticas da classe média radical e os líderes mais moderados da National Reform League (o clímax dessas manifestações de massa ocorreu em 6 de maio de 1867 com a grande manifestação popular, de 150.000 pessoas que marcharam até o Hyde Park exigindo o manhood suffrage). Foi a L.W.M.A., de Potter, que, após o Reform Act de 1867, lançou a proposta de candidatos operários para o Parlamento inglês (já nas eleições gerais de 1865, proeminentes sindicalistas de Londres fizeram campanha em favor de candidatos liberais, que apoiavam a causa dos sindicatos e o manhood suffrage).

A primeira Reform Act ocorreu em 1832, concedendo o direito de voto à burguesia e excluindo os operários. Depois da série de manifestações de massa pelo sufrágio universal, em 1866 e 1867, o governo conservador de Disraeli concedeu, sob pressão, uma new Reform Act, de 1867, ainda insuficiente, mas que satisfazia uma parcela importante da classe operária inglesa. A new Reform Bill deu o direito de voto apenas para os operários mais qualificados, os artífices especializados, excluindo a massa dos trabalhadores pobres das cidades e os trabalhadores rurais.

Foi durante esse período de fervilhar político que teve o seu clímax em 1866 e 1867, que ocorreu em Sheffield, essa Conferência de Trade Unions à qual Marx fez referência em suas "Instruções" (da conferência de sindicalistas, ocorrida de 17 a 21 de julho de 1866, participaram cerca de 138 delegados, que representavam 200 000 operários organizados). Nesse encontro foi aprovada uma resolução recomendando que os sindicatos lá representados, se afiliassem à Internacional. Os operários organizados, reunidos em Sheffield, reconheciam, portanto, o valor e a importância da AIT - segundo eles, a Internacional estava "interessada em unir em fraternal confederação comum os operários de todos os países." A resolução tirada em Sheffield foi muito significativa para Marx (embora, poucos dos sindicatos lá representados tenham seguido efetivamente essa recomendação).

Durante o ano de 1866, a Internacional mostrou, pela primeira vez, o que os operários ingleses viam como sua principal vantagem: a capacidade de evitar a introdução de trabalhadores anti-greves do continente europeu. Numa carta a Liebknecht, Marx disse que

essa demonstração da eficácia direta da Internacional não deixou de impressionar a ela mesma sobre o espírito prático dos ingleses.⁷

O exemplo típico foi o sucesso da greve dos operários alfaiates em Londres, devido aos esforços da Internacional em impedir a importação de operários fura-greves estrangeiros. Logo após, o sindicato dos alfaiates da capital inglesa pediu sua filiação à AIT. Diversos sindicatos pequenos se juntaram a AIT durante essa época (a própria recomendação do Congresso de Trade Unions em Sheffield, em 1866, a que fizemos referência, demonstrou que o fervilhar político parecia estar aproximando os sindicatos da Internacional).

No I Congresso da AIT em Genebra, em 1866, foi informado que 17 sindicatos tinham se unido à AIT e que 13 estavam em negociação. Além disso, durante esse mesmo ano, quando o London Trade Council decidiu participar, enquanto entidade sindical, da agitação política em prol da Reforma Eleitoral, Marx viu a possibilidade de atrair o poderoso conselho de trade unions para a AIT. Disse ele, numa carta a Kugelmann:

Se pelo menos o London Trade Council pudesse ser persuadido a se filiar [à Internacional], o controle da classe operária aqui será em certo sentido transferido para nós e seremos realmente capazes de levar o movimento para a frente.⁸

Enfim, todos esses fatos, que pontuam a conjuntura política de 1866, demonstram que Marx tinha diante de si, durante aquela época, a perspectiva de atrair os sindicatos para o movimento político da AIT.

Finalmente, as "Instruções" de 1867, apresentadas por Marx, fazem referência a uma "concepção mais elevada" dos sindicatos nos Estados Unidos. Nesse caso, ele tem em mente o fato de que, durante a Guerra Civil Norte Americana, os sindicatos apoiaram a luta dos Estados do Norte contra os escravistas. Enfim, elas tiveram uma importante participação política, demonstrando a capacidade dos operários organizados em intervirem nos acontecimentos históricos de relevância para o destino do movimento operário, deixando de lado o exclusivismo das lutas meramente econômicas, locais e diretas contra os capitalistas.

Tanto o exemplo dos sindicatos norte-americanos, como a declaração dos operários organizados, da conferência de Sheffield, e principalmente a participação política de lideranças operárias de Londres em campanhas políticas pelo sufrágio universal, tinham um grande significado para Marx. Finalmente, essas organizações operárias, produto espontâneo das lutas contra as usurpações cotidianas do capital, pareciam estar tomando consciência da "força de seu número", da importância de participar dos movimentos políticos, da qual a Internacional era a expressão mais avançada da época.

7. citado por David McLLELAN, *Karl Marx*, p.393

8. Karl MARX, *Cartas a Kugelmann*, p.185

7.2. As perspectivas de futuro para os sindicatos

No subtópico final, Marx tratou das perspectivas de *futuro* dos sindicatos. Disse ele:

À parte dos fins originários que perseguiram, os sindicatos devem aprender agora a atuar conscientemente como centros organizadores da classe operária, atentos ao grande interesse de sua *total emancipação*. Devem apoiar todo movimento social e político orientado nesta direção. Se se consideram como notórios representantes de toda a classe operária e atuam em consonância com ela, lograrão incorporar nas suas fileiras aqueles que se mantêm fora delas (o grifo é de Marx)⁹

Na perspectiva de Marx, os sindicatos, que participavam dos movimentos sociais mais amplos, visando a emancipação política, por meio da conquista do direito de voto, por exemplo, deviam

aprender agora a atuar *conscientemente* como centros de organização da classe operária, atentos ao grande interesse de sua *total emancipação*.

Se, no presente, os sindicatos, "sem que se dêem conta disso", convertem-se em "centros de organização da classe operária" (afinal, eles eram a vanguarda da organização do movimento político pela nova Reform Bill), no futuro, alertava Marx, eles deviam atuar "conscientemente", atentos à função de "centro organizativo da classe operária", visando a emancipação econômica, entendida por Marx como sendo a *total emancipação* (do qual o "movimento político", como diziam os Estatutos da AIT, servia apenas como "meio"). Estar atento à *total emancipação* significava aderir à AIT, e "apoiar todo movimento social e político orientado nessa direção".

Essa adesão programática à AIT significava, entretanto, que os sindicatos deviam romper com seu caráter exclusivista e corporativo, tão característico dessas organizações operárias. Elas deviam incorporar, em suas fileiras, aquele segmento massivo da classe operária, que se mantinham fora delas. Enfim, ir além da estrutura de *trade union* vigente. Era preciso ir além não apenas da *forma de organização* do sindicalismo de ofício, mas, inclusive, do sindicalismo por ramo de indústria (muito embora essa última forma de estrutura sindical pudesse facilitar a organização política dos trabalhadores). Portanto, a proposta de Marx significava algo que pudesse ir além da mera *forma-sindicato*.

Prosseguiu Marx, destacando o que os sindicatos deviam fazer para tornarem-se, efetivamente, meios para a *total emancipação* da classe trabalhadora:

Devem cuidar zelosamente pelos interesses dos trabalhadores de baixos salários (pior pagos), por exemplo, o proletariado agrícola, a quem as circunstâncias especialmente desfavoráveis condenam à impotência.

E finalizou:

Devem levar ao mundo inteiro o convencimento de que suas aspirações, longe de serem estreitas e egoístas, estão dirigidas à emancipação de milhões de oprimidos.¹⁰

Nesse texto, Marx demonstrou o seu interesse pela organização do *proletariado agrícola*, "cujas circunstâncias especialmente desfavoráveis" os condenavam à impotência diante da usurpação do

9. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional, p.21

10. Karl MARX, Friedrich ENGELS, La Internacional, p.21

grande proprietário de terras. Entre as "circunstâncias especialmente desfavoráveis" de organização dos trabalhadores assalariados rurais ingleses, estava a repressão bárbara da oligarquia latifundiária, contra qualquer tentativa de criar qualquer organização sindical, entre os assalariados rurais (a Internacional promoveria a fundação, em 1869, da *Liga da Terra e do Trabalho*, e na Conferência da AIT em Londres, em 1871, foi aprovada uma resolução, escrita por Marx, que enfatizava a necessidade de a Internacional criar meios para a adesão dos "produtores agrícolas" ao movimento do proletariado industrial).

No início da década de 1870, o movimento dos operários agrícolas ingleses teve um ascenso, inclusive com uma onda de greves vitoriosas. Em maio de 1872, foi fundada a *União Nacional dos Operários Agrícolas*, que reuniu cerca de 100 000 trabalhadores por volta de 1873.¹¹ O interesse de Marx em organizar os proletários agrícolas vinculava-se à sua concepção sobre os mecanismos de acumulação de capital: ele tinha consciência que, uma das principais fontes da superpopulação relativa, do exército industrial de reserva, que tornava cada vez mais perversa a lei da acumulação capitalista, era a população rural

sempre na iminência de transferir-se para as fileiras do proletariado urbano ou da manufatura e na espreita de circunstâncias favoráveis a essa transferência.¹²

Um proletariado agrícola organizado poderia influir nas condições de trabalho e salário da agricultura inglesa, o que poderia ter um reflexo positivo sobre o poder de barganha dos operários industriais urbanos, sobre a formação do exército industrial de reserva (os sindicatos chegaram a compreender a importância desse apoio à luta dos operários agrícolas quando, em 1872, deram ajuda financeira à greve dos trabalhadores do campo, numa conjuntura de forte demanda de mão-de-obra nas cidades, em virtude do desenvolvimento industrial. A vitória dos operários agrícolas poderia evitar o afluxo massivo de trabalhadores para as cidades industriais, o que tenderia a engrossar as fileiras do exército industrial de reserva, diminuindo o poder de barganha do trabalho).

Entretanto, para Marx, além da unidade entre trabalhadores assalariados do campo e da cidade, seria necessária, principalmente, a unidade do próprio proletariado industrial: não apenas entre operários qualificados e não qualificados, mas entre operários ativos e desempregados. Somente desse modo, poderia haver condições para atenuar, ou pôr fim à dinâmica inexorável da lei de acumulação do capital. Assim, a perspectiva de Marx baseava-se em uma compreensão analítica dos mecanismos de reprodução econômica do capital.¹³

Durante o período de 1865-1867, Marx alimentou a esperança de atrair os sindicatos para o movimento político da AIT, conquistá-las para a luta pela *total emancipação* da classe operária. O teor da palestra para o Conselho Geral da Internacional, em 1865, intitulada posteriormente *Salário, Preço e Lucro*, que expomos no capítulo anterior, e as *Instruções aos Delegados* para o Congresso de Genebra, da AIT, de 1866, estão permeados pela perspectiva otimista de Marx. A agitação política na Inglaterra, que culminou com a aprovação de uma *Reform Bill* em 1867 pelo Parlamento inglês, e o

11. Roger DANGEVILLE (org.), *Marx, Engels e o Sindicalismo*, pp.218-219

12. Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, vol.II, p.745

13. Uma passagem interessante está em Karl MARX, *O Capital*, Livro 1, vol.II, p.743

incremento do movimento operário (inclusive com a fundação do Trade Union Congress em 1868), deram a Marx a esperança de que era iminente uma onda revolucionária na Inglaterra. Numa carta a Engels, chegou a dizer:

As coisas estão caminhando e na próxima revolução, que talvez esteja mais perto do que parece, nós (isto é, você e eu) temos esta poderosa máquina em nossas mãos.¹⁴

No entanto, nessa mesma carta, ele chegou a considerar os líderes sindicais ingleses, Odger, Cremer e Potter, como "ambiciosos", o que demonstrava que as coisas no Conselho Geral da AIT não estavam nada fáceis, principalmente o seu relacionamento com os líderes dos grandes sindicatos ingleses.

É preciso esclarecer que no início da AIT, em setembro de 1866, Marx foi proposto como presidente do Conselho Geral da Internacional. Ele não aceitou o cargo, argumentando que o mesmo deveria ser ocupado por um operário manual. Odger acabou sendo eleito para o cargo de presidente do Conselho Geral da AIT. Na verdade, sempre houve uma tensão não resolvida entre as posições políticas de Marx (e seu privilegiamento do movimento político da Internacional) e a prática política dos líderes dos sindicatos. Mais tarde, num discurso contra Odger, na Conferência da AIT em Londres, em 1871, Marx disse:

Durante os últimos cinco anos [portanto, desde 1866 - G.A.], o senhor Odger não havia sabido nada da Internacional, posto que nunca se havia ocupado dos deveres de seu cargo (...) O senhor Odger havia sido o primeiro e o único Presidente da Internacional e jamais havia cumprido com seus deveres: o Conselho Geral havia se arrumado muito bem sem ele; essa foi a razão para o cargo de Presidente ter sido suprimido.¹⁵

De fato, desde 1866, a agitação política da National Reform League envolvia, demasiadamente, os sindicalistas, afastando-os das tarefas da AIT (Odger foi a expressão política típica do sindicalismo inglês, tendo fortes vinculações com os liberais radicais).

Na verdade, os sindicalistas ingleses tinham como objetivo político obter um maior reconhecimento público (e legal) para trade unions. E a luta pela nova Reform Bill era um desses meios políticos (para o segmento do proletariado inglês organizado ter direito de voto era muito mais uma questão de manter o *status social* do que um meio de obtenção de poder político, visando transformar a ordem liberal-burguesa).

Após a vitória política parcial, alcançada com a aprovação da new Reform Bill de 1867, e o reconhecimento parcial dos sindicatos por uma comissão parlamentar em 1868 (com uma crescente mudança na atitude pública para com o sindicalismo, considerado não mais algo que devesse ser extirpado da sociedade inglesa), percebemos, de certo modo, a perda do impulso da AIT na Inglaterra, principalmente da participação ativa de personalidades do mundo dos sindicatos no movimento político da Internacional. Os sindicalistas voltavam-se, cada vez mais, para suas aspirações "estreitas" e "egoístas" (foi em 1868 que se fundou a T.U.C. - Trade Union Congress -, um dos significativos

14. citado por David McLELLAN, *Karl Marx*, p. 403

15. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.562

exemplos do desenvolvimento progressivo do sindicalismo inglês, entretanto, totalmente desvinculado de horizontes revolucionários).

A AIT nunca conseguiu atrair o **London Trade Council**, nem muito menos ter em suas mãos o enorme poder de mobilização das organizações operárias reunidas na T.U.C. O próprio desenvolvimento dos sindicatos (e seu movimento) ocorreu ao largo da história da Internacional. Após o período de agitação política e sindical, com a aprovação da **Reform Bill** e o desaparecimento da ameaça feniana¹⁶; a afirmação da tendência de aceitação pública do sindicalismo (e a vitória dos liberais na eleição parlamentar de 1868, com o apoio de líderes dos sindicatos), significou, de certo modo, o refluxo da AIT na Inglaterra.

Após 1867 ocorreram poucas adesões de sindicatos à Internacional (somente mais três sindicatos filiaram-se a ela). Além disso, a AIT demonstrou sua incapacidade de atrair os operários das indústrias pesadas - os operários das grandes indústrias do norte da Inglaterra, seguros de sua superioridade técnica, não se sentiam ameaçados pela importação de operários fura-greves do continente europeu, como os artífices especializados, que predominavam na cidade de Londres (onde situava-se a sede da AIT). De fato, os sócios da Internacional tendiam a ser compostos mais de operários mais qualificados, do que pelo proletariado industrial das grandes fábricas, concentradas no norte do país.¹⁷ Em 1871, Marx confessou o esvaziamento da influência da Internacional em Londres, declarando que o Conselho Geral da AIT "só mantém contatos, atualmente [em 1871], com os sindicatos de três cidades: Manchester, Birmingham e Sheffield".¹⁸

Marx começou a perceber a incapacidade de infundir nos sindicalistas ingleses a "teoria socialista e a ténpera revolucionária":

Os ingleses contam com todas as condições necessárias para a revolução social. O que lhes falta é o espírito generalizador e a paixão revolucionária.¹⁹

Em 1870, Marx defendia que a direção do movimento político da Internacional na Inglaterra estivesse nas mãos do Conselho Geral e não de um Conselho Federal inglês. Ele considerava a Inglaterra, um país de posição estratégica no cenário capitalista mundial, exigindo desse modo que a política da AIT nesse país, ficasse a cargo do próprio Conselho Geral. Chegou a dizer que a Inglaterra

é o único país onde a luta de classes e a organização da classe operária através de **trade unions** adquiriram um certo grau de maturidade e universalidade.

Mais adiante, disse:

Estando situado o Conselho Geral na posição feliz de poder operar diretamente sobre este *grande fermento da revolução proletária que são os sindicatos*, seria uma loucura, para não dizer um crime, deixar em mãos puramente inglesas.²⁰

16. Os fenianos eram os membros militantes do movimento pela libertação nacional da Irlanda do Norte, colônia inglesa (o qual Marx alimentava muitas esperanças de ela ser um elemento de precipitação revolucionária na Inglaterra)

17. David McLELLAN, *Karl Marx*, p.411

18. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.564

19. citado por Roger DANGEVILLE, *Marx, Engels e o sindicalismo*, p.103

20. citado em Roger DANGEVILLE, *op.cit.*, p.104

Entretanto, Marx percebia que um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da capacidade revolucionária dos sindicatos era o "caráter inglês" das suas lideranças, que não tinham um "espírito generalizador" e a "paixão revolucionária" que marcava a política da AIT (é interessante que Marx tenha considerado os sindicatos como "o grande fermento da revolução proletária", numa época em que a tendência de "integração" deles à ordem liberal-burguesa afirmava-se plenamente).

Os acontecimentos da Guerra Franco-Prussiana e a derrota da Comuna de Paris, em 1873, iriam significar a ruptura definitiva entre Marx e os líderes dos sindicatos ingleses. A publicação pela Internacional de um "Manifesto sobre a Guerra Civil em França", escrito por Marx, em 1871, ocasionou a renúncia de Odger e Lucraft do Conselho Geral da AIT. De fato, nenhuma *trade union* retirou sua filiação, e o Conselho Geral da Internacional continuava a ajudar ativamente os grevistas. Entretanto, o que se percebia era que os líderes dos sindicatos ingleses afastavam-se cada vez mais da política da AIT, adotando cada vez mais o ponto de vista dos liberais, inclusive apoiando-os nas eleições parlamentares (essa era a grande tendência do pós-1867, quando os operários mais qualificados, organizados em poderosos sindicatos, começaram a votar. Os sindicalistas, em vez de criarem um partido político distinto, como recomendaria a Internacional, nos seus últimos congressos, ficaram a reboque dos liberais de Gladstone, líder do partido Whig).

Finalmente, durante a Conferência da AIT, em Londres, em setembro de 1871, Marx, que sempre foi contra a criação de um Conselho Federal Inglês, desistiu da oposição à sua criação, percebendo que era impossível infundir nos operários ingleses, principalmente nas suas lideranças, o internacionalismo e o espírito revolucionário.

É muito interessante um discurso feito por ele sobre os sindicatos, cujo contraste com as esperanças de 1865-1866, é bastante evidente. Marx falou dos sindicatos durante as discussões que ocorreram na Conferência de Londres, em 1871, com relação a um projeto de resolução do operário francês Pierre Delahaye, ex-*communard*, membro do Conselho Geral da AIT. O projeto de Delahaye incluía a proposta de criar uma Federação Internacional de Sindicatos, visando uma "descentralização administrativa" e fundar uma "verdadeira Comuna do futuro". Marx criticou essa proposta: "A coisa não passou de um bom desejo, mas não poderia ser possível". Nas notas do discurso de Marx foi dito que

agora ele [Marx] está convencido de que os sindicatos não se prestariam a fazer parte de uma federação internacional deste modo. Os sindicatos são uma *minoría aristocrática*. Os trabalhadores pobres não podem pertencer a eles: a grande maioria dos operários, os quais o desenvolvimento econômico empurra diariamente das aldeias para as cidades, permanece durante muito tempo à margem dos sindicatos e os mais pobres jamais podem chegar a pertencer a eles. E o mesmo sucede aos trabalhadores nascidos no *East End* de Londres, onde em cada dez apenas um pertence às *trade unions*. Os camponeses, os operários diaristas, jamais chegam a pertencer a esses sindicatos.²¹

De fato, durante esse momento, Marx fez a mais amarga consideração sobre os limites dos sindicatos, expondo, de maneira muito clara, o caráter exclusivista, "estrito e egoísta" dessas

21. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.564

organizações operárias inglesas. Enfim, elas eram uma "minoría aristocrática". Marx prosseguiu o seu discurso, afirmando que os sindicatos, deixados somente a si mesmos, são impotentes,

serão somente uma minoría. Não têm detrás de si a massa dos proletários, enquanto que a Internacional atua diretamente sobre estes homens.

E arrematou de forma vigorosa:

A Internacional não necessita da organização sindical para ganhar os trabalhadores, pois a idéia da Internacional os apaixona imediatamente. É a única associação que inspira confiança nos trabalhadores.

Portanto, Marx continuava a alertar que, enquanto os sindicatos permanecerem uma "minoría aristocrática", interessados em organizar apenas uma pequena parcela de operários qualificados, eles seriam impotentes. Jamais poderiam se tornar o "centro de organização da classe operária".

Para Marx, o poder dos sindicatos viria da sua capacidade de incorporar a massa dos proletários. Na medida em que isso não ocorresse, "deixados somente a si mesmos", como disse Marx, ou seja, seguindo os princípios tradicionais de organização sindical, sem nenhum vínculo com o *movimento político* (de caráter autônomo), circunscritos à organização local (ou mesmo nacional), eles, os sindicatos, "são impotentes" - impotentes para contrapor-se à lei de acumulação do capital, impotentes para atenuar ou pôr fim a essa dinâmica inexorável posta pelo movimento do capital, que, segundo Marx, tendia a debilitar cada vez mais o poder de barganha dos operários.

Finalmente, Marx destacou que

os sindicatos têm-se mantido à margem do grande movimento revolucionário da Inglaterra.

Ele fazia referência à tradição do cartismo revolucionário, que os sindicatos, principalmente após 1842, sempre se negaram em se incorporar (Marx destacou que os sindicatos possuíam, em seus estatutos, um artigo que lhes proibia envolver-se com política). Para Marx, os sindicatos só "empreendem ações políticas, influenciadas pela Internacional". A natureza da atividade política, para Marx, tinha um sentido muito particular, em comparação com as ações sindicais - eram ações operárias de caráter geral e solidárias, que visavam desenvolver entre os operários uma consciência de classe, como meio de alcançar a *total emancipação*. Enfim, Marx queria dizer que, sem a influência da AIT, os sindicatos não empreenderiam ações políticas, de caráter geral. Ficariam vinculados às suas aspirações "estreitas" e "egoístas", não tendo aquele "espírito generalizador" e a "paixão revolucionária" típica da orientação política da Internacional. Por fim, Marx disse:

A coisa tem mudado desde que existe a Internacional. Se os sindicatos querem fazer uso de sua força, com nossa ajuda [da AIT] podem conseguir tudo.²²

Mas os líderes dos sindicatos não demonstraram interesse em recorrer à ajuda da AIT., tal como pareceu ocorrer durante a segunda metade da década de 1860.

22. Karl MARX, Friedrich ENGELS, op.cit.,564

Numa carta a Kugelmann, em 18 de maio de 1874, quando a AIT não existia mais, Marx teceu algumas considerações sobre a conjuntura do movimento operário nos países europeus. A respeito da Inglaterra, disse o seguinte:

Na Inglaterra, no momento, apenas o movimento operário rural mostra algum progresso; os operários industriais antes de mais nada precisam livrar-se de seus atuais líderes. Quando os denunciei no Congresso de Haya sabia que estava tomando uma atitude impopular, que seria difamado, etc, mas essas consequências sempre me deixaram indiferente. Aqui e ali as pessoas começam a ver que, ao fazer aquela denuncia, apenas cumpria o meu dever.²³

Como vimos, em 1873-1874, o proletariado agrícola conseguiu realizar uma onda de greves bem sucedida em toda a Inglaterra, inclusive com a fundação da *União Nacional dos Trabalhadores Agrícolas*, sob a direção do operário Joseph Arch. Era o segmento da classe operária mais ativo naquela época.

Marx parecia considerar os líderes operários dos grandes sindicatos, como os maiores responsáveis pelas orientações não-revolucionárias dessas organizações operárias. Nos primórdios da década de 1870, os líderes sindicais, líderes operários muito populares (e respeitados pela opinião pública da época), já faziam plenamente a política liberal, não almejando constituir um partido político distinto da classe operária. Quando a influência dos liberais aumentou no seio do proletariado inglês, com adesão completa dos líderes dos sindicatos à política de Gladstone, Marx proclamou, no último Congresso da AIT, em Haya, de 2 a 7 de setembro de 1872, a necessidade de os operários conquistarem o poder político " para erigir a nova organização do trabalho ". Por isso, Marx (e Engels) enfatizou, mais do que nunca, diante da capitulação dos operários mais qualificados à política liberal, a necessidade da constituição de um *partido político* distinto da classe operária, um partido que se diferenciasse dos partidos tradicionais das classes dominantes, que pusesse na ordem do dia a instauração do poder do trabalho.

23. Karl MARX, *Cartas a Kugelmann*, p.309

Os fundamentos científicos dos limites do sindicalismo - O Capital - Crítica da Economia Política (1867) -

É possível pensarmos uma posição marxiana sobre os limites do *sindicalismo* n' *O Capital*? Na verdade, nessa obra clássica, Marx não nos apresentou propriamente uma elaboração sistemática sobre os limites do sindicalismo, nem esse foi o seu objetivo ao escrever *O Capital*. O seu interesse era expor, como ele próprio escreveu, "a lei econômica do movimento da sociedade moderna."¹, as fases de desenvolvimento do capital, "sujeito de um processo" [Subjekt eines Prozesses] que cria a configuração da ordem burguesa.²

Em *O Capital*, Marx fez algumas referências - a maioria das vezes em notas de rodapé - à luta dos operários. Utilizando bastante as informações contidas nos Reports of the Inspectors of Factories, Marx fez referência, no capítulo IV, do livro I, à greve dos estampadores manuais de Paisley e Kilmarnock, na Escócia Ocidental, que, conseguiram, segundo ele, "com uma greve, a redução do prazo para pagamento de salário de um mês para duas semanas."³ (Marx estava tratando do fato de os trabalhadores permitirem ao capitalista consumir a sua força de trabalho, antes de pagá-la, isto é, o trabalhador dá um crédito ao capitalista).

Noutra parte, mais adiante, no capítulo VIII, do Livro I, que trata da Jornada de Trabalho, Marx fez referência à "grande greve dos operários da construção, em Londres [des grossen Strike der London builders], em 1860/1861, para reduzir o dia de trabalho a 9 horas".⁴ Marx utilizou esse exemplo, para demonstrar que, ao lutar pela jornada "normal" de trabalho, o operário está exigindo do capitalista apenas seu direito, como vendedor da força de trabalho, ou seja, os operários só querem que sejam cumpridos o contrato e a lei de troca das mercadorias:

Exijo a jornada normal, pois exijo o valor de minha mercadoria como qualquer outro vendedor,

diria o operário, segundo Marx (segundo ele, o comitê de greve dos trabalhadores da construção publicou um manifesto, com uma argumentação do mesmo teor).

1. Karl MARX, *O Capital*, livro I, vol.1, p.6

2. Karl MARX, *O Capital*, livro I, vol. 1, p.173 (MEGA, II, 6, p.172)

3. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.196

4. *ibidem*, p.264 (MEGA, II, 6, p.241)

Ainda nessa passagem d'*O Capital*, Marx disse que o capitalista possui também o mesmo direito, como comprador da força de trabalho, de prolongar o mais possível a jornada de trabalho. Temos, nesse caso, disse Marx,

uma antinomia, direito contra direito, [eine Antinomie statt, Recht wider Recht] ambos baseados na lei de troca da mercadoria.

E concluiu: "Entre direitos iguais e opostos, decide a força [Zwischen gleichen Rechten entscheidet die Gewalt]".⁵

Nesse mesmo capítulo, Marx apresentou-nos o exemplo dos empregados de padaria [die Bäckergelesen] na Irlanda, que organizaram, às próprias custas, comícios contra o trabalho noturno e aos domingos. Nesse momento, ele está tratando da avidez por trabalho excedente, demonstrada pelos capitalistas. Citando um relatório parlamentar, Marx comprovou a debilidade da luta isolada, de caráter propriamente trade unionista, para conseguir a limitação "normal" da jornada de trabalho. Eis o que disse o relatório citado por Marx:

Os patrões conseguiram derrotar o movimento utilizando seu poder [Ihrer Macht] de pôr na rua os empregados. Em Dublin, os patrões opuseram a mais decidida resistência e, perseguindo os que estavam à frente da agitação, forçaram os demais a ceder, a se conformar com o trabalho à noite e aos domingos.⁶

Logo a seguir, Marx expôs a forma assumida pelo protesto dos trabalhadores agrícolas contra a jornada de 13 a 14 horas de trabalho. Os proletários rurais trabalhavam, segundo ele, "no clima mais rigoroso, com trabalho adicional de 4 horas aos domingos". Disse Marx:

A formação em fins de 1865, de uma Trade Union dos trabalhadores agrícolas [einer Trade's Union unter den Agrikulturarbeitern], começando pela Escócia, é um acontecimento histórico.

E prosseguiu:

Num dos mais oprimidos distritos rurais da Inglaterra, em Buckinghamshire, realizaram os assalariados, em março de 1867, uma grande greve para aumentar seu salário semanal, que oscilava entre 9 e 10 xelins, para 12 xelins.⁷

Ao tratar do "Salário por Peça", no Capítulo IX, do Livro I, Marx fez outra referência aos sindicatos, quando demonstrou a pretensão dos operários ingleses organizados de participarem dos lucros oriundos da melhoria das máquinas (Marx citou uma brochura intitulada *On Combination of Trades*, editada em Londres em 1834, que trazia relatos sobre a luta dos sindicatos). Marx estava procurando demonstrar que os capitalistas repelem veementemente esses tipos de pretensões por parte dos trabalhadores, "tachando-as acertadamente de erro crasso [als groben Irrthum] quanto à natureza do trabalho assalariado [die Natur der Lohnarbeit]".⁸

5. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol. I, p.265 (MEGA, II, 6, p.241)

6. Ibidem, p.285 (MEGA, II, 6, p.256)

7. Ibidem, p.286 (MEGA, II, 6, p.257)

8. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.II, p.646 (MEGA, II, 6, p.518)

O interessante é que todas as referências feitas por Marx expressam *lutas operárias no interior do próprio movimento do capital*, tendo, portanto, um caráter propriamente sindical, onde nesse caso os operários, embora estando em luta, não são *sujeitos*, mas apenas "*suportes*" das relações sociais. Permanecem presos à natureza do trabalho assalariado.

Mesmo no caso da luta pela jornada "normal" de trabalho dos operários da construção, em Londres, em 1860/1861, e dos empregados de padaria na Irlanda, Marx demonstrou seus limites, enquanto permanecerem como uma luta circunscrita à natureza própria do trabalho assalariado. Assim, enquanto não assumirem um caráter político, mas ficarem vinculadas à prática sindical, não assumindo a forma de uma luta da *classe trabalhadora* contra a classe capitalista, as reivindicações operárias serão, tal como a luta por salários, limitadas pelo fato de argumentarem no interior de uma antinomia estrutural. Tanto os operários têm o direito de exigir limitar a jornada de trabalho a uma determinada magnitude como o capitalista tem o direito de prolongar o mais possível a jornada de trabalho. E, como disse Marx, "entre direitos iguais e opostos, decide a força".

Se os operários permanecerem vinculados a um tipo de luta de caráter sindical, como fizeram os empregados de padaria na Irlanda, exemplificado por Marx, suas lutas permanecerão no interior da lógica do capital, da mercadoria-força de trabalho, onde os capitalistas têm toda a força das leis do mercado (e da acumulação do capital) a seu favor. A atitude dos capitalistas durante a greve dos empregados de padarias foi típica - como constatou Marx, eles utilizaram seu "poder de pôr na rua os empregados."

Mesmo no caso dos sindicatos, que exigiam participação nos lucros oriundos do aumento de produtividade (em virtude da introdução de máquinas), Marx não deixou de concordar que os capitalistas têm o direito de considerar isso um absurdo, posto que, nesse caso, os operários não levam em consideração a natureza do trabalho assalariado (para Marx, os capitalistas tacham isso "acertadamente" de crasso erro). Novamente estamos no interior de uma antinomia estrutural, "direitos iguais e opostos", tendo em vista que os operários têm também o direito de exigir o valor da sua mercadoria como qualquer outro vendedor.

8.1. Trabalho qualificado e não qualificado

É interessante uma nota de rodapé feita por Marx, no capítulo V, do Livro 1, sobre a diferença entre *trabalho qualificado e não qualificado* ["skilled" und "unskilled labour"]. É sabido que os sindicatos eram organizações dos operários qualificados, considerados como a "aristocracia operária". Marx está procurando demonstrar que, para o processo de criação da mais-valia, não importa se o trabalho é do fiandeiro ou do ourives:

Qualquer que seja a diferença fundamental entre o trabalho do fiandeiro e o do ourives, a parte do trabalho desse artífice com a qual apenas cobre o valor da própria força de trabalho não se distingue qualitativamente da parte adicional com que produz mais valia.⁹

9. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.222

Desse modo, para a criação de mais-valia, é indiferente o tipo concreto de trabalho, não importando se é trabalho simples, trabalho social médio ou trabalho complexo. Prosseguiu Marx:

A mais valia se origina de um excedente quantitativo [einen quantitativen Ueberschuss] de trabalho, da duração prolongada do mesmo processo de trabalho, tanto no processo de produção dos fios quanto no processo de produção de artigos de ourivesaria.¹⁰

Marx fez uma crítica de certos pontos de vista que consideravam que o trabalho qualificado não sofreria tanta exploração quanto o trabalho não qualificado. Enfim, ele criticou a distinção entre operários qualificados e não qualificados, considerando-a não essencial (como vimos, na realidade, essa distinção era muito forte no interior do movimento operário inglês da época):

A diferença entre trabalho superior e simples, trabalho qualificado e não qualificado decorre, em parte, de meras ilusões [auf blossen Illusionen], ou pelo menos de distinções que cessaram de ser reais, mas sobrevivem convencionalmente por tradição [in traditioneller Convention].¹¹

A *tradição* era o primeiro motivo, segundo Marx, de sobrevivência da diferenciação entre trabalho qualificado e não qualificado. Entretanto, para ele, tal diferenciação não tinha sustentação real, decorria de "meras ilusões", "tradições" que dissimulavam o fato de que, tanto um como o outro sofrem a exploração do capital, fazem parte da classe dos trabalhadores assalariados, produzem mais-valia, extorquida pelo capitalista.

Por outro lado, Marx apontou um segundo motivo, para a sobrevivência da diferenciação entre trabalho qualificado e trabalho não qualificado. Ele afirmou que, tal diferenciação

em parte se origina também da situação precária de certas camadas da classe trabalhadora [der hilfloseren Lage gewisser Schichten der Arbeiterklasse], situação que as impede, mais que outras, de reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho.¹²

Essa observação dele é interessante, tendo em vista que comprova o reconhecimento, por parte de Marx, do fato de que, o poder de barganha de certas categorias operárias organizadas, capazes de reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho, poderia ser considerado um motivo de distinção, com respeito a outras categorias operárias que, incapazes de se organizarem em trade unions, viviam em situação precária.

Desse modo, a categoria operária mais organizada, e vivendo em melhor condição, seria identificada com o trabalho qualificado, enquanto que a outra camada da classe trabalhadora, vivendo em situação precária, seria, comumente, identificada com o trabalho não qualificado.

Desse modo, para Marx, "circunstâncias fortuitas" [Zufällige Umstände] poderiam, portanto, fazer com que esses dois gêneros de trabalho cheguem a mudar de posição, isto é, os trabalhos brutais que exigem muita força muscular, como é o caso dos pedreiros (bricklayer), na Inglaterra - por terem organização em unions poderosas - poderiam ser considerados superiores a muitos trabalhos mais delicados, rebaixados, segundo Marx, a trabalho simples, como é o caso de um tecedor de damasco (fustian cutter).

10. Ibidem, p.222 (MEGA, II, 6, p.210)

11. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol. 2, p.222 (MEGA, II, 6, p.210)

12. Ibidem, p.222 (MEGA, II, 6, p.210)

No entanto, os trabalhadores qualificados, além de persistirem com seu status apenas devido à força da tradição, e do fato de eles serem capazes de reivindicar e ganhar o valor da força de trabalho (através dos sindicatos), *não* representam grande proporção do trabalho nacional. Para Marx, o trabalho superior, qualificado, justamente aquele organizado em sindicatos, é uma minoria da classe trabalhadora. Disse ele, citando um economista inglês da época:

Laing estima que mais de 11 milhões de pessoas vivem de trabalho simples, na Inglaterra e no País de Gales.

E prosseguiu:

Desconta um milhão de aristocratas e um milhão e meio de indigentes, vagabundos, criminosos, prostitutas, etc da população de 18 milhões que existia ao publicar-se a sua obra, ficando 4 650 000 para a classe média. Nesta inclui pessoas que vivem de pequenos investimentos, funcionários, artistas, professores, etc.

Nessa "classe média", Laing, segundo Marx, incluiu, além de banqueiros, etc,

a parte trabalhadora da classe média [zum arbeitenden Theil der Mittelklasse], (...) todos os trabalhadores de fábrica melhor remunerados [alle besser bezahlten "Fabrikarbeiter"]. Neste grupo inclui também os pedreiros [Auch die bricklayers fehlen nicht unter den "potenzirten Arbeitern"]. Restaram-lhe então os referidos 11 milhões.¹³

No final, Marx chegou a citar James Mill, que afirmou:

A grande classe que só dispõe de trabalho comum para dar em troca de alimento, constitui a grande maioria da população [the great bulk of the people].¹⁴

Certamente, a grande maioria da população inglesa da época não estava organizada em sindicatos.

8.2. A crítica do salaríato

Em *Salário, Preço e Lucro*, Marx considerou que uma das características essenciais do sindicalismo era a manutenção da luta operária no interior da *dimensão do salário*. Na medida em que os sindicatos se preocupavam exclusivamente com a luta pelo salário, isto é, a exigência de adequar o preço ao valor da força de trabalho, eles não punham em questão o regime do salaríato.

Uma das problemáticas clássicas de Marx (e Engels) é a crítica do salaríato. Desde obras da juventude, como *A Sagrada Família* e os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx exerceu a crítica do trabalho assalariado. Para ele, sob o regime do assalariamento, a condição do operário tenderia a se tornar cada vez mais precária e estranhada, o que significava que para alcançar a sua total emancipação os operários precisariam abolir o salaríato, e não apenas lutar para melhorá-lo. Segundo Marx, mesmo ocorrendo um aumento de salários, que propiciasse ao operário, como disse ele, "

13. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.223 (MEGA, II, 6, p.210)

14. *Ibidem*, p.223 (MEGA, II, 6, p.210)

ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis, etc, e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro", não transformaria a sua condição de vassalo do capital. E destacou:

Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação de capital, significa que a extensão e o peso dos grilhões de ouro [der Umfang und die Wucht der goldnen Kette] que o assalariado forjou para si mesmo [die der Lohnarbeiter sich selbst bereits geschmiedet hat] apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado.

E enfatizou:

Roupa, alimentação e tratamentos melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado.¹⁵

Marx exerceu um diálogo com a camada favorecida da classe trabalhadora inglesa, formada de operários qualificados, organizados em sindicatos, cujas lideranças preocupavam-se apenas em alcançar "um salário justo por um dia de trabalho justo".

Assim, podemos dizer que, em *O Capital* de Marx, existe pressuposta uma crítica incisiva da prática sindical, particularmente na Parte Sexta, que tratou do *Salário*, e na Parte Sétima, que tratou da *Acumulação do Capital* (e não apenas isso: existe em *O Capital*, outrossim, uma crítica radical da luta política de caráter reformista, tendo em vista que, tal tipo de prática operária, como a luta sindical, permanece meramente *defensivo*).

Na Parte Sexta, Marx demonstrou o caráter mistificador da categoria salário e os limites cruciais da luta por salário. Primeiro, porque ela tenderia a ocultar a relação essencial de exploração do operário; segundo, a luta sindical mantém (e reforça) um tipo de relação - o *assalariamento* que, devido a lei de acumulação do capital, exposta na Parte Sétima, tornaria, cada vez mais precária e estranhada, a situação da classe trabalhadora.

Na Parte Sexta do Livro I de *O Capital*, ao desvendar o segredo da forma-salário, Marx chegou a um dos pontos altos de sua obra. Ele expos o salário como a forma fenomênica que dissimula a relação essencial de exploração sob o capitalismo. A forma salário "apaga" [löscht], "torna invisível" [unsichtbar macht], algo essencial descoberto por Marx: a divisão da jornada de trabalho em *trabalho necessário* e *trabalho excedente*, em trabalho pago e trabalho não pago (a luta por salário não põe em questão a divisão essencial da exploração capitalista).

Uma observação: a forma-salário [die Form des Arbeitslohns] possui a capacidade de ocultar [verbirgt] o cerne essencial das relações de produção capitalista, por ser uma particularidade da forma-mercadoria. Na medida em que a força de trabalho torna-se uma mercadoria, ela põe a forma-salário enquanto forma fenomênica que dissimula a exploração capitalista. A forma-salário expõe todas as peculiaridades inerentes da forma-mercadoria. Ela é uma própria particularidade concreta dessa universalidade (o modo de ser *mercadoria*).¹⁶

15. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.718 (MEGA, II, 6, p.565)

16. No Capítulo XVII de *O Capital*, Marx fez uma comparação entre as formas de aparência (e dissimulação) do trabalho necessário e trabalho excedente nos modos de produção escravista, feudal e capitalista. No modo de produção capitalista, é a *forma-salário* que apaga todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, em trabalho pago e trabalho não pago. É interessante que Marx colocou que é apenas no escravismo que havia um ocultamento semelhante da divisão da jornada de trabalho. Na corvêia, a distinção entre o

A partir do momento que a forma-salário oculta essa divisão da jornada de trabalho do operário, ela produz uma *interversão*, onde todo o trabalho aparece como trabalho pago. Essa operação, segundo Marx, é própria da forma de ser do salário, enquanto preço da mercadoria-força de trabalho. Assim, Marx demonstrou que é essa forma aparente (e necessária), essa forma fenomênica [Erscheinungsform] que oculta uma relação essencial: a *mais-valia*, produto do trabalho não-pago do assalariado. A forma aparente torna invisível essa relação, mas não apenas isso, ostenta o oposto dela: não apenas dissimula a exploração sob o capitalismo, mas simula o seu oposto - liberdade, igualdade, propriedade.

De fato, estamos na esfera da circulação, onde ocorrem as trocas de mercadorias, trocas de equivalentes. O capitalista, "com um ar importante, sorriso velhaco e ávido de negócios", aluga a força de trabalho do operário. O operário, "úmido, contrafeito, como alguém que vendeu sua própria pele e apenas espera para ser esfolado", recebe em troca - o salário, que aparece como "preço do trabalho". Nesse nível de abstração, estamos tratando do capitalista e operário isoladamente. Ocorre a celebração particular de um contrato, forma jurídica em que se fundamenta a sociedade do capital e trabalho assalariado.

Marx, no Capítulo IV do Livro I de *O Capital*, muito antes de desvelar o segredo da mais-valia, e portanto, da forma-salário, apresentou-nos a esfera da circulação [die Sphäre der Cirkulation], "um verdadeiro paraíso dos direitos inatos do homem." Eis o que ele disse:

Só reinam aí [na esfera da circulação - G. A.] liberdade, igualdade, propriedade e Bentham. Liberdade, pois o comprador e o vendedor de uma mercadoria, a força de trabalho, por exemplo, são determinados apenas pela sua vontade livre. Contratam como pessoas livres, juridicamente iguais. O contrato é o resultado final [Der Kontrakt ist das Endresultat], a expressão jurídica comum de suas vontades [worin sich ihre Willen einen gemeinsamen Rechtsausdruck geben]. Igualdade, pois estabelecem relações mútuas apenas como possuidores de mercadorias e trocam equivalente por equivalente. Propriedade, pois cada um só dispõe do que é seu. Bentham, pois cada um só cuida de si mesmo.¹⁷

trabalho do servo para si mesmo e seu trabalho compulsório para o senhor da gleba é muito clara - "sensível e palpável" [handgreiflich sinnlich], como disse Marx, tanto no tempo, como no espaço. Essa clareza entre o trabalho necessário e o trabalho excedente não está posta no escravismo, nem no capitalismo. Disse Marx: "Na escravatura, a parte da jornada de trabalho em que o escravo apenas compensa o valor de seus próprios meios de subsistência, trabalhando na realidade para si mesmo, aparece como trabalho destinado a seu dono. Todo o seu trabalho tem a aparência de trabalho não pago. [Alle seine Arbeit erscheint als unbezahlte Arbeit]" (Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol. 2, p.622 (MEGA, II, 6, p.502)) No caso do capitalismo, o que é ocultado é o trabalho não pago, o trabalho excedente que é apropriado pelo capitalista. Esse fato ocorre porque no capitalismo, o trabalhador assalariado, o produtor, é, em termos jurídicos, um trabalhador livre - livre para vender a sua força de trabalho e receber em troca um salário. Por ser considerado *livre*, todo o trabalho vai aparecer como trabalho pago. Desse modo, a noção jurídica, que institui o contrato, base da relação formal de assalariamento, não é apenas um reflexo da forma-salário, mas é um produto de significativo valor ontológico, tendo em vista que é sobre a base dessa ideologia jurídico-política, que se torna possível efetivar o regime do salariedade. Se sob o capitalismo, todo o trabalho do operário aparece como trabalho pago, então a única coisa que se pode pleitear é um "justo preço" para esse trabalho. Assim, o sindicalismo permanece no interior da lógica do capital. Ao encontrar essa similitude entre o capitalismo e o escravismo, Marx encontrou um fundamento científico para uma expressão muito utilizada pelos cartistas revolucionários, e que se tomava comum entre os marxistas, para designar os operários: *escravos assalariados*.

17. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.196-197 (MEGA, II, 6, p.191)

De certo modo, é na *esfera da circulação* que é posta a luta sindical dos operários. Como vimos anteriormente, Marx destacou que os sindicatos surgiram, originariamente, para impor condições contratuais que melhorassem a situação dos operários. A luta deles mantinha-se, portanto, no interior da categoria de *contrato* entre capitalistas e trabalhadores assalariados, procurando tratar de exigências cotidianas tais como salário e tempo de trabalho.

Nesse caso, os operários unem-se para se colocarem em igualdade de condições com o capitalista, para o contrato de venda de seu trabalho. Esta é a razão, a base lógica, dos sindicatos: defender o valor da força de trabalho. Marx reconheceu a necessidade, e importância, dessa luta, enquanto persistir o modo de produção capitalista. Através desse tipo de luta, os operários apresentam-se como possuidores de uma mercadoria, a força de trabalho, que procuram alcançar um preço justo para ela. Enfim, a admissão da barganha entre capitalistas e operários, em nível privado, instaura o reino da liberdade, igualdade, propriedade. Ao exigir um "salário justo" ou um "dia de trabalho justo", o operário está exigindo tão somente o valor da sua mercadoria como qualquer outro vendedor. Dissimula-se a exploração do capitalista, a mais-valia, a divisão da jornada de trabalho entre trabalho pago e trabalho excedente, barganha-se apenas um "preço justo" para a jornada de trabalho.

Foi no capítulo XVII de *O Capital*, que Marx desvelou o segredo do salário e as razões de ser dessa forma fenomênica. Disse ele:

Compreende-se assim a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço da força de trabalho. Nessa forma aparente que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista [alle Rechtsvorstellungen des Arbeiters wie des Kapitalisten], todas as mistificações [Mystifikationen] do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade [ihre Freiheitsillusionen], todos os embustes apologéticos da economia vulgar.¹⁸

Desse modo, o sindicalismo é presa do fetichismo da categoria salário, onde repousam, como destacou Marx, "todas as mistificações do modo de produção capitalista." Os sindicalistas ingleses, naquela época, tendiam a permanecer no interior das mistificações próprias da economia vulgar. Não deixam de ser sintomáticas as simpatias dos líderes dos sindicatos para com a economia política liberal, cheias das "ilusões de liberdade" e "embustes apologéticos", denunciados por Marx (o economista liberal John Stuart Mill tinha grande prestígio entre os sindicalistas). Mesmo um "salário justo" não deixa de ser uma ilusão criada por essa forma aparente: o trabalho assalariado.

A seguir, Marx procurou desvendar a forma-salário, agora a partir da ótica da *reprodução do capital*. A prática sindical, vinculada ao fetichismo do *salário*, oculta tanto a mais-valia, o trabalho não pago, quanto o estranhamento do produtor em face do próprio produto. Devido a sua própria natureza, por manter-se na dimensão exclusiva do salário, ela é incapaz de desvendar o que está oculto na relação social de produção capitalista.

Ao contrário, ela faz parte da própria reprodução social da forma-salário (em *Salário, Preço e Lucro*, Marx já tinha ressaltado que essa prática sindicalista, isto é, a necessidade de discutir o preço

18. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol2, p.623 (MEGA, II, 6, p.502)

da força de trabalho com o capitalista, está vinculada com a própria condição do trabalho assalariado. Portanto, sindicalismo pressupõe (e tende constantemente a repor) trabalho assalariado e capital.

No Capítulo XXIV de *O Capital*, intitulado "A Chamada Acumulação Primitiva", Marx disse:

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos.¹⁹

Marx tratou aqui da pré-história do capital e do modo de produção capitalista. Numa passagem anterior, no Capítulo XXI, intitulado "Reprodução Simples", Marx tinha ressaltado:

Mas, o que no início é apenas ponto de partida, torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, da reprodução simples, o resultado peculiar constantemente renovado e perpetuado da produção capitalista.²⁰

Assim, é a partir da ótica reprodutiva que podemos dizer que a forma-salário é o modo de ser do processo da produção capitalista, que transforma constantemente os meios de subsistência necessários ao trabalhador em capital - *capital variável*.

Os meios de subsistência necessários à produção e reprodução da força de trabalho aparecem como capital variável. É por isso que são algo "estranho" ao trabalhador. Mesmo sendo componentes do seu consumo individual, servem para a reprodução do capital, posto que são elementos do processo de trabalho, componentes que entram na formação do valor. Disse Marx:

Do ponto de vista social, portanto, a classe trabalhadora, mesmo quando não está diretamente empenhada no processo de trabalho, é um acessório do capital do mesmo modo que o instrumental inanimado do trabalho [ebenso sehr Zubehör des Kapitals als das todte Arbeitsinstrument]. Dentro de certos limites, mesmo seu consumo individual não passa de um elemento do processo de reprodução do capital.²¹

O capital variável é uma forma histórica em que aparece o fundo dos meios de subsistência do qual o trabalhador precisa para manter-se e reproduzir-se (e que ele mesmo tem de produzir e reproduzir):

Esse fundo flui continuamente para ele sob a forma de meios de pagamento de seu trabalho, pois seu próprio produto se afasta sempre dele sob a forma de capital [weil sein eignes Produkt sich beständig in der Form des Kapitals von ihm entfernt].²²

O capital variável aparece sob a forma de salário. Mas o que é o salário? É apenas uma parte do produto por ele constantemente reproduzido. Temos a impressão de que o capitalista antecipa o salário ao trabalhador, mas o que ele "antecipa" já tinha sido produzido pelo próprio trabalhador:

Na verdade, o capitalista paga-lhe em dinheiro, mas esse dinheiro não é mais do que a forma a que se converte o produto do trabalho, ou mais precisamente uma parte dele.²³

19. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.830

20. Karl MARX, op.cit., p.664

21. ibidem, p.667 (MEGA, p.529)

22. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.661 (MEGA, p.525)

23. Karl MARX, op.cit., p.661

Enfim, é o operário que produz o fundo para o seu próprio pagamento. Depois, esse fundo vai chegar às suas mãos sob a forma de salário. Marx enfatizou:

É com o trabalho da semana anterior ou do semestre precedente que se paga o salário de hoje ou do semestre em curso.²⁴

Assim, o capital variável *aparece* como sendo um valor retirado do próprio fundo do capitalista, um adiantamento feito aos operários pelos capitalistas. Na verdade, o operário não é pago senão quando sua força de trabalho produziu mais-valia (o fundo de consumo dos capitalistas), mas também seu próprio valor - o capital variável, esse fundo destinado ao pagamento dos salários.

As conseqüências dessa constatação de Marx são: o salário que o trabalhador recebe é tão somente uma parte do produto que foi produzido por ele, e que ele reproduz sem cessar. O dinheiro pago pelo capitalista ao trabalhador não é senão a forma modificada do produto do trabalho. A forma-mercadoria e a forma-dinheiro dissimulam essas relações sociais, reforçando o mundo das aparências necessárias da produção capitalista.

Essa é a radicalidade do pensamento de Marx - ir além dessas aparências necessárias à produção capitalista, onde se movem os homens na sua vida cotidiana. A prática sindical, para Marx, faria parte também dessa "consciência costumeira" [gewöhnlichen Bewusstseins], que caracteriza a cotidianidade capitalista, onde o salário apareceria para o trabalhador, primeiro, como o pagamento de *todo* o trabalho e, segundo, como o adiantamento feito pelo capitalista. Enfim, este é o *mundo da aparência*, onde se move a luta sindical. Entretanto, como salientou Marx, as aparências não são ilusões dispensáveis, mas sim formas de ser necessárias das relações sociais capitalistas. Quanto à luta sindical, a barganha pelo salário seria uma condição necessária do trabalho assalariado.

Entretanto, Marx não deixou de ressaltar que, embora fosse necessária, a luta pelo salário não poderia ser a única forma de luta dos operários, tendo em vista que ela é bastante limitada, pela sua própria natureza. Cabe aos operários ir além dessa mera luta econômica. Portanto, ao escrever *O Capital*, Marx estava demonstrando, de certo modo, a necessidade de irmos além do mundo das aparências posto pelo cotidiano burguês.

8.3. A lei da acumulação do capital e os limites do sindicalismo

Se na Sexta Parte sobre *O Salário*, Marx desvelou o que estava oculto sob a forma-salário (o fundamento da própria prática sindical), na parte seguinte, a Sétima, *A Lei de Acumulação do Capital*, Marx demonstrou os limites estruturais da luta meramente econômica dos operários.

No fundo, a lei de acumulação do capital tenderia a pôr limites essenciais à própria efetividade da prática dos sindicatos. Em *O Capital*, Marx não chegou a considerar a luta dos sindicatos como um elemento formador do preço da força de trabalho dos operários. Não existe nenhuma referência à luta operária como fator de formação do valor dos salários. Se em *Salário, Preço e Lucro*, Marx ainda fez referências às lutas dos sindicatos, necessárias contra as usurpações cotidianas do capital, inclusive chegando a reconhecer que elas poderiam, aproveitando as possibilidades oferecidas pelo ciclo da

24. Karl MARX, op.cit., p.661

produção capitalista, conquistar melhorias para a situação do operário, em *O Capital*, Marx tratou apenas das tendências estruturais do desenvolvimento da acumulação do capital. Nessa obra de Marx, a teoria dos salários é apresentada, como função da acumulação do capital, que é posta como a própria mediação ontológica do movimento dos salários (por isso, tanto o alcance e limites das lutas dos sindicatos estão apenas *pressupostos* no discurso marxiano sobre a lei de acumulação do capital).

Nesse momento, o método de exposição d'*O Capital* está claro - operários e capitalistas são postos como "suportes" de um processo cujo sujeito é o capital. Não se põe a luta de classes, as classes estão em inércia. A exposição incorporou o que é próprio do movimento do objeto: sob o capitalismo, as coisas cavalgam os homens.²⁵

Marx expôs algumas situações possíveis, onde a intervenção das lutas operárias encontraria condições propícias para a conquista de aumentos de salários. A idéia é que as lutas econômicas dos operários são eficazes, apenas na medida em que atuam no interior de um campo de possibilidades, posto pela própria acumulação do capital. Essa é a idéia básica de Marx, já posta em *Salário, Preço e Lucro*. A luta sindical é tão somente uma reação operária a uma modificação anterior posta pelo capital. Enfim, é intrinsecamente defensiva, sujeita, portanto, às condições objetivas dadas pela acumulação do capital. Por isso, interessa a Marx expor a objetividade da lei de acumulação do capital.

Vejam algumas situações objetivas expostas por Marx, no Capítulo XXIII de *O Capital*, sobre "A Lei Geral da Acumulação Capitalista", que possibilitam o crescimento dos salários reais dos operários (e portanto são oportunidades oferecidas pelo ciclo capitalista à atuação dos sindicatos).

A seção 1 do Capítulo XXIII é intitulada *Não se Alterando a Composição do Capital, a Procura da Força de Trabalho aumenta com a acumulação*. Nesse caso, Marx supõe que *não se modifique* a composição orgânica do capital, isto é, determinada massa de meios de produção ou determinado capital constante exige sempre para funcionar a mesma quantidade de força de trabalho. Disse ele:

De acordo com esses pressupostos, a procura de trabalho e o fundo de subsistência dos trabalhadores aumentarão evidentemente na mesma proporção do capital, e tanto mais rapidamente quanto mais rápido for o crescimento do capital.(...) Esses fatores podem fazer as necessidades de acumulação do capital ultrapassar o crescimento da força de trabalho ou do número de trabalhadores, a procura de trabalhadores ser maior que a oferta, ocasionando assim a elevação dos salários.²⁶

Assim, os salários sobem porque as necessidades de acumulação do capital superam a oferta de força de trabalho.

25. Na exposição de *O Capital*, por razões metodológicas, as lutas de classes *não* estão postas, mas apenas pressupostas. Marx tratou das relações de produção e das relações de classe, mas essencialmente das classes enquanto elas *não lutam*, das "classes em inércia". A luta de classes não está ausente do texto, mas aparece em geral sobre o fundo de processos inertes (a grande exceção é a seção 7 (do capítulo VIII) do Livro I d'*O Capital*, que tratou da luta pela jornada "normal" de trabalho. Entretanto, mesmo nesse caso, como veremos, o *sujeito* do processo social não são as classes, mas continua sendo o movimento do capital. A própria iniciativa operária continua sendo apenas uma reação a um movimento anterior do capital, tal como a ação sindical). (Ruy FAUSTO, *Marx - Lógica & Política*, v.2, p.119)

26. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.713-714

Marx sempre considerou, tal como os economistas clássicos, como fator decisivo na determinação dos salários, a *lei da oferta e da procura* (o que evidenciava o caráter de mercadoria da força de trabalho). Entretanto, diferentemente dos economistas clássicos, Marx não colocou a oferta e a procura vinculada a uma lei da população, tal como exposta por Malthus, mas sim como determinada pela lei de acumulação do capital. A *acumulação de capital*, como destacamos, é a verdadeira mediação ontológica desse movimento dos salários, dado pela oferta e procura da força de trabalho.

Marx considerou uma primeira situação em que, não se alterando a composição orgânica do capital, a procura da força de trabalho aumenta (mais adiante veremos como é de suma importância essa composição orgânica de capital). Afirmou ele:

Nas condições de acumulação até agora admitidas, as mais favoráveis aos trabalhadores, sua relação de dependência para com o capital se reveste de formas suportáveis ou, conforme disse Eden, "cômodas e liberais". Essa submissão, em vez de mais intensa, se torna mais extensa, ao crescer o capital, que amplia seu campo de exploração e de domínio com as próprias dimensões e com o número de seus vassalos.²⁷

Marx supõe condições objetivas, dadas pela acumulação do capital, que favorecem a melhoria da condição de vida dos operários. No caso, se pressupõe que os sindicatos (e as lutas operárias) tendem a obter sucesso (e ser mais eficazes), na sua luta por aumento de salários (que não deixa de ser a exigência de "participação" na riqueza criada pelo próprio trabalho). Disse ele, referindo-se aos operários mais organizados:

Desse modo, podem ampliar seus gastos, provendo-se melhor de roupas, móveis, etc, e formar um pequeno fundo de reserva em dinheiro.

Entretanto, Marx alertou:

Roupas, alimentação e tratamentos melhores e maior pecúlio não eliminam a dependência e a exploração do escravo, nem as do assalariado. Elevação do preço do trabalho, em virtude da acumulação de capital, significa que a extensão e o peso dos *grilhões de ouro que o operário forjou para si mesmo* apenas permitem que fique menos rigidamente acorrentado.²⁸

Vejamos que Marx destacou a dependência estrutural da condição de vida do assalariado da acumulação do capital. A *elevação de salário, em virtude da acumulação do capital, só é a demonstração irrefutável da condição de exploração e dependência do trabalhador assalariado, que está submetido ao movimento das coisas* (é a demonstração plena da condição de vassalos das vicissitudes da acumulação do capital). Nos períodos mais propícios, de bons negócios, os sindicatos poderiam conquistar melhores salários para os operários. No entanto, melhores salários poderiam se tornar, utilizando a expressão de Marx, verdadeiros "grilhões de ouro" [*der goldnen Kette*], que tenderiam a prender os operários organizados à própria condição do trabalho assalariado, acomodando-os à condição de meros vendedores da força de trabalho.

27. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.717

28. Karl MARX, *op.cit.*, p.717-718

Os aumentos de salários, observou Marx, não podem nunca ameaçar a existência do próprio capital:

O salário, pressupõe sempre, por sua natureza, fornecimento de determinada quantidade de trabalho não pago por parte do trabalhador. Pondo de lado a elevação dos salários associada a menor preço de trabalho, etc, um acréscimo salarial significa, na melhor das hipóteses, apenas uma redução quantitativa do trabalho gratuito que o trabalhador tem de realizar. Essa redução nunca pode chegar ao ponto de ameaçar a existência do próprio sistema.²⁹

No final, Marx colocou que a diminuição do trabalho gratuito, proporcionado pelo aumento de salários, não prejudica a expansão do capital, mas em virtude da diminuição do lucro, retarda a acumulação do capital. Marx demonstrou, mais uma vez, o caráter predicativo do operário assalariado diante da acumulação do capital:

A acumulação diminui, mas o decréscimo faz desaparecer a própria causa que o originou, a desproporção entre capital e força de trabalho explorável. O mecanismo da produção capitalista remove os obstáculos que ele mesmo cria temporariamente [beseitigt also selbst die Hindernisse, die er vorübergehend]. O preço do trabalho volta de novo a um nível que corresponda às necessidades de expansão do capital, seja esse superior, igual ou inferior ao que era considerado normal antes da elevação dos salários.³⁰

Enfim, deixados por si mesmos, os sindicatos (e as lutas operárias), que se movem no interior da dimensão meramente econômica, nada podem contra o mecanismo da produção capitalista, que regula a condição de vida dos operários conforme as necessidades de expansão do capital (a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada). Enquanto permanecerem dentro da lógica do capital, as lutas operárias serão meramente defensiva e reativas à ação prévia do próprio capital.

É como se o discurso de Marx, estivesse constantemente pondo a necessidade de uma intervenção "agindo de fora", exterior à luta meramente econômica. Enfim, uma ação política dos operários, de caráter revolucionário, que pudesse servir como instrumento de transformação da própria condição de trabalhadores assalariados, sujeitos da implacabilidade do movimento de expansão do capital (como temos destacado, para Marx, a luta política não-revolucionária, voltada apenas para a política enquanto fim, tende a manter-se enquanto luta meramente econômica - portanto, impotente diante do movimento do capital).

Na exposição de Marx, onde ele supõe uma demanda crescente de força de trabalho e composição constante do capital, ele ainda não tomou em consideração a existência do *exército industrial de reserva*. Nas seções seguintes do Capítulo XXIII, intitulada *decréscimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que a acompanha e produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um exército industrial de reserva*, Marx pôs, finalmente, um importante fator de determinação da formação do preço da força de trabalho (e da própria eficácia das lutas sindicais).³¹ Vejamos como ele expos, agora de forma mais elaborada do que em *Salário, Preço e Lucro*, o movimento do capital (e suas implicações nas condições de luta operária do tipo sindical).

29. Karl MARX, op.cit., p.720

30. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.720 (MEGA, II, 6, p.567)

8.4. O exército industrial de reserva

Na seção 2 do Capítulo XXIII - "A Lei Geral da Acumulação Capitalista", intitulada *decrécimo relativo da parte variável do capital com o progresso da acumulação e da concentração que o acompanha*, Marx demonstrou que a mais poderosa alavanca da acumulação capitalista é o desenvolvimento da *produtividade do trabalho*.

A produtividade crescente do trabalho é expressa através da grandeza crescente dos meios de produção em relação à força de trabalho neles incorporada. Esta é uma das "leis" da acumulação capitalista: o decréscimo da quantidade de trabalho em relação à massa dos meios de produção que põe em movimento o decréscimo da parte variável do capital em comparação com a parte constante. Enfim, ocorre a diminuição do fator subjetivo em relação aos fatores objetivos do processo de trabalho.

A *concorrência e o crédito* incrementam a centralização e a concentração dos capitais. A centralização e concentração aumentam e aceleram os efeitos da própria acumulação capitalista, ampliam e aceleram, ao mesmo tempo, as transformações técnicas no processo de trabalho, as quais aumentam a parte constante à custa da parte variável do capital, reduzindo, assim, a procura relativa de trabalho.

Na seção 3 - *Produção progressiva de uma superpopulação relativa ou de um Exército Industrial de Reserva* -, Marx continuou demonstrando os resultados do processo de acumulação e centralização dos capitais. Chegamos ao clímax da exposição da lei geral da acumulação capitalista. Marx colocou que, com o aumento do capital global, cresce também sua parte variável, ou seja, a força de trabalho, que se incorpora ao processo produtivo. Mas esse crescimento é cada vez menor. Surge a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora. Na verdade, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles do processo produtivo capitalista.

Marx constatou a existência de um processo contraditório: a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporção crescente, os meios que fazem dela mesma, relativamente, uma população trabalhadora supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital.

O que nós temos é, segundo Marx, uma lei da população peculiar ao modo de produção capitalista. Essa população trabalhadora excedente é a condição de existência do modo de produção

31. Na seção V de *Trabalho Assalariado e Capital*, Marx tinha descrito, sob uma forma menos acabada, e com uma perspectiva catastrofista, o movimento do capital. Naquela seção, ele disse que quanto mais aumenta o capital produtivo mais se estende o emprego das máquinas, tomando supérfluo por conseguinte, uma massa crescente de operários. Ao falar da "guerra industrial" que os capitalistas fazem entre si, Marx disse-nos: "Essa guerra tem a peculiaridade de que suas batalhas são ganhas menos pelo recrutamento que pelo licenciamento do exército operário." (Karl MARX, *Trabalho Assalariado e Capital*, p.80) O "licenciamento do exército operário" faz aumentar a concorrência entre os operários e se contrai o salário, além de tornar tendencialmente inviáveis os sindicatos.

capitalista. É o produto necessário do próprio desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista. Marx chamou-a *exército industrial de reserva* [industrielle Reservearmee]

que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele [die dem Kapital ganz so absolut gehört, als ob es sie auf seine eignen Kosten grossgezüchtet hätte].³²

Essa população excedente, que sob o capitalismo adquire a forma de "exército industrial de reserva", sob a forma de flutuante, latente ou estagnada, proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital.

Na exposição de Marx, começa-se a configurar um campo objetivo de determinações, que limitam radicalmente a eficácia dos sindicatos. Os sindicatos, que tendem a organizar tão somente a camada empregada do proletariado, veriam a diminuição relativa, e progressiva, da população trabalhadora ocupada no processo produtivo capitalista; a diminuição do fator subjetivo em relação aos fatores objetivos do processo e trabalho. A sua intervenção relativa, portanto, no processo de trabalho, o seu poder de barganha com o capitalista, seria posta em questão pelo movimento de expansão do capital. O crescimento da camada desempregada do proletariado, sobre a qual os sindicatos não têm nenhuma intervenção organizativa, tenderia a minar, cada vez mais, a capacidade de eles decidirem e intervirem sobre o destino da condição dos operários empregados, que se veriam isolados e presos da concorrência acirrada com os membros desempregados desse "exército industrial de reserva".

Além disso, Marx pôs que os movimentos gerais de salários são regulados pelo "exército industrial de reserva", que pertence, de maneira absoluta ao capital:

Em seu conjunto, os movimentos gerais dos salários se regulam exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, correspondentes às mudanças periódicas do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelas variações do número absoluto da população trabalhadora, mas, pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército de ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada.³³

Desse modo, a intervenção dos sindicatos sobre a determinação dos salários tenderia a ser cada vez mais precária, ou mesmo inexistente, mesmo em períodos favoráveis do ciclo industrial. Fecha-se o círculo de despotismo do capital, mina-se a eficácia das lutas sindicais, que permanecem no interior da dimensão meramente econômica regulada pelo movimento do capital.

Vimos que o preço da força de trabalho, o salário, depende apenas da relação entre oferta e demanda de operários no mercado de trabalho. Nessas condições, em que a acumulação de capital cria uma superpopulação relativa, disse Marx,

o movimento da lei da oferta e da procura de trabalho torna completo o despotismo do capital [Die Bewegung des Gesetzes der Nachfrage und Zufuhr von Arbeit auf dieser Basis vollendet die Despotie des Kapitals].³⁴

32. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, pp.733-734 (MEGA, II, 6, p.576)

33. Karl MARX, op.cit., p.739

34. Karl MARX, op.cit., pp.742-743 (MEGA, II, 6, p.583)

Essa função de "regulação dos salários" é demonstrada por Marx quando afirmou:

Durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército dos trabalhadores em ação, e durante o período de superprodução e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores [und hält ihre Ansprüche].³⁵

Desse modo, Marx constatou que, mesmo em períodos mais favoráveis do ciclo industrial, de superprodução e paroxismo, a luta dos sindicatos seria bastante moderada, necessariamente defensiva, limitada pela completude do despotismo do capital, que tornaria precária, cada vez mais, o emprego da força de trabalho dos operários, em virtude dessa superpopulação relativa (para Marx, todo trabalhador faz parte da superpopulação relativa durante o tempo em que está desempregado ou parcialmente empregado).

Mais adiante, Marx apresentou os resultados decisivos da lei geral de acumulação capitalista:

Mas, todos os métodos para produzir mais-valia são ao mesmo tempo métodos de acumular, e todo aumento da acumulação torna-se, reciprocamente, meio de desenvolver aqueles métodos. Inference-se daí que, na medida em que se acumula o capital, tem de piorar a situação do trabalhador, *suba ou desça a sua remuneração* [die Lage des Arbeiters, welches immer seine Zahlung, sich verschlechtert].³⁶

De imediato, surge uma passagem, muitas vezes utilizada fora do contexto da exposição de Marx, para demonstrar que ele defendeu, nas suas obras propriamente econômicas da maturidade, uma "teoria da pauperização absoluta":

A lei que mantém a superpopulação relativa, ou o exército industrial de reserva no nível adequado ao incremento e à energia da acumulação acorrenta o trabalhador ao capital mais firmemente [schmiedet den Arbeiter fester an das Kapital] do que os grilhões de Vulcano acorrentavam Prometeu ao Cáucaso. Determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital [Es bedingt eine der Akkumulation von Kapital entsprechende Akkumulation von Elend]. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital.³⁷

Será que a frase que fala da "acumulação de miséria" [Akkumulation von Elend] nega a frase anterior, que afirma a existência de um empobrecimento apenas relativo da situação do trabalhador? (como vimos, nessa frase, Marx deu a entender que a remuneração do trabalhador pode subir, com a acumulação do capital.)

Poderíamos dizer que a última frase *não* nega o raciocínio da frase anterior. Quando Marx fala em "acumulação de miséria", ele se refere, em especial, não à classe operária em sua totalidade, mas apenas a uma camada desta, a "camada de lázaros" da classe trabalhadora.³⁸

35. Karl MARX, op.cit., pp.741-742 (MEGA, II, 6, p.582)

36. Ibidem, p.749 (MEGA, II, 6, p.588)

37. Karl MARX, op.cit., pp.748-749 (MEGA, II, 6, p.588)

38. Roman ROSDOLSKY, Génesis e Estructura de El Capital, p.339

Alem disso, surge uma questão muito interessante: se admitirmos que Marx defendeu um proletariado imerso, cada vez mais, na "ignorância, brutalização e degradação moral" [Unwissenheit, Brutalisierung und moralischer Degradation], como poderíamos esperar que e .. o proletariado, fosse o sujeito histórico capaz de realizar o socialismo? Na verdade, o *socialismo de Marx*, estágio histórico onde os trabalhadores iriam satisfazer não apenas suas necessidades "naturais" e seus carecimentos "necessários", mas principalmente suas *necessidades radicais*, impossíveis de serem satisfeitas nos marcos do capitalismo, este tipo de socialismo não poderia ter como agentes históricos, o "lumpen proletariado", camadas da classe operária brutalizadas, degradadas, sem nenhuma tradição organizativa.³⁹ Se pensarmos desse modo, estaríamos colocando Marx lado a lado com os seus adversários políticos (Bakunin e Lassale).⁴⁰

De fato, Marx constatou em *O Capital* que embora camadas da classe operária pudessem ter uma melhor remuneração por seu trabalho, obtivessem sucesso na luta sindical, a *precariedade* da situação da classe trabalhadora em sua totalidade cresceria cada vez mais:

quanto maior a produtividade do trabalho tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precária, portanto, sua condição de existência [und desto prekärer die Existenzbedingung des Lohnarbeiters], a saber, a venda da própria força para aumentar a riqueza alheia ou a expansão do capital.⁴¹

Numa certa passagem da exposição de "A Lei Geral da Acumulação Capitalista", quando Marx estava descrevendo o quadro de precariedade e pauperismo do trabalho, ele observou:

Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista [Dies ist das absolute, allgemeneine Gesetz der kapitalistischen Akkumulation]. Como todas as outras leis, é modificada em seu funcionamento por muitas circunstâncias que não nos cabe analisar aqui.⁴²

Por razões metodológicas, Marx não analisou outras "leis", que pudessem modificar essa tendência da lei geral da acumulação capitalista. Certamente, essas contratendências estariam no âmbito da *luta entre as classes*, em particular, a intervenção do *Estado*, que tenderia a promover reestruturações sociais e econômicas, que agiriam como verdadeiras contratendências à lei geral exposta por Marx.

39. Agnés HELLER, *Teoría de las Necesidades en Marx*, p.107

40. Segundo Bakunin, apenas os trabalhadores pobres, operários desqualificados, a parte mais depauperada do proletariado, inclusive o "populacho" desempregado, poderiam ser capaz de uma verdadeira consciência revolucionária. Outro adversário político de Marx, Ferdinand Lassale, defensor da "lei de bronze dos salários" (que previa a pauperização absoluta da classe operária sob o capitalismo), parecia não acreditar num dos princípios clássicos do partido de Marx, incluído no Preâmbulo dos Estatutos da Internacional: "A emancipação da classe operária deve ser obra dos próprios trabalhadores". Se o proletariado estava condenado ao pauperismo absoluto, como pensava Lassale, como poderíamos considerá-los agentes de libertação social? Lassale tendia a acreditar menos na ação espontânea do proletariado, expressa nas lutas sindicais, e defendia, como única saída para a classe operária, a ação tipicamente parlamentar e a criação de cooperativas com o auxílio do Estado.

41. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.748 (MEGA, II, 6, p.587)

42. Karl MARX, *op.cit.*, p.747

Numa carta a Engels de abril de 1868, Marx afirmou a intenção de incluir a luta de classes no final de *O Capital*:

Finalmente, dado que esses três elementos (salário do trabalho, renda fundiária, lucro(juro-KM)) são as fontes dos rendimentos das três classes, a saber, a classe dos proprietários fundiários, a dos capitalistas e a dos trabalhadores assalariados - como conclusão, a *luta de classes*, na qual o movimento se decompõe e que é a resolução de toda essa merda...⁴³

Por outro lado, no final, numa passagem significativa do Capítulo XXIII de *O Capital*, Marx pareceu indicar, de forma muito breve, uma possível contratendência a certos aspectos da lei geral da acumulação capitalista, contratendência que tenderia a modificar o funcionamento relativo da "lei" da sociedade capitalista. Disse ele:

Quando os trabalhadores descobrem, que, quanto mais trabalham mais produzem riqueza para os outros, quanto mais cresce a força produtiva de seu trabalho, mais precária se torna sua função de meio de expandir o capital; quando vêem que a intensidade da concorrência entre eles mesmos [der Intensivitätsgrad der Konkurrenz unter ihnen selbst] depende totalmente da pressão da superpopulação relativa; quando, por isso, procuram organizar uma ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos, etc., [sobald sie daher durch Trade's Union u.s.w. eine planmässige Zusammenwirkung zwischen den Beschäftigten und Unbeschäftigten zu organisiren suchen] para destruir ou enfraquecer [zu brechen oder zu schwächen] as conseqüências ruins daquela lei natural da produção capitalista sobre sua classe, então protestam em altos brados o capital e seu defensor, o economista político, contra a violação da "eterna" e, por assim dizer, "sacrossanta" lei da oferta e da procura. Todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei [Jeder Zusammenhalt zwischen den Beschäftigten und Unbeschäftigten stört nämlich das "reine" Spiel jenes Gesetzes].⁴⁴

Nessa significativa passagem de *O Capital*, Marx expressou a necessidade de uma "ação política geral" da classe trabalhadora, isto é, uma "ação conjunta dos empregados e desempregados através dos sindicatos", única forma de perturbar, enfraquecer ou destruir, as conseqüências da lei geral da acumulação capitalista. A sua proposta não deixa de ser uma crítica incisiva do sindicalismo, exclusivista e corporativo, que evitava representar os trabalhadores malpagos, não qualificados, e muito menos os desempregados. A proposta de Marx, como vimos em capítulos anteriores, era que os sindicatos funcionassem enquanto "centros de organização da classe trabalhadora", sejam dos trabalhadores empregados ou dos desempregados que compunham o "exército industrial de reserva". Esse "entendimento entre empregados e desempregados" teria, com certeza, um caráter político de maior importância. Seria uma forma de reconstituir a classe trabalhadora, contra as tendências de fragmentação e brutalização impostas pela expansão despótica do capital.

Somente a ação política, de caráter geral, da classe trabalhadora, segundo Marx, poderia "destruir ou enfraquecer" o funcionamento da lei natural da produção capitalista. Enfraquecer, no caso, seria colocar obstáculos ao exercício absoluto da exploração e do domínio do capital, permitindo, em termos relativos, a participação, cada vez maior, dos operários, na riqueza geral produzida pelo

43. citado por Ruy FAUSTO, *Marx - Lógica & Política*, vol.2, p.120

44. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.743 (MEGA, II, 6, p.583)

desenvolvimento da produtividade do trabalho. Toda essa situação dependeria, utilizando uma expressão posta por Marx em *Salário, Preço e Lucro*, da "relação de forças entre os combatentes".

Mas, certamente, apenas o enfraquecimento da lei natural da produção capitalista não aboliria, em definitivo, a sua tendência, sempre presente, de incrementar a *precariedade* e o *estranhamento* do trabalho. Esses são portanto, os limites da própria ação política que se mantém-se no interior do domínio do capital. Aos operários caberia ir além da mera ação política, de sentido reformista, e promoverem uma ação política, de caráter revolucionário (o que implicaria, num segundo momento, na própria negação da *forma-política*), para que pudessem, deste modo, destruir a própria lógica do capital, abolindo o trabalho assalariado.



As Últimas Impressões de Marx Sobre o Sindicalismo (1873-1883)

Entre 1864 e 1873, Marx publicou *O Capital* e destacou-se pela sua atuação na AIT. Durante esse período, tivemos o ápice de sua trajetória de intervenção política e intelectual no movimento operário europeu. Depois, percebemos de forma muito clara, a inexistência de intervenções significativas de Marx sobre a prática sindical. O que existem são observações esparsas, em correspondências e entrevistas em jornais da época, sobre a situação do movimento operário europeu.¹

Durante a década de 1870, Marx foi um dos críticos mordazes do sindicalismo inglês. A corrupção dos líderes operários, sua adesão à política liberal, revoltava-o. Numa correspondência para Kugelman, em 18 de maio de 1874, Marx afirmou que os operários ingleses precisavam, antes de tudo, se quisessem fazer algum progresso, livrar-se de seus atuais líderes. Numa outra correspondência, quatro anos depois, para Liebknecht, em 11 de fevereiro de 1878, disse ele:

A classe operária inglesa tem se tornado, pouco a pouco, mais e mais profundamente desmoralizada pelo período de corrupção desde 1848 e tem chegado ao ponto de ser nada mais do que a cauda do grande partido liberal, isto é, de seus *opressores*, os capitalistas.²

De fato, Marx pareceu ter reconhecido que a tendência de “corrupção do movimento operário inglês” durante as décadas pós-1850, o abandono dos ideais revolucionários pelos líderes operários ingleses, era muito mais do que um mero fenômeno passageiro, como suas análises (e as de Engels), feitas no decorrer da década de 1850, pareciam indicar. A “desmoralização” da classe operária inglesa, para Marx, tinha chegado ao seu ponto máximo: os operários do país capitalista mais avançado do mundo eram apenas caudatários dos *Whigs*, o partido político de seus opressores, os capitalistas. Outrossim, Marx lamentou que a direção da classe operária inglesa tenha passado completamente para as mãos dos “venais líderes dos sindicatos e de agitadores profissionais.”

1. "Talvez seja exagerado dizer que a última década da vida de Karl Marx foi uma "morte lenta", como seu biógrafo Franz Mehring e outros depois dele, têm afirmado. Sem dúvida, este longo período de enfermidade foi, certamente, de declinação e agonia.[...] Ele parecia não estar consciente de sua deterioração física; esperando uma melhora, lia com uma paixão que acalentava a sua crença num período de criatividade renovada, quando poderia levar a cabo todos seus projetos inconclusos. Preencheu cerca de 50 cadernos de notas com extratos de leituras, cerca de 30.000 páginas cobertas com sua letra minúscula. As toneladas de material que leu e colecionou surpreenderam Engels, que continuou sendo o maior aliado de Marx [...] Marx recomeçou seu trabalho no volume 2 de *O Capital*, sem todavia haver terminado o manuscrito como o havia planejado. Fora de circulares, discursos e pequenos artigos, os escritos de Marx restringiram-se à sua correspondência."(Maximilien RUBEL, "Los últimos diez años de Marx" in *Críticas de la Economía Política*, 22/23, p.257-258)

2. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.151

Apesar da posição crítica diante da postura política do movimento operário inglês, Marx manteve, durante os últimos dez anos de sua vida, o mesmo ponto de vista sobre a importância das lutas econômicas, levadas a cabo pelos sindicatos. Segundo ele, a luta sindical é uma luta necessária, não apenas enquanto determinação própria da condição do trabalho assalariado, mas como meio de catalisar a consciência de classe.

Foi utilizando essa perspectiva clássica que, em um artigo intitulado "O Apoliticismo", publicado no *Almanacco Repubblicano* de 1874, Marx voltou a criticar as doutrinas de Proudhon e Bakunin, segundo a qual a classe trabalhadora deveria abster-se da atividade política. Para Marx, o resultado dos princípios, defendidos por Proudhon e Bakunin, proclamados como "liberdade, autonomia e anarquia", seria simplesmente a liquidação total dos trabalhadores. Ele sublinhou a necessidade da luta da classe trabalhadora em dois flancos: primeiro, através de *movimentos de tipo econômico*, tais como coalizões operárias e greves e, segundo, através de *meios políticos*. Desse modo, segundo Marx, os operários deveriam utilizar "todos os meios efetivos de luta", fornecidos pela sociedade atual. Se os discípulos de Bakunin e Proudhon eram contra a luta política da classe operária, eles "não se atreviam", segundo Marx, a declarar-se abertamente, hoje, contra todo o movimento econômico (greves e coalizões operárias), tal como fizeram seus mestres:

O que ocorre é que o movimento da classe operária hoje é tão pujante que esses sectários filantrópicos não se atrevem já a repetir acerca da luta econômica as mesmas "grandes verdades" que seguem proclamando sem descanso acerca da luta política. São demasiado covardes para aplicar essas verdades, conseqüentemente, às greves, coalizões e sindicatos, à legislação sobre o trabalho das mulheres e crianças, à limitação da jornada de trabalho, etc..³

Mais adiante, Marx retomou a polêmica contra Proudhon, que tinha voltado a afirmar, em sua obra póstuma "Da Capacidade Política da Classe Operária", publicada em 1868, a sua posição contrária ao direito de coalizão dos operários (em 1864, tinha sido votada a Lei Ollivier, que embora muito limitada, reconhecia o direito de coalizão aos operários franceses). Nessa obra, Proudhon tinha afirmado, mais uma vez, que

a lei que permite as coalizões é altamente antijurídica e antieconômica e contradiz a tudo o que é ordem e sociedade.

Além disso, segundo ele, a lei que permitia as coalizões operárias "contradiz o direito econômico da livre concorrência."

Marx voltou a utilizar o exemplo da Inglaterra, o país dos sindicatos, para contestar o ponto de vista de Proudhon. Ele argumentou que, se Proudhon tivesse sido um pouco "menos chouvinista", teria se perguntado como se podia explicar, que, em um dos países capitalista mais desenvolvido, como a Inglaterra, se ditara há cerca de quarenta anos uma lei tão em contradição com o "direito econômico da livre concorrência", e como é possível que essa lei, que contradiz a "tudo o que é ordem e sociedade", se imponha como uma necessidade precisamente nos Estados burgueses, à medida em que se desenvolve a indústria e, junto com ela, a livre concorrência.⁴

3. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.135

4. Karl MARX, "El Apoliticismo" in Karl Marx, Friedrich ENGELS, *La Internacional*, p.335

Marx mantinha, em sua polêmica com um velho adversário político, como Proudhon, a posição de que o direito de coalizão operária é uma necessidade imposta pelo próprio desenvolvimento das sociedades industriais capitalistas, sendo algo portanto que não se poderia desprezar. Muito pelo contrário, os operários deveriam aproveitar os meios de luta oferecidos pelos Estados burgueses desenvolvidos, como os sindicatos, por exemplo, para desenvolver a consciência de classe.

Numa carta a Bebel, em 18 de março de 1875, Marx escreveu a propósito do Programa de Gotha, o programa político do recém-fundado Partido Operário Social-Democrata Alemão:

Nem uma palavra pronunciou-se sobre a organização da classe operária, como classe, por meio dos sindicatos. E este é um ponto fundamental. *Os sindicatos são a verdadeira organização de classe do proletariado*, onde se educa, e com ela efetua sua luta diária contra o capital. Hoje em dia é impossível sufocá-la, nem mesmo com a mais brutal reação (como a que se verifica atualmente em Paris).⁵

Tais palavras de Marx são bastante curiosas (e interessantes), tendo em vista que, durante aquela época, as tendências de "corrupção" e "burocratização" dos sindicatos já começavam a se manifestar, de forma muito claro, nos países capitalistas mais desenvolvidos, como Inglaterra, EUA e França.

Em uma correspondência de 27 de novembro de 1882, por exemplo, após visitar Paris para observar de perto a situação do movimento socialista e sindical na França, Marx escreveu a Engels:

No que se refere aos sindicatos de Paris, convenci-me, após indagar de pessoas imparciais, de que são piores do que os sindicatos de Londres.⁶

Entretanto, apesar disso, ele sempre defendeu a importância dos sindicatos enquanto instituições vinculadas à "luta diária contra o capital", capazes de demonstrarem aos operários, a sua verdadeira condição de "escravos assalariados", e a necessidade da luta política contra a dominação burguesa.

Em 25 de julho de 1877, Marx teceu alguns comentários sobre as notícias de um movimento grevista ocorrido nos EUA. Tratava-se das greves dos operários ferroviários, que se originaram em Pittsburgh, e se espalharam por todo o país, trazendo em seu rastro motins, lei marcial, intervenção de tropas estaduais e federais, e algumas mortes. Marx escreveu a Engels que essa rebelião dos operários ferroviários, embora tenha sido derrotada, poderá, não obstante, promover a constituição de um "sério partido dos trabalhadores". Esse era um dos valores fundamentais da luta sindical, para Marx: por meio dela os trabalhadores poderiam avançar em sua consciência de classe, e chegar a constituir um partido político distinto da classe operária. Se, para Marx, tal fato ainda não tinha ocorrido em um país clássico do sindicalismo, como a Inglaterra, ele tinha esperanças de que pudesse ocorrer em um país capitalista jovem, como os Estados Unidos.⁷

5. Extraído de A. Lozovsky, *Marx e os Sindicatos*, pp.45-46

6. Extraído de Lozovski, *Marx e os Sindicatos*, p.100

7. É interessante que a constituição de um partido dos operários na Inglaterra realmente ocorreu a partir dos sindicatos. Entretanto, no caso da França e da Alemanha, o padrão foi outro: os partidos é que criaram os sindicatos. No caso dos EUA, nunca chegou a existir um partido operário de importância significativa (ver Eric HOBBSBAWN, *Mundos do Trabalho*, p.222)

Mais tarde, em uma entrevista ao jornal *The Chicago Tribune*, em 18 de dezembro de 1878, Marx destacou que o antagonismo entre as classes caminha lado a lado com o "desenvolvimento dos recursos industriais dos países civilizados." E finalizou:

Em numerosos países, organizações políticas tomaram impulso a partir dos sindicatos. Na América, é evidente, hoje, há necessidade de um partido operário independente. Os trabalhadores não podem mais confiar nos políticos.⁸

A idéia fundamental em Marx é que a organização política dos trabalhadores nasceria do movimento econômico da classe operária, da perspectiva dos limites do próprio sindicalismo, da necessidade constatada pelos próprios operários de uma organização política visando transformar (e superar) o Estado capitalista vigente. Além disso, Marx considerava da maior importância, inclusive por ser a matriz das próprias coalizões operárias, as greves, os enfrentamentos cotidianos dos trabalhadores assalariados, de caráter espontâneo (e autônomo), contra as usurpações do capital. Tais momentos de conflito de classe nasciam dos próprios antagonismos latentes à organização da sociedade burguesa. A própria existência dos sindicatos vinculava-se, para ele, à existência dos conflitos antagonísticos entre o capital e o trabalho. Se não existissem tais conflitos, não haveria motivo para a existência dos sindicatos. Portanto, a luta dos sindicatos (e a própria existência deles) vinculava-se a esse princípio primeiro subjacente à organização social capitalista - o conflito irreconciliável entre capital e trabalho, que Marx (e Engels) denunciou por toda a sua vida.

A preocupação de Marx com a atuação dos sindicatos pode ser constatada, por exemplo, em uma *Enquete Operária*, feita por ele, em fins de março de 1880, atendendo um pedido do líder operário francês Julio Guesde, e do partido socialista francês. O questionário, uma lista de 101 perguntas, permitia compor um quadro estatístico das condições de vida e de trabalho do proletariado, seu estado mental e físico, suas relações no interior da classe e com seus patrões. Na última série de perguntas, Marx elaborou algumas que tratavam dos sindicatos:

Existem sindicatos do seu ofício? Como eles são dirigidos?

Logo a seguir, ele interrogou:

Quantas greves ocorreram durante a sua experiência de trabalho?

Quanto tempo a greve durou?

Elas foram parcial ou geral?

Era do seu propósito um aumento de salário ou resistência à redução do mesmo?

Ou referiam-se à duração da jornada de trabalho?

Ou elas foram por qualquer outro motivo?

Qual foi o resultado da greve?

8. MEGA, I,25, p.435. Numa carta a Kugelmann, em 18 de maio de 1874, Marx tinha feito uma observação muito interessante sobre a sociedade norte-americana: "Nos Estados Unidos, nosso Partido precisa lutar contra grandes dificuldades, em parte econômicas, em parte políticas, mas está abrindo seu caminho. O maior obstáculo ali são os políticos profissionais que, imediatamente, procuram falsificar todo movimento novo e transformá-lo em um novo "negócio promocional". (Karl MARX, *Cartas a Kugelmann*, p.309). Naquela época, portanto, Marx já constatava a *manipulação da política*, que se tornaria a marca do capitalismo tardio.

A seguir, por meio do encadeamento de uma série de perguntas, que tratavam da própria experiência vivida dos operários, Marx procurou conscientizá-los, pouco a pouco, sobre o caráter do Estado burguês diante das lutas operárias:

Existem associações entre patrões para impor redução dos salários, aumento da jornada de trabalho, intervenção em greves, e geralmente para pôr um maior controle sobre a classe operária?

Tem, durante a sua experiência de trabalho, o governo abusado da força pública contra os operários a serviço dos patrões?

Tem o mesmo governo interferido a favor dos operários contra as usurpações e ilegalidades das associações dos patrões?⁹

Desse modo, Marx procurou extrair, da experiência cotidiana dos trabalhadores assalariados, a consciência de classe necessária que se manifestaria como germe durante os momentos de indignação deles contra as usurpações do capital, expressos pelos baixos salários e pelas reduções dos mesmos, ou pela extensão exorbitante da jornada de trabalho, ou ainda pelo tratamento diferenciado dado pelo Estado à associação dos operários (em comparação com a dos capitalistas). Seria por meio da repressão governamental aos sindicatos que os operários tomariam consciência do caráter de classe do Estado. A partir daí, a luta operária pelo direito de associação teria um caráter propriamente político. Os operários não seriam apenas uma classe vis-à-vis do capital, como Marx disse n'*A Miséria da Filosofia*, mas passariam a ser, uma classe pour elle-même. Perceberiam a necessidade de transformar (e superar) o Estado político, como condição para a sua própria emancipação econômica. Portanto, para Marx, a transformação da consciência operária ocorreria a partir da luta sindical, pelo salário, contra os abusos dos capitalistas.

9.1. O florescimento do sindicalismo

Embora Marx não tenha escrito nada de significativo sobre os sindicatos durante a década de 1870, nessa época, o movimento operário europeu conheceu um notável progresso. Na Inglaterra, foi um período de florescimento dos sindicatos.

Na história dos sindicatos ingleses do século XIX, existiram três períodos, em que eles tiveram notáveis desenvolvimentos: 1833-34, 1872-74 e 1889-1890. Foram períodos de expansão numérica dos sindicatos, entre as mais diversas categorias de trabalhadores assalariados (principalmente durante o período de 1889-1890, quando tivemos o *new unionism*).

Interessa-nos tratar do período de 1872-74, tendo em vista que, esse foi o período de florescimento dos sindicatos presenciado por Marx (e Engels). De fato, durante os primórdios da década de 1870, os sindicatos consolidaram-se enquanto instituições legalmente reconhecidas pelo Estado burguês (e pelos capitalistas), que passaram a reconhecê-las, inclusive, como um meio de racionalizar a luta de classes.¹⁰

9. MEGA, I, 25, p.206

10. Lelio BASSO, *Socialismo y Revolución*, p.224

Entre 1871 e 1876, uma série de *Trade Unions Acts* passou pelo Parlamento inglês, concedendo-lhes um status legal e jurídico, e protegendo seus fundos financeiros, inclusive contra violações oficiais. Daí em diante os sindicatos passaram a ser aceitos como instituições permanentes e não mais como elementos nocivos do cenário industrial. Durante essa época, a *legislação fabril* tornou-se mais visível, ou seja, mais formal e oficial. Pela primeira vez, ela estendeu-se para além do setor têxtil e começou a proteger não apenas crianças e mulheres operárias que trabalhavam nas indústrias têxteis. (O *Factory Act Extension Act and Hours of Labours Regulation Act*, de 1867, estendeu os princípios da legislação fabril, conquistados pelos operários têxteis, para operários de outros ramos industriais).

No norte da Inglaterra, os mineiros, organizados em um dos poderosos sindicatos, como a *Miners' National Union*, liderada por Alexander MacDonald, conseguiram passar pelo Parlamento; em 1872, os *Coal and Metalliferous Mines Acts*. Por outro lado, os operários têxteis do Lancashire, através de seus sindicatos, organizaram a *Factory Acts Reform Association* e criaram diversos *Short Time Committees* pelos distritos industriais, promovendo agitações políticas pela jornada semanal de 9 1/2 horas de trabalho. O governo liberal criou comissões parlamentares para investigar as condições de trabalho nos distritos da indústria têxtil. Em 1873, a comissão parlamentar aprovou a demanda dos operários têxteis de 44 horas semanais. Submetida ao novo parlamento de maioria *tory*, eleito em 1874, o projeto de 44 horas de jornada semanal para os operários têxteis foi rejeitado, sendo assegurada, por conseguinte, a semana de 47 horas de trabalho. O movimento dos operários têxteis pela *Factory Reform* prosseguiu durante a maior parte década de 1870, sendo interrompido pela grande depressão industrial de 1878.

Além do *Mines Act* de 1872, e do *Factory Act* de 1875, foi promulgada uma série de atos legislativos de conteúdo social - por exemplo, em 1870 e 1876, tivemos o *Education Acts*, que criava um sistema geral de educação elementar por todo o país; o *Judicature Act* de 1873, reformava o sistema judiciário; o *Public Health Act* de 1872, inaugurava uma nova era na administração municipal dos serviços urbanos de saneamento e saúde pública, etc. O movimento dos sindicatos, desde 1868, utilizava o *Trade Union Congress (TUC)* e o seu *Parliamentary Committee*, como órgãos de pressão dos operários sobre os parlamentares visando as reformas legislativas, de caráter trabalhista e social. Enfim, os primórdios da década de 1870 foram os mais promissores em termos de legislação social durante o século XIX (o interessante que isso tenha ocorrido sob o governo dos conservadores).

Portanto, o sindicalismo cresceu e tornou-se uma panacéia para a massa de operários que exigiam melhores condições de vida e trabalho. O movimento dos sindicatos estava intimamente vinculado com as agitações políticas que visavam promover a reforma do sistema industrial e não a sua superação. Além disso, com a *new Reform Bill*, de 1867, uma parcela de operários mais organizados já participava da política institucional, votando em candidatos do partido *Tory* ou *Whigs*, já que não havia um partido operário independente, distinto dos partidos tradicionais (nem havia, muito menos, interesse dos líderes dos sindicatos em criarem tal partido independente, tendo em vista que já estava consagrada a aliança deles com setores liberais). Inclusive, os dois primeiros operários a serem eleitos para o Parlamento, em 1874, Alexander Macdonald e Thomas Burt, foram eleitos com o apoio dos liberais e eram conhecidos como pertencendo à tendência "Lib-Lab" - *Liberal Labourists* dos *Whigs* radicais. Tanto MacDonalld como Burt eram operários mineiros (os mineiros tinham uma longa

tradição de organização e luta, fato inclusive destacado pelo jovem Engels n'*A Situação da classe Trabalhadora na Inglaterra*, onde dedicou um capítulo ao "proletariado das minas").¹¹

Por outro lado, nos primórdios da década de 1870, os grandes sindicatos, as *Amalgamated Societies*, tenderam a deixar de lado a luta econômica propriamente dita e concentraram seus esforços apenas em fazer crescer seus fundos financeiros e desenvolver as suas atividades como *friendly society*. Por exemplo, não encontramos, durante esse período, nenhuma tentativa das lideranças da *Amalgamated Society of Carpenters* em fazer aumentar o nível salarial dos operários pior remunerados, ou envolver-se em lutas contra as horas extraordinárias nas indústrias do ofício. A *Amalgamated Society of Engineers* parecia ter deixado de lado, há tempos, o recurso à greve. Por exemplo, em 1867, William Allan, secretário-geral da A.S.E., tinha afirmado à Comissão Real criada para investigar as atividades dos sindicatos:

Nós acreditamos que toda greve é um desperdício completo de dinheiro, não apenas para os trabalhadores, mas também para os empresários.

A atitude de apatia sindical foi inclusive criticada por líderes operários:

A *Amalgamated Society of Engineers*, como um sindicato, tem deixado de existir.

lamentou T.J. Dunning, secretário do sindicato dos operários-encadernadores de Londres.¹²

Entretanto, durante o período de prosperidade comercial e industrial, iniciado em 1870, o recurso à greve foi utilizado, com sucesso, pelos mecânicos especializados, que improvisaram, por fora da A.S.E., logo no início da década, a *Nine Hours League*, uma organização operária de caráter temporário que, envolvendo operários sindicalizados e não sindicalizados, encaminhou a luta pela jornada de 9 horas. Na época, eles tiveram o apoio da Internacional, que empenhou-se em evitar que os capitalistas importassem operários fura-greve do continente europeu. A vitória dos mecânicos especializados serviu de exemplo para muitas categorias organizadas, tais como mineiros, da construção, etc. - que iniciaram, por todo o país, movimentos pela redução da jornada de trabalho. A vitória do *Nine Hours Movement* tinha demonstrado que vitórias poderiam ser obtidas pelos operários organizados, mesmo sem o apoio das poderosas *Amalgamated Societies*.

Portanto, durante a conjuntura de 1872-1874, ocorreu a difusão dos sindicatos, uma fé na panacéia do sindicalismo entre as principais categorias de trabalhadores assalariados. Temos, durante essa época, as primeiras tentativas de organizar unions entre operários menos qualificados, tais como os trabalhadores da distribuição de gás, que criaram, em 1872, a *Gas-stokers's Unions*, ou os trabalhadores ferroviários, que criaram em 1871, a *Amalgamated Society of Railway Servants*,

11. Engels escreveu, em 22 de fevereiro de 1874, um artigo para o jornal *Der Volksstaat* sobre as eleições inglesas de 1874 e observou que o fato de não existir um partido operário independente na Inglaterra é bastante compreensível em um país que domina o mercado mundial, e onde a classe operária tem participado, mais do que em qualquer outro lugar, das vantagens da imensa expansão da grande indústria. Além disso, as classes dominantes assumiram a tarefa de executar, paralela com outras concessões, os pontos do programa cartista. Observou Engels: "Dos seis pontos da Carta do Povo, dois já se tornaram leis: o voto secreto e a abolição da qualificação de propriedade para o direito de voto. (Friedrich ENGELS, "The English Elections" in Marx-Engels, *On Britain*, p.505) Essa seria a explicação clássica dos marxistas para o oportunismo dos líderes operários ingleses.

12. Sidney e Beatrice WEBB, *The History of Trade Unionism*, pp.319-322

entre outros (chegou-se inclusive a criar, em 1874, uma *union* para as mulheres trabalhadoras, a *Women's Trade Union League*, por iniciativa de Emma Paterson). Foi nesse período de efervescência sindical que os trabalhadores rurais organizaram, em 1872, a *National Agricultural Labourers Unions*, dirigida pelo operário Joseph Arch (Marx, como vimos, chegou a dizer que "o movimento operário rural mostra algum progresso"). A organização dos trabalhadores rurais marcou a emergência de uma onda de greves no campo, tendo essa organização (e suas greves) recebido o apoio dos sindicatos urbanos.

Nesse período, tal como em épocas anteriores - 1833-34 e 1852 - surgiram, entre alguns sindicatos, experiências de *cooperativas de produção*. Era o velho sonho dos operários qualificados de escaparem da condição de trabalhadores assalariados. Entretanto, nada comparado com as tentativas revolucionárias da década de 1834-1835, que propugnavam expropriar os meios de produção dos capitalistas. Na verdade, as mudanças políticas que ocorreram na *forma* do Estado, e na sua maneira de tratar o movimento operário organizado, alteraram, em definitivo, os objetivos das lideranças operárias, permitindo à parcela do proletariado mais organizado perceber que o capitalismo não era, por exemplo, uma catástrofe temporária, como alguns operários chegaram a pensar nos períodos de crise da década de 1830 e 1840, mas sim um sistema permanente, que permitia algumas melhoras. Enfim, não era preciso sonhar com uma nova sociedade, tal como fizeram os socialistas nos períodos de 1834-1842. Os próprios ideais do cartismo, ou parte deles, como reconheceu o próprio Engels, em 1874, já tinham sido concedidos pela classe dominante inglesa com a *New Reform Bill* de 1867. Havia tão-somente sindicatos que procuravam, nos marcos das leis da economia política, aumentar os salários de seus membros.

É curiosa a seguinte impressão de um velho cartista em 1870:

Em nossos bons tempos do cartismo, é verdade, os trabalhadores de Lancashire andavam esfarrapados aos milhares: e muitos deles freqüentemente não tinham o que comer. Mas sua inteligência era patente onde quer que fosse. Podia-se vê-los em grupos a discutir a grande doutrina da justiça política [...] Hoje não se vêem tais grupos em Lancashire. Mas pode-se escutar a conversa de trabalhadores bem vestidos, enquanto caminham de mãos nos bolsos, a respeito de sociedade e das ações que possuem nelas, ou em empresas de construção. E pode ver outros, como idiotas, puxando pela coleira pequenos galgos.¹³

Diante de uma situação desta, é bastante compreensível a crítica de Marx - e o julgamento amargo e duro que ele fez, dos líderes sindicais (e da própria classe operária inglesa, mais e mais desmoralizada).

9.2. A grande depressão de 1875

Entretanto, uma grande depressão industrial e comercial iniciou-se em 1875. Foi uma crise comparável à grande depressão de 1837-1842, embora sem os anseios revolucionários desta. Ela bloqueou o movimento por reformas sociais e pôs fim ao rápido avanço do sindicalismo iniciado em

13. citado por Eric HOBBSBAWN, *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, p.116-117

1870. De certo modo, demonstrou, com uma notável fidelidade, os prognósticos de Marx sobre os limites do sindicalismo, muito embora ela não tenha significado a falência total dos sindicatos.

A grande depressão promoveu redução de salários, extensão da jornada de trabalho e desemprego em uma grande proporção. Iniciada nos setores da indústria têxtil, afetou, pouco a pouco, todos os setores da economia inglesa. Os operários têxteis, entendendo que a solução da crise estava na cessação da superprodução, tentaram negociar com os capitalistas redução da jornada de trabalho com redução de salários. Entretanto, os capitalistas não aceitaram qualquer acordo com os operários. O número de trabalhadores desempregados aumentou surpreendentemente, chegando o número de operários sindicalizados a cair drasticamente. Mesmo entre categorias organizadas em poderosos sindicatos, como os carpinteiros e os mecânicos especializados, difundiram, numa forma sem precedentes, desde 1853, a redução dos salários e a extensão da jornada de trabalho. Os capitalistas aproveitaram a crise para tentar extorquir dos operários organizados a série de benefícios conquistados por eles nos últimos anos.

Os trabalhadores mais organizados tentaram reagir contra as usurpações dos capitalistas com greves. O número crescente de greves operárias pode ser constatado pelos dados fornecidos pelo jornal inglês *The Times* entre 1876 e 1880, o ápice da grande depressão. Se em 1876 foram mencionadas 17 greves, em 1877, esse número passou para 25 em 1878 para 38, em 1879 para 72 e em 1880 para 46.¹⁴ Entretanto, tal como Marx demonstrou, em períodos de crise, as greves não surtiriam efeito e muitas delas terminaram de forma desastrosa para os operários, impotentes diante da voracidade do capital.

Em 17 de junho de 1879, em plena crise, Engels escreveu uma carta para E. Bernstein, descrevendo o movimento operário inglês para o líder socialista alemão:

Há muito tempo, inclusive nos dias de hoje, o movimento operário inglês tem se mantido, desesperadamente, no limitado círculo de greves por aumentos de salários e redução da jornada de trabalho, não como um *meio de propaganda ou organização*, mas como um fim em si mesmo. Os sindicatos têm evitado todo princípio de ação política nos seus estatutos e portanto evitam toda participação em qualquer atividade geral dos operários enquanto classe. Os trabalhadores estão divididos politicamente em conservadores e liberais radicais, em sustentar os ministros de Disraeli ou os ministros de Gladstone. Só se pode falar de um movimento operário propriamente dito no caso das greves. Entretanto, sejam elas vitoriosas ou não, o movimento não dá um passo adiante. As greves têm crescido bastante nos últimos anos de maus negócios, instigadas propositadamente pelos capitalistas, que as utilizam como pretexto para fechar suas fábricas, greves que não tem contribuído para o menor avanço do movimento operário.

E Engels finalizou observando:

De fato, não existe aqui nenhum movimento operário real, no sentido que existe no continente e acredito que você não perderá muito se não receber nenhuma notícia sobre as atividades dos sindicatos.¹⁵

14. Sidney e Beatrice WEBB, *The History of Trade Unions*, p.347

15. Friedrich ENGELS, *Marx-Engels On Britain*, p.555-556

A crise atingiu o mundo dos sindicatos. Muitas delas, que surgiram no período de florescimento do sindicalismo, deixaram de existir. A grande *National Miners' Union*, de Alexander MacDonald, sobreviveu, após 1879, apenas em algumas regiões: Northumberland, Durham e Yorkshire. A *National Amalgamated Association of Ironworkers*, criada em 1862, e que tinha 35.000 membros em 1873 em toda a Inglaterra, ficou reduzida a 1.400 membros, confinada a poucos centros do norte da Inglaterra. O total de membros dos sindicatos caiu ao nível de 1871.¹⁶ Os sindicatos que conseguiram sobreviver mantiveram-se na defensiva, confinando suas atividades às *friendly benefits* e a promover esquemas de conciliação com os capitalistas. O poder de barganha do sindicalismo tinha sido, de fato, minado.

Apesar dessa contração, a estrutura do movimento dos sindicatos manteve-se intacta. Suas principais organizações de ofício, a dos mecânicos especializados, construtores, e mineiros, embora tenham sido atingidas, não se extinguíram em definitivo. A crise de 1879 demonstrou que os sindicatos tinham se tornado um elemento permanente da estrutura do mundo industrial, não sofrendo perigo de colapso ou destruição total durante períodos de crise, tal como costumava ocorrer em décadas passadas. Inclusive, a organização política do movimento não foi afetada pela profunda depressão. Os congressos da T.U.C (*Trade Union Congress*), por exemplo, continuaram ocorrendo anualmente. Por outro lado, a crise revelou as debilidades (e vícios) do sindicalismo inglês. Tornou-se evidente o espírito de particularismo dos sindicatos ingleses, que cresceram tratando apenas dos interesses de seus ofícios. Durante o período de depressão industrial, difundiu-se a concorrência entre as associações de ofício. Chegaram a ocorrer inúmeros conflitos entre as próprios sindicatos pelas demarcações de ofícios. As rivalidades entre ramos de ofício de uma mesma indústria impediram a formação de federações mais amplias de operários.

A crise do capitalismo inglês possibilitou o surgimento de grupos socialistas que durante a década seguinte tentariam fundar um partido socialista na Inglaterra. Numa carta para Bebel, em 18 de janeiro de 1884, Engels destacou que a crise propiciou a emergência do movimento socialista na Inglaterra:

Este é o segredo da presente emergência imprevista de um movimento socialista aqui.

Só que Engels constatou também que os operários organizados, os que possuíam sindicatos, mantinham-se distantes desse movimento, que era levado adiante "por pessoas oriundas da burguesia" (*eddicated elements sprung from the bourgeoisie*).¹⁷

A grande depressão, que indicava a passagem para um novo estágio do desenvolvimento do capitalismo mundial, atingiu outros países como EUA, França e Alemanha, provocando inúmeros conflitos industriais, que contribuíram, de certo modo, para o desenvolvimento do movimento operário. Ocorreram a criação e difusão de partidos operários em diversos países - tais como a França, onde o partido socialista nasceu criticando a prática dos sindicatos. Nas próximas décadas, ocorreria, com o denominado *new unionism*, a difusão dos sindicatos, não apenas na Inglaterra, mas em diversos países europeus, que se tornariam, juntamente com os partidos socialistas, a expressão típica do movimento operário organizado.

16. Sidney e Beatrice WEBB, *The History of Trade Unions*, p.350

17. Friedrich ENGELS, *Marx-Engels On Britain*, p.562-563



Engels e os artigos para o *The Labour Standard* (1881)

As últimas impressões de Engels sobre os sindicatos, foram publicadas, de maio a agosto de 1881, numa série de artigos bastante significativos, no jornal inglês *The Labour Standard*, órgão dos sindicatos ingleses. Numa carta a J.F. Becker, Engels afirmou:

[...] tentei difundir, através do *Labour Standard*, tomando como ponto de partida o velho movimento cartista, nossas idéias para ver se encontravam eco.¹

De fato, os artigos de Engels procuraram expressar o ponto de vista dos marxistas sobre questões candentes do movimento operário inglês. Dos 12 artigos publicados no *The Labour Standard* por Engels, 4 trataram da luta dos sindicatos. É a última grande oportunidade de diálogo crítico com a prática dos sindicatos feita por Engels (e Marx) desde a AIT.² Os pequenos artigos compõem uma interessante exposição do ponto de vista de Marx e Engels sobre o sindicalismo (justamente 36 anos depois da primeira apresentação sobre os limites (e alcances) dos sindicatos feita pelo jovem Engels n' *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, em 1845).

Em primeiro lugar, os artigos de Engels podem servir para analisarmos qual foi a argumentação dele (e de Marx) sobre os limites (e valor) dos sindicatos, numa época em que eles já tinham alcançado um notável prestígio no movimento operário inglês, constituindo-se em instituições permanentes do cenário industrial, tendencialmente integradas à ordem capitalista. De fato, nas últimas três décadas, de 1845 a 1881, Marx e Engels presenciaram uma série de eventos que marcaram o movimento operário inglês (e o próprio capitalismo inglês): ascensão e fracasso do movimento cartista, desenvolvimento de um "novo modelo" de prática sindical, abolição das Leis do Trigo, prosperidade industrial e comercial da Inglaterra, conquistas sociais dos operários organizados, difusão do sindicalismo, fundação e ocaso da AIT, conquista do direito de voto para a parcela mais organizada da classe operária, eleição de dois operários para o Parlamento inglês (em aliança com os liberais radicais) e, finalmente, a profunda depressão industrial e comercial, na qual entrou o capitalismo inglês (e o mundo capitalista) a partir de 1875, e que duraria até 1889, marcando o fim de uma era - o domínio da Inglaterra no mercado mundial e a emergência de uma nova era - a fase do imperialismo. De fato, após cerca de 30 anos, Marx poderia constatar que, no país capitalista clássico,

1. citado em P.N. Fedosseiev, *Friedrich ENGELS - Biografia*, p.392

2. Os artigos que trataram, de certo modo, dos limites (e alcances) dos sindicatos foram: "Um justo salário por uma jornada justa", de 7 de maio de 1881; "O sistema do salaríato", de 21 de maio; "Sindicatos", publicado em duas partes - uma em 28 de maio e a outra em 4 de junho de 1881. No final do artigo "A teoria dos salários da Liga contra as Leis do Trigo", de 9 e julho de 1881 e no início do artigo "Um Partido dos Trabalhadores", de 23 de julho, Engels fez pequenas referências às trade unions.

o movimento operário organizado, tinha optado pela convivência com a ordem burguesa, procurando conquistar, pouco a pouco, vantagens sociais e econômicas para os operários no interior do sistema, sem pôr em questão a exploração do capital. Não deixa de ser sintomática a exclamação de Marx diante dessa crua realidade: "Danem-se eles!" ("Wretches!"). (Karl MARX, Friedrich ENGELS. *On Britain*, p.555) A frustração de Marx não era apenas com os líderes sindicais, mas com o tipo de socialismo que estava surgindo na Inglaterra, tal como o de H. M. Hyndmann, o fundador da Federação Social Democrata. Não é de surpreender que as últimas palavras registradas de Marx a respeito da Inglaterra, para a sua filha Eleanor, fossem: "Ao diabo com os ingleses". (citado em David McLELLAN, *Karl Marx - Vida e Pensamento*, p.473)

Finalmente, coube a Engels a tarefa de escrever a última série de artigos sobre o movimento operário inglês, em particular, sobre os sindicatos. Os argumentos utilizados por ele, de certo modo, são repetições de pontos de vista clássicos, que Marx e ele se serviram para demonstrar os limites (e o valor) dos sindicatos durante quase 40 anos.

10.1. "Um justo salário por uma jornada justa"

O primeiro artigo escrito por Engels para o *The Labour Standard* foi sobre o lema clássico dos sindicalistas: "Um justo salário por uma jornada justa". (*A Fair Day Wages for a Fair Day's Work*). O lema expressava, de forma sintética, a verdadeira natureza da luta dos sindicatos. Sua única preocupação enquanto sindicato era com salário e jornada de trabalho (em *Salário, Preço e Lucro*, Marx tinha considerado este lema, conservador). A crítica do sindicalismo partia, portanto, de início, da crítica do seu princípio fundamental: os salários. Tanto Engels como Marx reconheceram que, se quisessem efetuar uma crítica da prática dos sindicatos, deveriam começar efetuando a desmistificação dessa categoria da economia política capitalista.

A questão inicial posta por Engels no seu primeiro artigo para o *The Labour Standard* era:

O que é um salário justo e o que é uma jornada justa?. Como se lhes determinam as leis sob as quais vive e se desenvolve a sociedade moderna?³

Em rápidas linhas, Engels disse que, para a economia política, uma taxa justa de salário e a duração e intensidade de uma jornada justa de trabalho eram determinadas pela *concorrência* entre capitalistas e operários no "mercado livre". Era isso o que diziam os economistas. Disse Engels:

Um justo salário cotidiano é a soma de que necessita o operário para adquirir meios de subsistência necessários para mantê-lo em condições de trabalhar e de se reproduzir de acordo com as condições de vida de seu ambiente e de seu país.⁴

Havia um nível médio de salários. Segundo Engels, os salários reais oscilam acima ou abaixo desse nível médio, conforme as *flutuações da economia* [the fluctuations of trade]. Esta, certamente, é uma das leis da economia capitalista, expostas pelos economistas. É algo muito claro para todos. Ocorre que, a concorrência [competition] entre operários e capitalistas sob "mercado livre" [open

3. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.57 (MEGA, I,25, p.246)

4. *Ibidem*, p.58 (MEGA, I,25, p.246)

market] não é tão justa assim, como pensavam os liberais. Em primeiro lugar, é preciso salientar que, um dos princípios básicos do sindicalismo vinculava-se à idéia da necessidade de vencer a concorrência entre os próprios operários como uma das condições fundamentais de negociar melhores salários e condições de trabalho para os operários organizados. Assim, alguns liberais, que cultuavam a idéia da livre concorrência, passaram a admitir, no limite, a legalidade do sindicalismo, apenas enquanto forma de colocar os operários em *igualdade de condições* com os capitalistas, para a negociação do contrato de trabalho. Em vez do paradigma da concorrência entre uma massa de operários atomizados, que negociavam individualmente com os capitalistas, o preço (e as condições) de venda da força de trabalho, passou-se a admitir a "livre concorrência" entre operários organizados e capitalistas. Enfim, reconheceu-se a negociação coletiva, tão pleiteada pelos sindicalistas.

O que Engels procurou fazer primeiro foi *desmistificar a igualdade de condições* da concorrência entre operários e capitalistas no mercado livre. De início, ele disse que capitalistas e operários, têm pontos de partida bastante diferentes: o operário, se não aceitar o salário oferecido pelo capitalista, pode morrer de fome, posto que ele só tem o salário para viver, de maneira que está obrigado a aceitar o trabalho, quando, onde e como se apresenta. O capitalista, se não se entender com o operário, por sua vez, pode viver de seu capital. Assim, o operário já começa em desvantagem. Mas o ponto essencial, destacado por Engels, foi outro - o elemento decisivo que demonstrava a desvantagem dos operários no jogo da concorrência com o capitalista é o fato de que, durante a concorrência entre si, os capitalistas tendem a adotar aperfeiçoamentos técnicos no processo de trabalho que poupam mão de obra assalariada.

Disse Engels:

O emprego da força mecânica e das máquinas em novos ramos da indústria, assim como a aplicação e equipamentos mais aperfeiçoados em ramos já dominados pelas máquinas, deixou sem trabalho um grande número de operários com um ritmo muito mais rápido que o da indústria para absorver e reempregar a mão de obra supérflua.⁵

Essa é a grande tendência da acumulação capitalista. Para ele, a mão-de-obra excedente representava um verdadeiro exército de reserva para o capital. Esse exército de reserva, tendencialmente crescente, poria os operários em séria desvantagem para com os capitalistas (e tornaria precário, a longo prazo, o poder de barganha dos sindicatos):

Os salários estarão comprometidos pela concorrência desse exército de reserva, cuja existência assegura ao capital um incremento de sua potência na luta contra o trabalho.⁶

Enfim, a lógica das idéias de Engels, exposta nesse artigo do *The Labour Standard*, é a mesma desenvolvida em sua obra clássica de 1845, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* (e a síntese do argumento utilizado por Marx em *O Capital*): o desenvolvimento do capital tenderia a criar um "exército industrial de reserva", força de trabalho excedente que incrementaria a concorrência entre os próprios operários, minando a própria base do sindicalismo.⁷

5. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.59

6. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.59

7. N'A *Situação da Classe Trabalhadora*, o jovem Engels disse que se os operários não se preocupassem em pôr fim não apenas à concorrência entre eles, mas à concorrência entre os capitalistas, enfim, à concorrência em geral, o próprio

Assim, é pura mistificação a igualdade de condições entre operários e capitalistas, durante a concorrência sob o "mercado livre", como pensavam liberais e sindicalistas (que valorizavam, em demasia, a negociação coletiva). O que havia era uma desigualdade estrutural - o capitalista possuindo os instrumentos de trabalho, e o operário apenas a força de trabalho. Além disso, o operário estava em desvantagem, posta pelo desenvolvimento da acumulação do capital, pela concorrência entre os capitalistas.

Engels finalizou dizendo:

O resultado dessa concorrência tão "equitativa" [this uncommonly "fair" race of competition] é que o produto dos que trabalham se acumula invariavelmente nas mãos dos que não trabalham e se converte na arma mais poderosa para reforçar a escravidão dos que são os únicos e verdadeiros produtores.⁸

Esta, segundo Engels, é uma

lei da organização econômica da atual sociedade, que é mais forte do que todo o direito escrito ou não da Inglaterra, inclusive o Tribunal da Chancelaria.⁹

Um ponto curioso do artigo foi que Engels começou dizendo que a diretriz "Um justo salário por uma jornada justa" era bastante legítima no passado para o movimento da classe operária:

Tal diretriz prestou grandes serviços no período de ascensão dos sindicatos, depois da abolição em 1824 da infame lei contra o direito de associação. Melhores serviços prestou depois, na época do glorioso movimento cartista quando os operários ingleses estavam à frente da classe operária da Europa.¹⁰)

Entretanto, estava agora "antiquada e completamente fora de moda" [are now antiquated and would be completely out of place]. Desse modo, repetindo o que Marx fizera no final de *Salário, Preço e Lucro*, Engels pediu que os operários "enterrarem de uma só vez esta velha fórmula" [let the old motto be buried for ever] e a substituam por outra: a classe operária deve tomar posse dos meios de produção, isto é, das matérias primas, fábricas e máquinas (na sua perspectiva, a prática sindical estava condenada à falência, ironicamente, numa época em que os sindicatos tinham se tornado instituições operárias reconhecidas pelo mundo industrial).

10.2. "O sistema do salariato"

No artigo seguinte, "O sistema do salariato" (The Wages System), Engels iniciou dizendo que os sindicatos têm lutado há quase 60 anos contra a lei capitalista dos salários, que permite ao operário

desenvolvimento do capital iria significar, a longo prazo, o fim do sindicalismo. Disse ele, em 1845: "A longo prazo, com certeza, as leis que regem os salários viriam impor-se de novo se os operários se limitassem a abolir a concorrência entre si; mas devem ultrapassar este estágio [o estágio do sindicalismo-G.A.] a menos que estejam dispostos a retroceder novamente e a permitir o renascimento dessa concorrência mútua." E destacou mais adiante: "A necessidade obriga-os a não abolir uma parte da concorrência, mas a concorrência em geral, e é o que farão." (Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora*, p.248)

8. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.59 (MEGA, I,25, p.250)

9. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.61)

10. *Ibidem*, p.57

receber apenas o necessário para mantê-lo em condições de trabalhar e de perpetuar a espécie. Entretanto, nada conseguiram - não conseguiram libertar a classe operária da "escravidão que a une ao capital" [the situation of wages-slaves]. Afirmou ele:

É publicamente notório que não só nunca alcançaram esse fim, como também não trataram de fazê-lo. [It is well known that not only they have not done so, but that they never tried]¹¹

Mas, o que vem a seguir, é a demonstração, feita por Engels, de que os sindicatos não são inúteis, mas são "indispensáveis" à classe operária [are a necessity for the working classes in their struggle against capital]. Ele destacou o aspecto positivo dos sindicatos, dizendo que, embora não tenham conseguido mudar a condição de precariedade e estranhamento do operário (Engels não chegou a utilizar tais expressões), os sindicatos são importantes justamente porque

lutam pela manutenção da taxa de salário e pela diminuição das horas de trabalho, ou seja, se esforçam para manter e aumentar esse nível de vida. [they tend to keep up and to raise the standard of life]¹²

Engels não poderia negar a importância desses órgãos de organização da classe trabalhadora, na luta pelo aumento (ou manutenção) do padrão de vida dos operários. Ele chegou a dar exemplos: os operários que não possuíam organização sindical, eram os que ganhavam os mais baixos salários e cujo nível de vida se degradava cada vez mais, como era o caso da grande massa de trabalhadores que viviam no leste de Londres. As categorias de operários desorganizados são impotentes diante da exploração e das arbitrariedades dos capitalistas. Por outro lado, uma forte organização permitia aos operários impor ao capitalista, uma norma de salário mais elevada (Engels deu como exemplo o caso dos pedreiros - os operários da construção, de Londres, uma categoria operária bastante organizada.¹³

A experiência histórica, portanto, demonstrou a Marx e Engels que a lei do salário não é nenhuma "lei de bronze" que atua de maneira imutável e em linha reta. A luta dos sindicatos demonstrou a eles que, para cada ofício, "existe uma certa margem", como disse Engels,

dentro do qual os salários podem variar, segundo o resultado da luta entre os operários e capitalistas [by the results of the struggle between the two contending parties].¹⁴

11. F. ENGELS, op.cit., p.251

12. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.62 (MEGA, I,25, p.252)

13. Em *O Capital*, Marx chegou a utilizar o caso dos pedreiros como exemplo de trabalho brutal, que exigia muita força muscular, e que entretanto era considerado como um trabalho qualificado. O que demonstra que, o fato de o trabalho ser considerado trabalho qualificado não significa que ele não seja penoso e brutal. Esse tipo de trabalho, penoso e brutal, pode ser considerado superior em países de produção capitalista desenvolvida, como é o caso da Inglaterra, segundo Marx, "onde a substância física da classe trabalhadora está enfraquecida e relativamente esgotada" (Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.1, p.222). Marx não chegou a dizer que os operários-pedreiros ganhavam salários mais elevados por terem uma forte organização sindical, como colocou Engels. No entanto, os argumentos são complementares: os pedreiros executam um trabalho qualificado, o que lhes permite organizar-se, com sucesso, em poderosos sindicatos, diferentemente daqueles segmentos da classe trabalhadora que, executando trabalho não qualificado (ou trabalho simples), vivem em situação precária, tendo dificuldades em organizar-se em sindicatos, ou seja, dificuldades em reivindicar e obter o valor de sua força de trabalho.

14. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.62-63 (MEGA, I,25, p.252)

Evidentemente, a luta contra os capitalistas exigiria, dos próprios operários, uma poderosa organização coletiva, com fundos financeiros reunidos por eles. Só desse modo eles poderiam tratar com os capitalistas, segundo Engels, "de poder a poder" [enabled to treat with these employers as a power]. Então - e só então - os operários teriam a possibilidade de obter o pouco, que nos termos do regime econômico da sociedade atual se chama "um justo salário por uma jornada justa". Mais adiante, ele voltou a destacar que é só através da luta dos sindicatos que os capitalistas são obrigados a cumprir a lei dos salários, ou seja, *os sindicatos são postos pelo próprio desenvolvimento da lógica do capital, como meio para fazer os capitalistas cumprirem a lei dos salários. Os sindicatos não limitam a lei dos salários, mas sim exigem o seu cumprimento.* Disse Engels:

A luta dos sindicatos não limita a lei dos salários, pelo contrário, cumpre-se graças a ela [the law of wages is not upset by the struggles of Trades Unions. On the contrary, it is enforced by them]. Sem os meios sindicais de resistência [the means of resistance of the Trades Unions], o operário não receberia nem sequer o que lhe corresponde, segundo as leis do trabalho assalariado.

E destacou:

Só porque o capitalista teme diretamente os sindicatos, vê-se obrigado a pagar ao operário o valor total de sua força de trabalho no mercado.¹⁵

Nesse sentido, os sindicatos serviriam para fazer cumprir uma das leis fundamentais da sociedade capitalista, a lei dos salários.

De certo modo, segundo Engels, e na perspectiva da idéia de Marx exposta n'A *Miséria da Filosofia*, as lutas dos sindicatos iriam impor a dominância da mais-valia relativa (a introdução de novas máquinas no processo de produção), tendo em vista que, não podendo mais tirar o seu lucro de salários cada vez mais baixos (ou ganhar a concorrência com outros capitalistas por meio do rebaixamento de salários), os capitalistas seriam obrigados a aumentar a produtividade do trabalho por meio técnicos, o que significaria, a longo prazo, aumento da composição orgânica do capital, crescimento do exército industrial de reserva, impondo limites crescentes à ação dos próprios sindicatos. Desse modo, se os sindicatos conseguissem sucesso na luta contra a extorsão absoluta da mais-valia, conseguindo que os salários ficassem acima do nível médio, principalmente nos períodos de prosperidade econômica, o mesmo não aconteceria sob a vigência da mais-valia relativa, que tenderia a aumentar a superpopulação relativa de operários, mesmo em períodos de bons negócios, o que minaria cada vez mais a prática sindical, exigindo, dessa forma, uma ação geral de caráter político da classe operária. Foi nesse sentido, portanto, que Engels considerou "fora de moda", o lema "um justo salário por uma jornada justa" nesse estágio do capitalismo inglês. Enfim, as próprias lutas dos sindicatos iriam pôr cada vez mais os fundamentos de seus limites. O sindicalismo tenderia a cavar o seu próprio túmulo.

10.3. "Trade Unions"

No artigo seguinte, intitulado "Sindicatos" [Trades Unions], publicado em 28 de maio e 4 de junho de 1881, Engels chegou ao ápice de suas considerações sobre a luta dos sindicatos. Ele voltou a

15. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.62 (MEGA, I,25, p.252)

demonstrar o valor delas para os operários, justamente porque elas poderiam ser o meio de resistência contra a lei geral de acumulação do capital. Enfim, Engels reconheceu que os sindicatos poderiam, num primeiro momento, resistir contra o interesse do capitalista em diminuir o máximo possível os salários. A própria concorrência entre capitalistas estimularia o interesse de cada um deles em aumentar seus lucros à custa da redução dos salários:

Cada um deles se esforça por vender mais barato que o outro, para colocar seu rival em dificuldades e porque, se não quer sacrificar seu lucro, deve tentar baixar os salários.¹⁶

A pressão sobre o salário médio seria, segundo Engels, constante e repetida. E voltou a repetir:

Os operários não organizados carecem de formas eficazes de resistência [no effective means of resistance] contra essa pressão constante e repetida.¹⁷

Destacou que nas indústrias onde os operários não estão organizados em sindicatos, os salários tendem a baixar sem cessar, o número de horas de trabalho a aumentar, o nível de vida torna-se cada vez mais miserável. Alertou Engels: "Esse processo é lento, mas seguro" [Slowly, but surely, this process goes on].

É interessante que, em *Salário, Preço e Lucro*, Marx procurou colocar a ênfase, naquela época, nos limites da luta dos sindicatos, demonstrando que elas nada poderiam fazer contra o desenvolvimento da indústria moderna que tenderia a reduzir o nível normal de salário: os sindicatos "fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo".¹⁸ Por outro lado, Engels desenvolveu uma outra dimensão da questão: são os salários dos operários não organizados que tendem constantemente ao mínimo absoluto. Entretanto, o que Marx estava enfatizando, naquela época, era que, mesmo entre os operários organizados, o nível normal dos salários tenderia a cair. O que exigiria, por parte dos operários, desenvolver uma luta pela "abolição do salariato". Engels, por outro lado, não desmentiu Marx, mas deu um novo enfoque à questão, demonstrando a importância de os operários terem uma "organização forte, com estatutos definidos e com autoridade delegada a funcionários", ou seja, os sindicatos. Uma organização sindical poderosa iria contra o interesse "tanto do capitalista isolado, como do conjunto dos capitalistas" em diminuir o máximo possível o salário.

Engels reconheceu que foi a organização em sindicatos que transformou a classe operária inglesa em uma potência. Falando sobre a lei de 1824, que reconheceu o direito de associação dos operários ingleses, ele disse:

A lei de 1824 reconheceu estas organizações e, desde esse dia, os operários se converteram em uma potência, na Inglaterra [From that day Labour became a power in England]. A massa [the formerly helpless mass], sem forças por estar dividida em frações opostas, já não era impotente.¹⁹

Nesse momento, Engels não colocou, entretanto, que o segmento de operários organizados na Inglaterra era uma minoria - a grande maioria era impotente e estava à merce da lei geral capitalista.

16. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.38

17. *Ibidem*, p.38 (MEGA, I, 25, p.255)

18. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, p.85

19. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.39 (MEGA, I, 25, p.256)

Mais adiante, Engels disse que, nos seus primórdios, os sindicatos enfrentaram o ódio da classe capitalista, posto que, diante do poder organizativo dos operários, "converteu-se em algo arriscado tratar de baixar os salários ou aumentar as horas de trabalho."²⁰ Entretanto, "sessenta anos de experiência de luta", disse Engels, "fizeram os capitalistas *raciocinar um pouco* [have brought them round to some extent]." E finalizou dizendo que

agora os sindicatos são instituições reconhecidas e sua ação é admitida como fator de regulamentação dos salários e da jornada de trabalho, como o atesta a legislação fabril.²¹

Os sindicatos teriam tido sucesso em impor pela força a lei dos salários aos patrões capitalistas. Mais adiante, ele afirmou:

Com efeito, bem organizados, os operários de todos os ramos da indústria podem receber - ao menos aproximadamente - o justo valor da força de trabalho que alugam e, com a ajuda da legislação do Estado, fixar o tempo de trabalho para que não exceda sua duração máxima, passada a qual essa se esgota prematuramente.²²

Se Engels expôs, com toda sua capacidade de argumentação, o poder dos sindicatos, sua importância para o movimento operário, num certo ponto da sua exposição, ele feria um ponto de inflexão, destacando os limites deles. Após destacar o papel reconhecido dos sindicatos em regulamentar os salários e a jornada de trabalho, ele disse:

Isto é o máximo que os sindicatos - *como estão organizados atualmente* - podem esperar obter [This, however, is the utmost Trades Unions, as at present organised, can hope to obtain] e só ao preço de uma luta tenaz e de um imenso gasto de força e dinheiro.²³

O que Engels está começando a demonstrar é que a luta dos sindicatos é um "círculo vicioso", algo como um trabalho de Sísifo. Seus limites eram postos pelas *flutuações econômicas*, que, segundo ele,

anulam, pelo menos uma vez a cada dez anos, tudo o que se havia conquistado com muita luta e esta deve recomeçar desde o princípio. É um círculo vicioso [a vicious circle].²⁴

Novamente, tornava-se claro que, para Engels (e Marx), os limites da luta sindical, eram postos pelas flutuações da economia capitalista, que exacerbam (e tornam explícitos) a verdadeira condição dos operários, "uma classe de escravos assalariados", tal como chamavam os cartistas. Nos períodos de crise, os sindicatos tornam-se impotentes, diante da lógica do capital. A concorrência entre os capitalistas destruíam as próprias bases das lutas sindicais, tendo em vista que seria durante as crises industriais que o capital exigiria uma maior exploração do trabalho, e incrementaria o seu exército de reserva, constituído pelos operários desempregados. O movimento operário inglês, na época em que Engels escreveu a série de artigos para o *The Labour Standard*, estava ainda presenciando uma de suas mais profundas depressões econômicas desde 1842. A crise comprovou definitivamente os

20. RENGELS, op.cit., p.256

21. Ibidem, p.40 (MEGA, I, 25, p.256)

22. Ibidem, p.40

23. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.40 (MEGA, I, 25, p.256)

24. Ibidem, p.40 (MEGA, I, 25, p.256)

limites da luta sindical, embora não tenha significado, como se poderia esperar, a destruição dessas organizações operárias.

No artigo seguinte, ainda sobre as Trades Unions. Engels procurou tratar do "papel dos sindicatos na organização da classe operária." Após demonstrar os alcances dos sindicatos, enquanto meio de resistência contra as usurpações do capital, contra a exploração e arbitrariedades dos capitalistas, fator de regulamentação de salários e jornada de trabalho, Engels procurou situar o verdadeiro sentido (e valor) da luta dos sindicatos. É como se ele tentasse fazer os líderes sindicais compreender que os sindicatos, mesmo que eles não tenham se dado conta disso, eram verdadeiros "centros de organização da classe operária". Apesar de serem "instituições reconhecidas", admitidas pela classe dos capitalistas, a própria existência delas era a evidência incontestável da luta dos operários contra o capital, da luta entre as classes, que divide a sociedade atual. Disse Engels:

Com efeito, essa luta existe ainda que os apologistas do capital afirmem o contrário. Subsistirá enquanto a redução dos salários for o meio mais seguro e mais fácil de aumentar o lucro e, ainda mais, enquanto durar o sistema de trabalho assalariado. Só a existência dos sindicatos já é uma prova suficiente disto [The very existence of Trades Unions is proof sufficient of the fact]: se não lutassem contra as arbitrariedades do capital, para que serviriam? Para que dar voltas ao redor do assunto? [There is no use in mincing matters]²⁵

Assim, mesmo que os líderes sindicais estivessem a reboque do partido liberal, circunscritos à luta por "um justo salário e por uma jornada justa", os sindicatos, o simples fato da sua existência, demonstravam, mesmo que os operários não tivessem consciência disso, que a luta de classes existia e que a sociedade atual está dividida em duas grandes classes antagônicas: capitalistas e operários.

A partir dessa constatação, Engels colocou a seguinte premissa: a luta entre as duas grandes classes da sociedade se converte, *necessariamente*, em uma luta política. Engels utilizou como comprovação histórica, a "longa batalha entre a burguesia (ou a classe capitalista) e a aristocracia rural", que ocorreu no passado. Atualmente, segundo ele, ocorre o mesmo entre a luta da classe operária contra os capitalistas.

É interessante que, embora Engels não tenha posto, de forma explícita, o paralelo histórico entre os sindicatos e as comunas medievais (muito utilizado por Marx, desde *A Miséria da Filosofia*), tal paralelo permaneceu implícito: a luta da classe operária contra os capitalistas manifesta-se, de forma originária, nas lutas encaminhadas pelos sindicatos, tal como a luta da burguesia contra a aristocracia rural se manifestou, originariamente, no interior das comunas medievais. Na perspectiva de Engels (e Marx), esse tipo de luta (a luta dos sindicatos) tende a se converter, *necessariamente*, em luta política.

Além disso, Engels põe outra premissa: em toda luta de classes, o fim imediato é a conquista do poder político. O seu exemplo histórico é o movimento cartista, "a organização puramente política" da

25. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.41 (MEGA, I, 25, p.257)

classe operária. A luta pela *People's Charter* demonstrou que a luta de classes, estava se convertendo numa luta pela conquista do poder político. Engels reconheceu que essa luta foi derrotada:

Foi derrotada, mas a luta teve tal efeito sobre a burguesia vitoriosa que esta, desde então, tem se mostrado muito satisfeita em prolongar o armistício, ao preço de novas concessões aos operários.²⁶

Mais adiante, ele disse que

à medida que se desintegrava a organização puramente política, ou seja, o partido cartista, a organização dos sindicatos se fazia cada vez mais poderosa e hoje alcança um grau de força que não se pode comparar com nenhuma organização operária de outros países.

Por que a organização dos sindicatos se fazia cada vez mais poderosa? Por que os poderosos sindicatos "esqueceram seu dever de liderança da classe operária", conforme constatou Engels adiante? Por que os sindicatos se mantiveram limitados quase exclusivamente "a regulamentar salários e as horas de trabalho" ?

Engels explicou esse desenvolvimento, por meio da tese de que, (1) a luta cartista teve um tal efeito sobre a burguesia, que ela, temendo que esse movimento pudesse renascer, com mais ardor e violência, decidiu efetivar concessões aos operários. (2) Além disso, a posição de monopólio industrial no mercado mundial permitiu à Inglaterra fazer essas concessões, não a toda classe trabalhadora, mas a seu segmento mais organizado e instruído, os operários qualificados organizados em sindicatos. Ao conceder o direito de voto a esse segmento operário, em 1867, a classe dominante inglesa sabia que, os operários organizados não deixariam de estar do lado dos políticos liberais. Afirmou Engels:

A classe dominante, que conhecia melhor que os próprios sindicatos suas forças, fez-lhe voluntariamente concessões mais amplas.²⁷

Engels passou a reconhecer que foram abertas novas perspectivas para a classe operária: o direito do voto

permitiu lutar contra o capital com novas armas e enviar ao Parlamento homens saídos da classe operária.²⁸

Mas lamentou que os sindicatos esqueceram a liderança da classe trabalhadora, isto é, não se preocuparam em organizar-se enquanto classe. Disse Engels:

Os sindicatos esqueceram seu dever de liderança da classe operária [we are sorry to say, the Trades Unions forgot their duty as the advanced guard of the working class].²⁹

Enfim, segundo Engels, os sindicatos continuavam presos no interior do círculo vicioso da luta meramente econômica, girando exclusivamente em torno dos problemas de aumento de salários e de diminuição das horas de trabalho, deixando que a classe operária eleja, para o Parlamento, os capitalistas ou auxiliares destes, os advogados, os jornalistas, etc.

26. RENGELS, op.cit., p.252

27. F. ENGELS, p.252

28. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.43

29. Ibidem, p.43 (MEGA, I, 25, p.258)

Enfim, Engels lamentou não haver um partido operário independente na Inglaterra, tal como ocorria nos demais países europeus (França e Alemanha, por exemplo), países de menor grau de desenvolvimento capitalista, em comparação com a própria Inglaterra. A classe operária inglesa continuava concentrada nos seus *interesses sociais*, fato demonstrado pelo desenvolvimento dos sindicatos e do movimento pela redução da jornada de trabalho, deixando nas mãos de conservadores, liberais ou radicais, pessoas da classe dominante, o trato de seus *interesses políticos*. No artigo "Um Partido Operário" [A Working Men's Party], ele disse:

E durante quase um quarto de século a classe operária da Inglaterra se conformou em ir na retaguarda do "grande partido Liberal".

E mais adiante, lamentou:

Em todos os cantos, o operário luta pelo poder político, pela representação direta de sua classe nos órgãos legislativos; em todos os cantos, menos na Inglaterra.³⁰

10.4. O prefácio de 1892

Foi no prefácio para a edição alemã de 1892 de sua obra *A Situação da classe operária na Inglaterra*, que Engels expôs um balanço crítico (e autocrítico) do período histórico pós-1848, inclusive - e principalmente - procurando situar seus pontos de vistas expressos nessa obra de 1845 com relação à situação histórica de 1892. Enfim, o que aconteceu com o movimento operário inglês após o fracasso do cartismo e todo esse período de prosperidade industrial e comercial do capitalismo inglês pós-1848?

Primeiro, Engels percebeu que o novo impulso dos negócios, depois da crise de 1847, significou uma "nova era industrial" onde ocorreram mudanças nas relações entre os capitalistas e seus trabalhadores. Uma "nova era industrial", que exigiu, de fato, uma nova *moral* nas relações industriais:

E, de fato, essas manhas e patifarias já não compensam num grande mercado onde tempo é dinheiro, e onde se estabelece um certo nível de moralidade comercial, não por entusiasmo virtuoso, mas para não se perder inutilmente tempo e força.

E mais adiante destacou:

A concorrência entre fabricantes, por meio de pequenos roubos cometidos em prejuízo dos trabalhadores, já não compensava; o grande comércio abandonava definitivamente este processo miserável de ganhar dinheiro; o fabricante milionário tinha mais o que fazer do que perder seu tempo com estes truques tão mesquinhos.³¹

Engels fazia referência às fraudes e embustes irrisórios cometidos pelos industriais, principalmente contra os operários, para conseguir maiores lucros. Essas atitudes astuciosas e mesquinhas dos capitalistas, descritas pelo jovem Engels n'*A Situação da Classe Trabalhadora*, próprias de um período de dominância da mais-valia absoluta, não tinham mais sentido numa "nova

30. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.65 (MEGA, I, 25, p.276)

31. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora*, p.365

era industrial", caracterizada pela mais-valia relativa, livre troca, concorrência, mercado mundial, grande indústria.

O desenvolvimento da produção capitalista, para Engels, exigiu uma nova moralidade industrial, uma nova atitude dos capitalistas para com seus operários. Nesse novo período de desenvolvimento capitalista, das grandes empresas com numerosos operários, um conflito entre capitalistas e trabalhadores ocasiona importantes prejuízos no prosseguimento dos negócios. Disse Engels:

É daqui que nasce um "novo estado de espírito nos industriais", em particular nos mais importantes. Eles aprendem a evitar conflitos inúteis, a acomodar-se à existência e ao poder dos sindicatos, e mesmo a descobrir nas greves - quando elas se desencadeiam num momento oportuno - um meio eficaz para realizar seus próprios objetivos.³²

Entretanto, as "concessões à justiça e ao amor do próximo", que embora Engels não diga, são próprios de um período da produção capitalista sob a vigência da mais-valia relativa, são apenas instrumentos dos capitalistas para acelerar a concentração de capital, posto que esmagam os concorrentes mais modestos, que não podem sobreviver sem os ganhos extraordinários providos de práticas típicas dos períodos iniciais da produção capitalista, "estado juvenil de exploração capitalista", baseados na mais-valia absoluta (principalmente, redução de salários e extensão da jornada de trabalho). E destacou ele:

É assim que o desenvolvimento da produção capitalista foi suficiente, pelo menos nos setores-pilotos da indústria (pois nos ramos menos importantes não acontecia assim) para suprimir todos esses *males secundários* que no começo agravavam a sorte dos trabalhadores.³³

Para Engels, a produção capitalista conseguiu suprimir esses "defeitos secundários", entretanto a causa da miséria da classe operária não deve, segundo ele, ser procurada nos "males secundários", mas sim no próprio *sistema capitalista* e seus males primários (a extorsão da mais-valia).

A burguesia progrediu na *arte de dissimular* a infelicidade da classe operária - destacou Engels. Ele reconheceu que ocorreu uma mudança na configuração das grandes cidades, "locus" de formação da consciência de classe, descrito, por ele, na sua obra de 1845. Aquelas anomalias gritantes, descritas por Engels sobre as condições de vida nas grandes cidades industriais inglesas, foram, segundo ele, "eliminadas ou, pelo menos, são menos chocantes." Os burgueses ingleses compreenderam a necessidade de sanear as cidades. Esse outro gesto de justiça e amor ao próximo não foi senão o meio de evitar que eles próprios e as suas famílias fossem vítimas de flagelos oriundos de um meio urbano degradado, como as repetidas epidemias de cólera, febre tifóide, varíola, etc. Afirmou Engels:

Instalaram-se ou melhoraram-se os sistemas de esgotos, numerosas ruas atravessaram os bairros, incluindo os piores "dos maus bairros".³⁴

Entretanto, mais adiante, Engels fez uma ressalva, dizendo que, no que diz respeito às habitações dos trabalhadores, nenhum progresso importante foi feito.

32. Friedrich ENGELS, p. 366

33. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*

34. Friedrich ENGELS, *op.cit.*, p.372

Essa mudança de atitude dos capitalistas com respeito à classe operária (ou com respeito ao segmento mais organizado da classe operária) significou, por outro lado, mudanças de atitude da classe operária para com a burguesia (e os valores capitalistas). Enfim, houve uma mútua acomodação propiciada pelo progresso e prosperidade do capital inglês. Por isso, Engels disse que o "estado de coisas descrito nesse livro - *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra* - pertence ao passado".³⁵ A seguir, ele fez uma longa citação de um artigo seu, publicado em inglês no *Commonwealth* de Londres, no dia 1 de março de 1885, e em alemão no *Neue Zeit*, em junho do mesmo ano, onde analisou a conjuntura pós-1848, marcada pelo fracasso do cartismo e pela prosperidade econômica, que fizeram da classe operária inglesa "o apêndice do *grande partido liberal*, partido dirigido pelos industriais". Além disso, Engels voltou a destacar que o movimento cartista ensinou aos industriais que a burguesia nunca conseguiria "dominar política e socialmente a nação", sem o apoio da classe operária:

Foi assim que, pouco a pouco, a atitude recíproca das duas classes se modificou.³⁶

Desse modo, Engels explicou por que a burguesia fez tantas concessões à classe operária no pós-1850 e como uma classe operária "desmoralizada" pela derrota política do cartismo, e diante de um crescimento industrial e comercial inaudito, passou a aceitar os valores e fins postos pelo sistema capitalista.

Engels expôs as transformações ocorridas no âmbito das relações entre os capitalistas e seus trabalhadores. Primeiro, ocorreu a ampliação, mais ou menos para toda a indústria, da *legislação sobre as fábricas*. Segundo, os sindicatos, conforme Engels, "foram bajulados e protegidos pelos industriais como instituições muito legítimas e meio útil de propagar entre os trabalhadores sadios ensinamentos econômicos". Terceiro, as *greves*, segundo Engels, "declaradas ilegais antes de 1848", passaram a ser aceitas pelos capitalistas como um meio legítimo de luta dos operários, principalmente quando "eram os próprios senhores industriais que as provocavam no momento adequado." Quarto, uma série de leis que haviam retirado a igualdade de direitos entre patrões e operários foi abolida (Engels deve fazer referência à *Master and Servants Acts*, objeto de repúdio dos sindicalistas na década de 1860.) Quinto, a Carta do Povo, programa do partido cartista, foi incorporada pelos próprios industriais - parafraseando Marx, Engels diria que "as mesmas pessoas que a esmagaram, tornaram-se os seus executores testamentários". A "supressão do censo eleitoral" e o "voto secreto", foram instituídos por lei. As reformas parlamentares de 1867 e 1884 já se assemelham nitidamente ao "sufrágio universal"(...); a divisão em circunscrições eleitorais que o Parlamento debate atualmente prevê "circunscrições iguais"(...). Os salários parlamentares e a diminuição da duração do mandato, à falta de parlamentos eleitos todos os anos, projetam-se como conquistas de um futuro próximo;³⁷

Mas quem se beneficiou do poderoso impulso que conheceu a produção capitalista de 1850 a 1870? Engels reconheceu que esse período de domínio dos capitalistas industriais "deixou a Inglaterra estupefata, no princípio". Inclusive, ocorreu uma mudança de atitude das pessoas diante das crises.

35. Friedrich ENGELS, op.cit., p.365

36. Friedrich ENGELS, op.cit., p.370

37. Friedrich ENGELS, op.cit., p.380

Embora o progresso inaudito da indústria e do comércio tenha sido interrompido por duas crises, uma em 1857, outra em 1867, segundo Engels,

estas sacudidas eram consideradas como *acontecimentos naturais inelutáveis* pelos quais era preciso passar e que acabavam por se normalizar.

Quanto aos beneficiários desse impulso (e extensão) inaudita dos negócios no capitalismo pós-1850, Engels constatou, primeiro, que "houve melhorias provisórias, mesmo para a grande massa". Entretanto, essa melhoria do nível de vida não foi duradoura para a grande massa de trabalhadores, devido ao crescimento do "exército industrial de reserva", provocado pela

numerosa multidão de reserva de trabalhadores desempregados, devido às novas máquinas que rejeitavam continuamente os trabalhadores para fora do circuito e pela chegada dos trabalhadores agrícolas também eles substituídos cada vez mais pelas máquinas.³⁸

Como vimos, para ele, a introdução das máquinas, foi a grande responsável pela manutenção dessa grande massa de trabalhadores na situação de miséria. Esses são os trabalhadores não organizados, que habitam os bairros da região Leste de Londres, considerados por Engels

um pântano estagnado que não pára de aumentar - quando os homens não trabalham - e de aviltamento moral e físico - quando os homens trabalham.³⁹

O fato de não estarem organizados em sindicatos, nem protegidos pela legislação do Estado, reduz o valor da força de trabalho desses operários não-qualificados ao mínimo indispensável.

Apesar de Engels constatar que o impulso da produção capitalista nos últimos anos não conseguiu mudar o grau de miséria da massa de trabalhadores da região leste de Londres, ele reconheceu que ocorreu, para "uma minoria privilegiada de operários", uma melhoria duradoura do nível de vida. Esses "setores protegidos da classe operária" foram, segundo Engels, os *operários das fábricas* e os *operários-artesãos das grandes trade unions*. Os operários das grandes indústrias, beneficiados pela fixação legal de um dia normal de trabalho, conseguiram restabelecer "a sua constituição física pouco a pouco", alcançando uma "superioridade moral que era ainda reforçada pela sua concentração local". Os benefícios físicos e morais dessa redução da jornada de trabalho, tão enfatizada por Marx, permitiram a esses operários manter uma disposição de luta, reforçada pela concentração da grande indústria num determinado local, que permitiu reivindicarem e obterem o valor de sua força de trabalho.

Os artífices especializados dos grandes sindicatos conseguiram evitar, por meio de seu "poder organizado", que o trabalho das mulheres e das crianças e a utilização das máquinas, principais fatores de incremento da concorrência no meio operário (com conseqüente baixa do preço médio da força de trabalho) fossem introduzidos nos seus ofícios:

Os mecânicos especializados, carpinteiros e marceneiros, trabalhadores da construção civil, constituem cada um por si uma força, a ponto de até poderem - como fazem os trabalhadores da construção civil - resistir vitoriosamente à utilização das máquinas.⁴⁰

38. Friedrich ENGELS, op.cit. p.380

39. Friedrich ENGELS, op.cit., p.384

40. Friedrich ENGELS, op.cit., p.385

Engels constatou, portanto, que o "poder organizado" do segmento minoritário de operários conseguiu enfraquecer, ou até mesmo suprimir, essa irresistível tendência da produção capitalista. Ele destacou que a situação dos operários organizados melhorou bastante desde 1848 :

não só os patrões estão satisfeitos com eles, mas eles próprios estão igualmente satisfeitos com os patrões.⁴¹

Engels disse que os trabalhadores das grandes *trades unions* constituem uma "aristocracia no interior da classe operária", enfim, "conseguiram alcançar uma situação relativamente confortável e aceitam essa situação como definitiva." Esse modo de perceber a sua situação como definitiva tornou os trabalhadores dos sindicatos, crentes na perenidade do sistema dos salários, não tendentes a aceitar concepções revolucionárias e propensas a apoiarem o "grande partido liberal".

Foi esse mito - a crença desses trabalhadores dos sindicatos de que a sua situação seria definitiva - que Engels combateu vigorosamente (desde *A Situação das Classes Trabalhadoras*, em 1845). Logo adiante ele destacou, que desde 1876, o capitalismo inglês vive uma "marasmo crônico" que afeta todos os setores essenciais da indústria. E esse "peso mortal, uma obstrução de todos os mercados para todos os negócios", era a prova cabal, para Engels, de que o capitalismo inglês estava falido. Outros países, tais como a França, Bélgica, Alemanha, EUA e mesmo a Rússia, começaram a produzir bens industriais não só para eles próprios, mas para o resto do mundo. Os novos mercados tornam-se cada dia mais raros. Como consequência, Engels destacou que

o monopólio industrial detido pela Inglaterra durante quase um século está agora irremediavelmente quebrado.

E que esse monopólio industrial inglês é "a base do sistema social inglês de hoje."⁴² Engels parece ter visto na depressão de onda longa que enfrentava a economia inglesa no pós-1876, o início de um período de convulsão revolucionária tão esperado, desde 1848. É como se aquilo que o jovem Engels previa para ocorrer em 1848 começasse a ocorrer quase 40 anos depois. A paralisação dos negócios, excesso de capitais, miséria e trabalhadores desempregados, demonstravam a situação de estagnação da produção capitalista inglesa. Mas a produção capitalista, para Engels (e Marx), tem necessidade de uma expansão permanente. Engels constatou que a expansão permanente da economia capitalista inglesa torna-se agora impossível:

A produção capitalista termina num beco sem saída. Cada ano que se passa aproxima a Inglaterra dessa alternativa: é a nação ou a produção capitalista que vai morrer.⁴³

O impacto da estagnação econômica do capitalismo inglês sobre a classe trabalhadora, principalmente sobre os setores privilegiados da classe operária, "uma minoria privilegiada" foi logo destacado por Engels:

Eis a verdade: enquanto o monopólio inglês subsistiu, a classe operária inglesa se beneficiou até certo ponto das vantagens deste monopólio. Essas vantagens foram diferentemente repartidas entre os seus membros: a minoria privilegiada recebeu a maior parte, mas até a grande massa recebeu

41. Friedrich ENGELS, op.cit., p.386

42. Friedrich ENGELS, op.cit., p.387

43. Friedrich ENGELS, op.cit., p.388

sua parte, pelo menos de vez em quando e durante um certo período. Essa é a razão por que não houve socialismo na Inglaterra desde a morte do owenismo.

E finalizou:

Com o desabar desse monopólio, a classe trabalhadora inglesa perderá essa posição privilegiada. Será nivelada um dia - incluindo a minoria dirigente e privilegiada - pelo nível dos operários estrangeiros. E é essa a razão pela qual o socialismo renascerá na Inglaterra.

É claro que nesse caso haveria a derrocada dos sindicatos, que se tornariam incapazes de manter os privilégios oriundos de um período de monopólio inglês do mercado mundial. Desse modo, Engels mantém a perspectiva dos limites insuperáveis da luta dos sindicatos, dos limites do poder organizativo dos operários meramente no nível econômico, contra a dinâmica da economia capitalista, a longo prazo.

10.5. O *new unionism*

A crise do capitalismo inglês continuou por mais alguns anos. Nem a nação, nem a produção capitalista morreram, mas o período de depressão econômica permitiu que as idéias socialistas renascessem na Inglaterra. Num prefácio de 11 de janeiro de 1892 (para a nova edição inglesa de *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*), sete anos após escrever sobre a crise do capitalismo inglês, Engels demonstrou mais interesse pelo que ele considerou, "o despertar dos bairros do leste de Londres", aquele "pântano estagnado de miséria, de desespero e de fome", onde viviam os trabalhadores não organizados. Os bairros do leste foram o berço do que veio a ser chamado "novo sindicalismo", isto é, da organização da grande massa de trabalhadores "não qualificados".

Portanto, a longa crise do capitalismo inglês não significou, como poderia se esperar, a decadência da prática sindical e a ascensão de movimentos políticos de caráter socialista, mas trouxe como resultado, na última década do século XIX, na Inglaterra, a generalização da organização sindical dos trabalhadores, antes restrita aos segmentos qualificados da classe trabalhadora. Disse Engels:

Na verdade, essa organização, adota em muitos aspectos a forma das antigas *Unões* de trabalhadores *qualificados*; mas o seu caráter é profundamente diferente.

Engels chegou a demonstrar a diferença de conteúdo entre os novos sindicatos, que surgiam entre a grande massa trabalhadora, e os sindicatos tradicionais: diferentemente dos velhos sindicatos, que consideravam o sistema do salário como um fato definitivo, "estabelecido de uma vez para sempre", os novos sindicatos, pelo contrário, nasceram num período, de crise e estagnação do capitalismo inglês, em que a *crença na perenidade do salário*, segundo Engels, estava já profundamente abalada. Portanto, Engels voltou a cultivar esperanças de que o *new unionism* desse sangue novo ao movimento operário inglês, esclerosado pelo sindicalismo de velho estilo.

Engels tinha alguns elementos para julgar que o *new unionism* poderia ser promissor. Primeiro, seus fundadores, ou promotores, eram, segundo ele, "ou socialistas conscientes ou socialistas sentimentais"; segundo, as massas de trabalhadores que afluíram à esse sindicalismo de novo tipo,

aquelas massas rudes, negligenciadas pelas "ricas e arrogantes trade unions" da aristocracia operária, tinham uma grande vantagem, segundo Engels, sobre a minoria privilegiada da classe operária:

os seus corações são ainda um terreno virgem, isentos da "responsabilidade" dos preconceitos burgueses, hereditários, que extraviam o espírito dos *velhos unionistas*, cuja situação é melhor.⁴⁴

Mais adiante, Engels demonstrou estar otimista com as perspectivas futuras do movimento operário inglês, com a organização da grande massa de trabalhadores dos bairros de Leste de Londres, inclusive, com o desempenho eleitoral dos primeiros candidatos operários independentes, que concorreram às eleições em 1892 apresentando-se abertamente como socialistas:

E a despeito de todos os possíveis erros, passados, presentes e futuros, este despertar dos bairros do leste de Londres é um dos maiores e mais fecundos acontecimentos deste fim de siècle e sinto-me feliz e orgulhoso por tê-lo vivido.

De fato, estava-se vivendo um novo período na história do capitalismo inglês. A longa depressão de 1873-1890 não suprimiu o sistema capitalista, mas a nova configuração do capitalismo que sairia após essa crise seria totalmente diversa do período anterior. O próprio movimento operário teria nos *sindicatos* e nos *partidos políticos operários* os seus principais instrumentos de intervenção social (e política) reconhecidos pelo sistema estatal dominante. Na maioria dos casos, seus programas visavam pleitear a melhoria das condições de vida das classes operárias nacionais, e no caso dos partidos políticos a transformação do sistema social capitalista (muitas vezes, pela via reformista).

Nas décadas seguintes, novas questões seriam postas, e polêmicas políticas surgiriam, no seio do movimento operário, sobre a divisão de papéis instituída entre sindicato e partido. Por outro lado, os limites dos sindicatos (a sua incapacidade de transformar a condição de precariedade e estranhamento dos trabalhadores assalariados), não impediriam que eles se tornassem instituições permanentes do cenário industrial, verdadeiras máquinas burocráticas, inclusive fortalecidas pela crescente intervenção do Estado na regulamentação da vida social e econômica, evitando que as leis cegas do mercado realizassem aquilo que fora previsto por Marx n' *O Capital*, como uma *lei geral da produção capitalista*.

44. Friedrich ENGELS, op.cit., p.389

conclusão

Marx e Engels fizeram parte de um período histórico em que o sindicalismo não tinha se tornado ainda um fenômeno típico das sociedades capitalistas desenvolvidas. Naquela época, a forma predominante de sindicalismo era a de ofício, o tradicional *sindicalismo*, caracterizado por forte exclusivismo profissional (trabalhadores não qualificados e mulheres não tinham acesso a essas associações uma vez que não tinham o domínio de um ofício). Abrangendo inicialmente grupos de ex-artesãos transformados em assalariados, as primeiras associações operárias se constituíram geralmente em torno de um mesmo *ofício* e não de *empresa*. Tratava-se de um sindicalismo de trabalhadores “profissionais” que agrupava operários de uma mesma profissão.

Apenas durante as últimas décadas do século XIX, os sindicatos difundiram-se como expressão organizada (e de massa) do movimento operário. O *sindicalismo de indústria* expandiu-se, passando a enquadrar camadas operárias de baixa qualificação - normalmente os trabalhadores das novas indústrias. Os sindicatos passaram a participar, mais efetivamente, dos movimentos políticos. Ocorreu a passagem de um sindicalismo de *minorias militantes* para um *sindicalismo de massas*.¹

Por exemplo, durante a década de 1880, e o início da década de 1890, tivemos na Inglaterra o período de origem do *new unionism*, marcado pelo surgimento de um novo conjunto de estratégias políticas e formas de organização para os sindicatos, em oposição àquelas existentes no “velho” sindicalismo, baseado em “ofícios” (as tradicionais *trade unions*). Tivemos a criação de novos sindicatos de trabalhadores, até então não organizados ou não-organizáveis, bem como a transformação de velhos sindicatos.²

Não apenas na Inglaterra, o país dos sindicatos, ocorreu a expansão da organização sindical. Na maioria dos países continentais europeus, principalmente Alemanha e França, a onda de industrialização, que varreu a maioria desses países após a guerra franco-prussiana (1870), criou as premissas para o aparecimento (e desenvolvimento) de partidos trabalhistas e sindicatos operários autônomos. Na Alemanha, por exemplo, os sindicatos cresceram rapidamente (desde 1869, os trabalhadores alemães já tinham conquistado um dos mais importantes pré-requisitos para o desenvolvimento do movimento sindical: o direito de associação). Se em 1892 os sindicatos alemães contavam apenas com 300.000 associados, já em 1899, incluindo os fracos sindicatos cristãos, tinham cerca de 600.000, e em 1913, 2,5 milhões de trabalhadores associados. Os “sindicatos livres”, de orientação socialista, multiplicaram em quase quatro vezes mais o número de associados desde 1889,

1. Léoncio Martins Rodrigues, *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*, p.15

2. Eric J. HOBSEBAWM, *Mundos do Trabalho*, p.221

e em 1900 haviam chegado a uma força numérica comparável à dos “velhos sindicatos” britânicos em 1887 - 680 mil contra 674 mil.³

Diferentemente da Inglaterra, o movimento sindical no continente europeu desenvolveu-se simultaneamente com o movimento político operário de massa e seus partidos, e predominantemente sob seu impulso. No entanto, a associação sindical cresceu mais rápido do que a afiliação partidária e pode ter chegado a excedê-la em magnitude.⁴

A lição geral que o movimento operário europeu aprendeu durante o período de 1870-1914 foi que apenas um movimento trabalhista sindical e político forte (e a intervenção governamental no campo social, por meio de políticas sociais promovidas pelo Estado) é que poderia garantir a situação econômica dos trabalhadores contra os desdobramentos das crises cíclicas do capitalismo. A pressão exercida pelos sindicatos (e partidos operários de massa) contribuiu, de fato, para a intervenção estatal no campo social e para a participação da classe trabalhadora, particularmente a mais organizada, nos produtos da riqueza social criados durante o período de crescente expansão industrial.

A observação de Marx, feita em *Salário, Preço e Lucro*, da necessidade da “pressão constante dos operários, agindo de fora” para conquistar uma legislação trabalhista e políticas sociais, demonstrou ser correta. Durante esse período, de fortalecimento do movimento operário sindical e político de massa, os sindicatos (e partidos operários) pressionaram o Estado democrático-parlamentar para a construção de *obstáculos* à voracidade do capital em expansão (Marx tinha dito: “O capital, se não lhe erguem obstáculos, procura sempre, implacavelmente e sem piedade, reduzir toda a classe operária a esse nível da mais baixa degradação”⁵).

Entretanto, embora o *novo sindicalismo*, um sindicalismo de massa vinculado à agitação política por melhorias das condições de vida das classes trabalhadoras, tenha significado um avanço, com relação ao *velho sindicalismo*, o *sindicalismo de ofício*, vigente no tempo de Marx (e Engels), ele ainda mantinha uma principal característica, típica da *forma-sindicato*, denunciada por Marx: a *defensividade* diante do movimento do capital, ou seja, o movimento operário não deixava de ser apenas uma reação operária diante de uma ação anterior do capital.

A defensividade intrínseca do sindicalismo tornava-se mais evidente durante os períodos de *depressão econômica*, quando o poder sindical nada podia fazer diante do crescente desemprego (ou

3. Wolfgang ABENDROTH, *A História Social do Movimento Trabalhista Europeu*, p.47

4. Hobsbawn destacou que, exceto em países como a Boêmia e a Finlândia, o partido invariavelmente tinha mais membros do que os sindicatos. O *eleitorado* do partido excedia em muito o número de associados aos sindicatos, com exceção da Dinamarca até 1913. E afirmou, comparando o caso britânico com o dos países do continente europeu: “Por outro lado, na Grã-Bretanha, como todos sabem, o Partido Trabalhista foi ele próprio uma criação dos sindicatos, e até 1914 o voto total para *todos* os candidatos socialistas e trabalhistas, de qualquer afiliação, nunca alcançou mais do que 20% do número de sindicalizados, enquanto na Alemanha, mesmo depois de os sindicatos terem atingido proporções maiores (e, segundo alguns, maior densidade de organização) do que na Grã-Bretanha, o voto social-democrata representava praticamente o dobro do número de associados de *todos* os sindicatos de quaisquer convicções ideológicas, omitindo-se somente as organizações de empregados assalariados.” Eric HOBBSBAWN, *Mundos do Trabalho*, p.222

5. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, p.75

de reestruturações industriais, em nível da organização do trabalho e da relação empresa - empregados).

Os sindicatos e o sindicalismo podiam erguer *obstáculos* à dinâmica do capital, mas não podiam impedir o seu avanço contínuo. Em *O Capital*, Marx tinha declarado que "o mecanismo da produção capitalista remove os obstáculos que ele mesmo cria temporariamente".⁶ O que significava que o poder dos sindicatos (e das políticas de reformas que tendiam a manter vigente a lei de produção de mercadorias) conseguiria evitar, apenas temporariamente, que o capital exercesse o seu poder de exploração sobre a classe operária. Em última instância, o "agulhão do lucro" deveria prevalecer, se mantida a vigência da lei geral da acumulação de capital. Enfim, o poder sindical nada poderia fazer contra uma condição própria da mercadoria-força de trabalho: a *precariedade* e o *estranhamento*, que ganhariam novas formas sob o capitalismo organizado.⁷

6. Karl MARX, *O Capital*, Livro I, vol.2, p.720)

7. As últimas décadas do século XIX e o início do século XX iriam presenciar, principalmente na Alemanha, onde o marxismo tinha alcançado grande prestígio entre o movimento operário organizado, sérias críticas do sindicalismo (e das políticas reformistas vinculadas aos sindicatos), que não levavam em consideração a natureza limitada e restritiva da luta meramente econômica (ou por reformas sociais no interior da ordem capitalista). Uma das críticas dos limites do sindicalismo, na perspectiva clássica de Marx (e Engels), foi feita por Rosa Luxemburg no bojo do Bernstein Debate. Numa passagem de sua brochura *Reforma ou Revolução*, escrita em 1899, Rosa criticou a ideia de Bernstein de utilizar os sindicatos (e as lutas sindicais) como um dos meios de ofensiva econômica contra os lucros. Bernstein atribuiu aos sindicatos, a tarefa de transformar progressivamente a taxa de lucro em taxa de salário. Rosa ressaltou que os sindicatos "não passam de uma *defesa* organizada pela força do trabalho contra os ataques do lucro, expressão da resistência da classe operária contra a tendência opressiva da economia capitalista." E passou a demonstrar os limites estruturais dos sindicatos: "Primeiro, os sindicatos têm por tarefa organizar-se no mercado da força de trabalho: mas a organização é constantemente ultrapassada pelo processo de proletarianização das classes médias, que trazem permanentemente para o mercado de trabalho novos recrutas. Segundo, os sindicatos propõem-se melhorar as condições de existência, aumentar a parte da riqueza social que vai para a classe operária; mas essa parte é constantemente reduzida, com a fatalidade de um fenômeno natural, pelo crescimento da produtividade do trabalho." Mais adiante, ela destacou: "Devido a esses fatores objetivos, que são a realidade da sociedade capitalista, as duas funções essenciais do sindicalismo transformam-se profundamente e a luta sindical é um autêntico trabalho de Sísifo." Entretanto, não deixou de considerar a importância da luta sindical: "Esse trabalho de Sísifo é indispensável, se se quer que o operário receba a taxa de salário que lhe vem da situação conjuntural do mercado, que a lei capitalista se realize e que a tendência depressiva do desenvolvimento econômico seja travada, ou mais exatamente atenuada no seu efeito." (Rosa LUXEMBURG, *Reforma ou Revolução?*, pp.90-91) Mesmo em uma de suas últimas obras, *Introdução à Economia Política*, publicada postumamente em 1925, Rosa denunciou os limites do sindicalismo. Ela acreditava que "a produção capitalista não pode avançar um só passo adiante sem reduzir a participação dos operários no produto social". A redução da participação dos operários no produto social e o aumento da participação dos capitalistas ocorriam por meio das *inovações técnicas na produção*, pelo aumento da produtividade do trabalho. Diante da *lei da queda tendencial do salário relativo*, considerada por ela um "poder completamente invisível, uma ação simplesmente mecânica da concorrência e da produção de mercadorias", que deixa aos operários uma porção cada vez menor da riqueza social produzida, os sindicatos nada poderiam fazer. Os sindicatos só poderiam cuidar do "atentado visível dos capitalistas contra os operários", ou seja, as reduções de salários reais, que diminui o padrão de vida da classe operária. Diante da queda invisível do salário relativo, eles se sentiriam impotentes: "A luta contra a queda do salário relativo não é já uma luta que se desenvolve no terreno da economia mercantil, mas sim um assalto revolucionário, subversivo, contra a existência desta economia, é o movimento socialista do proletariado." (Extraído de Roman ROSDOLSKY, *Gênese y Estructura de El Capital de Marx*, p.331)

No decorrer da nossa exposição procuramos demonstrar a existência de uma dupla dimensão, uma dialética objetiva nos escritos de Marx (e Engels) sobre os sindicatos e o sindicalismo. De início, uma contradição real, de caráter histórico-ontológico, caracterizada, de um lado, pelo reconhecimento pleno dos *limites* do sindicalismo diante do movimento do capital e, por outro, a defesa intransigente do *valor* dos sindicatos (e das lutas operárias de caráter econômico). Esse seria um traço característico do pensamento clássico de Marx e dos marxistas.

Mesmo a integração (e a burocratização) dos sindicatos operários dos países capitalistas mais desenvolvidos na Europa pós-1870, não significou, para Marx e os marxistas, a negação do *valor* dessas insituições operárias, em suas lutas cotidianas contra as usurpações do capital. Marx manteve sempre a esperança de que, das lutas econômicas da classe operária, nasceria a consciência da necessidade do partido político distinto, enquanto *meio* para a *total emancipação* da classe trabalhadora.

Tal contradição real, de caráter histórico-ontológico, entre o *valor* e os *limites* do sindicalismo nasceu de uma forma particular de Marx e Engels conceberem o movimento do proletariado. Uma das idéias-chaves do pensamento de Marx consistiu na crença de que o movimento do proletariado, em suas mais diversas formas, anunciaria a dissolução da ordem social existente.⁸ Essa era uma idéia que se formou no pensamento de Marx (e Engels) durante a década de 1840, uma época marcada por crises e efervescência política nas sociedades industriais em constituição. O próprio comunismo, que teve uma difusão massiva no movimento operário europeu a partir de 1840, era entendido como “o movimento *real* que supera o estado de coisas atual.”⁹ Os sindicatos, greves, (e o cartismo), expressões clássicas do movimento do proletariado, particularmente no país capitalista mais avançado da época, a Inglaterra, consistiam no “movimento *real*”; que demonstrava para Marx e Engels a veracidade da tese de que o proletariado industrial, os operários das grandes fábricas, a forma mais desenvolvida da indústria capitalista emergente, era a classe cujo movimento social tenderia a negar a velha sociedade.

Enfim, para eles, a ordem capitalista desenvolveria, em seu interior, a sua própria negação, a sua superação (*Aufhebung*). Tal como expressaram no *Manifesto Comunista*, em 1848, “antes de mais nada, a burguesia produz seus próprios coveiros”.¹⁰ Os “coveiros da burguesia”, segundo Marx e Engels, seriam a classe do proletariado.

Assim, as lutas operárias (por melhores salários e pela redução da jornada de trabalho), os conflitos entre operários e capitalistas, que *tendiam a se generalizar* na maioria dos países capitalistas, eram, para Marx (e Engels), a expressão pura e simples da contradição latente e insuperável posta pelo capital.

Marx e Engels consideravam os sindicatos como produto das lutas espontâneas dos operários contra as usurpações dos capitalistas. As greves (e as coalizões operárias) eram vistas, por eles, como

8. Karl MARX, *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução*, p.13

9. Karl MARX, *A Ideologia Alemã*, p.52

10. Karl MARX, *Manifesto Comunista*, p.88

os primeiros ensaios da aprendizagem revolucionária (o próprio fato da *associação* dos operários tinha uma relevância política da maior importância para Marx). Nessa perspectiva, as greves (e os sindicatos) tinham um sentido pedagógico, um valor moral (e político), não importando os seus resultados imediatos.

Na medida em que os sindicatos organizassem as greves e procurassem generalizá-las, eles cumpriam uma função da maior importância, ou seja, nas palavras do próprio Marx, eles contribuíam para manter viva a combatividade da classe trabalhadora. Os contínuos conflitos entre operários e capitalistas impediam que a classe trabalhadora se tornasse uma massa desencorajada, irresoluto, desgastada e submissa. Enfim, eles impediam que os operários se transformassem em instrumentos de produção patéticos, irreflexivos, mais ou menos bem nutridos.¹¹

As greves, que ocorriam em decorrência da alternância de subida e queda dos salários, das crises cíclicas do capitalismo, tiravam os operários de uma tendencial resignação diante da condição de simples escravos assalariados, davam coragem a eles para irem adiante. Na verdade, elas lembravam aos operários, a sua condição de escravos do trabalho assalariado e do capital.

Portanto, o valor dos sindicatos e do sindicalismo, na perspectiva de Marx, tinha um caráter principalmente moral (e político). Ele compartilhou das idéias expressas por Engels, em 1845, n' *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Nas palavras otimistas do jovem Engels, as greves (e as coalizões operárias) têm, "como escola de guerra, uma eficácia sem igual".¹² Naquela época, a derrota muitas vezes era o destino das greves operárias, sempre reprimidas com vigor pelos capitalistas (e pelo aparato policial governamental). Na maioria das vezes, as greves não tinham nenhum resultado prático imediato. Entretanto, Marx e Engels nunca aconselharam os operários a renunciarem à luta econômica, posto que essas greves tinham principalmente um caráter pedagógico (e de resistência contra os abusos do capitalista).

Por outro lado, quando o movimento sindical se fortaleceu, e uma fração da classe operária - uma *aristocracia operária* - conquistou vantagens reais no interior do capitalismo, através da luta sindical, Marx continuou demonstrando o valor dessas lutas cotidianas como forma de encorajar os operários para um movimento de caráter político, "movimentos de maior envergadura", segundo ele.¹³ Além disso, para ele, uma classe operária instruída e não submetida à degradação moral e espiritual, seria mais consciente (e capaz) das suas tarefas de construção de uma nova sociedade.

Marx pôs como referência ontológica do próprio modo de ser do operário, a luta de classes. A própria concepção de sindicatos e sindicalismo, enquanto organizações operárias, vinculava-se à perspectiva da greve contra o capitalista, personificação do capital, do estranhamento próprio da condição operária. A greve, a insatisfação, a rebeldia, eram, para Marx, intrínsecas ao modo de ser do proletariado, a classe cujo movimento *tendia a abolir* o sistema capitalista.

11. MEGA, I, 12, p.206

12. Friedrich ENGELS, *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, p.253

13. Karl MARX, *Salário, Preço e Lucro*, p.84

A negação do capitalismo, inscrito como potencial do movimento do proletariado industrial, não tinha, para Marx, nada que pudesse ser considerado um fatalismo histórico. Ele admitiu haver determinações objetivas, inscritas no próprio movimento do capital, que poderiam agir muitas vezes como contratendências à explicitação de certas leis da acumulação capitalista (e que, indiretamente, poderiam exercer a sua ação sobre o movimento operário). Eram determinações históricas, que surgiam da própria luta de classes, da relação de forças entre os capitalistas e o movimento operário organizado. Por exemplo, a intervenção do Estado (e as políticas sociais e a legislação trabalhista), era uma dessas importantes determinações históricas, produtos da luta de classes, que, de certo modo, serviram de contratendências à lei *geral* da acumulação capitalista (temos, simultaneamente, na etapa do capitalismo monopolista, a contínua reafirmação das suas tendências e regularidades imanentes (as suas "leis" de desenvolvimento gerais, capitalistas) e a concreta alteração delas (as "leis" particulares do estágio imperialista).¹⁴

Além de reconhecer o *valor* das lutas sindicais, Marx não deixou de destacar a *necessidade* estrutural delas. As lutas econômicas faziam parte da própria condição operária, eram intrínsecas à condição da mercadoria-força de trabalho. A perspectiva de Marx (e Engels) sobre o fato de que o sindicalismo e os sindicatos eram uma condição própria do mundo industrial capitalista demonstrou ser correta. Eles prognosticaram, contra as posições de Proudhon, Lassale e Bakunin, nos primórdios do capitalismo industrial, um aspecto marcante do nosso tempo. Eles acreditavam que enquanto houver capital haverá resistência dos operários, e os sindicatos eram a forma primordial da resistência cotidiana dos trabalhadores assalariados.

A difusão e a prosperidade do *capitalismo*, concomitante à expansão dos *sindicatos* (e das suas intervenções pela regulação de salários e jornada de trabalho), demonstraram ser corretas essa indicação de Marx e Engels. No entanto, para eles, o processo social, posto pela emergência (e difusão) dos sindicatos sob o capitalismo, era contraditório, tendo em vista que a consciência sindicalista era considerada um momento *necessário* (e *fugaz*) da consciência política do proletariado, enquanto *meio* para a sua *total emancipação* do jugo do capital.

Os sindicatos, mesmo sob o capitalismo tardio, onde eles parecem estar integrados à lógica das relações industriais, não deixam de sofrer as mais diversas formas de coerção por parte dos capitalistas e de governos neoliberais.¹⁵ Nas últimas décadas, ataques políticos à autonomia dos sindicatos têm ocorrido em vários países capitalistas ocidentais. O que demonstra que a própria existência de um sindicato, seja qual for o grau de colaboracionismo dos líderes sindicais, reafirma de fato a intransponível *diferença* entre o capital e o trabalho, fato por demais perturbador para os capitalistas e defensores da ordem do capital¹⁶ (Engels, diante dos sindicatos, em 1881, enfatizou que, "enquanto

14. Para uma exposição da funcionalidade da política social na etapa do capitalismo dos monopólios, ver José Paulo Netto, *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*.

15. Utilizamos a expressão *capitalismo tardio* para caracterizar a configuração capitalista que emergiu após a II Guerra Mundial. Ver Ernest MANDEL, *Capitalismo Tardio*.

16. Foi o que destacou Perry Anderson, quando salientou que "os sindicatos produzem sempre a consciência *de classe*, isto é, a consciência da identidade específica do proletariado como força social, com seus próprios interesses na sociedade." (Perry ANDERSON, "Alcances y Limitaciones de La Acción Sindical", In *Economía y Política en la*

durar o sistema do trabalho assalariado”, só a existência dos sindicatos já é uma prova suficiente da luta dos operários contra o capital, da existência de duas grandes classes antagônicas. E exclamou: “Se não lutassem contra as arbitrariedades do capital, para que serviriam?”¹⁷).

No entanto, se Marx destacou o *valor* das lutas sindicais, seus aspectos políticos e sua importância moral para a classe trabalhadora, ele manteve sempre uma posição de crítica do sindicalismo e dos seus limites. É preciso salientar que Marx não demonstrou os limites de um *tipo particular* de sindicalismo - o *sindicalismo de ofício*, por exemplo. Ele denunciou os limites do sindicalismo *tout court*. Mesmo o *sindicalismo de indústria*, um sindicalismo de massa que veio a prevalecer durante o século XX, possuía também, como característica principal, a luta meramente *defensiva* contra os abusos dos capitalistas. Enfim, a crítica de Marx é a crítica da *forma-sindicato*, que tende a manter-se, por sua própria natureza, no interior do círculo de domínio do capital.

A crítica da *forma-sindicato* é uma crítica de uma forma de organização (e prática operária) inadequada para enfrentar os novos processos sociais postos pelo movimento do capital. Encontramos a crítica da *forma-sindicato* pressuposta, por exemplo, em obras da juventude, tais como *A Sagrada Família*, de 1845. Nela, o jovem Marx destacou a importância de os proletários formarem associações “onde não se contentam em informar-se mutuamente sobre as suas necessidades imediatas enquanto operários, mas também sobre as suas necessidades enquanto *homens*”¹⁸.

Além disso, em suas primeiras obras da maturidade, tais como *A Ideologia Alemã*, de 1846-1847, Marx apresentou alguns elementos possíveis para uma crítica da *forma-sindicato*, da associação operária que trata apenas das necessidades dos operários enquanto operários. Nessa obra, como já demonstramos, Marx fez a diferenciação entre o *indivíduo pessoal* e o *indivíduo de classe*, e destacou que apenas uma *coletividade dos proletários revolucionários* poderia desenvolver o *indivíduo pessoal* (incapaz de ser desenvolvida por organizações operárias que tratassem tão somente das necessidades dos operários enquanto operários, tais como os sindicatos).¹⁹

A crítica da *forma-sindicato* permanece presente (e se explicitou) em passagens de outros textos, quando Marx enfatizou a necessidade de os sindicatos se converterem em “*centros de organização da classe operária*”²⁰. A idéia de *centro de organização da classe operária*, defendido por Marx durante as suas intervenções na Internacional, em 1866, significava algo que iria muito além da natureza organizativa dos sindicatos. O sentido da proposta de Marx implicava transformar os velhos sindicatos em uniões de operários que organizassem os trabalhadores assalariados - empregados e desempregados, não apenas enquanto vendedores, reais ou virtuais, da mercadoria-força de trabalho, mas sim como indivíduos-produtores, potenciais criadores de uma nova sociedade, sem explorados e exploradores (essa idéia de crítica da *forma-sindicato* está presente de forma genial num autor

Acción Sindical (vários autores), p.52

17. Karl MARX, Friedrich ENGELS, *Sindicalismo*, p.41

18. Karl MARX, *A Sagrada Família*, p.78

19. Karl MARX, *A Ideologia Alemã*, pp.117,119

20. Karl MARX, *La Internacional*, p.20

marxista como Gramsci, crítico do sindicalismo e da burocratização dos sindicatos e partidos operários num período de efervescência revolucionária pós-1917²¹).

Os limites do sindicalismo e dos sindicatos, postos pelas transformações capitalistas desse final de século, não são limites meramente conjunturais, que possam ser revertidos simplesmente por políticas operárias ofensivas no interior do aparelho sindical. Diante da recessão mundial, da *onda longa depressiva*, que atinge as economias capitalistas, com a reestruturação do complexo histórico das condições sociais gerais de produção e das relações de exploração, a defensividade dos sindicatos (e das práticas sindicais), é a própria expressão dos limites estruturais da *forma sindicato*, diante do movimento do capital.

Para Marx, enquanto o movimento do proletariado persistir vinculado, de maneira exclusiva, à forma-sindicato, cuja característica é a luta meramente defensiva, de *caráter econômico ou político*,

21. "Os sindicatos profissionais [...] são o tipo de organização proletária específico do período de história dominado pelo capital. Num certo sentido, pode sustentar-se que é parte integrante da sociedade capitalista e tem uma função que é inerente ao regime de propriedade privada. Nesse período, no qual os indivíduos valem enquanto proprietários de mercadorias e comerciam a sua propriedade, também os operários tiveram que obedecer às leis férreas da necessidade geral, tornando-se mercadores da sua única propriedade, a força de trabalho e a inteligência profissional.[...] A natureza essencial do sindicato é de concorrência, não é comunista. O sindicato não pode ser instrumento de renovação radical da sociedade: pode oferecer ao proletariado burocratas experimentados, técnicos especialistas em questões industriais de índole geral, não pode ser a base do poder proletário. Não oferece nenhuma possibilidade de escolha das individualidades proletárias capazes e dignas de dirigir a sociedade, por ele não podem exprimir-se as hierarquias em que se encarna o ímpeto vital, o ritmo de progresso da sociedade comunista." E Gramsci destacou: "A ditadura proletária pode encarnar-se num tipo de organização que seja específico da própria atividade dos produtores e não assalariados, escravos do capital. O Conselho de fábrica é a primeira célula desta organização." (Antonio GRAMSCI, "Sindicatos e Conselhos", *Escritos Políticos*, vol.II, p.42-43) Noutro artigo, Gramsci foi mais direto: "O sindicalismo revelou-se nada mais do que uma forma da sociedade capitalista, não uma potencial superação da sociedade capitalista. Organiza os operários não como produtores mas como assalariados, isto é, como criaturas do regime capitalista da propriedade privada, como vendedores da mercadoria-trabalho. O sindicalismo une os operários segundo o instrumento de trabalho ou segundo a matéria a transformar, isto é, o sindicalismo une os operários segundo a forma que lhes imprime o regime capitalista, o regime do individualismo econômico.[...] O sindicato profissional ou de indústria, unido com os seus camaradas daquela profissão ou daquela indústria, com aqueles que no trabalho usam o mesmo instrumento ou transformam a mesma matéria, contribui para solidificar esta psicologia, contribui para o afastar cada vez mais da sua possível concepção como produtor e leva-o a considerar-se "mercadoria" de um mercado nacional e internacional que estabelece, com o jogo da concorrência, o próprio preço, o próprio valor." (Antonio GRAMSCI, "Sindicalismo e Conselhos", *op.cit.*, p.60). No entanto, seguindo a posição clássica de Marx, Gramsci acreditava que seria possível converter os sindicatos em "instrumento revolucionário": "O advento de uma legalidade industrial foi uma grande conquista da classe operária mas não é a última e definitiva conquista: a legalidade industrial melhorou as condições de vida material da classe operária, mas ela não é mais do que um compromisso que foi necessário aceitar, que será necessário suportar até que as relações de força forem desfavoráveis à classe operária. Se os funcionários da organização sindical consideram a legalidade industrial como um compromisso necessário mas não perpétuo, se dirigem todos os meios e que o sindicato pode dispor para melhorar as relações de força em sentido favorável à classe operária, se desenvolvem todo o trabalho de preparação espiritual e material necessário para que a classe operária possa, num momento determinado, iniciar uma ofensiva vitoriosa contra o capital e submetê-lo à sua lei, então o sindicato é um instrumento revolucionário, então a disciplina sindical, mesmo quando é dirigida para fazer respeitar aos operários a legalidade industrial, é disciplina revolucionária." (Antonio GRAMSCI, "Sindicatos e Conselhos", *op.cit.*, p.162)

contra o capital, continuará com sérias limitações diante da própria lógica do capital, submetida à esse *sujeito* que domina o complexo societário contemporâneo.

1. Os Escritos de Marx e Engels

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich - Historisch-kritische Gesamtausgabe.(MEGA). Berlin. Dietz Verlag. 1982

_____. Werke, Berlin, Dietz Verlag. 1957

_____. Opere, Roma, Riuniti. 1987

_____. Obras de Marx y Engels.(OME), Barcelona. Crítica. 1979

_____. On Britain. Second Edition. Progress Publishers. Moscow, 1962

_____. Obras Escolhidas, 3 volumes, São Paulo. Alfa-Ômega, s/d

_____. Sindicalismo (antologia), trad. de José Roberto Marinho, São Paulo. Chec. 1980

_____. Le syndicalisme (antologia). 2 volumes, ed. org. por Roger Dangeville. Paris, Maspéro, 1972

_____. Engels - Escritos de Juventud. Obras Fundamentales de Marx y Engels, México. Fondo de Cultura Económica. 1981.

_____. La Internacional, Obras Fundamentales de Marx y Engels. México. Fondo de Cultura Económica. 1981.

_____. Manifesto do Partido Comunista, 8ª edição, São Paulo, Global, 1988

_____. A Ideologia Alemã (Feuerbach), 6ª edição, trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira, São Paulo. Hucitec, 1987

_____. A Sagrada Família, 2ª edição, trad. de Fíama Hasse Pais Brandão, João Paulo Casquilho e José Benencourt, Lisboa, Presença. s/d

MARX, Karl - Manuscritos Económico-Filosóficos, trad. de Artur Morão, edições 70, Lisboa, 1989.

_____. - Misère de la Philosophie, Sociales, Paris, 1972

_____. - Trabalho Assalariado e Capital, 4ª edição, trad. de Olinto Beckermann, São Paulo, Global, 1987

_____. - A Miséria da Filosofia, trad. de José Paulo Netto, São Paulo, Global, 1985

- _____ - **Salário, Preço e Lucro**, 5ª edição, trad. de Olinto Beckerman, São Paulo, Global, 1987
- _____ - **Teorias da Mais-Valia**, 3 volumes, trad. de Reginaldo Sant'Anna, São Paulo, Difel, 1980-1985.
- _____ - **O Capital**, 12ª edição, trad. de Reginaldo Sant'Anna, São Paulo, Difel, 1988.
- _____ - **Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse) 1857-1858**, 15ª edição, trad. de Pedro Scaron. México, Siglo Veintiuno, 1987
- _____ - **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann**, 5ª edição, trad. de Leandro Konder e Renato Guimarães, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978
- _____ - "Entrevista com o Fundador do Socialismo Moderno", in **Marx Hoje**, Nova **Ensaio-Escrita**, nº11/12, s/d
- _____ - "Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução", in **Temas de Ciências Humanas**, trad. de José Carlos Bruni e Raul Mateos Castell, 2. São Paulo, Grijalbo, 1977
- ENGELS, Friedrich - **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**, trad. de Rosa Camargo Artigas e Reginaldo Forti, São Paulo, Global, 1986

2. Bibliografia Geral

- ADAMS, John Clarke - **Comparative Labor Moviments**, New York, Russell&Russell, 1985
- ABENDROTH, Wolfgang - **A História Social do Movimento Trabalhista Europeu**, trad. de Ina de Mendonça, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- ANTUNES, Ricardo - **O Novo Sindicalismo**, São Paulo, Brasil Urgente, 1991
- ANDERSON, Perry - "Alcances y Limitaciones de La Acción Sindical", in **Economía y Política en la Acción Sindical** (vários autores), **Cuadernos de Pasado y Presente** 44, México, Siglo Veintiuno, 1978
- BASSO, Lelio - **Socialismo y Revolución**, trad. de Eduardo Molina y Vedia, México, Siglo Veintiuno, 1983
- BOITO, Armando (org.), **O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991
- BOTTOMORE, Tom (editor) - **Dicionário do Pensamento Marxista**, trad. de Waltensir Dutra, Rio de Janeiro, Zahar, 1988
- CHANG, C. e SORRENTINO, C. - "Union Membership Statistic in 12 Countries", in **Monthly Labor Review**, dezembro de 1991

- COLE, G.D.H. e FILSON, A.W. - *British Working Class Movements (Select Documents 1789-1875)*, London, MacMillan, 1967
- COLE, G.D.H. - *A Short History of the British Working Class Movement - 1789-1947*, London, MacMillan, 1948
- _____ - *A History of Socialist Thought*, 5 volumes, Londres, MacMillan, 1956
- CORNU, Auguste - *Karl Marx et Friedrich Engels*, 4 volumes, Paris, PUF, 1962
- CLAUDIN, Fernando - *Marx, Engels y la Revolucion*, 4ª edição, México, Siglo veintiuno, 1985
- DOBB, Maurice - *A Evolução do Capitalismo*, 9ª edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1981
- EVANS, Eric J. - *The Forging of the Modern State*, London, Longman, 1983
- FEDOSSEIEV, P.N. (org.) - *Karl Marx - Biografia*, Lisboa, Avante, 1983
- _____ - *Friedrich ENGELS*, trad. de José Oliveira, Moscou, Progresso, 1986
- FAUSTO, Ruy - *Marx: Lógica & Política*, 2 volumes, São Paulo, brasiliense, 1987
- FOSTER, John - *Class Struggle and the Industrial Revolution*, London
- GIAMBIAGI, Fábio e CAMARGO, José Márcio (org.) - *Distribuição de Renda no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991
- GRAMSCI, Antonio - *Escritos Políticos*, 4 volumes, Lisboa, Seara Nova, 1976
- HELLER, Ágnes - *Teoría de las Necesidades en Marx*, 2ª edição, Barcelona, Península, 1986
- HINTON, James - *Labour and Socialism*, Massachusetts, Massachusetts Press, 1986
- HOWELL, Georges - *Le Passé et l'Avenir des Trade Union*, Paris, 1892
- HOBSBAWM, Eric J.(org.) - *História do Marxismo*, 12 volumes, 2ª edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983
- _____ - *Da Revolução Industrial Inglesa ao Imperialismo*, 4ª edição, trad. de Donaldson Magalhães Garschagen, Rio de Janeiro, Forense, 1986
- _____ - *A Era das Revoluções (1789-1848)*, 7ª edição, trad. de Maria Tereza Lopes Teixeira e Marcos Penchel, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977
- _____ - *Mundos do Trabalho*, 2ª edição, trad. de Waldea Barcellos e Sandra Bedran, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- _____ - *Os Trabalhadores*, trad. de Maria Leão Teixeira Viriato de Medeiros, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981
- HOLZ, Hans Heinz (org.) - *Conversando com Lukács*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969

- IANNI, Octávio - *A Sociedade Global*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1992
- JONES, Peter - *The 1848 Revolution*, Harlow-Longman, New York, 1988
- JONES, Stedman Gareth - "Engels and the Genesis of Marxism", in *New Left Review*, 1977
- KIRK, Neville - "In Defence of Class - A Critique of Recent Revisionist Writing Upon the Nineteenth-Century English Working Class", in *Internacional Review of Social History*, vol. XXXII, 1987-1
- LÖWY, Michael - *La Théorie de la Révolution chez le jeune Marx*, Paris, Maspero, 1970
- LOSOVSKI, A. - *Marx e os Sindicatos*, trad. de Samuel Wainer, São Paulo, Cultura Brasileira, 1938
- LAZONICK, William - "Industrial Relations and Technical Change: The Case of the Self-acting Mule", in *Cambridge Journal of Economics*, 1979, nº3
- LUKÁCS, György - *Per Ontologia Dell'Essere Sociale*, 3 volumes, Roma, Riuniti, 1981
- LÊNIN, VI. - *Obras Escolhidas*, 3 volumes, Lisboa, Avante, 1979
- MANDEL, Ernest - *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, 2ª edição, trad. Carlos Henrique de Escobar, Rio de Janeiro, Zahar, 1980
- _____ - *El Capital - Cien Años de Controversias*, trad. de Adriana Sandoval, Stella Mastrangelo e Martí Soler, México, Siglo Veintiuno, 1985
- _____ - *O Capitalismo Tardio*, trad. de Carlos Eduardo Silveira Matos, Regis de Castro e Dinah de Abreu Azevedo, São Paulo, Abril Cultural, 1982
- McLELLAN, David - *Karl MARX - Vida e Pensamento*, trad. de Jaime A. Clasen, Petrópolis, Vozes, 1990
- MORTON, A.L. e TATE, George - *Histoire du Mouvement Ouvrier Anglais*, Paris
- MEHRING, Franz - *Carlos Marx - Historia de su Vida*, 3ª edição, trad. de W. Roces, Barcelona, Grijalbo, 1987
- MACPHERSON, C.B. - *A Teoria Política do Individualismo Possessivo*, trad. de Nelson Dantas, Rio de Janeiro, 1979
- NICOLAUS, Martín - *Proletariado y Clase Media en Marx: coreografía hegeliana y la Dialectica capitalista*, in Barcelona, Anagrama, 1972
- NETTO, José Paulo - *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*, São Paulo, Cortez, 1992
- PONOMARIOV, B. (org) - *El Movimiento Obrero Internacional*, 7 volumes, Moscou, Progreso, 1982

- PELLING, Henry - *A History of British Trade Unionism*, 2ª edição, London, Macmillan, 1985
- PROTHERO, Iorwerth - *Artisans & Politics*, Methuen, London, 1979
- RUBEL, Maximilien - *Crônica de Marx*, São Paulo, Ensaio, 1991
- _____ - *Marx Critique du Marxisme*, Paris, Payot, 1974
- _____ - *Karl Marx - Ensayo de Biografía*, Paidós, Buenos Aires, 1970
- _____ - "Los últimos diez años de Marx", In *Carlos Marx: vida y Obra, Críticas de La Economía Política-edición latinoamericana*, 22/23, México, El Caballito, 1983
- RIAZANOV, D. - *Marx-Engels e a História do Movimento Operário*, trad. de Jorge Santana e Antônio Roberto Bertelli, São Paulo, Global, 1984
- ROSDOLSKY, Roman - *Génesis y Estructura de El Capital de Marx*, 5ª edição, trad. de Léon Mammes, México, Siglo Veintiuno, 1986
- RIOUX, Lucien - *O Sindicalismo, Ontem e Hoje*, Lisboa, Iniciativas editoriais, 1972
- RODRIGUES, Leôncio Martins - *Trabalhadores, Sindicatos e Industrialização*, brasiliense, 1974
- THOMPSON, E.P. - *A Formação da Classe Operária*, 3 volumes, 2ª edição, trad. de Denise Bottmann, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987
- TROTSKI, L. - *Escritos Sobre Sindicato*, São Paulo, Kairós, 1978
- THOMPSON, Dorothy - *The Chartists*, New York, Pantheon, 1984
- SHERWOOD, John M. - "Engels, Marx, Malthus and the Machine" in *The American Historical Review*, vol.90, nº4, october 1985
- VAN DER LINDEN, Marcel - "The National Integration of European Working Classes (1871-1914)", in *International Review of Social History*, vol.XXXIII, 1988-3
- VISSER, Jelle - "Les Syndicats Européens: La Grande Mutation", in *Problèmes Economiques*, julho de 1989.
- WEBB, Sidney e Beatrice - *The History of Trade Unionism*, London, Longmans Green, 1920